



ROSALE DE MATTOS SOUZA

Produção de sentido em documentos e informações de arquivos sigilosos:
comunidade de informação e contrainformação sob o olhar da Assessoria de
Segurança e informação – ASI UFF de 1971 - 1982

Tese de Doutorado

Junho de 2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - PPGCI

ROSALE DE MATTOS SOUZA

PRODUÇÃO DE SENTIDO EM DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES DE ARQUIVOS
SIGILOSOS: COMUNIDADE DE INFORMAÇÃO E CONTRA INFORMAÇÃO SOB O
OLHAR DA ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO – ASI UFF DE 1971 –
1982

RIO DE JANEIRO

2017

Rosale de Mattos Souza

Produção de Sentido em Documentos e Informações de Arquivos Sigilosos: Comunidade de Informação e Contrainformação sob o olhar da Assessoria de Segurança e Informação – ASI
UFF de 1971 - 1982

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Comunicação, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Orientador: Ricardo Medeiros Pimenta.

Rio de Janeiro

2017

S719 Souza, Rosale de Mattos.

Produção de Sentido em Documentos e Informações de Arquivos Sigilosos: Comunidade de Informação e Contrainformação sob o olhar da Assessoria de Segurança e Informação – ASI UFF de 1971 - 1982. / Rosale de Mattos Souza. – Rio de Janeiro, 2017.

271 f

Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2017.

Orientador: Ricardo Medeiros Pimenta.

1. Arquivos sigilosos. 2. Documentos sigilosos. 3. Sistema Nacional de Informação. 4. Contra-informação. 5. Assessoria de segurança e informação. 6. Ciência da Informação – Tese. I. Pimenta, Ricardo Medeiros (Orientador) II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. III. Título. CDD 020

Rosale de Mattos Souza

Produção de Sentido em Documentos e Informações de Arquivos Sigilosos: Comunidade de Informação e Contrainformação sob o olhar da Assessoria de Segurança e Informação ASI UFF de 1971 - 1982

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Aprovada em Rio de Janeiro, 21, junho, 2017.

Prof. Dr. Ricardo Medeiros Pimenta (Orientador)

PPGCI IBICT – ECO UFRJ

Profa. Dra. Ana Maria de Almeida Camargo

ECA USP

Profa. Dra. Ana Célia Rodrigues

PPGCI UFF

Prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha

PPGCI IBICT - ECO UFRJ

Profa. Ana Maria Barcellos Malin

PPGCI IBICT – ECO UFRJ

AGRADECIMENTOS

Agradeço às forças superiores de planos espirituais, em outras dimensões da realidade, em primeiro lugar por estar viva, para poder desfrutar deste momento pelo qual lutei e luto até hoje. Considero-me uma guerreira, uma pessoa esforçada em ação, diante dos desafios que me foram e são apresentados no fluxo da vida.

Agradecer às instituições em que trabalho como arquivista na Coordenação de Arquivos - CAR, da Superintendência de Documentação – SDC, da Universidade Federal Fluminense - UFF, que me propiciou ser profissional e ter acesso aos documentos que fazem parte do meu objeto de pesquisa e reflexão, e ainda a licença para fazer o meu doutoramento. Agradecer à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, pois tem me propiciado momentos de intenso e árduo trabalho, mas de grande prazer junto aos meus colegas de trabalho, aos meus queridos alunos e alunas, com os quais ensino e aprendo todos os dias. Agradecer a estes atores que fazem parte da minha vida o aprendizado constante nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Agradecer à minha família, em particular ao meu querido companheiro e marido João Tamaliunas, músico, pessoa sensível e de bom caráter, brasileiro descendente de lituanos no Brasil, que na minha maturidade veio trazer suavidade e paz ao meu coração, dando-me a serenidade afetiva para continuar na minha luta diária, dando-me as condições necessárias para trabalhar e ter realizado esta pesquisa.

Agradecer ao meu Orientador, Prof. Dr. Ricardo Medeiros Pimenta, a todos os professores os quais me propiciaram disciplinas e aulas que marcaram a minha trajetória como estudante e pesquisadora.

Agradecer aos técnico-administrativos pelo convívio nesses quatro anos, no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - PPGCI, como as colegas Heloísa Príncipe, Eula Dantas Taveira Cabral, Ilce Cavalcanti, Priscila Mara Bermudes, e Ariane Maciel.

Agradecer aos professores, Profa. Anna Maria de Almeida Camargo (USP), Profa. Ana Célia Rodrigues (UFF) que me incentivou a fazer o doutorado, Profa. Rosali Fernandez de Souza (UFRJ IBICT), Prof. Gustavo Saldanha (UFRJ IBICT), Profa. Ana Maria Barcellos Malin, por concordarem generosamente em fazer parte da minha banca de doutorado.

Agradecer em particular aos professores Eliezer Pires da Silva e Alexandre Costa, que me incentivaram a fazer o doutorado, Luiz Cleber Gak, José Maria Jardim, Priscila Gomes, Bruno F. Leite, Brenda Rocco, Clarissa Schmidt, alguns professores que me incentivaram e deram apoio para que eu entrasse nesta caminhada, outros que deram força durante o processo de doutoramento.

Agradecer por fim ao apoio de Adriana Holóx, do Arquivo Nacional, que foi solidária durante a elaboração da tese, me estimulando e dando força!

SOUZA, Rosale de Mattos. **Produção de sentido em documentos e informações de arquivos sigilosos**: comunidade de informação e contrainformação sob o olhar da assessoria de segurança e informação – ASI UFF de 1971 – 1982. 271 f. 2017. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2017.

RESUMO

Este trabalho visa entender como o Estado exerce o poder por meio dos códigos sociais, da padronização de documentos e informações, da produção de sentido dos documentos de arquivos sigilosos existentes no Sistema de Informação e Contra-Informação na Ditadura Civil-Militar, num recorte entre 1971 e 1982, sob o olhar da Assessoria de Segurança e Informação (ASI), da Universidade Federal Fluminense – UFF. Buscou-se também compreender as narrativas e discursos das comunidades envolvidas e do discurso oficial, que foram afetadas pelas funções de controle e vigilância de informações, em particular em períodos discricionários e totalitários. Problematisa-se que a produção de sentido ou a semântica não é um assunto muito refletido ou discutido na Arquivologia, as questões de representação da informação se encontram com maior evidência na Organização do Conhecimento, associada à Ciência da Informação. Esta produção de sentido pode levar ao contexto que está por trás do texto, à ampliação de estudos sobre tipologia documental, a linguagem, as narrativas e informações utilizadas nas universidades públicas federais à época, seus atores, as regulações existentes, assinalando, na historiografia do presente, as construções de memórias, o campo de disputas de memórias individuais e coletivas e atualmente sua (re) – significação. Existiu uma “ guerra info-comunicacional”, entre a produção de discursos e narrativas de estudantes e órgãos governamentais. Quanto aos aspectos teórico-metodológicos, observam-se correntes de pensamento na Arquivologia e na Ciência da Informação sobre a produção de sentido; o conceito de documento e informação e seus diversos aspectos na Ciência da Informação e na Arquivologia, a gênese, do processo documental, e, a materialidade do documento e da informação. Quanto ao aspecto metodológico empírico da pesquisa, destaca-se em primeiro lugar o entendimento do contexto dos documentos de arquivos sigilosos, com o Manual de Informações do SNI, Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos, Manual de Procedimentos administrativos da Assessoria de Segurança e Informação (ASI), buscando as funções, atividades e atos, organicidade e vínculo arquivísticos. Em um segundo momento, fez-se uso da Tipologia Documental, da identificação de documentos, buscando os assuntos coadunados ao conceito de relevância. Como amostragem do sistema de informação, foi utilizada a série de documentos do Diretório Central dos Estudantes (DCE), no fundo documental da (ASI), da UFF; célula que foi subordinada à Divisão de Segurança e Informação (DSI), do Ministério da Educação (MEC), na rede de documentos e informações produzidos e recebidos no Serviço Nacional de Informação (SNI) e no Sistema Nacional de Informações (SISNI). Constatou-se que houve uma cultura do sigilo. Criou-se uma cultura documental de produção de documentos e de sentidos, de técnicas e processamento de documentos e informações, envolvendo funções, atividades e atos, o que leva a pensar em uma cultura específica e especializada do SISNI e do SNI; que promoveu o discurso através do registro e a uniformidade de pensamento da comunidade de informações e contra-informações. Considera-se que a memória e a (re) produção de sentido nos arquivos se faz através da materialidade dos códigos sociais, e da elaboração de documentos e informações.

Palavras-chave: Arquivos sigilosos. Documentos sigilosos. Sistema Nacional de Informação – SISNI. Contrainformação. Assessoria de Segurança e Informação.

SOUZA, Rosale de Mattos. **Produção de sentido em documentos e informações de arquivos sigilosos**: comunidade de informação e contrainformação sob o olhar da assessoria de segurança e informação – ASI UFF de 1971 – 1982. 271 f. 2017. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2017.

ABSTRACT

This paper aims to understand how the State exercises power through social codes, standardization of documents and information, the production of meaning of records of confidential files in the Information and Counter-Information System in the Civil-Military Dictatorship, in a cut between 1971 and 1982, under the guidance of the Security and Information Office (ASI), Federal Fluminense University – UFF. It was also sought to understand the narratives and discourses of the communities involved and the official discourse, are affected by the functions of control and information surveillance, particularly in discretionary and totalitarian periods. It is problematic that the production of meaning or semantics is not a subject much reflected or discussed in the Archivology, the questions of information representation are more evident in the Organization of Knowledge, associated with Information Science. This production of meaning can lead to the context behind the text, the expansion of studies on documentary typology, language, narratives and information used in federal public universities at the time, its actors, the existing regulations, pointing out, in the historiography of the Present, the constructions of memories, the field of disputes of individual and collective memories and presently their (re) – signification. There was an “info-communicational war” between the production of speeches and narratives of students and government agencies. As for the theoretical-methodological aspects, currents of thought are observed in the Archives and Information Science on the production of meaning; The concept of document and information and its various aspects in Information Science and Archives, the genesis of the documentary process, and the materiality of the document and information. As for the empirical methodological aspect of research, Understanding of the context of confidential files, with the SNI Information Manual, the Rules for Safeguarding Confidential Affairs, the Manual of Administrative Procedures of the Security and Information Office (ASI), seeking the functions, activities and acts, organicity and archival link. In a second moment, it was made use of the Documentary Typology, of the identification of documents, searching for the subjects in line with the concept of relevance. As a sampling of the information system, the series of documents of the Central Directory of Students (DCE) was used in the documentary fund of (ASI), UFF; Which was subordinated to the Security and Information Division (DSI) of the Ministry of Education (MEC), in the network of documents and information produced and received at the National Information Service (SNI) and the National Information System (SISNI). It was found that there was a culture of secrecy. A documentary culture has been created to produce documents and senses, techniques and documents and information processing, involving functions, activities and acts, which leads to thinking about a specific and specialized culture of SISNI and SNI; Which promoted the discourse through registration and the uniformity of thinking of the information and counter-information community. It is considered that the memory and (re) production of meaning in the archives is done through the materiality of social codes, and the elaboration of documents and information.

Keywords: Confidential files. Confidential documents. National Information System – SISNI. Counter-Information. Security and Information Advisory.

LISTA DE QUADROS E ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	– Noção de documento	p. 61
Quadro 2	– Abordagem do documento e da informação	p. 62
Quadro 3	- Pressupostos relativos ao entendimento do documento e da informação	p. 63
Quadro 4	- Produto do trabalho documentário-informacional	p. 64
Quadro 5	Quadro de Autores sobre Análise Diplomática e Tipológica de Documentos	p.76
Quadro 5.1	Características internas do documento	p. 76
Quadro 5.2	Características externas do documento	p. 78
Quadro 6	Padrão ideal para análise Diplomática e Tipológica de documentos de arquivo	p. 79
Figura 1	Marca Oficial do Serviço Nacional de Informação – SNI	p. 93
Figura 2	Organograma do Sistema Nacional de Informações (SISNI), Arquivo Nacional, Serviço Nacionais de Informações, Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informações	p. 97
Quadro 7	Classificação dos assuntos sigilosos – graus de sigilo nos anos 1970	p.114
Quadro 8	Atores e responsáveis pela classificação e desclassificação de documentos sigilosos nos anos 1970	p.115
Quadro 09	Quadro de Arranjo: Assessoria de Segurança e Informação – ASI	p.127
Quadro 10	Tabela de Equivalência de Espécies e Tipos Documentais	p. 135
Quadro 11	Tabela de Espécies e Tipos Documentais da ASI	p. 140
Quadro 12	Idoneidade e Veracidade da fonte	p. 141

Figura 3	Boletim Informativo do DCE UFF Plataforma	p. 146
Figura 4	Ministério da Aeronáutica – COMAR III – Encaminhamento 005	p. 147
Figura 5	Documento 1 – Informação Circular	p. 149
Quadro 13	Análise Tipológica – Documento 1 – Informação Circular	p.150
Figura 6	Documento 2 – Ofício Circular	p. 152
Quadro 14	Análise Tipológica – Documento 2 – Ofício-Circular	p 153
Figuras 7-10	Documento 3 – Aviso - Circular	p.155
Quadro 15	Análise Tipológica de Aviso-Circular	p.159
Figuras11-18	Documento 4 – Informação	p.161
Quadro 16	Análise Tipológica de Informação Recebida	p.169
Figura 19	Documento 5 – Carta Aberta	p. 171
Quadro 17	Análise Tipológica de Carta Aberta	p.172
Figuras20-29	Documento 6 – Boletim Informativo DCE Movimento	p.173
Quadro 18	Análise Tipológica do Boletim DCE Movimento	p. 185
Figuras30-34	Documento 7 – Boletim Informativo DCE	p. 187
Quadro 19	Análise Tipológica do Boletim Informativo DCE	p.191
Quadro 20	Tabela de Dispositivos e assuntos existentes nos documentos	p.193
Figura 35	Nuvem de Termos Indexados (relevância) do ponto de vista dos universitários ou movimentos universitários	p.195
Figura 36	Nuvem Termos Indexados (relevância) do ponto de vista dos órgãos de repressão (ASI DSI MEC SNI)	p. 196

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
AC	Arquivo Central
ASI	Assessoria de Segurança e Informação
CI	Ciência da Informação
CI	Contra-Informação
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CIE	Centro de Informações do Exército
CISA	Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CEMDP	Comissão Especial de Mortos e desaparecidos Políticos
CGI	Comissão Geral de Investigações
CIEXC	Centro de Informações do Exterior
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CEV	Comissão Estadual da Verdade
COLINA	Comando de Libertação Nacional
CONLUTE	Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CSN	Conselho de Segurança Nacional
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DCEE	Diretório Central dos Estudantes Estaduais

DSI	Divisão de Segurança e Informação
ESG	Escola Superior de Guerra
FBI	<i>Federal Bureau of Investigation</i>
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GAR	Gabinete da Reitoria
IFCS	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IPÊS	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
MCB	Movimento Comunista Brasileiro
MCI	Movimento Comunista Internacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MDE	Movimento Democrático Estudantil
ME	Movimento Estudantil
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PCB	Partido Comunista Brasileiro
POLOP	Política Operária
PPGCI	Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RSAS	Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos
SARDI	Sistema de Arquivamento e Recuperação de Documentos e Informações

SFCI	Serviço Federal de Informações e contrainformação
SNI	Serviço Nacional de Informação
SISNI	Sistema Nacional de Informações
SSN	Seções de Segurança Nacional
SDC	Superintendência de Documentação
UEE	União Estadual dos Estudantes
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNIVERSO	Universidade Salgado de Oliveira
USAID	<i>Agency for International Development</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	ARQUIVOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: A PRODUÇÃO DE SENTIDO NOS DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES	42
3	A DIPLOMÁTICA E A TIPOLOGIA DOCUMENTAL COMO METODOLOGIA PARA A ANÁLISE DA ARQUIVÍSTICA	65
4	O SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES: ESTRUTURA, MISSÃO E ATRIBUIÇÕES	81
4.1	REGIMES DE INFORMAÇÃO: DO CAMPO DO ESTADO AO CAMPO INFORMACIONAL	87
4.2	DA ESTRUTURA E CONTEXTO DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO	93
4.3	CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DA CONTRA-INFORMAÇÃO	99
4.4	A ESTRUTURA DAS ASSESSORIAS DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	102
4.5	O RECOLHIMENTO DOS FUNDOS DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO AO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES	106
4.6	AS PALAVRAS E TERMOS UTILIZADOS NOS ÓRGÃOS DA DITADURA CIVIL- MILITAR NOS FUNDOS DO SNI E CSN	109
4.7	A GENEALOGIA E ADMINISTRAÇÃO DOS DOCUMENTOS SIGILOSOS	112
5	O FUNDO DOCUMENTAL DA ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO – ASI, DA UFF: CAMINHOS À IDENTIFICAÇÃO DOCUMENTAL/ARQUIVÍSTICA	120
5.1	PROPOSTA DE ESTRUTURA DO FUNDO DOCUMENTAL, TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS E ASSUNTOS DA ASI UFF	123

5.2	QUANTO ÀS SÉRIES DOCUMENTAIS REFERENTES AOS DOCUMENTOS E JORNAIS (BOLETINS) ESTUDANTIS DA ASI UFF	130
6	PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO DO SISNI	131
6.1	A APLICAÇÃO DE ANÁLISE TIPOLOGICA NOS DOCUMENTOS DA ASI	142
6.2	ANÁLISE DE CONTEÚDO E RELEVÂNCIA DE TERMOS DA ASI	192
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	198
	REFERÊNCIAS	208
	ANEXO A MODELOS DE DOCUMENTOS DO SNI	221
	ANEXO B INSTRUMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO DE DOCUMENTOS DO SNI	249
	ANEXO C CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DO SNI	257

1 INTRODUÇÃO

Quando chegamos ao Rio de Janeiro, no final dos anos 1990, vindo da Coordenação de Documentação e Informação, do MEC, em Brasília, para o Arquivo Central, do Núcleo de Documentação, da UFF, em Niterói, fomos identificar e dar tratamento técnico a um conjunto documental, no Arquivo Permanente. Este conjunto de pastas suspensas de arquivo, um fichário, negativos de fotografias e carimbos com os dizeres “sigiloso e confidencial” encontravam-se em algumas caixas grandes de papelão de uma documentação oriunda da reitoria, que teria origem num órgão da repressão política dentro da universidade. Aquele tipo de “acondicionamento” revelava uma espécie de “esquecimento ou silêncio”, praticamente uma invisibilidade de um acervo de caráter “sigiloso” daquele período na universidade.

Em 2004, apresentamos um trabalho no I Congresso Nacional de Arquivologia, que ocorreu em Brasília, intitulado “O acervo documental da Assessoria de Segurança e Informação – GAR/ASI: uma experiência de acesso com documentos de caráter sigiloso no âmbito universitário.” Nesse evento demonstramos interesse no tema dos arquivos na Ditadura Civil-Militar, conhecendo outros profissionais que vinham trabalhando com esta temática, como colegas do Arquivo Nacional que já trabalhavam com documentos da Divisão de Segurança e Informação – DSI do Ministério da Justiça, que faz parte do acervo daquela instituição. Em 2008 demos uma entrevista ao Jornal da UFF sobre o acervo que foi desclassificado pelo então Reitor Mauro Cícero Fialho em 2006. No ano de 2012 participamos do “Simpósio Internacional O Colapso das Ditaduras”, na UFRJ, com o trabalho intitulado “A Assessoria de Segurança e Informação – ASI/UFF no espaço de significação universitário: uma célula do poder do Serviço Nacional de Informação de 1964 a 1985.” Em 2013 participamos do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura: Arquivos da Repressão e da Resistência, que ocorreu no Arquivo Nacional, com o apoio do Centro de Referência Memórias Reveladas, com instituições como Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), Pontifícia Universidade Católica (PUC), Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO).

Durante atividades de docência ministramos a disciplina de Legislação Arquivística, na qual trabalhamos com o surgimento e desenvolvimento dos graus de sigilo e legislação de acesso à informação, Arquivologia e Ciência da Informação. Temos refletido com os alunos sobre Epistemologia da Arquivística e da Ciência da Informação (CI); com inquietações a

respeito do objeto de estudos da Arquivologia e da Ciência da Informação em aspectos em comum, ou seja, o documento e a informação. Segundo Bellotto (2005, p.5) existem objetos físicos, tais como os Arquivos, o conjunto documental, o documento e o objeto intelectual que é a informação.

O objeto intelectual da Arquivística é a informação, ou mais precisamente os dados que possibilitam a informação. [...] Por outro lado, é possível considerar três tipos de objetos físicos: o arquivo, quer dizer, os conjuntos documentais produzidos, recebidos e acumulados por entidades públicas e privadas no exercício de suas funções, conjuntos documentais sobre os quais a arquivística vai aplicar sua teoria, metodologia e práxis para chegar a seus objetivos. O documento em si mesmo, enquanto indivíduo, ainda que possa parecer um paradoxo, porque a Arquivística se ocupa, sobretudo, sobre o conjunto orgânico de documentos. Em realidade, se não conhecem em sua natureza e elementos, os integrantes de seus conjuntos, quer dizer, os documentos indivíduos, não se poderá conhecer na totalidade. O arquivo como entidade tem como outro objeto a instituição arquivística, e assim provê metodologias também para a administração de recursos humanos, financeiros, materiais e documentais. (BELLOTTO, 2005, p.05)

Por extensão, viemos ministrando aulas de Diplomática, do ponto de vista da Diplomática Clássica, Diplomática Contemporânea e Arquivística, procurando aliar ensino e pesquisa, inclusive promovendo exercícios em sala de aula. Sempre assinalamos para os alunos de graduação em Arquivologia a importância dos aspectos da produção documental, a gênese dos documentos, suas categorias, sua estrutura física ou características externas, tais como: (suporte documental, tintas utilizadas, selos, logos, sinais especiais, carimbo, etc) e seu conteúdo ou suas características internas: (de substância, da razão de ser do documento, da ação que originou o documento, do assunto, da data, data tópica, justificativa de criação do documento, dos atores relacionados com o documento, tais como: emissor, destinatário, escritor e etc) a Análise Diplomática e Tipológica, a identificação de documentos e as questões semânticas que envolvem os documentos de arquivo. Neste sentido, pensamos em aliar o conhecimento de Arquivologia e da Ciência da Informação, juntamente com a Diplomática Contemporânea, com aspectos relacionados a princípio com o acervo sigiloso do Gabinete da Reitoria (GAR), da Assessoria de Segurança e Informação (ASI), mas que no desenvolvimento da pesquisa, se estenderam para o Serviço Nacional de Informação (SNI) e o Sistema Nacional de Informação (SISNI) em função do contexto de produção documental.

Nos programas mais atualizados de diplomática cabem o ensino, o aprendizado, a prática da análise ou crítica diplomática e o reconhecimento das diferentes tipologias. Agora, porém, já não vendo mais a diplomática como uma ciência auxiliar da história, preocupada, mais que tudo, com a autenticidade dos registros documentais, mas, além disso, como analista de sua gênese, de seu meio magnético e da repercussão desse fato na sua natureza, redação e objetivos. De outro lado, considerada como uma autêntica integrante do *corpus* das matérias básicas na formação do profissional de arquivo. Isto porque, atualmente renovada, a metodologia da disciplina permite uma compreensão clara da estrutura interna do documento de arquivo, da organicidade de seus conjuntos e de suas relações com o criador e com o contexto de produção. [...] Por outro lado, por parte dos profissionais de mais longa data, a compreensão da crítica diplomática tipológica, quando aplicada aos processos de avaliação, classificação e descrição, tem sido bastante satisfatória, nos casos em que tem ocorrido, no Brasil e no exterior. (BELLOTTO, 2008, p.viii)

Este trabalho não será realizado numa perspectiva propriamente histórica ou historiográfica, apesar de se valer de um breve contexto histórico do período em foco, que vale como pano de fundo da pesquisa; mas terá uma perspectiva interdisciplinar da Arquivística, da Diplomática Contemporânea e da Tipologia Documental, e da Ciência da Informação. Existem questões de pesquisa, variáveis do problema principal, que serão respondidas ao longo da tese, tais como: Como são as entranhas de um órgão governamental? Quais são as suas funções, atividades, modelos de documentos, classificação, processos, atos, narrativas e discursos, espécies e tipos documentais? Quais os temas mais relevantes e significativos? Quais as comunidades de informação que produziram os documentos? Como funcionaram os sistemas de informação e serviços de informação em período discricionários? Quais os atores envolvidos (comunidades de informação) nesses sistemas de informação? Quais estratégias de informação foram utilizadas e quais são os parâmetros dos processos documentais e Arquivísticos? Questiona-se se seriam o controle e a vigilância as principais funções desses órgãos no Brasil. Por exemplo, qual o conceito de Contra-informação(CI)? Esta não seria também uma função ou atividade da ASI?

Contra-informação (CI) é uma atividade de informações de natureza defensiva, que se caracteriza pela execução de um conjunto de medidas planejadas e destinadas a preservar da interferência adversa os assuntos de interesse da Segurança Nacional, as atividades e os segredos manipulados ou mantidos pelo nosso Sistema de Informações, bem como a identificar ações de caráter psicológico sobre a população nacional. (SNI, 1976, p. 37)

Esses questionamentos foram produzidos durante a reflexão realizada ao longo do doutorado, que se finaliza nesta tese. Contudo, os mesmos já eram razoavelmente familiares desde 1997, que nos levaram ao campo empírico da pesquisa, durante as atividades como arquivista na identificação de um fundo documental, em particular de um órgão do período da Ditadura Civil-Militar, ou seja, de um órgão denominado Assessoria de Segurança e Informação - ASI, no âmbito do Arquivo Central da Universidade Federal Fluminense – UFF, atual Coordenação de Arquivos - CAR, da Superintendência de Documentação – SDP, da UFF. Houve uma identificação prévia das características daquele conjunto documental, tais como, o contexto histórico, político, social, e ideológico. E, com efeito, algumas das questões hoje amadurecidas no doutorado se apresentavam desde aquela época ainda que de maneira sutil.

Algumas inquietações arquivísticas foram surgindo durante o processo de identificação daquele fundo documental, levando-nos a levantar algumas fontes de informação e objetos de estudo de identificação para a construção do fundo e de seu contexto, tais como, a legislação que criou aquele órgão, sua estrutura burocrática, o Manual do Serviço Nacional de Informação - SNI, o Regimento do órgão produtor, ou seja, a Assessoria de Segurança e Informação - ASI, fluxograma, das fórmulas documentais, das funções, atividades, processos e atos de atividades-fim, a partir do conteúdo dos próprios documentos. Todas estas fontes de informação e processos foram incorporados como metodologia do trabalho arquivístico de identificação do fundo documental. Normalmente, os documentos e acervos de períodos totalitários são destruídos quando o regime desmorona ou acaba, e quando são encontrados apresentam-se fragmentados.

É, nesse contexto que ressaltamos a importância da produção documental, da gênese dos documentos, a identificação dos documentos a partir do uso da Diplomática Contemporânea ou Arquivística, conjugada de forma interdisciplinar com a Arquivologia e a Ciência da Informação. Por exemplo, a Arquivologia pode dar maior destaque àquelas atividades técnicas relativas às linguagens documentárias, à semântica e a relevância de termos indexados, assim como já fazem a Ciência da Informação e a Biblioteconomia, principalmente em documentos de valor secundário (informativo ou testemunhal). Outros aspectos dos documentos de arquivo sempre nos causaram inquietações, tais como, os discursos e narrativas existentes, as questões ideológicas e de produção de sentido que se encontravam direta ou indiretamente, pensamos nas possíveis relações e as fórmulas das espécies e tipos documentais. É interessante notar quanto a Diplomática se utiliza da análise

de fórmulas, de uma codificação que antecede à elaboração do próprio documento. Essas fórmulas são preconizadas pelo direito, para regulamentar as práticas administrativas ou de produção de prova documental. Existe uma presunção de existência do documento antes mesmo dele existir, com noções de autoridade, de legitimidade, de confiabilidade. Do ponto de vista da Diplomática Contemporânea e da Arquivística as características de autenticidade, de imparcialidade, inter-relacionamento, naturalidade, unicidade. Já na História e Filosofia discute-se conceitos de “verdades” e “memórias”.

A documentação da ASI UFF foi identificada e organizada no final dos anos 1990 e início dos anos 2000; e posteriormente foi desclassificada e aberta ao público somente em 2006, pelo então Reitor da UFF, Cícero Mauro Fialho. Desde então, envidamos esforços para compreender o contexto do seu fundo documental, suas séries, assuntos, tipologias e a linguagem utilizados à época. Com efeito, este trabalho é fruto do amadurecimento e da compreensão acerca daquele período de forma interdisciplinar, sob as perspectivas da Arquivística, da História, da Ciência da Informação, da Diplomática e Tipologia Documental, atreladas a algumas questões de ordem social. A nossa preocupação vem do vocabulário, das normas de produção de documentos, transmissão, manutenção, comunicação e seu uso pelos agentes da repressão. Além disso, nos interessam igualmente, o vocabulário, os códigos e as formas de produção de informação dos opositores ao regime, especialmente os alunos. Houve uma espécie de “guerrilha info-comunicacional” da linguagem, juntamente com seus significados e significantes explicitando pensamentos e valores, e ainda, sugerindo ações e estratégias em atos, falas e registros em documentos administrativos e Boletins universitários.

O nosso objeto de pesquisa são os documentos e informações do fundo ASI UFF. Ele está na linguagem e no gênero de discurso do poder oficial da comunidade de informação e de contrainformação, que se constituiu numa rede de informações governamental, na Ditadura Civil-Militar no Brasil. Nosso recorte se concentra nos anos entre 1971 e 1982 e toma como ponto de partida o fundo documental da Assessoria de Segurança e Informação (ASI), da UFF. Esta célula foi subordinada à Divisão de Segurança e Informação (DSI), do Ministério da Educação, que, por sua vez, fez parte do Serviço Nacional de Informação (SNI). Como suposto na questão norteadora, o Estado exerceu o poder por meio dos códigos sociais, da padronização de documentos, dos conteúdos e dos discursos tanto o oficial quanto o das comunidades envolvidas. As funções de controle e vigilância de informações do Estado tinham como um dos alvos os documentos administrativos e os boletins do Diretório Central dos Estudantes (DCE), da Assessoria de Segurança e Informação (ASI/UFF), no período da

Ditadura Civil-Militar. Problematisa-se a tipologia documental, a linguagem e o discurso utilizados nas universidades públicas federais à época, suas regulações, seus atores, assinalando na historiografia do presente as construções de memórias, o campo de disputas de memórias individuais e coletivas e atualmente sua (re)significação em tempos de justiça de transição no Brasil.

Como variáveis do problema, lançamos questões subsidiárias sobre a existência, em torno dos atores, de significados diferentes para um mesmo termo e, às vezes, relações intertextuais com o mesmo significado. Queremos saber se os termos têm o mesmo sentido para os estudantes e para os representantes da ASI, aqueles que têm como uma das suas atribuições a produção de documentos e informações a serem repassadas para a Divisão de Informação do MEC, que por sua vez eram transmitidas para a cabeça do Sistema Nacional de Informação (SISNI), ou seja, o Serviço Nacional de Informação (SNI). Assim, enquanto o órgão produtor possui toda uma “linguagem” (representação do sentido) própria para os fatos relacionados às informações produzidas, outros sentidos (representações dos termos) são atribuídos para a linguagem dos estudantes do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Entende-se, portanto, que existiu uma “guerra de palavras”, entre a produção de discursos e narrativas de estudantes e órgãos governamentais por meio do órgão produtor e acumulador de documentos, o que nos leva à pergunta: se a linguagem pode ser entendida como a materialidade do conteúdo informacional, de que maneira ela serve ao poder? E ainda, onde estão os sistemas e redes de informação estatais que mais se aproximam de nossas realidades de cientistas da informação? Existiram comunidades com discursos específicos de informação e contrainformação? Existe um jogo de lutas e disputas de poder no discurso e na linguagem empregada dentro e fora do corpo da burocracia que se encontra em seus documentos? Como a linguagem textual e de imagens servem para o jogo de dominação de classes entre os segmentos sociais dominadores e dominados? Como se deu a comunicação, o controle e a vigilância de professores, alunos e técnicos administrativos por meio da linguagem e dos discursos? Ou ainda, como se deu o processo, o fluxo informacional, a lógica documental, relacionados aos documentos, dados e informações levantados sobre cidadãos considerados suspeitos no ambiente acadêmico? O contexto simbólico institucional e os efeitos na sociedade em que estão inseridos devem ser levados em consideração: existe uma dominação simbólica que se manifesta através da linguagem oficial (padrão) por meio dos recursos sociais que lhe dão chancela e legitimidade? Consequentemente, existe uma violência física e simbólica nos textos dos documentos? O que é ter um código? O que é

compartilhar este código? Todo ato de fala é ilocucionário e tem efeito ilocucionário ligado às normas sociais? Se a linguagem oficial está relacionada àquela que tem autorização, legitimidade e chancela nas bases sociais e culturais para o seu funcionamento, essa linguagem oficial pode se dar a partir da legislação, de manuais dos órgãos governamentais que lhe dão credibilidade e legitimidade, normalizando, por meio dos documentos, seus formatos (espécie e tipos) e conteúdos?

Por extensão, pergunta-se: como se constitui a linguagem, a narrativa e o discurso utilizados nos documentos administrativos e boletins (jornais) do Diretório Central dos Estudantes (DCE) à época da Ditadura Civil-Militar, e como esta mesma linguagem forjou as informações produzidas no âmbito desta ASI? Esses discursos são representados pelos documentos e informações, pela configuração da Tipologia Documental e pelo conteúdo escrito por estudantes, professores, técnico-administrativos e até o próprio órgão de informação ASI UFF. Esses atores fazem parte de uma comunidade e têm o seu próprio discurso dentro desse órgão governamental. Portanto, queremos entender como se deu o sistema de informação a partir dos documentos e atores envolvidos; quais as comunidades de informação e contra-informação existentes; e quais foram as estruturas e códigos enunciados através dos documentos, levando em consideração que a memória e a produção de sentido se faz por meio da materialidade do código linguístico, mas também pela produção e reprodução de sentido de documentos classificados de sigilosos.

Para que serve um documento de arquivo? Nos nossos dias, nas sociedades modernas, pode expressar-se a utilidade, a função dos documentos institucionais pelos quatro infinitivos de Dominique Perrin: provar, lembrar, entender e comunicar. Os dois primeiros se situam no prolongamento da utilidade instrumental dos documentos, os dois seguintes introduzem uma noção de informação mais ampla, que traduz parte do alargamento atual da função. [...] Utilizar documentos de arquivo para interrogar-se sobre o passado é da ordem dos conhecimentos, é procedimento do historiador. [...] Hoje, a função de compreensão é não apenas política, mas econômica e social e, sobretudo, cultural e identitária. Os problemas que se colocam para a sociedade pós-industrial são novos e atingem todos os níveis da sociedade, evidentemente em graus e intensidades diferentes, dependendo dos países, mas o fenômeno é geral. (DELMAS, 2010, 142–144)

Há uma reflexão teórica com relação ao documento e aos arquivos enquanto uma representação na Ciência da Informação e na Arquivologia, numa perspectiva que depende de comunidades discursivas, do domínio do conhecimento.

Conforme Negreiros refletiu sobre a influência da análise do domínio para a compreensão dos fundos arquivísticos¹ sob a perspectiva de teóricos da Ciência da Informação, tais como Birger Hjørland. Ele procurou identificar as instituições públicas ou privadas produtoras de documentos arquivísticos como domínios específicos, que produzem documentos decorrentes de suas atividades e funções. O autor ressalta, ainda, que na análise de domínio, as comunidades discursivas:

possuem terminologia especializada; requerem análises estruturais e históricas para a determinação da organicidade dos documentos e estabelecimento do princípio de proveniência; abrangem uma comunidade de usuários com necessidades de acesso a documentos e necessidades informacionais complexas e específicas; e utilizam sistemas inteligentes para recuperação e organização de documentos arquivísticos. Não se trata, entretanto, de analisar e mapear o conhecimento da arquivologia, mas de considerar a instituição produtora e receptora dos documentos arquivísticos como o ambiente, ou seja, um domínio específico a ser estudado profundamente. (NEGREIROS, 2008, p. 81)

Passamos a contextualizar o momento enfocado, destacando que em função dos movimentos estudantis que eclodiram sobre o mundo naquele período, principalmente nos anos 1960, as universidades e a disseminação do conhecimento sempre foram o foco das atenções do regime militar. Jovens estudantes e professores tinham um determinado direcionamento político e ideológico que era passível de vigilância e controle, sempre seguidos de violência, pelos órgãos de repressão da ditadura Civil-Militar.

¹ O fundo abarca documentos gerados ou recebidos por entidades físicas ou jurídicas necessários à sua criação, ao seu funcionamento e ao exercício das atividades que justifiquem a sua existência mesma, descartando-se, assim, a caracterização de coleção (documentos reunidos por razões científicas, artísticas, de entretenimento, ou quaisquer outras que não as administrativas); os documentos pertencentes a um mesmo fundo guardam relação orgânica entre si, constituindo uma unidade distinta, como frisa Schellenberg, não podendo seus componentes ser separados, vindo a constituir outros agrupamentos aleatoriamente; a noção de fundo está estritamente ligada ao próprio órgão gerador dos documentos; essa noção preside a fixação dos fundos, embora a produção dos documentos represente a sua primeira idade e o estabelecimento de fundos seja uma operação típica do arquivo permanente, portanto aplicada a documentos de terceira idade; para os documentos possibilitarem a constituição de um fundo é preciso que a entidade produtora seja administrativa e juridicamente consolidada, como aponta Vicenta Cortés em sua definição; o fato norteador da constituição do fundo é o órgão produtor, a origem do documento, o que ele representa no momento da sua criação: a entidade que o gerou, a razão pela qual foi criado e sua função são fatores que o marcarão definitivamente, mesmo que a sua utilização pelos historiadores seja muito mais ampla, e até mesmo muito mais diversificada do que se poderia supor quando da produção da informação. (BELLOTTO, 2005, p. 130)

Para melhor delimitação do nosso objeto, não podemos deixar de mencionar, em perspectiva histórica, com fins contextuais, os acordos realizados antes de 1964, no Brasil, durante o período da Guerra Fria entre EUA e a antiga URSS. Tais acordos estão relacionados ao movimento de interferência no processo educacional no país e foram realizados entre o Ministério da Educação (MEC) e a *Agency for International Development* (USAID), que passa a ter uma influência em todos os níveis educacionais, em particular no ensino superior no Brasil. Esses acordos, denominados de MEC USAID, aconteceram durante a Guerra Fria, época em que o mundo estava bipolarizado, e passaram a servir no sentido de que os estudantes brasileiros fossem preparados para ser mão de obra especializada, um corpo de tecnocratas, em uma sociedade industrializada e capitalista, baseada no planejamento educacional realizado pelos consultores que vinham ao nosso país.

Entretanto, Pina (2008, p.2) fez também uma outra leitura dos fatos, relacionando esses acordos com formas de conter e controlar o movimento estudantil. A autora analisou os paradigmas de “modernização e progresso” utilizados pelo governo norte-americano, principalmente nos governos dos ex-presidentes da República Castelo Branco e Costa e Silva.

Pretendemos analisar o acordo no interior das lutas políticas da década de 1960, com o objetivo de mostrar como, para o governo, a efetivação deste acordo era uma maneira de conter e, se possível, acabar com as constantes manifestações dos estudantes que estavam insatisfeitos com as condições universitárias da época. Por último, complementando o nosso trabalho, pretendemos analisar o modo como a sociedade brasileira encarou o acordo, examinando tanto suas críticas como a opinião dos que os defendiam. (PINA, 2008, p. 4).

Cabe sinalizar que, quando se pensa também em atribuição de sentido (representação) localizamos também aquela imposta pela instituição e pelo arquivista quando avalia, organiza, representa e disponibiliza as informações. Ou seja, está aí posto um terceiro momento de atribuição de sentidos. E em um último momento, para fechar este ciclo no sistema de informação, pelo qual perpassa o sentido (de palavras e termos) verificamos que no acesso à informação, o pesquisador também poderá lhe atribuir novos sentidos.

Tomamos como hipóteses ainda os seguintes aspectos: as memórias marginalizadas e os discursos dos movimentos ditos subversivos ainda não foram totalmente revistos. Existem memórias nacionais (oficiais) que podem oferecer esclarecimentos sobre os movimentos revolucionários, como os critérios de avaliação dos elementos que eram classificados como comunistas. Há disputas de memórias coletivas oficiais que foram declaradas e sedimentadas,

assim como memórias silenciadas. As famílias, os sindicatos, os representantes governamentais, os técnico-administrativos, professores e alunos das universidades mostram memórias de segmentos sociais que foram vítimas nesse período com a repressão e a vigilância constante, tais como o perfil dos alunos, dos professores, suas viagens ao exterior para pesquisa, livros proibidos, shows com cantores populares e até programação de filmes.

Como objetivo geral, buscamos compreender, a partir do fundo documental ASI, da UFF, e mais especificamente nos jornais e documentos administrativos do Diretório Central dos Estudantes (DCE), o contexto atrás do texto do Sistema Nacional de Informação e Contra-Informação das atividades chamadas de inteligência. Como objetivos específicos, nos propusemos a: a) constatar os traços e vestígios de controle, poder, violência e vigilância exercidos pelo regime ditatorial dentro da comunidade de informações e contra-informações ; b) Discutir a interdisciplinaridade entre a Arquivologia, Diplomática Contemporânea e a Ciência da Informação c) Propor a pertinência da Análise Tipológica para o levantamento e identificação de documentos do período da ditadura civil-militar, demonstrando uma determinada comunidade discursiva, com expertise e terminologias próprias. d) Contribuir para o aumento da identificação e conceituação de espécies e tipos documentais por meio de documentos considerados sigilosos e que foram desclassificados.

Quanto à metodologia teórica do trabalho de pesquisa, no aspecto teórico-metodológico adotou-se, de forma interdisciplinar Morin (2007, p. 29-71), articular as disciplinas, na qual algumas disciplinas ou áreas de conhecimento podem contribuir para a resolução de problemas de outras áreas; o desafio e a aprendizagem da Teoria da Complexidade, a reforma do pensamento científico e a ecologia cognitiva.

A pós-modernidade é uma das visões possíveis neste momento da sociedade em decorrência da inspiração de pensadores como os autores canadenses, tais como, Terry Cook (2012), Mac Neil (2016) e os pós-estruturalistas, em particular em autores franceses como Michel Foucault (1997), quanto a crítica ao documento, os enunciados nos arquivos, suas séries e sub-séries documentais em obras como a “Arqueologia do Saber” Foucault (1997) e o “Mal de Arquivo” Derrida (2001). Sobre a origem do arquivo, o comando e o controle existentes nos arquivos, Foucault diz:

Ora, por uma mutação que não data de hoje, mas que, sem dúvida, ainda não se concluiu, a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera

como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. É preciso desligar a história da imagem com que ela se deleitou durante muito tempo e pela qual se encontrava justificativa antropológica: a de uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças; ela é o trabalho e a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes etc.) que se apresenta sempre e em toda parte, em qualquer sociedade, formas de permanências, quer espontâneas, quer organizadas.(FOUCAULT, 1997, p.8)

Na perspectiva de Cook (2012), houve uma mudança para o ponto de vista da esquerda, no qual as minorias passaram a ter identidade, e em que o estado deve prestar contas à sociedade (*governance*) das memórias coletivas e individuais. Neste caso, consideramos a possibilidade de processos indenizatórios às vítimas de períodos de regimes de exceção. Já Jacques Derrida (2001), sublinha os aspectos de “ordem” social e como estes influenciam e interferem na própria produção dos arquivos, relacionando os mesmos aos aspectos de origem, ordem, controle e até comando. Curiosamente, observamos no texto de Derrida a vocação dos antigos arcontes (possíveis arquivistas da antiguidade clássica) para uma interpretação do sentido dos arquivos.

É bem verdade que o conceito de arquivo abriga em si mesmo esta memória do nome *arkê*. Mas, também se conserva *ao abrigo* desta memória que ele abriga: é o mesmo que dizer que a esquece. Nada há de acidental ou surpreendente nisso. Com efeito, ao contrário daquilo que geralmente se imagina, tal conceito não é fácil de arquivar. Temos dificuldade, e por razões essenciais, em estabelecê-lo e interpretá-lo no documento que nos entrega; aqui, no nome que o nomeia, a saber, “o arquivo”. De certa maneira, o vocábulo remete bastante bem, como temos razões de acreditar, ao *arkê* no sentido físico, histórico ou ontológico: isto é, ao originário, ao primeiro, ao principal, ao primitivo em suma, ao começo. Porém, ainda mais, ou antes ainda, “arquivo” remete ao *arkhê* no sentido nomológico, ao *arkhe* do comando. Como o *archivum*, ou o *archium* latino (palavra que empregamos no singular, como era o caso inicialmente do francês “archive”, que outrora era usado no singular e no masculino: un archive”), o sentido de “arquivo”, seu único sentido, vem para ele do *arkeion* grego: inicialmente uma casa, um domicílio, um endereço, a residência dos magistrados superiores, os *arcontes*, aqueles que comandavam. Aos cidadãos que detinham e assim denotavam o poder político reconhecia-se o direito de fazer ou de representar a lei. Levada em conta sua autoridade publicamente reconhecida, era em seu lar, nesse lugar que era a casa deles (casa particular, casa de família ou casa funcional) que se depositavam então os documentos oficiais. Os *arcontes* foram os seus primeiros guardiões. Não eram responsáveis apenas pela segurança física do depósito e do suporte. Cabiam-lhes também o direito e a competência hermenêuticos. Tinham o poder de interpretar os arquivos. Depositados sob a guarda desses arcontes,

estes documentos, diziam, de fato, a lei: eles evocavam a lei e convocavam à lei. Para serem assim guardados, na jurisdição desse dizer a lei, eram necessários ao mesmo tempo um guardião e uma localização. Mesmo em sua guarda ou em sua tradição hermenêutica, os arquivos não podiam prescindir de suporte nem de residência. (DERRIDA, 2001, p. 12–13)

Outrossim, a pós-modernidade não se trata da negação total do pensamento clássico na Arquivologia, mas uma proposição de inversão do protagonismo de seus atores nos jogos de poder diante dos desafios dos novos fenômenos tecnológicos e sociais. Podemos pensar na pós-modernidade ligada aos desafios impostos pelo mundo tecnológico e pelas mudanças de paradigmas sociais, fazendo com que o arquivista tenha uma postura pró-ativa diante do documento, sendo criativo, interpretando-o sob aspectos sociológicos, e até antropológicos.

Apesar da análise supra, o pós-modernismo e a Arquivologia não precisam ser opostos. A preocupação do pós-modernismo com os “contextos semioticamente construídos” de criação de documentos reflete o interesse arquivístico de longa data pela contextualidade, pelo mapeamento do inter-relacionamento entre o produtor e o documento, para a determinação do contexto ao ler através e por trás do texto. Desta forma, os arquivistas podem ter sido, sem saber, os primeiros pós-modernistas – décadas antes que o termo fosse sequer inventado! (COOK, 2012, p.139)

Nos propomos nesta tese a discutir questões de memória que podem ser associadas à crítica ao documento arquivístico e à organização do conhecimento. Passamos a ver além dos significados técnicos e práticos, o contexto que está por trás do texto, questões voltadas para os estudos sobre memória social, processos informacionais relativos ao exercício da cidadania, ao direito à informação e ao passado, a fim de percebermos algumas aspectos relacionados com a nossa pesquisa. No caso das funções arquivísticas, percebe-se mudanças na produção, classificação, avaliação, destinação, descrição e difusão das informações que foram impactados principalmente pelas tecnologias da informação.

Na fundamentação teórica apresentamos algumas abordagens relacionadas à uma discussão sobre o objeto documento e a informação, sem esgotarmos o assunto, procurando comparar o documento na Arquivologia, na Diplomática e na Ciência da Informação. Entretanto, apesar deste trabalho apresentar um viés epistemológico, não é uma pesquisa essencialmente com este caráter. Esta breve explanação será apenas para nos situarmos e entendermos como podemos encarar o documento e a informação num contexto mais amplo

da pesquisa. Como também, estamos apresentando correntes de pensamento na Arquivologia e na Ciência da Informação, sem privilegiar perspectivas epistemológicas, fornecendo apenas um breve panorama de pontos de vista. Faz-se importante ressaltar, que existe uma corrente de pensamento anglo-saxônica da Ciência da Informação que tem como objeto a informação, e outras correntes de origem européia que vêm considerando o documento como objeto em países como a França e a Bélgica, tendo uma influência das áreas de Bibliografia e de Documentação.

A Ciência da Informação é considerada por Loureiro e Pinheiro (1995) e Pinheiro (2017) uma ciência social aplicada, associada às tecnologias da informação, com aspectos de interdisciplinaridade, transdisciplinaridade. No artigo estes autores identificaram diversos conceitos de informação, do ponto de vista administrativo até ao de aspecto cognitivista, que a informação modifica a estrutura do sujeito e da sociedade. Diante disto, no nosso entendimento a Ciência da Informação até pode ser considerada uma metaciência, pois tenta explicar outras ciências, e até contribui para resolver problemas de outras áreas de conhecimento, com várias correntes de pensamento, algumas voltadas para aspectos administrativos, produção e comunicação científica até àquelas voltadas para aspectos cibernéticos e cognitivos. A Ciência da Informação é uma ciência social aplicada, considerada pós-moderna, associada à interdisciplinaridade, e às Tecnologias da Informação e Comunicação. Ver correntes de pensamento da Ciência da Informação em Carlos Alberto Ávila de Araújo², mas que daremos mais enfoque à Teoria Crítica da Informação, que neste trabalho será associada à Teoria da Classificação e da Representação (Organização do Conhecimento).

Fonseca (2005) relacionou a Ciência da Informação à Arquivologia³, comparando o corpo teórico de uma e de outra disciplina, sendo a primeira autora no Brasil a mencionar em sua tese de doutorado o pensamento de Terry Cook, e as mudanças de paradigmas, da Arquivologia Clássica para a chamada de Arquivologia Pós-moderna, relacionada à Ciência da Informação. A autora indica, ainda, como a Ciência da Informação poderia contribuir para

² Ver correntes de pensamento da Ciência da Informação em Carlos Alberto Ávila de Araújo. ARAUJO, Carlos Alberto Ávila de. Correntes teóricas da Ciência da Informação. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p.192-204, set./dez. 2009. Ver também Teoria Matemática da Informação, Teoria Sistêmica, Teoria da Representação e da Classificação, Teoria Crítica da Informação, Aspectos cognitivos e de usuários, Teoria da Produção e Comunicação Científica.

³ FONSECA, Maria Odila K. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005

resolver problemas existentes na Arquivologia. Dentro desta dimensão, vimos surgir a corrente de pensamento da Arquivística Canadense, que trabalha com o estatuto da informação orgânica registrada como objeto da Arquivologia, configurando-se uma mudança de paradigma, do objeto arquivístico documento para a informação. Os canadenses pensam na informação como orgânica e social, não deixando de se preocupar com os vínculos entre a informação e seu contexto de produção.

Elaborada, enviada ou recebida no âmbito da sua missão (organismo) [...] a produção de informações orgânicas registradas dá origem aos arquivos do organismo. Sob esta designação, são agrupados todos os documentos, seja qual for o seu suporte e idade, produzidos e recebidos, pelo organismo no exercício das suas funções. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 64 – 65)

Desta forma, pensamos também como a Arquivologia e a Diplomática podem contribuir para os avanços da Ciência da Informação anglo-saxônica e nacional, como por exemplo, trazendo questões associadas à autenticidade, fidedignidade, organicidade, vínculo arquivístico e à identificação documental. Podemos nos aprofundar na questão do(s) objeto(s) científicos da área e de suas correntes de pensamento em tese de Doutorado de Schmidt ⁴.

Propostas de Thomassen refletem significativamente as abordagens que se autodenominam “ pós-modernas” para a Arquivologia, tais como as ideias de Terry Cook e a Arquivologia Funcional, dentre outras. São enfoques que não questionam a cientificidade da área, tampouco a inserem obrigatoriamente na perspectiva informacional como premissa de gestão ou institucionalização científica. O que almejam é que a interferência de quem produz o documento seja considerada pela Arquivologia, já que o documento não é um subproduto administrativo, mas sim um produto elaborado em contextos semioticamente produzidos (COOK, 1988,p.204), dinâmicos e carregados de relações de poder que o norteiam. (SCHMIDT, 2015, p. 206 – 207)

Neste ponto da pesquisa, iremos iniciar uma reflexão junto aos autores da Ciência da Informação quanto ao documento e à Informação. Existem autores que primam pela noção de documento e são considerados neodocumentalistas Lara (2010, p.50–55) e outros que mantêm que a informação é o objeto da Ciência da Informação. Ultimamente, alguns autores da Ciência da Informação, como Frohmann (1997) e Hjørland (2002, 2007, 2010), vêm adotando abordagens sociais (que terão maior destaque nesta pesquisa) e se preocupam com

⁴ SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **A Construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da Arquivologia**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2015.

comunidades discursivas e com a questão do poder que ronda o objeto da Ciência da Informação: a informação. Já Capurro (2007,2014) propõe uma abordagem Hermenêutica ⁵ e interpretativa da informação. Outra abordagem da Ciência da Informação, é uma postura histórica e filosófica, ligada à teoria crítica da informação, que apresenta uma desconfiança dos fatos, a negação das evidências, procurando interpretar aquilo que está oculto ou camuflado nos documentos e informações. Alguns autores da Ciência da Informação foram levantados e comparados num viés epistemológico, pois analisaram a questão do documento e da informação na perspectiva da Ciência da Informação e iremos apresentar de forma panorâmica.

Otlet – Documento: suporte de dados, receptáculo de ideias, meio de transmissão do pensamento. Abordagem: fundo (conteúdo) e forma. Briet Documento: evidência física; material do conhecimento fixado; signo físico ou simbólico. Abordagem do documento: distinção entre documento primário e secundário é interpretação subjetiva; Escarpit, Meyriat – Documento: função icônica ou suporte material; função discursiva, instrumento de comunicação; função documental e garantia de estabilidade, durabilidade; Abordagem do documento: importância da recepção: o uso faz o documento; documento por intenção, documento por atribuição (Meyrat) Buckland – não fala em documento, mas em informações; Abordagem do documento: informação como coisa, categoria central; informação como processo, informação como conhecimento; Belkin, Brookes, Wersig, Ingwersen – Documento: não falam em documento, mas em informação; Abordagem do documento: substituída por abordagem mentalista da informação. Capurro e Hjørland não falam em documento, mas em informação; Abordagem do documento: informação é signo, conceito subjetivo mas não individual (LARA, 2010, p.50–55)

Já na Arquivologia o documento tem valor de prova documental e neste caso se distingue da Ciência da Informação. O documento, neste caso, está representado dentro do fundo documental, por sua origem (proveniência), dentro de uma organicidade ou inter-relacionamento com outros documentos do fundo arquivístico, por seu contexto, suas funções, atividades e atos, o conteúdo, sua substância, natureza do ato que se registrou numa estrutura fixa e seu suporte documental.

No plano das questões interdisciplinares entre a Arquivologia e a Diplomática, as relações entre o documento na Diplomática, visto como indivíduo, e sua relação com a Arquivística foi assinalado por Bautier (1961). Carucci (1987), arquivista italiana, resgatou

⁵ Hermenêutica – Método de Interpretação, primeiro, dos textos e, depois do universo social, histórico e psicológico. In: BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de Filosofia**. Tradução Desidério Murcho et al. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 181.

esta relação, inaugurando a chamada Diplomática Contemporânea, que vê como o documento está inserido num conjunto documental arquivístico para ter atribuição de sentido. O documento do ponto de vista da Diplomática Contemporânea é trabalhado também por Duranti (1994); Menne-Haritz (1994) e Camargo (2017) que vêem no documento o próprio fato, levando-o ao sentido revelado na dimensão do fundo documental, sua proveniência.

A utilização como metodologia de pesquisa a Diplomática e Tipologia Documental traz alguns aportes teóricos como a contribuição de Heloísa Bellotto (2002). Dialogamos igualmente com Ana Célia Rodrigues (2010) e com Natalia Bolfarini Tognoli (2013) buscando a teoria e a práxis para critérios de análise na Diplomática Contemporânea e da Tipologia Documental. Camargo (2017) e Bellotto (2012) relacionam os documentos de arquivo com o seu contexto de produção e sua organicidade na arquivística, o vínculo arquivístico, analisando os documentos de arquivo em uma relação com o órgão produtor e com o fundo documental.

As análises diplomática e tipológica são aplicações práticas dos estudos teóricos e metodológicos da diplomática e da tipologia documental, áreas das ciências documentárias que se concentram, respectivamente, no estudo formal do documento diplomático, quando considerado individualmente, e no estudo das relações com o contexto orgânico de produção e atuação dos enunciados do seu conteúdo, quando considerados dentro dos conjuntos lógicos denominados séries arquivísticas. (BELLOTTO, 2008, p.IX)

Quanto à metodologia aplicada (práxis) buscar-se-á entender a representação do fundo documental da ASI, da UFF inicialmente, a partir do seu Quadro de Arranjo documental, procurando respeitar a sua ordem original, e posteriormente a análise ou estudo de campo (fundo documental): a seleção por amostragem de documentos administrativos e boletins a serem analisados, com base na identificação dos documentos da ASI e do Diretório Central dos Estudantes - DCE, da UFF de acordo com a identificação de documentos e Análise da Tipologia documental. Como parte da metodologia, a identificação do contexto documental; da estrutura do fundo documental, tipologias (espécies e tipos) documentais, assuntos e termos utilizados na ASI da UFF, do Diretório Central de Estudantes - DCE e quanto aos documentos administrativos e os Boletins Informativos do DCE. Neste sentido, houve a elaboração e aplicação de formulários de identificação de Análise Diplomática e Tipológica, com categorias e campos específicos, buscando a identificação dos documentos selecionados, seleção baseada nos seguintes critérios: 1. Documentos que reflitam algumas espécies documentais encontradas no acervo da ASI; 2. Documentos administrativos do ponto de vista

do órgão produtor de documentos; 3. Documentos administrativos e jornais estudantis produzidos pelo DCE, que mantiveram o vínculo arquivístico; 4. Documentos que estejam no período de 1971 a 1982; 4. Documentos que não envolvam a privacidade e intimidade de indivíduos; 5. Documentos que reflitam conflitos entre discursos das partes; 6) que servirão para posterior levantamento de termos relevantes para os pontos de vista governamental e dos estudantes do DCE.

Promover-se-á uma análise da vigilância, da violência e do controle exercido pelos e sobre os atores envolvidos na comunidade acadêmica, em particular, entendendo como atores do processo comunicativo e informacional os alunos e o órgão produtor. Existe uma metodologia do campo empírico da pesquisa, considerando a Tipologia Documental, que é uma ferramenta, com o desdobramento que define o tipo documental. Em um primeiro momento é a identificação e análise tipológica dos documentos. Vamos apresentar um formulário tipológico específico, adequado às nossas necessidades de pesquisa do fundo documental. A análise tipológica será relacionada à análise social baseada em manuais do próprio SNI, tais como fontes de informação, o Manual de Informações do SNI, Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos, Manual de Procedimentos administrativos do GAR ASI, buscando as funções, atividades e atos. Em um segundo momento, trabalharemos, com a Análise de Conteúdo, o conceito de relevância. Iremos identificar os boletins e documentos a serem analisados por amostragem; selecionar as matérias existentes no acervo de jornais; identificar a mensagem (gênero discursivo do poder) com seu significante e significado; elencar termos ou expressões que foram utilizadas à época e que no presente foram (re) significadas; buscar a ordem original do fundo documental como representação de um discurso oficial; conceituar os termos que foram selecionados; e elaborar de uma nuvem de termos relevantes, dentro da perspectiva da teoria da relevância por qualidade da informação e por assunto.

Além deste procedimento metodológico, outro momento é a seleção de termos ou expressões que foram analisados de forma qualitativa (de acordo com estudos de relevância) através da identificação de assuntos, espécies e tipos documentais, outras categorias da análise, tais como preâmbulo e dispositivo, que revelam de forma semântica o contexto institucional, administrativo e social do período ditatorial. Ainda no aspecto de relevância de termos (indexadores), fizemos de forma comparativa duas nuvens de termos mais frequentemente encontrados, sendo uma do ponto de vista dos órgãos de repressão (da comunidade de repressão) e outra dos estudantes (da comunidade de alunos universitários).

A importância deste trabalho deve-se ao fato de que, em primeiro lugar, a Arquivologia hoje está voltada para a compreensão dos fatos sociais por meio dos arquivos, de forma a deslindar o texto que está por detrás do texto, da análise das narrativas existentes nos documentos, em particular com relação a um período emblemático como o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil, dentro do recorte de 1971 a 1982.

Assim, numa relação interdisciplinar do Direito, Arquivologia, Diplomática e Tipologia Documental e História, faz-se importante mostrar a padronização das espécies documentais. O Direito prova, normaliza e categoriza, dá legitimidade e autoridade aos atos oficiais e vamos demonstrar a categorização de documentos como instrumento de comunicação e significação. Além disto, devemos destacar que os dispositivos da análise diplomática e tipologia documental, que levam ao conhecimento das ações, atividades e atos exercidos pelo órgão produtor de documentos.

Aceitar que o conhecimento histórico é poiesis e precisa ser entendido sempre como construção, isto é, como superação de evidências, não faz com que os documentos de arquivo percam, entretanto, a qualidade especular que os distingue dos demais e que permite reconhecer o acontecimento ou a ação de que são correlatos. (CAMARGO, 2017, p.6)

Em segundo lugar, esta pesquisa revela questões da Ciência da Informação que envolvem aspectos sociais das comunidades de informação, terminologias de determinado domínio de conhecimento oficial do estado, e esses discursos estão imbricados com o seu contexto documental e informacional. Outro aspecto interessante é o que está relacionado ao conceito de relevância, que pode levar ao significado na tipologia documental, dos termos e assuntos utilizados nos acervos arquivísticos. Saracevic (1970) foi um dos autores pioneiros nos estudos sobre relevância, tendo elaborado uma teoria sobre este aspecto da Ciência da informação. Contudo, não temos a pretensão de nos estendermos acerca desse prisma, mas apenas sinalizarmos para o uso da relevância quanto à dimensão qualitativa (por assunto) e a dimensão quantitativa (por frequência do uso de termos), podendo esta última ser confirmada no aspecto matemático tratado na Bibliometria e na Cientometria, áreas da Ciência da Informação relacionadas com os estudos matemáticos da informação.

A Ciência da Informação tem tentado entender e explicar o fenômeno relevância através de diversas abordagens, mas ainda existem falhas, como as que se relacionam com valores humanos envolvidos na comunicação do conhecimento. Já foi provado que relevância não pode ser estudada como um

fenômeno isolado; visto que depende de muitos fatores do processo de comunicação, parece razoável admitir que o melhor entendimento de componentes do processo poderá esclarecer a noção de relevância. Uma das áreas a ser explorada é certamente relacionada com a estrutura do conhecimento e sua representação. (FIGUEIREDO, 1977, p.77)

Não podemos deixar de assinalar como os acervos arquivísticos ditos sigilosos vêm suscitando diferentes debates de grupos e segmentos sociais, diferentes abordagens de estudos, inclusive dando margem para o recrudescimento do debate em torno de questões fundamentais para a sociedade, como o direito de acesso à informação, o direito à memória e até o direito ao silêncio, da parte daqueles que desejam esquecer as dores e perseguições do seu passado. O fundo documental arquivístico, suas séries de espécies e tipos documentais encontrados podem ensejar provas e pistas sobre desaparecidos políticos, códigos utilizados, torturadores que podem ser investigados pela Comissão da Verdade e por toda uma sociedade que clama por uma verdade silenciada ao longo do tempo, ou sobre diversas verdades envolvidas nesses acervos, pois a linguagem é uma forma de dominação.

Para uma apuração e sociabilização dos fatos que ocorreram naquele período ditatorial brasileiro, os governos em suas diversas instâncias de poder criaram a Comissão Nacional da Verdade, conforme Lei 12.528, de 2011. Comissões estaduais da verdade também foram criadas, como a de São Paulo, Pernambuco, Paraná, Paraíba, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que definiram que será criada uma estrutura centralizada para que os trabalhos regionais não se percam.

Além dessas Comissões da Verdade existentes, não podemos deixar de mencionar aquelas existentes nas universidades, tais como na Universidade Federal do Espírito Santo e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a fim de dar prosseguimento ao que a Comissão Nacional da Verdade (CNV) e as comissões estaduais recomendam em seus relatórios, a saber, identificar aqueles que foram vitimizados (oprimidos) e seus opressores. Estas comissões buscaram responder a uma série de questões até então sem solução referentes ao contexto político e social de repressão que foram marcados pela violação dos direitos humanos entre 1964 e 1985.

Simultaneamente, a Lei de Acesso à Informação (lei 12.527, de 2011) criou uma norma no país, na qual o sigilo é a exceção, possibilitando aos cidadãos cobrarem do Estado a transparência dos seus atos, tanto do passado quanto do presente, diante das demandas da sociedade. Estas foram tentativas de não deixar aquela memória da vigilância, controle e

opressão cair no esquecimento. No final de 2014 a Comissão da Verdade entregou seu relatório para a presidência da República, no qual dedicou parte desse documento aos professores e alunos universitários perseguidos pela ditadura.

É importante ressaltar que, em grande medida, a elaboração do relatório só foi possível graças à identificação, nos dias atuais, de acervos arquivísticos, em que jaziam documentos de desaparecidos políticos, torturados, torturadores e demais atores como ativistas políticos, sindicalistas, comunistas, estudantes universitários, professores e demais opositores ao regime. Esses acervos continham informações acerca dos próprios militares, do apoio da sociedade civil, da igreja católica, de empresários, dos jornais voltados para a situação, e dos interesses de corporações internacionais (ligadas aos Estados Unidos da América), além de outros segmentos da iniciativa privada que apoiaram ao golpe de 1964, denominado posteriormente como “Revolução de 1964”.

Dessa maneira, cabe afirmar que a “teia” de informações e os documentos encontrados nos fundos documentais produzidos pela comunidade de informações dos órgãos de segurança e informação são importantes testemunhos das memórias coletivas e individuais sobre a época da ditadura Civil-Militar.

Não obstante, o crescente interesse em fundos, acervos⁶ e coleções⁷ ligados aos documentos gerados pelos órgãos de controle e repressão. Desta forma, esta nova realidade acabou por refletir-se na própria criação, em maio de 2009, do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985): Memórias Reveladas⁸. Este centro precedeu a criação da CNV e ainda se encontra em ampla atividade, com o objetivo de viabilizar a existência de um banco de dados em rede, de acervos de instituições públicas e privadas ligadas ao tema. De fato, desde 2005, a Casa Civil determinou que as instituições federais transferissem toda a documentação sobre a ditadura militar para o Arquivo Nacional.

Como exemplo dessa transferência, podemos citar o caso da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), que transferiu ao Arquivo Nacional todos os arquivos do Conselho de Segurança Nacional (CSN), da Comissão Geral de Investigações (CGI) e do Serviço Nacional de Informações (SNI). O SNI foi criado como órgão centralizador, tendo Divisões de

⁶ Acervo – Segundo CAMARGO, Ana Maria de Almeida et. al. **Dicionário de Terminologia arquivística**. São Paulo: Centro de Memória da Educação: FEUSP FAPESP, 2010. p. 18 “Totalidade dos documentos conservados num arquivo.”

⁷ Coleção – Segundo CAMARGO, Ana Maria de Almeida et. al. **Dicionário de Terminologia arquivística**. São Paulo: Centro de Memória da Educação: FEUSP FAPESP, 2010. p.31 “ Reunião artificial de documentos que, não mantendo relação orgânica entre si, apresentam alguma característica comum.”

⁸ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Centro de Referências Memórias Reveladas**. Rio de Janeiro, [2013]. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em: 29 abr. 2013.

Segurança e Informação (DSIS) em todos os ministérios, como os órgãos que os representavam nas instituições públicas federais. A DSI do Ministério da Educação e Cultura foi particularmente ativa, pois a área de educação sempre se mostrou “problemática” em função dos movimentos estudantis, tendo células de suas representações nas universidades públicas federais como Assessorias de Segurança e Informação (ASIS ou AESIS). Outro fato importante é que os arquivos que fazem parte direta ou indiretamente do Centro de Referências Memórias Reveladas, ligado ao Arquivo Nacional, hoje representam um grande patrimônio para a humanidade, como o programa memória do mundo, pela UNESCO.

A estrutura do Estado, o poder, o discurso e a linguagem estão imbricados como fatos sociais. Assim, o mundo da cultura, da comunicação e da linguagem é fixado em todos nós, imprimindo a sociabilização através de valores, hábitos e códigos carregados de significados, em um contexto sócio-econômico, que cria uma rede informativa, um sistema de memória.

Uma ideologia dominante não só pontua a realidade social e natural de modos particulares, como a qualquer momento prescreve também as condições de verdade e de falsidade para ela aceitáveis. Tais condições implicam níveis de comunicação. Ao nível mais elevado do sistema ideológico existe a condição expressa de que a ideologia seja “verdadeira” e de que, por consequência, a participação nela seja a própria condição da verdade. Portanto, as ideologias não podem ser demonstradas como “verdadeiras” ou “falsas”, mas apenas experienciadas como tais. Como resultado, a verificação última de uma ideologia depende das mesmas condições que constituem os valores de sobrevivência do sistema socioeconômico que a produziu. Se o sistema socioeconômico manifesta uma sobrevivência a longo prazo, então a ideologia e a ideoeestrutura que participa na sua organização ter-se-ão tornado “verdadeiras”, ou mais corretamente, terão demonstrado a sua relevância e adequação. (WILDEN, 2011,p. 115)

Na primeira seção introduzimos o leitor quanto ao objeto, o foco e a delimitação da pesquisa, o problema ou questão norteadora e as variáveis do problema, os objetivos, a metodologia, a justificativa ou importância da pesquisa.

Na segunda seção, detalharemos a fundamentação teórica com os principais autores, que buscaremos num viés epistemológico, de forma interdisciplinar, refletir numa visão panorâmica sobre algumas correntes de pensamento na Arquivologia e na Ciência da Informação, que tratam de contextos que remetem para a questão da produção de sentido nos documentos, nos arquivos, e nas informações.

Por um lado uma corrente denominada de pós-moderna, representada por Cook, (2012), Derrida (2001) . No que diz respeito à pós-modernidade, o relativismo, um chamado discurso de esquerda, os conceitos de interdisciplinaridade, de metarrelatos para

microrrelatos, a ciência como um discurso não mais absoluto, o contexto que está por detrás do texto, questões sobre memória coletiva e individual, governança, a polêmica relação da Pós-modernidade na Ciência da Informação e na Arquivologia. Há uma influência da *Escola dos Annales*⁹, da História, a partir de 1929 e suas gerações de historiadores em autores da Arquivologia, conforme Cook (2012) (Hedstrom, Eastwood, Mac Neil, 2016). Desta forma, procurando verificar o contexto que se encontra atrás do texto dos documentos, arquivos e discursos, construção de discursos, comunidades de discurso, discurso e resistência.

Por outro lado, há a influência de outros autores na Arquivística de outra corrente de pensamento, que consideram a importância do documento, características e princípios clássicos com Jenkinson (1937), Schellenberg (2005), autores do início do séc. XX, mas que ainda influenciam a literatura arquivística. A professora alemã Menne Haritz (1994) vê a importância dos princípios arquivísticos na identificação dos documentos e na avaliação documental. Atualmente, vemos na Diplomática e Tipologia documental campos de conhecimento relacionados com representantes da Diplomática Contemporânea ou Arquivística: a professora italiana Duranti (2015). No Brasil, as professoras Camargo (2017) e Bellotto (2005, 2008, 2010), Rodrigues (2010), Tognoli (2013) atribuindo sentido aos documentos de arquivo, relacionado-os ao seu contexto de produção, no aspecto de conjunto documental orgânico, com seu vínculo arquivístico documental preservado, conforme é atribuído na Diplomática Contemporânea e à Tipologia Documental.

Na Ciência da Informação dialogaremos com autores que irão tratar do conceito de documento, documentação e informação. Trabalharemos com as obras de Otlet (1934), Briet (1951), discípula de Otlet, que viu no documento um signo, que representava o referente na realidade. Entretanto, iremos dar preferência para autores como Hjørland, (2002, 2007, 2010), preocupado com estudos de semântica, relevância e de domínios de conhecimento, e Frohman (1997), relacionados com a informação e o poder, comunidades de informação. Trataremos igualmente com Buckland (1991, 2014), que vê a informação como conhecimento, processo e como coisa, que se aproxima das necessidades de estudos sobre as relações desse enfoque com a informação registrada (documento), as noções de informação como objeto tangível ou

⁹ BURKE, Peter. **A Escola dos Annales: 1929 – 1989: A Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Editora Unesp, 2010. O autor distinguiu três gerações de historiadores dessa escola, conforme a seguir: A primeira inclui Lucien Febvre e Marc Bloch, os fundadores que foram contra o “ antigo regime historiográfico” a velha história, e fundaram os *Annales*, revista que carrega como pressuposto a colaboração interdisciplinar. A segunda geração teve Fernand Braudel como figura dominante e corresponde ao período em que apareceram novos método e categorias; e a terceira geração de historiadores contemporâneos, que adotaram posturas mais abertas com relação às correntes historiográficas tradicionais.

intangível, evidência, e tipos de documentos. Saracevic (1970) nos auxilia na discussão a partir do conceito de relevância, podendo esse conceito estar mais ligado às pesquisas quantitativas ou qualitativas da informação, que por sua vez foi um conceito retomado por Hjørland (2010). Já em Capurro (2007, 2014) relaciona a Ciência da Informação com a Hermenêutica, ou seja, levanta questões subjetivas que envolvem a interpretação do documento e a informação. Iremos apresentar mais adiante um quadro comparativo de alguns autores que trabalharam com o conceito de documento e informação. Iremos apresentar alguns conceitos de Organização do conhecimento, de domínios de conhecimento, classificação, representação da informação, que podem auxiliar na compreensão de possíveis relações com outras correntes de pensamento da CI, tais como os estudos críticos da CI, estudos cognitivos e de usuários, e de que maneira podem ficar relacionados nesta pesquisa.

Na terceira seção usamos um breve relato sobre o que é a Diplomática, a Diplomática Contemporânea e a Tipologia Documental como extensão da Diplomática, o seu uso como metodologias para a identificação de documentos na arquivística, verificando como poderão ser utilizadas na identificação da gênese documental, das funções, das atividades e atos, espécies e tipos documentais do fundo documental estudado, por amostragem. Além disto, podemos verificar o potencial informacional (do dispositivo, substância, da razão de ser, o motivo do documento ter sido elaborado, a ação, o assunto), que pode existir nos documentos arquivísticos por meio da função arquivística de identificação documental¹⁰.

Isto remete ao próprio conceito de arquivo e a necessidade de um parâmetro científico para identificá-lo, em qualquer situação que se apresente ao longo do ciclo vital. Por esta razão, não podem ser reconhecidos pelo assunto, mas pela ação que determinou sua produção em determinado contexto. (RODRIGUES, 2010, p. 187)

Assim, compreendemos a importância desta dimensão da pesquisa para os estudos, avanço e consolidação da Arquivologia e da Ciência da Informação no que diz respeito ao potencial informacional dos documentos, na representação ou descrição arquivísticas, relacionadas com a identificação de documentos, utilizando-se da Tipologia documental.

Já na quarta seção iremos verificar um breve histórico da Ditadura Civil-Militar no Brasil, que abarcou 21 anos, de 1964 – 1985, com o revezamento de militares na presidência

¹⁰ Ver mais sobre identificação como função arquivística RODRIGUES, Ana Célia. Natureza do documento de arquivo: vínculo e estrutura. In: FREITAS, Lúcia Silva de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia. **Documento: gênese e contextos de uso**. Niterói: Eduff, 2010. p. 175 – 192.

da República. Esses governantes e militares, nem sempre tiveram um consenso quanto à concepção governamental, num período do “nacional desenvolvimentismo”, durante a expansão do capitalismo em países latino-americanos, no qual o nosso país estava inserido.

Iremos analisar o surgimento de órgãos de inteligência no Brasil, o contexto do período ditatorial enfocado chamado de “modernização administrativa”; do golpe de 1964 à estrutura do Serviço Nacional de Informação – SNI. Identificamos no desenrolar da pesquisa, o recolhimento dos fundos do Serviço Nacional de Informação – SNI e do Sistema Nacional de Informações – SISNI ao Centro de Referências Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional ; as palavras e termos utilizados pelas Comunidades de Informação e Contra'-Informação, genealogia, administração e legislação de Regimento de Salvaguarda dos Documentos Sigilosos - RSAS, Manual do SNI e outros instrumentos normalizadores de documentos utilizados pelos órgãos da Ditadura Civil- Militar.

A noção de Campo de Estado em Bourdieu (1977, 1992, 1996, 2014) como um Metacampo, que traz à tona interpretações de outros campos, desde o campo burocrático até o que é um campo informacional, relacionado com capital simbólico e capital social, violência simbólica que pode se dar por meio da linguagem. Iremos tratar ainda das noções de Regimes de Informação, Cadeias de Informação e tipos de poder em Frohman (1997), Braman (2004, 2006, 2009), González de Gómez (2012), relacionados com o Sistema Nacional de Informação - SISNI, o Serviço Nacional de Informações – SNI, que se constituíram na Comunidade Nacional de Informações e de Contrainformações, além de Comunidades Setoriais de informação, nas quais mantinham uma rede de informação com órgãos governamentais, dentro dos Ministérios Cíveis e Militares. Quanto aos Ministérios Militares, quais os sub-sistemas de informação que representavam as forças armadas do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Quanto aos Ministérios Cíveis observou-se as representações das Divisões de Segurança e Informação – DSIs, tendo as suas representações com as Assessorias de Segurança e Informação – ASIS, em múltiplos e variados ambientes governamentais, inclusive nas universidades ou instituições federais de ensino superior.

Na produção, acompanhamento e coleta de documentos referentes às funções de controle e vigilância , apresentamos a gênese e a administração de documentos sigilosos, apresentando critérios bem definidos pelos órgãos de repressão na criação de procedimentos inspirados em técnicas da Biblioteconomia e da Arquivologia : elaboração de instrumentos e ferramentas de administração de arquivos; tais como, o de Formulário de Transferência de

Documentos, Marcação e controle de documentos, classificação de documentos sigilosos, entre outros procedimentos, como por exemplo, o de controle de autoridades nas áreas dos órgãos, de certificação, e etc. Destaca-se o procedimento de “Destruição” de documentos com formulário próprio e sistemática dessa prática, constando as autoridades que iriam autorizá-lo. (Ver ANEXO B)

Na quinta seção iremos destacar na realidade das Comunidades Setoriais de Informação, das quais fazem parte as Assessorias de Segurança e Informação ASIS, seus atores, seus regulamentos, normas, estruturas, funcionamento, a partir das suas funções e atividades. Destaca-se a representação do Fundo Documental da Assessoria de Segurança da Universidade Federal Fluminense – UFF, a lógica da produção e da transmissão documental, suas séries documentais, seus assuntos e tipologias documentais, a classificação de sigilo e em particular as principais manchetes e títulos abordados pelos Boletins Informativos do Diretório Central dos Estudantes – DCE, da UFF à época. Da estrutura das Assessorias de Segurança e Informação nas Instituições Federais de Ensino Superior e do fundo documental da Assessoria de Segurança e Informação – ASI, da UFF.

Na sexta seção nos detivemos na produção de documentos de informação do SISNI, sua estrutura documental, seus sinais de validação, suas fórmulas. No item 6.1. Aplicamos a Análise Tipológica em parcela do fundo da ASI, com uma metodologia de levantamento de espécies documentais relacionadas ao controle e vigilância de atividades da ASI e do SISNI e ao Diretório Central dos Estudantes - DCE a partir de uma amostragem, no período de 1971 a 1982; e 6.2 Fizemos a análise temática e de relevância de termos dos documentos do DCE e do SISNI encontrados na ASI, constituindo-se de nuvens de termos relevantes de forma comparativa, conforme uma análise e representação de conteúdo (indexação).

Na sétima seção as principais conclusões a que chegamos com as Considerações Finais. E finalizamos o trabalho com referências e anexos.

2 ARQUIVOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: A PRODUÇÃO DE SENTIDO NOS DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES

Na Ciência da Informação a produção de sentido pode ser remetida à Organização do Conhecimento¹¹, que se preocupa, com questões de classificação¹² (estabelecer por categorias o conhecimento), representação¹³, indexação¹⁴, relevância, transferência da informação, difusão de informação e acesso à informação. Entretanto, faz-se necessário relacionar a questão do estudo do uso da linguagem, das palavras e termos utilizados nos acervos documentais, tanto na produção e identificação de documentos, quanto no processo documental, nos sistemas de informação aos estudos críticos da análise da informação na sociedade e não somente à Organização do Conhecimento.

¹¹ Organização do Conhecimento – Segundo Giraldes; Monteiro (2008, p. 13) “ A preocupação com a Organização do Conhecimento não é fato recente, a própria história da humanidade evidencia esta preocupação, embora em um primeiro momento, na área de informação, tal preocupação tenha sido somente com o seu armazenamento, ou seja, com a sua guarda e não com a circulação. Assim o conceito de Organização do conhecimento é um conceito antigo com que o homem tem convivido e provém basicamente da filosofia e da classificação das ciências. [...] O que se observa é o que a Organização do Conhecimento tem provocado a atenção de pesquisadores de várias áreas, todos com a preocupação comum de viabilizar acesso ao conhecimento e à informação.”

¹² Classificação - O termo classificação, no âmbito da Documentação, tende a cair em desuso, sendo substituído por Organização do Conhecimento, já que este abarca uma amplitude temática maior Segundo(1996). O que se observa é que a organização do conhecimento tem provocado a atenção de pesquisadores de várias áreas, todos com a preocupação comum de viabilizar o acesso ao conhecimento e à informação. Os sistemas para a organização do conhecimento existem desde os tempos remotos e estão presentes em todas as áreas do conhecimento humano, desde os mais simples aos mais complexos. Esses sistemas abrangem a classificação, tesouro e ontologia, específicos de cada área e, em sua maioria, ligados às bibliotecas e outras organizações visando organizar, recuperar e disseminar o conhecimento e a informação. Giraldes; Monteiro, (2008, p. 13) Classificação – Para Bellotto (2005, p. 48) “ nos métodos do bibliotecário e do arquivista refere-se ao arranjo. Conquanto o termo “classificação” seja usado por ambos, o seu significado é inteiramente diverso. Aplicado a material de arquivos significa arranjo desse material dentro de um arquivo de acordo com a sua proveniência e em relação à organização e funções da entidade criadora. Quando aplicado a material de biblioteca, significa o agrupamento de diversas peças segundo um sistema lógico predeterminado e a atribuição de símbolos que mostram sua posição relativa nas estantes.”

¹³ Representação – Para Giraldes; Monteiro (2008, p. 14) A representação descritiva (catalogação) baseia-se na origem do documento, ou seja, escolher as entradas que o descrevem: autores, editores, lugar, data, língua da publicação, título do documento, forma de apresentação, dentre os principais. Para tanto, utilizam-se mais os elementos paratextuais. A representação temática utiliza-se de métodos com base na lingüística, servindo-se da análise do texto, ou seja, da análise documentária, como a indexação, classificação e elaboração de resumos.

¹⁴ Indexação - Segundo Cunha; Cavalcanti, (2008, p. 193) “Representação do conteúdo temático de um documento por meio de elementos de uma linguagem documentária ou de termos extraídos do próprio documento (palavras-chave, frases-chave), análise de conteúdo, resumo.” Para (Camargo et al., 2010, p. 54) “Processo pelo qual se relacionam de forma sistemática descritores ou palavras-chave que permitem a recuperação posterior do conteúdo de documentos e informações.”

Damos destaque nesta pesquisa aos estudos de relevância estudados por Saracevic (1970) e Hjørland (2002, 2007, 2010) que ressaltam a importância do conhecimento por assunto como aspecto principal do ponto de vista de estudos de relevância. “ O conceito de relevância, como outros conceitos básicos, é influenciado por abordagens globais à ciência da informação, como a visão cognitiva e a visão domínio-analítica. Existe hoje uma tendência para um paradigma social para a ciência da informação.” (HJORLAND, 2010, p. 217).

Saracevic em 1975 declarou que a visão de conhecimento de assunto é a mais fundamental perspectiva da relevância. [...] Muitos autores reexaminaram o conceito de relevância na Ciência da Informação, mas negligenciaram o conhecimento do ponto de vista, portanto pressupostos teóricos básicos parecem não foram devidamente abordados. É tão urgente quanto agora foi em 1975 considerar seriamente "o conhecimento do ponto de vista de relevância do sujeito (que também pode ser denominada visão epistemológica.. (HJORLAND, 2010, p. 217).

Alguns autores da Ciência da Informação inclusive vão tratar da questão da produção de sentido da informação, como Hjørland (2002, 2007, 2010), Frohmann (1997), e Braman (2004, 2006, 2009) associando-a às comunidades de informação, aos domínios de conhecimento e ao poder, regimes e cadeias de informação, envolvendo os segmentos sociais relacionados.

O foco em problemas instrumentais e em questões epistemológicas envolvidas com a demarcação e policiamento das fronteiras entre as disciplinas, desviam a atenção das questões de como o poder é exercido em e através das relações mediadas pela informação, como o domínio sobre a informação é alcançado e mantido por grupos específicos, e como formas específicas de dominação [...] (FROHMANN, 1995, p. 05)

Existem autores da Ciência da Informação que associam a informação aos poderes instrumentais, estruturais e simbólicos, como é o caso de Braman (2004, 2006, 2009) que agregará ainda o poder informacional na produção de sentido, conforme nos relata González de Gómez:

Este poder informacional permitiria o controle do comportamento humano por duas vias: manipulando as bases informacionais do poder instrumental, estrutural e simbólico, ou gerando novos meios de exercício do poder. O poder informacional seria exercido sobre os outros poderes: sobre o poder instrumental [...] Cabe considerar que a taxonomia dos mecanismos de poder proposta por Braman, é parte de uma proposta que visa a juridificação e,

portanto, ao controle normativo das ações de informação, em suas novas escalas e condições de produção. Nessa taxonomia a informação seria incluída como variável dependente, como um dos meios de poder instrumental ou como domínio de intervenção do poder estrutural (através de sua sujeição às regras institucionais ou sistêmicas) e do poder simbólico (enquanto efeito ou acontecimento da produção de sentido). Numa categoria específica como poder informacional agiria como atrator e operador de convergências seletivas, capaz de sobredeterminar e redistribuir meios, regras e significados. (GONZÁLEZ DE GÓMES, 2012, p. 53 – 54)

Em uma definição de informação Hjørland e Capurro (2007) , por exemplo, tratam os termos associados às palavras e a linguagem com a concretude de atos e atribuem uma polissemia aos estudos de termos, e conseqüentemente às informações produzidas.

Estudos sobre como um termo tem sido usado não podem, contudo, ajudar a decidir como deveríamos defini-lo. Quando usamos a linguagem e as palavras, executamos uma ação, com o intuito de realizarmos algo. Os diferentes significados dos termos que usamos são ferramentas mais ou menos eficientes para ajudar-nos a alcançar o que pretendemos. Desta forma, de acordo com filósofos pragmáticos como Charles Sanders Peirce (1905) o significado de um termo é determinado, não apenas pelo passado, mas também pelo futuro. (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p.152).

A compreensão da linguagem na opinião de Capurro (2014) é fundamental para conhecermos como um campo que não é neutro e entendermos os processos do conhecimento e sentido do ser humano:

O sentido positivo e produtivo pode então investigar o passado, presente e futuro de uma noção e, especialmente, como no nosso caso, a noção de informação? A resposta a esta pergunta depende do que você entende por idioma. A relação entre o homem, o mundo e linguagem tem sido um dos grandes temas da filosofia do século XX no que é geralmente chamado de virada linguística, sob a influência da lingüística e semiótica ambas filosofia analítica e várias correntes da filosofia continental é como o caso da fenomenologia e hermenêutica. Um ponto de encontro para esses cargos é a concepção de linguagem não como um neutro e transparente através do qual percebemos e conceber a realidade como ela é, mas como uma condição inevitável da possibilidade do conhecimento e da ação humana. (CAPURRO, 2014, p. 111).

A produção de sentido ou a semântica não é um assunto muito refletido ou discutido na Arquivologia. Entretanto, este aspecto perpassa correntes de pensamento no desenvolvimento da Ciência da Informação. Na Arquivologia, alguns autores vão se reportar à produção de

sentido existente nos documentos de arquivo, no fundo documental, levando à ideia de monossemia, em função do sentido (significado) das palavras e termos associados às funções, atividades e atos de órgãos acumuladores de documentos.

Para realizar sua vocação probatória, os documentos de arquivo aspiram à monossemia e à estabilidade de sentido. Daí a economia que preside a feitura de espécies e tipos documentais: o apego a convenções dotadas de grande força ilocutória, o recurso a fórmulas redutoras de ambiguidade, a explicitação das circunstâncias em que foram produzidos. Pode-se mesmo afirmar que o documento de arquivo promove, via de regra, o entendimento literal de seu conteúdo, até quando adota formas discursivas ou discricionárias. (CAMARGO, 2017, p. 07)

Para tanto, vamos analisar algumas correntes de pensamento, a fim de entendermos questões contextuais e conceituais importantes que influenciaram e ainda influenciam a produção de sentido, conforme a seguir:

No Brasil, existem autores que parecem adotar algumas posturas teóricas fazem lembrar as características da Pós-modernidade, que envolvem a relatividade e desconstrução no conhecimento científico, conforme Heymann (2010) logo abaixo nos remete para as possíveis representações no mundo acadêmico.

Ainda que possamos questionar o relativismo extremo que permeia estas reflexões, pode ser interessante chamar a atenção para uma dimensão da sua crítica: aquela que remete ao fato do arquivo engendrar um modo de ler e de escrever – repleto de referências, citações e notas remetendo aos documentos – que confere autoridade à narrativa historiográfica. Voltamos, portanto, por outros caminhos, às relações entre documento e poder, nesse caso, o poder do discurso acadêmico baseado em documentos de arquivo. Para nosso propósito, interessa sublinhar o jogo de legitimação engendrado por esta relação, pois se o arquivo confere autoridade ao texto acadêmico, esse, por sua vez, legitima o arquivo, já que o uso acadêmico, ainda que sempre passível de contestação, faz emergir o documento, dota-o de visibilidade e confirma a sua condição de “evidência”. No cerne desse debate se encontra mais uma vez a questão das representações associadas aos documentos de arquivo, representações que fundam o valor da pesquisa documental para o universo acadêmico. (HEYMANN, 2010, p. 117)

Segundo Fonseca (2005, p. 60) pode-se considerar que a Arquivologia Pós-moderna surgiu no Canadá nos anos 1990. O tom pós-modernista é de desconfiança, desnaturalizando

os fatos, discutindo a noção de “verdade”, vendo os documentos como construções realizadas pelo homem, desconstruindo suas formas e conteúdos. Tudo é relativizado nesta forma de pensamento, pois não existem verdades absolutas.

O contexto por trás do texto, as relações de poder que modelam o patrimônio documental, e até a estrutura do documento, o sistema de informação residente e as convenções narrativas, são mais importantes que a coisa objetiva em si ou o seu conteúdo. Fatos em textos não podem ser separados da sua atual ou passada interpretação, nem o autor do assunto ou o público, tampouco o autor da sua obra, ou obra do contexto. Nada é neutro. Nada é imparcial. Nada é objetivo. Tudo é moldado, apresentado, representado, reapresentado, simbolizado, significado, assinado, construído pelo orador, fotógrafo, escritor, com um propósito definido. [...] Os textos (incluindo imagens) são todos uma forma de narração muito mais preocupada com a construção de consistência e harmonia para o autor, melhorando posição e ego, em conformidade com as normas de organização e os padrões de discurso retórico, do que com evidências de atos e fatos, ou enquadramentos jurídicos ou legais. E não existe apenas uma narrativa numa série ou coleção de documentos, mas muitas narrativas e histórias, servindo a muitos propósitos para muitos públicos, através do tempo e do espaço. (COOK, 2012, p.128)

Quanto a esta linha pós-moderna de pensamento na arquivística, podemos inserir outros autores, tais como, Cook (2012) Eastwood; MacNeil (2016) que partilham da crítica ao positivismo e ao tecnicismo na Arquivologia.

O segundo, e o mais direto, impacto do pós-modernismo se baseia na especulação sobre a natureza de textos históricos e de outros textos. O maior pensador pós-moderno vivo, Jaques Derrida, publicou o *Mal de Arquivo* em 1995-96 para tratar explicitamente do arquivo e seu significado na sociedade, e uma onda de estudos seguiram-se na esteira de Derrida. O pós-modernismo está assim, preocupado com a criação e natureza dos documentos e suas designações, sobrevivência e preservação como arquivos. Muitos críticos pós-modernistas também abordaram explicitamente os arquivos como instituições e seu rol na formação da memória oficial ou sancionada pelo Estado. Derrida certamente diria que as perguntas mais radicais que estão sendo feitas hoje sobre os arquivos, estimuladas pelos documentos eletrônicos e meio-ambientes virtuais, são igualmente aplicáveis a toda a tradição ocidental da escrita e produção documental: a instabilidade do texto e das relações autor-texto, ou a sombra fantasmagórica do rastro de atividades passadas, são talvez mais aparentes com mídia eletrônica, mas têm sido de fato uma realidade persistente desde que a linguagem e a escrita começaram a ser usadas. (COOK, 2012, p. 127)

Derrida (2001) é um dos primeiros representantes que trata do arquivo numa nova perspectiva, vendo como local de controle e de comando, no seu livro “O Mal de Arquivo”:

Arkê, lembremos, designa ao mesmo tempo o começo e o comando. Este nome coordena aparentemente dois princípios em um: o princípio físico, histórico ou ontológico – mas, também o princípio da lei ali onde os homens e os deuses comandam, ali onde se exerce a autoridade, a ordem social, nesse lugar a partir do qual a ordem é dada – princípio nomológico. [...] Ali onde, foi o que dissemos, e nesse lugar. [...] E como pensar este lugar ou este tomar o lugar do arkê (DERRIDA, 2001, p.10)

Derrida (2001) entende que são dois os princípios ligados aos arquivos, sendo o primeiro aquele relativo à origem das coisas e o segundo relativo às coisas que estão sendo organizadas, pressupondo a ordem em um arquivo. Esta ordem não se dá simplesmente de forma hierárquica, mas no princípio organizacional, na disposição das coisas. Partindo-se da noção de arquivo como dispositivo metodológico, vê-se como um analista do discurso poderá trabalhar a construção de seu arquivo e como o arquivista poderá chegar às análises das sequências discursivas.

O arquivo é um local de organização de documentos de forma pertinente levando em consideração certos critérios. No ponto de vista de literatos e historiadores do passado, tais critérios eram constituídos por temas, cristalizando uma hermenêutica, uma evidência de sentido e reafirmando leituras consagradas e legitimadas. O arquivo é organizado por uma determinada leitura referente a temas específicos, portanto temos diferentes arquivos. Assim, essas leituras propiciavam uma produção de sentido nos documentos, produziam evidências e “verdades”. A análise do discurso francesa tentou analisar os processos discursivos e de sentido que foram construídos, podendo trazer à tona outros sentidos embutidos nos documentos. A análise do discurso não tenta desvendar processos discursivos que são impostos, mas desvendar processos de evidência que estavam no corpo dos arquivos por meio de uma nova leitura dos documentos, constituindo-se em um corpo a ser analisado em suas partes.

Os aspectos voltados para estudos sobre memória e história também fazem parte dessas mudanças de paradigmas, pois há preocupação com memórias coletivas e individuais, que também forjam a produção de sentido na sociedade. Esses estudos sobre memória surgiram com a *Escola dos Annales* e as gerações de historiadores. Sendo as memórias

individuais voltadas para as memórias traumáticas e sensíveis de períodos de repressão social. No que diz respeito aos documentos sensíveis ver (Thiesen; Pimenta; Assis; Franco; 2014). Observou-se comentários de o quanto que a memória individual apreende da realidade ou é fragmentada. Quanto à memória coletiva, existe a memória partilhada, aquela em que os segmentos dos atores envolvidos concordam com os fatos narrados, cada um dentro do seu ponto de vista. Hoje em dia há a identificação de memórias de comunidades, de grupos, de estudos de gênero, de problemas raciais, e etc.

A conturbada relação entre história e memória fica mais perceptível no caso de eventos traumáticos, reformulações dramáticas no poder, inquietações sociais e imposição ou deposição de regimes autoritários. O Holocausto, a dissolução da União Soviética, a repressão e os movimentos de libertação na América do Sul e a luta contra o *apartheid* na África do Sul são temas ao mesmo tempo de grande interesse histórico e de projetos de reconstituição de memória. São diversas as razões que explicam o fato de a história memória estar sempre próxima da superfície nesse tipo de trabalho. Eventos traumáticos de experiência considerada profunda ainda se mantêm vivos na memória individual de sobreviventes, participantes e testemunhas. Mas as memórias individuais de experiências traumáticas são normalmente muito seletivas e é possível que as vítimas de traumas precisem de muitos anos até que se encontrem em condições de lembrar mesmo de pequenos fragmentos daquilo que viveram. As consequências de ações passadas também se mantêm ativas nas políticas atuais quando a necessidade de justificar ações contemporâneas, levar criminosos aos tribunais, oferecer compensação a vítimas e criar condições de reconciliação depende de se resolver o descompasso entre o passado enquanto texto e o passado enquanto experiência. (HEDSTROM, 2016, págs. 245 e 246)

Os arquivos têm uma relação íntima com a noção de memória coletiva e com as identidades. A memória social, pública é um dos fatores de análise na literatura arquivística contemporânea, associada ao objeto fenomênico da informação. As instituições de memória, tal como os arquivos, podem dar acesso às provas de ações passadas. Os estudos sobre memória nos arquivos remontam aos anos 1980, em uma relação entre as ciências sociais e as áreas de humanidades, com debates teóricos e práticos sobre o papel dos arquivos e dos arquivistas e, em particular, sobre o sentido da prática aplicada aos arquivos. Hobsbawm, (1983), Macneil, (1991), Hedstrom (2016) entre outros autores vêm reafirmando os estudos e conceitos de memória, que por sua vez vêm influenciando os arquivos, passando a existir um glossário sobre os tipos de memória. Entre os diversos tipos de memórias existe a autobiográfica, coletiva, condicionada, oficial, popular, pública, de tradição, encobridora, social e traumática. Contudo, um tipo de memória nos chamou a atenção a memória

compartilhada. (Hedstrom, 2016, págs. 238) mencionou a respeito: “ O que a memória partilhada de uma experiência diz sobre o que realmente aconteceu. Como os grupos lembram uma experiência partilhada.”

As memórias são moldadas pela participação em grupos sociais e instituições. [...] Halbwachs defendia também que as memórias persistem por longos períodos através da adaptação recorrente de velhas ideias a novas circunstâncias sociais e culturais, o que é suficiente para salientar ideias que garantem sua prática continuada [...] A memória cultural é valorizada não por causa de sua exatidão histórica, mas de sua capacidade de estabelecer conexões entre o passado e o presente. [...] Diversos estudos examinaram o uso da invenção da tradição e da construção social do passado a fim de criar identidades nacionais, perpetuar legados pessoais e valorizar a resistência à dominação. (HEDSTROM, 2016, págs. 238)

A memória social serve para legitimar autoridade ou promover a imposição da tradição por poderes hegemônicos, consolidando e moldando a sociedade. Mas também serve para trazer à tona outras memórias, aquelas de pequenos grupos.

Quanto a uma cultura material da memória existe uma corrente teórica que procura refletir a materialidade dos documentos, o seu aspecto físico, contudo relativizando a produção de sentido por um único ponto de vista. Podemos ver a perspectiva do historiador, que anuncia a impossibilidade de reconstrução total da memória:

Ora a memória enquanto capacidade, mesmo circunscrita, de remontar no tempo não realiza plenamente suas faculdades potenciais senão quando chega a esta reconstrução, à restauração nos limites do possível, do estado originário que chegou até nós em estado de ruína; mas o conceito de *ruína restauro* como ideias correlativas deve ser tomado numa acepção muito ampla. De facto, qualquer vestígio, seja uma imagem ou uma relíquia é uma ruína no sentido em que é sempre e necessariamente, uma parte de algo e que este caráter de parcialidade depende na grande maioria dos casos, de circunstâncias concomitantes, depende do acaso. Toda a imagem é parcial porque mostra apenas um aspecto do que representa, um único ponto de vista escolhido segundo critérios a mais das vezes, não são os nossos, se é que não nos aparecem mesmo como sendo inteiramente obscuros. (POMIAM, 2000, p. 512)

A história contada pelos historiadores no ponto de vista de Cook (2012) e a historiografia têm a ver com narrativas, associadas a obras ficcionais, interpretativas da realidade, e não com a própria noção de verdade.

Do ponto de vista da teoria de Bourdieu (1977) a sociedade pode estar relacionada com a Língua na medida em que seja um objeto observado pelos seus conceitos de *habitus* e de *campo*. Neste sentido a linguagem e o discurso podem ser reproduzidos em significados na sociedade. Não se devemos distanciar as representações sociais daquelas relativas aos sujeitos que estão interagindo no meio social, pois essas se encontram dentro de contextos sociais, culturais, organizacionais específicos em comunidades discursivas especializadas. Por isso a importância de se compreender as representações das informações criadas pelas ASIs, DSIs e o SNI no seu funcionamento como órgãos governamentais, para se entender os atores implicados interna e externamente no âmbito da sociedade em que os documentos e informações foram produzidos.

Das condições sociais de possibilidade da produção, reprodução e da circulação, Bourdieu, (1977,p.4) na Economia das Trocas Linguísticas, o autor vai explicar:

uma ciência rigorosa da linguagem substitui a questão saussuriana das condições de possibilidade da inteligência (isto é, a língua) pela questão das condições sociais de possibilidade da produção e da circulação linguísticas. O discurso deve sempre suas características mais importantes às *relações de produção linguísticas* nas quais ele é produzido. O signo não tem existência (salvo abstrata, nos dicionários) fora de um modo de produção linguístico concreto. Todas as transações linguísticas particulares dependem da estrutura do campo linguístico, ele próprio expressão particular da estrutura das relações de força entre os grupos que possuem as competências correspondentes (ex.: língua "polida" e língua "vulgar" ou, numa situação multilingüística, língua dominante e língua dominada). (BOURDIEU, 1977, p.4)

Na Ciência da Informação, Hjørland (2007, p. 373) propõe como reorientação da área, a análise de domínio (*domain analysis*) quando afirma que a melhor maneira de se entender a informação na CI é estudar os domínios de conhecimento relacionados com suas comunidades discursivas (*discourse communities*), que são distintos grupos sociais sincronizados em pensamento, linguagem e conhecimento, constituintes da sociedade moderna. Na interpretação do pensamento desse autor por Marteleto; Morgado (2004, p. 08) estas comunidades discursivas não são entidades autônomas, mas construções sociais compreendidas por indivíduos que envolvem aspectos semânticos e de significado das palavras na linguagem. E que aquele autor continua analisando que a estrutura e a organização

do conhecimento, os padrões de cooperação, a literatura e sua distribuição, os critérios de relevância, são reflexos dos objetos de trabalho destas comunidades, e também, dos seus papéis na sociedade.

Esta possibilidade de se olhar a informação significa a mudança na unidade de estudo de um fenômeno físico da informação como “ coisa” ou estado mental de ideias e opiniões do indivíduo, para um fenômeno social de informação coletiva, estruturas de conhecimento e instituições de memória das comunidades discursivas. Podemos considerar que uma Assessoria de Segurança e Informação – ASI é uma comunidade discursiva, com determinado domínio de conhecimento e racionalidade própria. A Tipologia documental neste sentido apresenta as espécies e tipos documentais que fazem parte da racionalidade administrativa e de uma comunidade discursiva específica e especializada.

6. Diferentes domínios (por exemplo, química e farmacologia) podem precisar diferentes descrições e classificações de objetos para servir ao seu fim específico na divisão social do trabalho na sociedade. Os critérios para a classificação são, portanto, geralmente de domínio específico. Diferentes domínios desenvolvem linguagens específicas (línguas para específicos efeitos, ou LSPs), que são úteis para descrever, a diferenciação, e classificar os objetos em seus respectivos domínios. (...) 7 Em todos os domínios, existem diferentes teorias, abordagens, interesses ou paradigmas, que também tendem a descrever e classificar objetos de acordo com suas respectivas visões e objetivos. (HJORLAND, 2007, p. 373)

Neste sentido, a informação encontra-se de forma relacional à linguagem e a comunicação de forma dialética na sociedade. O conceito de informação é transpassado por relações interdisciplinares e transdisciplinares, podendo apresentar-se de diferentes formas, influenciado por aspectos sociológicos, antropológicos, filosóficos, semióticos, linguísticos, históricos, etc. Um aspecto da informação está mais relacionado com o conteúdo dos documentos, aspectos semióticos e semânticos da informação. Este aspecto também pode ser parte também da construção ideológica das verdades, que seguem o seu tempo e lugar.

Levando a exposição um pouco mais longe, aceita-se geralmente que o significado em qualquer das suas acepções constitui uma função do contexto, que sem contexto não pode haver significado (aqueles que acreditavam no significado intrínseco das palavras formularam em todo o caso uma definição contextual do significado, mesmo que julgasse que o árbitro último do significado fosse implícita ou explicitamente Deus – ou lógica, ou a ciência, ou a sociedade. Se bem que a informação como tal seja destituída de significado (o significado surge a outro nível no sistema de comunicação, isto é , relativamente a um outro nível do contexto), o

conceito de informação faculta um instrumento para explicar porque razões é o contexto necessário ao significado (e ao mesmo tempo esclarece todos os problemas relativos à relação sistema ambiente entre textos e contexto, e entre níveis de contexto).(WILDEN, 2001, p.15)

Quanto ao sigilo e à informação, a noção de verdade é discutível. Vem sendo uma preocupação da filosofia entender como atingir e como distinguir a verdade, a partir de diferentes teorias, com temas como a ilusão, a opinião e as questões ideológicas. A verdade para Hannah Arendt é política por natureza.

Concerne aos acontecimentos e às circunstâncias nas quais muitos estão engajados; ela é estabelecida por testemunhos e repousa sobre testemunhos; ela existe somente na medida em que se fale dela, mesmo se isso se passa em privado. [...] Mas existe algum fato que seja independente da opinião e da interpretação. Na realidade, os fatos devem inicialmente ser extraídos de um caos de puros acontecimentos [...] depois arranjados em uma história que não pode ser contada senão numa certa perspectiva. [...] Além disso, a evidência factual... é estabelecida graças a testemunhas oculares – discutíveis como se sabe – e graças a arquivos, documentos e monumentos – que se pode supor serem todos falsos[...](ARENDT, 1972, p. 303 – 310)

Entretanto, cabe mencionar uma outra perspectiva de pensamento arquivístico, que leva em consideração algumas características dos registros documentais, como a imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade. Aqui tomamos como referência os conceitos desenvolvido por Sr. Hilary Jenkinson¹⁵, em obra considerada clássica e de referência na Arquivologia, trata sobre o que são os arquivos e suas características e principais princípios. Um dos conceitos de maior confronto entre a considerada Arquivologia Clássica e a chamada Arquivologia pós-moderna é o de imparcialidade. Observa-se uma postura de historiadores que defendem que nada é imparcial. Contudo, o aspecto técnico de imparcialidade do documento arquivístico tem outro significado, mais ligado ao pensar e fazer na área, associado ao trabalho do arquivista e às funções arquivísticas. Neste sentido, a imparcialidade tem a ver com o fato de um documento ser produzido para atender a uma administração e ao contexto da atividade geradora de documentos, nesse momento da produção documental, na fase primária, no aspecto administrativo do documento, não há a intenção de construção de uma memória para futuro.

¹⁵ JENKINSON, Hilary. **A manual of archive administration**. London : P. Lund, Humphries, 1937, p. 11 - 12

A primeira característica dos registros documentais é a imparcialidade. Os registros são inerentemente verdadeiros, ou, como diz o arquivista britânico Hilary Jenkinson, “livres da suspeita de preconceito no que diz respeito aos interesses em nome dos quais os usamos hoje”. Isso não quer dizer que as pessoas que intervêm em sua criação são livres de preconceitos, mas que as razões por que eles são produzidos (para desenvolver atividades) e as circunstâncias de sua criação (rotinas processuais) asseguram que não são escritos “na intenção ou para informação da posteridade, nem com a expectativa de serem expostos ou com o receio do olhar do público. Assim, os documentos fornecem provas originais porque constituem uma parte real de *corpus* dos fatos, do caso. Porque trazem uma promessa de fidelidade aos fatos e ações que manifestam e para cuja realização contribuem, eles também ameaçam revelar fatos e atos que alguns interesses não gostariam de ver revelados. Proteger os documentos contra a manipulação ilegítima ou a destruição é portanto o primeiro dever dos arquivistas. Deve-se ressaltar que a imparcialidade não significa que os leitores dos documentos devam crer que eles reproduzem os fatos e atos dos quais são parte e parcela: o contexto mais amplo da atividade geradora dos documentos e o ambiente cultural no qual seus intérpretes vivem são fatores essenciais para a compreensão da verdade que pode ser extraída dos documentos. (DURANTI, p. 1994, 51)

Existem outras características importantes quando se trata de discutir o sentido que documentos de arquivo podem adquirir a partir de princípios arquivísticos:

A autenticidade está vinculada ao continuum da criação, manutenção, e custódia. Os documentos são autênticos por que são criados tendo-se em mente a necessidade de agir através deles, são mantidos com garantias para futuras ações ou para informação [...]; a terceira característica dos registros é a naturalidade. Essa naturalidade diz respeito à maneira como os documentos se acumulam no curso das transações de acordo com as necessidades da matéria em pauta: eles não são coletados artificialmente, como os objetos de um museu [...], mas acumulados naturalmente nos escritórios em função dos objetivos práticos da administração; A quarta característica é o inter-relacionamento. Esse inter-relacionamento é devido ao fato de que os documentos estabelecem relações no decorrer do andamento de transações e de acordo com suas necessidades. Cada documento está intimamente relacionado “com outros tanto dentro quanto fora do grupo no qual está preservado e [...] seu significado depende dessas relações. A quinta e última característica é a unicidade. A unicidade provém do fato de que cada registro documental assume um lugar único na estrutura documental do grupo ao qual pertence e no universo documental. (DURANTI, 1994, p. 52)

No século XIX, as fontes documentais falavam por si, praticamente não havendo a intervenção do historiador e da historiografia na atribuição de sentido. A produção de sentido nos arquivos remete ao fato de as fontes documentais, como interpretadas hoje, terem relações com a hermenêutica na contemporaneidade.

É que somos herdeiros a uma forte rejeição aos postulados positivistas e à ideia de que no horizonte da pesquisa estão as verdades que podemos alcançar a partir do exame crítico dos documentos. Ao contrário vivemos com a convicção de que o conhecimento se reduz a processos de semiose (produção de sentido) e interpretação (hermenêutica) em meio ao mais absoluto relativismo. A pretensão de identificar e explicar o que aconteceu cede lugar a uma outra fórmula, em que a objetividade consiste na elaboração de hipóteses levantadas e o objeto de estudo, fazendo recair sobre a coerência interna do discurso e seu caráter persuasivo mais do que sua adequação a uma realidade externa passível de ser comprovada, a validade das afirmações a respeito do passado. (CAMARGO, 2017, p.5)

Os documentos reproduzem tipos de memórias, sendo ferramentas que sustentam momentos ditatoriais, produzindo e reproduzindo sentidos e formas de interpretação.

Dizer que uma fonte não é nunca neutra tornou-se lugar comum historiográfico, mas é bom lembrá-lo de vez em quando. Se a advertência de Sallman procede, poucos hesitariam em afirmar que cai sob medida para os documentos da polícia. Enquanto atividade estatal encarregada de ajustar a liberdade e a propriedade dos indivíduos aos chamados interesses coletivos, o poder de polícia (preventiva ou repressiva) se caracteriza por um sentido essencialmente negativo que por extensão, atinge também os produtos residuais de seu funcionamento. É o que ocorre com os documentos resultantes das ações persecutórias empreendidas por serviços de inteligência durante os períodos totalitários, alimentando sistemas de informação (sobre pessoas, grupos e organizações) que acabam por se transformar em mecanismos de auto-sustentação do próprio regime. Nos arquivos da polícia política predominam, por isso mesmo, informações nominativas, isto é apreciações ou julgamentos de valor sobre pessoas explicitamente designadas. (CAMARGO, 2017, p. 2 -3)

Na obra “Arquivos para quê? ”, Delmas (2010), arquivista e historiador francês nos forneceu vários exemplos de utilização e finalidade dos arquivos, e sobre o que são os arquivos, dando enfoque também sobre períodos discricionários e de ditadura. Um dos exemplos, foi o caso do Regime Ditatorial em Portugal, sobre o qual existe uma percepção dos arquivos como um objeto que pode transmitir a maneira de pensar do Ditador. Há neste caso, uma curiosa reflexão sobre a relação do Princípio da Ordem Original associada ao Princípio da Proveniência com a vida, obra e atuação política de um ditador:

Após a Revolução dos Cravos, um tribunal foi instituído para julgar os cúmplices do regime salazarista. Todos os documentos que Salazar, ao longo de sua ditadura (1932 – 1974), havia acumulado e conservado no casarão onde morava com sua governanta, no Centro de Lisboa, foram transferidos para cá. Aqui estão! Eu os mantive na ordem original. Mas, não sei se devo respeitá-la, pois recebo solicitações para encontrar nos documentos subsídios para instruir os processos judiciais. Como proceder [...] Mergulhei nos documentos. Num fichário metálico com pastas suspensas, a coleção das agendas de Salazar oferecia a crônica de quase quarenta anos no poder. Havia também dossiês reservados, escritos em caligrafia grande e redonda. Aos poucos fui tomado por um estranho sentimento: tinha a impressão de passear no cérebro, nos pensamentos, nas preocupações e na psicologia do ditador desaparecido. Nunca senti de maneira tão concreta e palpável o que era um fundo de arquivo, o caráter orgânico, a solidariedade do documento e a validade do princípio de respeito aos fundos, que nada mais é que o respeito ao órgão produtor, qualquer que seja ele, o respeito a sua vida e suas atividades. (DELMAS, 2010, p. 63)

No que diz respeito à Ordem Original dos documentos de arquivo, também temos a visão de um autor Finlandês, que associa esse princípio da arquivística a ordem dos arquivos e dos documentos atribuída ao órgão criador, à instituição.

A ordem adotada pelo órgão criador será observada pelo arquivista. [...] Se o arranjo dado aos documentos pelo órgão de origem é ininteligível ou de tal ordem que torne o serviço de referência muito difícil, o arquivista pode planejar um sistema próprio. Tais sistemas novos devem, entretanto, proteger a identidade dos documentos, refletindo as suas origens funcionais ou administrativas, e devem ser planejados de modo a facilitar o uso que possa prever para os documentos. (BELLOTTO, 2005, p. 259)

Outro exemplo interessante dos usos do arquivo de forma política, com implicações e consequências, é o de sociedades e países que passaram por regime de exceção, como foi o caso do regime de *Apartheid*, na África do Sul. Lá, houve a constituição de uma Comissão da Verdade, que promoveu nexos entre os arquivos e a produção de identidades coletivas, em um processo de re (significação) na sociedade. Foi um movimento próximo ao das comissões da verdade estabelecidas no Brasil recentemente.

Um seminário ocorrido em 1998, ano de entrega do relatório final da Comissão da Verdade e Reconciliação (TRC) da África do Sul, denominado “*Refiguring the Archive*” e do qual resultou uma publicação coletiva, talvez seja o melhor exemplo dos questionamentos aos quais foram submetidos os arquivos em um contexto político e social de intensa transformação. O debate, que reuniu antropólogos, historiadores, arquivistas, críticos literários e ativistas, partiu do entendimento de que um componente essencial para a transformação do regime e apartheid era a identificação das distorções e esquecimentos perpetrados pelos arquivos do colonialismo, um debate que tinha por base a análise da sua natureza contingente e política, e que também pretendeu discutir as condições de produção e de arquivamento dos documentos produzidos pela própria TRC. O poder sobre os arquivos e o poder dos arquivos – de dominação, mas também de subversão, de produzir esquecimento, mas também de construir identidade – constituem o cerne dessa reflexão. (HEYMANN, 2010, p. 116)

A partir deste ponto, iremos analisar um pouco sobre os aspectos que podem ser relacionados com a Ciência da Informação, com relação à ambiguidade da palavra informação, podemos nos reportar à redução da ignorância e da incerteza, encarando a diversidade de sentidos em autores da Ciência da Informação, como é o caso da Teoria Matemática da Informação, de Shannon e Weaver, dos anos 1940, mas não iremos nos ater a este enfoque da Ciência da Informação.

Neste trabalho de pesquisa, a palavra informação como objeto de reflexão na Ciência da Informação se reporta a diversos conceitos e concepções, distribuídos em correntes teóricas, entretanto neste trabalho de pesquisa iremos elencar apenas alguns dos autores que são significativos, tais como, Paul Otlet e La Fontaine como os fundadores da Bibliografia e da Documentação no final do Séc. XIX e início do Séc. XX. Os autores se preocuparam em definir documento e documentação como artefatos, objetos que denotassem as atividades humanas como modelos construídos para representar textos e ideias. (OTLET, 1934) se importou com o suporte documental em seus mais diversos gêneros e tipos, considerando o conteúdo existente nos mesmos (a questão da “informação”). A Diplomática influenciou o pensamento de Otlet nos sécs. XIX e XX. É importante refletir de que forma a Diplomática pode ser discutida na fundação do campo científico das duas áreas de forma interdisciplinar, tanto da Arquivologia quanto da Ciência da Informação, pesquisando principalmente a Diplomática em seu livro “*Traité de Documentation*” de 1934¹⁶. Ele procurou disseminar o conhecimento de forma universal por meio de resumos de monografias e documentos em fichas, pela normalização da informação,

¹⁶ OTLET, Paul. **Traité de documentation**. Le livre sur le livre. Bruxelles: Mudaneum - Palais Mondial, 1934.

de acordo com a Classificação Decimal Universal (CDU), pensou na democratização da informação por meio da técnica de análise e síntese dos documentos e sua disseminação, promovendo a criação do Instituto Internacional de Bibliografia ou do Repertório Bibliográfico Universal (RBU). Interessante observar em livro publicado pela Fundação Getúlio Vargas em contrato com a USAID, por meio de textos reunidos por Jameson, (1964) do Sul da Califórnia, no qual o organizador fez a inclusão de artigo sobre documentos administrativos por Otlet¹⁷. O autor nesse artigo tratou de uma rede de arquivos administrativos, invocando para os arquivos as funções de direção, comando e controle à semelhança de um navio:

Um problema propõe-se: O Arquivo Universal. Tal arquivo pode ser concebido pela Documentação administrativa, da mesma maneira pela qual a Documentação Mundial é concebida pela Documentação científica. Seria ele, também, uma estrutura destinada a receber todos os dados, manuscritos, dactilografados, estenografados, em “stencil” ou impressos, que digam respeito à mesma Administração. [...] O Arquivo Universal seria o instrumento unitário indispensável a uma administração desejada eficiente, progressista e coordenada. Seria o meio do qual se utilizaria para conceber nitidamente, os princípios, o método, o plano de ação; seria o meio de exercer sua direção, sua impulsão e seu controle sobre todos os ramos e sobre os funcionários que lhes forem necessários. O Arquivo conduziria ao equipamento de uma verdadeira “cabine de direção”, colocando à disposição dos chefes a aparelhagem que outras cabines de comando e de pilotagem (navios, avião, “dispatching system”, quadros das centrais elétricas) nos fazem imaginar. (OTLET, 1964, p. 15)

Contudo, uma discípula de Otlet (1934), Briet (1951), teve a concepção de documento a partir do referente, tal como, a estrela do céu, o antílope, vendo o documento como um segundo momento, uma elaboração posterior, uma construção de um novo objeto – o documento.

Antes mesmo de se falar em documento primário é preciso estabelecer quando algo torna-se documento, já que isso, também tem implicações para o documento secundário. E essa perspectiva é necessária para quaisquer áreas. Compartilhamos da visão de que algo passa a ser documento quando se vê, no objeto inicial, um significado especial. O documento aqui transforma-se em um signo. (Propomos aqui, uma maior precisão ao termo “signo” em relação àquele de Briet. A condição de signo já corresponde a uma atribuição da razão, uma organização, sendo portanto impróprio falar em signos concretos). A fotografia é um signo à medida que resulta de uma apreensão do real sob

¹⁷ OTLET, Paul. A documentação administrativa. In: JAMENSON, Samuel H. **Administração de arquivos e documentação**. Rio de Janeiro: FGV USAID. 1964.

forma perspectivada pela técnica. O Antílope (BRIET, 1951) é signo quando observado a partir de um deslocamento de sua primeira condição, [...] (LARA, 2010, p. 35-36)

Segundo Briet (1951, p. 51) definiu o documento da seguinte forma “[...] qualquer indicação simbólica ou concreta, preservada ou gravada, para reconstrução ou como prova de um fenômeno, seja ele físico ou mental.[...]” Já Saldanha (2012) fez uma análise sobre o documento e os neodocumentalistas, refletindo sobre a materialidade do documento e sua mensagem. Analisou a metáfora de Briet sobre o Antílope como um referente (significante), que pode vir a adquirir diferentes significados por meio da linguagem:

O que temos é que, cada qual a seu modo, cada uso aplicado à palavra “antílope” – somado ao complexo de camadas de interpretações sobre este significante – dá ao termo uma complexa teia de significados que simultaneamente nos “afasta” da “coisa” – o pretense “ser vivo” “antílope” – e nos coloca diante dela, a sua semelhança pragmática no contexto dado, “verdadeira” “materialidade” que nos interessa – nossa imaginação imediatamente indexa a quase-coisa dentro de nossa memória. (SALDANHA, 2012, p. 17)

Do ponto de vista de Buckland (1991), tratou a informação como coisa, como processo, e como conhecimento, conforme a seguir:

Informação-como-processo: Quando alguém é informado, aquilo que conhece é modificado. Nesse sentido, “informação” é o ato de informar...; comunicação do conhecimento ou “novidade” de algum fato ou ocorrência; a ação de falar ou o fato de ter falado sobre alguma coisa [...]

Informação-como-conhecimento: “Informação é também usado para denotar aquilo que é percebido na “informação-como-processo”: o” conhecimento comunicado referente a algum fato particular, assunto, ou evento; aquilo que é transmitido, inteligência, notícias. [...] A noção de que informação é aquela que reduz a incerteza poderia ser entendida como um caso especial de informação como conhecimento. [...]

Informação- como-coisa: O termo informação é também atribuído para objetos, assim como dados para documentos, que são considerados como “informação”, porque são relacionados como sendo informativos, tendo a qualidade de conhecimento comunicado ou comunicação, informação, algo informativo. (BUCKLAND, 1991, p.01 – 02)

Buckland tratou ainda de temas do nosso interesse, tais como, se as informações são tangíveis ou intangíveis, considerando como intangíveis informação como conhecimento e informação como processo, já como tangíveis a informação como coisa, dados e documentos, além desses fatores se preocupou com o conceito de evidência, e quanto aos tipos de documentos. Entretanto, quando trata da informação como coisa relaciona como são comunicadas e expressas (representadas) de uma maneira física: “ [...] qualquer expressão, descrição ou representação seria “informação-como-coisa”[...].

a linguagem possui suas limitações e nós dificilmente podemos dispensar o termo “ informação como coisa” até que seja usualmente compreendido como o significado de “informação”. De fato a linguagem evolui e com a expansão da informação tecnológica, a pratica de relacionar comunicação a bases de dados, livros, e a semelhança com “informação” parece ter se transformado usual, e talvez, uma fonte significativa de símbolos e de objetos simbólicos seja facilmente confundidos com o significado de símbolo. Portanto, “ informação como coisa, qualquer que seja o nome, tem um interesse especial relacionado a informação de sistemas, porque sistemas de informação incluem “sistemas específicos” e sistemas de recuperação podem relacionar-se diretamente com informação neste sentido. (BUCKLAND, 1991, p.01 – 02)

Como objeto tangível, Buckland (1991, p.03) irá alertar sobre a “informação como coisa” é de interesse para sistemas de informação, assinalando a intenção de que usuários sejam bem informados e o que o resultado seja o conhecimento. Neste sentido “qualquer outra representação é necessária em sua forma tangível (código, sinal, dados, texto, filme, etc. e somente representações do conhecimento (e de eventos) são necessariamente “informação-como-coisa”[...] Porém, alertou para que somente existam sistemas baseados em representações físicas de conhecimento.

A noção de evidência em Buckland é importante para nossa análise, na medida em que os objetos são examinados, tocados e percebidos. Como as opiniões são afetadas pelo que se lê, vê, ouve e experimenta, tais como, os códigos de direito indicam leis, fotografias mostram pessoas, eventos e lugares, e ainda as fontes documentais. Em cada caso desses a informação como coisa pode ser constatada a evidência.

Evidência é um termo apropriado porque denota algo relacionado à compreensão, algo que, se encontrado e corretamente compreendido possa mudar um saber, uma crença, que diga respeito a algum assunto. Portanto, o termo “evidência” implica passividade. Evidência, assim como informação-como-coisa não faz nada ativamente. Seres humanos fazem coisas com a informação ou para a informação. Examinam, descrevem, e categorizam. Compreendem, interpretam bem ou mal, resumem ou refutam. Podem até falsificá-la, alterá-la, escondê-la ou destruí-la. A essência da evidência é precisamente o que a percepção das pessoas pode alterar aquilo que acreditam que sabem. [...] Definições de evidência nos dicionários incluem “ uma aparência de que inferências podem ser esboçadas; uma indicação, marca, sinal, fala, traço... Base para a crença, testemunho ou fatos possíveis de provar ou negar alguma conclusão... Informação, quer na forma de testemunho pessoal, na linguagem dos documentos, ou na produção de objetos materiais, que é dada numa investigação legal (Oxford, English Dictionary, 1989,v.4, p.469). Se alguma coisa não pode ser vista como evidência, então é difícil entender que possa ter alguma relação com a informação. Se tiver um valor no sentido de informação, então poderia ser tomada como evidência de alguma coisa. (BUCKLAND, 1991, p.4)

Para Lara (2010, p. 48) na perspectiva de Belkin e Wersig o que mais importa são os aspectos cognitivos da Ciência da Informação. Contudo, os autores se preocuparam com as mudanças de estruturas, tanto o fato de que a informação modifica a estrutura individual, quanto à estrutura social. Há um deslocamento da massa documental para o ponto de vista do usuário. Este pensamento pode levar às diversas interpretações do tipo de informação como necessidade do indivíduo, mas apesar dessa multiplicidade de experiências cognitivas, perde-se no seu vínculo histórico-social.

Para Lara (2010, p.54) na perspectiva de Escarpit e Meyriat observaram as relações entre informação, significação e recepção, preocupados que estavam com a comunicação e suas relações com os usuários, sendo que este último autor destacou sobre a capacidade inesgotável de informação de um documento, e do uso que se faz do documento, que o documento tem que ser analisado dentro de um caráter semiótico.

O enfoque de Capurro (1997) e Hjørland (2002, 2007, 2010) foi social, com uma abordagem hermenêutica, não individual, mas coletiva, com universos de compreensão que se constituem a partir das diferentes comunidades de discurso, nas referências sociais.

Outros autores da Ciência da Informação discutiram a questão do seu objeto, se é o documento, a informação ou ambos. Ou por outro lado, quais são as interpretações desses fenômenos de observação, tais como apresentados por alguns teóricos, conforme quadros 1, 2, 3, conforme a seguir:

- 1 Quadros comparativos de autores da ciência da informação : sobre o documento e a informação.

Quadro 1 – Noção de documento

OTLET	BRIET	ESCARPIT, MEYRIAT	BUCKLAND	BELKIN, BROOKES, WERSIG, INGWERSEN	CAPURRO, HJORLAND
Suporte de dados, receptáculo de ideias, meio de transmissão do pensamento.	Evidência física; base material do conhecimento fixado; signo físico ou simbólico.	Função icônica suporte material, função documental e garantia de estabilidade durabilidade.	Não fala em documento, mas em informação.	Não falam em documento, mas em informação.	Não falam em documento mas em informação.

Fonte: Lara (2010, p 52)

Quadro 2 – Abordagem do documento e da informação

OTLET	BRIET	ESCARPIT, MEYRIAT	BUCKLAND	BELKIN, BROOKES, WERSIG, INGWERSEN	CAPURRO, HJORLAND
Fundo: observação da realidade para separar o verdadeiro, o importante, o novo (não repetido); Forma: fragmentação e síntese dos documentos em um novo documento; níveis de tratamento; análise e síntese; dedução e indução	Distinção entre documento primário e secundário; documento secundário é interpretação subjetiva.	Importância da recepção: o uso faz o documento; documento por intenção, documento por atribuição. .	Informação como coisa, categoria central, informação como processo, informação como conhecimento.	Abordagem mentalista da informação	Informação é signo, conceito subjetivo, mas não individual.

Fonte: Lara (2010, p 52 – 53)

Quadro 3 – Pressupostos relativos ao entendimento do documento e da informação

OTLET	BRIET	ESCARPIT, MEYRIAT	BUCKLAND	BELKIN, BROOKES, WERSIG, INGWERSEN	CAPURRO, HJORLAND
Informação objetiva a ser buscada; linguagem ideal; organização universal; usuário universal; cooperação e centralização; universalização do acesso para a paz mundial	Informação como signo;	Capacidade informativa jamais é esgotada; relação entre informação, significação, recepção comunicação.	Materialidade física do documento.	Informação é intangível; destaque para os processos cognitivos individuais.	Comunidades discursivas respondem pela pré-compreensão ; balizam a oferta de sentido (mensagem) e criam referência para a seleção de sentido (informação)

Fonte: Lara (2010, p 52 – 53)

Quadro 4 – Produto do trabalho documentário-informacional

OTLET	BRIET	ESCARPIT, MEYRIAT	BUCKLAND	BELKIN, BROOKES, WERSIG, INGWERSEN	CAPURRO, HJORLAND
Registros em diferentes graus de elaboração; padrões; potencialização do acervo	Modelo descentralizado de documentação; documento secundário como signo simbólico; diversidade de documentos secundários.	----	Arranjo das coisas, das evidências; descrição de atributos físicos.	Busca de eficiência na recuperação; pulverização da interpretação entre indivíduos	Mensagem como oferta de sentido

Fonte: Lara (2010, p 52 – 53)

Neste ponto da pesquisa saímos da análise do documento e da informação do ponto de vista da Ciência da Informação. Iremos conceituar e analisar o documento do ponto de vista da Diplomática, em particular da Diplomática Contemporânea e a sua extensão, a Tipologia Documental. Estas áreas vieram trazer novas luzes ao conhecimento Arquivístico, promovendo a identificação documental, de forma que a análise de categorias ou características previamente estabelecidas e consolidadas ajudem a compreender o documento e a ação que o gerou em seu contexto de produção.

3 A DIPLOMÁTICA E A TIPOLOGIA DOCUMENTAL COMO METODOLOGIA PARA A ANÁLISE DA ARQUIVÍSTICA

Segundo Tognoli; Guimarães (2013, p. 25) desde a Idade Média houve a preocupação com normas para confecção de documentos. Surgiram disciplinas e métodos com exame de documentos para assegurar a autenticidade dos documentos. Num primeiro momento, no contexto dos estudos diplomáticos, observou-se que o período que antecede à Revolução Francesa, conhecido como antigo regime, foi marcado por lutas e guerras entre ordens eclesiásticas e reinos, que buscavam, por meio de diplomas, comprovar aspectos patrimoniais, propriedades de terras e posses para obter maior influência e poder, notadamente no séc. XVII. Ainda naquele século, mais precisamente em 1681, houve o marco da criação formal da Diplomática, a partir do Direito Eclesiástico e do trabalho do Beneditino Jean Mabillon na França, tendo desenvolvido o trabalho “*De Re Diplomática*”. Surgiram outros trabalhos sobre análise de documentos na França, Áustria, Alemanha e Itália como métodos e conceitos para a crítica de documentos medievais. Ao longo do tempo houve a consolidação da disciplina no âmbito das denominadas “Ciências Documentais”.

A Diplomática, por definição, de acordo com Bellotto (2008, p.1) ocupa-se da estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e ou notarial. Trata, portanto, dos documentos que, emanados das autoridades supremas, delegadas ou legitimadoras (como é o caso dos notários) são submetidos, para efeitos de validade à sistematização imposta pelo direito. Tornam-se estes documentos, por isso mesmo, eivados de fé pública administrativa ou cartorial, o que lhes garante a legitimidade de disposição e a obrigatoriedade da imposição, bem como a utilização no meio sócio-político regido por aquele mesmo direito. Assim sendo, não é possível dissociar a diagramação e a construção material do documento do seu contexto jurídico-administrativo de gênese, produção e aplicação.

Os documentos envolvem os diversos tipos de atos e relações humanas, em particular da comunicação documental: do indivíduo (cidadão) com outro cidadão – relação horizontal; do cidadão com o Estado – relação ascendente; do Estado com o cidadão – relação descendente; do cidadão com a entidade privada ou com a entidade pública, etc. Segundo Bellotto (2008): “[...] documentos diplomáticos são os de natureza jurídica, que refletem ações e relações políticas, legais, sociais e administrativas entre o Estado e os cidadãos, configurando, assim, os documentos públicos.”

Para Leal; Berwanger (2015, p.25) a palavra Diplomática deriva do latim *Diploma*, que se origina do grego *diplous* no sentido de dobrado em dois, secreto. A diplomática surgiu da preocupação, sempre presente entre os homens, de que seus documentos fossem autênticos e verdadeiros. Segundo os autores na acepção do famoso diplomatista italiano Cencetti a Diplomática “ é a disciplina que estuda a gênese, forma e transmissão de documentos arquivísticos e sua relação com os fatos representados nele e com seu autor, com o fim de identificar, avaliar e comunicar sua verdadeira natureza.” Os autores ainda acrescentaram que a Diplomática se constitui no “ núcleo duro” da Arquivologia, e que antecede como marco teórico ao surgimento dos primórdios da Arquivologia. Segundo Leal (2015) a opinião que, em nossos arquivos, cerca de vinte por cento da documentação está viciada pela existência de documentos falsos ou falsificados.

A Diplomática sempre se preocupou com questões voltadas à autenticidade documental e sua credibilidade. Normalmente, o documento é emitido por atores que apresentam autoridade, legitimidade, através da fé pública notarial, da fé pública administrativa, com valor de prova documental. Ao longo do tempo, esta área de conhecimento passou a se preocupar também com a fidedignidade do documento (caráter de manter o documento no tempo como se apresentou originalmente).

A Diplomática, enquanto uma das vertentes das ciências documentárias, [...] Neste sentido, seu estudo e conhecimento são indispensáveis para a formação do arquivista. A Diplomática insere-se nos estudos teóricos de arquivística, uma vez que ela está na raiz do surgimento do objeto do fazer arquivístico: os documentos administrativos e jurídicos constituídos em séries orgânico-funcionais que por seu turno, integram o arquivo. A preocupação dos teóricos da área tem sido mostrar que as metodologias diplomatistas caminham na direção de “ identificar a natureza dos documentos arquivísticos e as características que os fazem confiáveis e autênticos dentro do contexto em que foram criados” (Duranti, 1995) . Teoria e prática não podem e não devem estar separadas na formação do arquivista e durante todo o tempo de seu desempenho profissional. Interpenetram-se e são visceralmente necessárias uma à outra. (BELLOTTO, 2008, p. vii)

Bellotto (2008, p.5) ainda conceitua acerca do objeto da Diplomática: “O documento diplomático é o registro legitimado do ato administrativo ou jurídico que, por sua vez, é consequência do fato administrativo ou jurídico”. O documento diplomático deve ser redigido com a observância de uma formalidade de discurso capaz de dar-lhe a necessária força probatória. Desse modo, ele terá sua construção semântica obrigatória, na qual cabem

dados fixos, que ocorrerão em todos os documentos que utilizam como veículo a mesma espécie documental e os dados variáveis, próprios de cada documento indivíduo da mesma espécie documental. De acordo com Bellotto,(2008, p.05-06) O objeto da diplomática é a estrutura formal do documento. Este deve ter a mesma estrutura semântica de discurso, quando a sua finalidade é referente à mesma problemática jurídica e ou administrativa. Por exemplo, tem sempre dados pontuais e fixos em determinadas espécies documentais, tais como, cabeçalho, interessado, destinatário, data, enfim a mesma fórmula, mudando somente questões específicas, caso a caso.

A Diplomática estuda:

- As fases da elaboração e modos de transmissão dos documentos (original e cópia);
- A organização e funcionamento das chancelarias (serviço especial a quem era confiada a expedição dos atos dos soberanos);
- O estatuto dos notários que o redigiram;
- Os demais problemas que ajudam a julgar a legitimidade e credibilidade dos documentos [...] (LEAL; BERWANGER, 2015, p. 26)

Os estudos de produção documental, do produtor, do destinatário, do contexto e da conjuntura na qual nasceram os documentos podem viabilizar a maior compreensão da estrutura de um órgão público, o fluxo documental, suas categorias normativas, suas atividades, funções, atos, narrativas e discursos.

A relação do documento com as ações que motivaram a ser criados e com a exteriorização da prova dos fatos leva-nos a uma reflexão de ligação indissociável do fato ao documento, conforme é dito por alguns autores, tais como, Durante (2015), Menne-Haritz (1994), Camargo “ O documento é a corporificação do fato, dizem uns; o documento, afinal, é o próprio fato, dizem outros. “

Não se trata de um jogo de palavras, mas da qualidade reflexiva e especular dos arquivos, da qual resulta, por exemplo, o efeito “ bumerangue” que González Quintana atribuiu à documentação dos órgãos de repressão que sobrevivem a um regime de força: os documentos constituem prova do efetivo exercício de atividades repressivas e por isso mesmo são capazes de fundamentar, a posteriori, o exercício de direitos que se lhes contrapõem (anistia, indenização de vítimas, apuração de responsabilidades, restituição de bens confiscados etc.). Para realizar sua vocação probatória, os documentos de arquivo aspiram à monossemia e à estabilidade de sentido. Daí a economia que preside a feitura de espécies e tipos documentais: o apego a convenções dotadas de grande força ilocutória, o recurso a fórmulas redutoras de

ambiguidade, a explicitação das circunstâncias em que foram produzidos. Pode-se mesmo afirmar que o documento de arquivo promove, via de regra, o entendimento literal de seu conteúdo, até quando adota formas discursivas ou discricionárias (CAMARGO, 2017, p.6)

Bellotto (2014, p. 425 – 433) em artigo intitulado “Diplomática para quê?”, refletiu como esta disciplina pode influenciar o desempenho profissional do arquivista, do administrador e do historiador para responder às indagações do cidadão comum. A autora ainda mencionou que como esses profissionais podem compreender o fundo documental e às questões orgânicas relacionadas aos documentos de arquivos a partir da Diplomática.

A diplomática serve para fazer compreender, de maneira clara e cabal, o decantado vínculo arquivístico, isto é, o elo que une o documento ao seu produtor e aos demais documentos do seu conjunto, e consegue explicar o quanto e o como o documento de arquivo é, ao mesmo tempo, a ação, a prova e o registro de cada uma das atividades e funções institucionais. “O documento de arquivo é (...) caracterizado pelo fato de que ele está inserido no processo de decisão de um ato, da elaboração de uma informação. É portanto, ao mesmo tempo instrumento de uma ação e do seu registro. Não é possível, portanto, dissociar a criação nem a construção material do documento do seu contexto jurídico-administrativo de gênese, elaboração e aplicação. (BELLOTTO, 2014, p. 426)

Conforme Bellotto inicialmente, na Diplomática Clássica o documento era apenas relacionado aos aspectos jurídico-administrativos, aos atos notariais, mas atualmente a Diplomática ampliou o seu espectro, associando os documentos à sua gênese, atuação e uso. Houve uma mudança de paradigma para a Diplomática Contemporânea, dando valor ao documento inserido num conjunto documental orgânico arquivístico.

A diplomática contemporânea é indispensável para os arquivistas, na medida em que ela é ciência do documento institucional, do documento funcional e da informação orgânica. Ela estuda não mais apenas, digamos, o interior do documento isolado, a estrutura formal do discurso, sua autenticidade e fidedignidade, mas identificando agora a sua espécie e o seu tipo, sua inserção no conjunto orgânico, o faz de maneira completa, compreendendo sua legitimidade em seu contexto de produção, fazendo melhor entender-se o seu porquê? e o seu para quê? A Diplomática continua a debruçar-se sobre a confiabilidade e autenticidade dos documentos de arquivo, porém agora os vê não mais isoladamente, mas sim vinculados ao seu meio genético. (BELLOTTO, 2014, p. 426)

A ciência Diplomática está relacionada inicialmente com o Protocolo jurídico-administrativo e regula as ações sociais. Posteriormente, a Diplomática moderna ficou associada aos aspectos do positivismo no séc. XIX, nos quais os documentos falavam por si, desconsiderando a interpretação (dedução) dos historiadores. Hoje em dia, a Diplomática está associada às funções arquivísticas, sendo uma delas a produção documental, a sua gênese, o estudo das funções de órgãos públicos, entidades privadas e pessoas, atividades e atos, que levam ao estudo de estruturas documentais, suas fórmulas e códigos sociais.

No séc. XX, Bautier (1961) identificou como objeto da Diplomática os documentos de arquivo. (Tognoli, 2013) verificou que Bautier identificou, naquele momento, como objeto da Diplomática todos os documentos mantidos nos arquivos, dos mais solenes (*diploma*) ao mais comuns (*chartae*). No final do séc. XX e início do séc. XXI, Carucci (1987), na Itália e Duranti (1994) no Canadá defenderam a expansão dos estudos sobre documentos contemporâneos, e criaram a expressão “ Diplomática Arquivística “. As autoras passaram a estudar a unidade arquivística elementar, analisada enquanto espécie documental, servindo-se dos seus aspectos formais para definir a natureza jurídica dos atos nela implicados, tanto relativamente à sua produção, como seus efeitos. Duranti (1994, 2015) concentra-se na gênese, na constituição interna, na transmissão e na relação dos documentos entre o seu criador e o seu próprio conteúdo, com a finalidade de identificar, avaliar e demonstrar a sua verdadeira natureza.

Segundo Bautier (1961, p 208) houve o alargamento do uso do documento por outras disciplinas como a Arquivística, e não somente pela História no séc. XX. Não há nenhuma razão para que a Diplomática descarte de seu campo, como tem feito tradicionalmente, todos os documentos administrativos.

[...] A crítica dos documentos é surpreendentemente facilitada pela sua aproximação aos documentos anteriores e posteriores a eles, assim como pela reunião de peças de um mesmo dossiê [...] Nós estamos convencidos que os diplomatas seriam muito mais conscientes desse aspecto se eles tivessem sempre acreditado na noção de que o documento diplomático é essencialmente um documento de arquivo, quer dizer, uma peça em um conjunto, um elemento em um fundo (BAUTIER, 1961, p. 212)

Bautier (1961) , Carucci (1987), Duranti (1994, 2015) serviram como base para o pensamento dos arquivistas e diplomatas do séc. XX. Esses autores passaram a ser o apoio teórico metodológico da disciplina para a organização do conhecimento. Houve um novo

contexto de produção e arranjo da informação, além de um contexto de mudanças paradigmáticas da área, promovendo uma nova abordagem: a Diplomática Arquivística ou Contemporânea; uma grande inovação de utilização dos critérios metodológicos de Análise Diplomática e Tipológica, dos documentos produzidos no período contemporâneo¹⁸, vendo o documento não isoladamente, como na Diplomática Clássica, mas dentro do seu contexto de produção.

Segundo Tognoli (2013, p. 26) passou a haver a compreensão do documento em função do fundo ao qual pertence ou pertenceu o documento, deixando de compreendê-lo separadamente para compreender em conjunto, enquanto documento arquivístico, com relações orgânicas entre si, para isto o diplomata teria que entender melhor o seu contexto. Desta forma, a autora também conceituou esta área de conhecimento:

Assim, entende-se por Diplomática, a crítica dos documentos medievais e modernos, disciplina que busca , por meio de análise e identificação de elementos formais – elementos internos e externos, *actio e conscriptio* , e pessoas envolvidas na criação do documento – verificar a autenticidade, enquanto a Diplomática Arquivística é uma diferente abordagem da Diplomática, que une o método diplomático moderno aos conceitos arquivísticos para, além de verificar a autenticidade dos documentos arquivísticos, fornecer uma ferramenta metodológica para a organização do conhecimento ali veiculado, como é o caso da tipologia documental. (TOGNOLI, 2013, p.34)

Segundo Tognoli; Guimarães (2013,p.27-32) procuraram em artigo analisar a Arquivística com a Diplomática sob o ângulo do método diplomático e estudos metateóricos de Ritzer, procurando sintetizar os métodos propostos pela Diplomática Clássica, Moderna, e Contemporânea. Houve a preocupação dos autores com um método padrão, ideal, de análise diplomática que dê sustentação e apoio metodológico à prática arquivística.

Conforme Tognoli; Guimarães (2013, p. 26) no séc. XIX houve a influência do positivismo e do movimento historiográfico na construção de métodos que serviriam para racionalizar o trabalho científico, considerando que os maiores beneficiados seriam os próprios historiadores, na medida em que entendiam o documento como o testemunho fiel dos fatos do passado. Assim, houve a crença por esses historiadores, de que os documentos

¹⁸ Ver DURANTI, Luciana. Diplomática: novos usos para uma antiga ciência. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 196-215, jan./jun. 2015.

falavam por si e a busca de uma racionalidade científica através dos documentos, uma forma consensual e segura de analisá-los. “Testemunho escrito, redigido segundo uma forma determinada variável com relação ao lugar, à época, à pessoa, ao negócio, sobre fatos de natureza jurídica .”

Alguns autores se destacaram, tais como, Julius Fricker (1877) , com a noção de distinção entre *actio e conscriptio*; Theodor Von Sickel e Julius Von Ficker, que fizeram parte da Escola Austríaca, contribuindo para a Diplomática como disciplina científica, sistematizando a teoria e a metodologia. No século XX e na contemporaneidade passou a haver uma nova concepção de documento, não mais visto isoladamente, mas dentro de um conjunto de documentos, numa relação orgânica entre os documentos, conforme a seguir:

Compreensão do documento em função do fundo ao qual pertence ou pertenceu o documento, deixando de compreendê-lo separadamente para compreender em conjunto, enquanto documento arquivístico, com relações orgânicas entre si, para isto o diplomata teria que entender melhor o seu contexto. (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2013, p.26)

Houve o processo de consolidação da Diplomática em que sua base teórica e metodológica foi se tornando cada vez mais consistente. Segundo Tognoli; Guimarães (2013, p. 28) o objeto de estudos da Metateoria: aprofundou questões inerentes à teoria e ao método da Diplomática para oferecer um estudo detalhado a partir das Escolas de Pensamento e estabeleceram uma síntese dos elementos utilizáveis na forma dos documentos, formando uma construção analítica unificada, que será utilizada como uma tabela ideal de Análise Diplomática e Tipológica mais à frente neste trabalho de pesquisa.

Quanto às categorias de Documentos Diplomáticos podem ser: A) Dispositivos – podendo ser normativos, de ajuste ou de correspondências; B) Testemunhais; C) Informativos. Os documentos são códigos sociais, dispositivos de normalização e de padronização da sociedade.

Normativos: são os de cumprimento obrigatório, sendo de manifestação de vontade de autoridades supremas e devendo ser acatados pelos subordinados. Emanam do Poder Legislativo ou de autoridade administrativa. Incluem: Leis, Decretos-Leis, decretos, estatutos, regimentos, regulamentos, resoluções, portarias, instruções normativas, ordens de serviço, decisões, acórdãos, despachos, quando decisórios; Enunciativos: são os opinativos e que esclarecem questões vazadas em outros documentos. Seu conteúdo visa fundamentar uma resolução e podem ser: pareceres, informações, relatórios,

votos, despachos, quando interlocutórios; De assentamento: São os configurados por registro, consubstanciando assentamento sobre fatos e ocorrências, como atas, termos, apostilas, autos de infração; Comprobatórios: são os que derivam de assentamento, comprovando-os como certidões, traslados, atestados, cópias autenticadas; De ajuste: são documentos pactuais, representados por acordos de vontade em que, no caso da documentação pública, pelo menos uma das partes é a administração, seja federal, estadual ou municipal. São os tratados, convênios, contratos, ajustes, termos; De correspondência: são os que, em geral, derivam de atos normativos, determinando-lhes a execução, como alvarás, circulares, avisos, cartas, memorandos, mensagens, editais, imitações e exposições de motivos. (BELLOTO, 2005, p. 49)

Quanto ao método diplomático existem as seguintes partes: Protocolo Inicial; Texto; Protocolo Final. Quanto ao padrão ideal de análise diplomática para documentos de arquivo: Espécie documental, Tipo documental; Categoria documental (Informativo, Dispositivo, probatório); Natureza do ato (público ou privado); Elementos externos, Elementos internos; Pessoas envolvidas na criação dos documentos; Estado da transmissão (pré-original, original, e Pós-original; Informações complementares (fundo, série e sub-série).

O documento arquivístico tem valor de prova, dos atos e fatos, que se constituem em fonte de informação, no qual se encontra a razão de produção e utilização por órgãos públicos e entidades privadas. O documento arquivístico tem seu estatuto probatório através da relação com seu órgão produtor, estabelecendo uma “natureza contextual”. No intuito de se chegar à contextualização do produtor há que se buscar uma genealogia do documento, na qual se busca compreender as relações de parentesco entre os documentos, partindo das estruturas organizacionais e ou funções. Estas características trazem à tona a distinção de prova de outros documentos, pois Camargo (2000, p. 5) apresenta o “ vínculo natural e necessário que mantém a título de prova, com o produtor acumulador”.

A acumulação “natural” dos documentos de arquivo está intrinsecamente relacionada com seu contexto de produção e às suas origens funcionais, levando-nos à compreensão do seu conteúdo e significado.

O documento só é de arquivo se os vínculos de proveniência e organicidade se preservam autênticos em seu conteúdo. Esta estreita relação que mantém com o contexto onde foi produzido, se traduz nos elementos externos e internos que o caracterizam. Será preciso identificar estes elementos que revelarão o perfil do documento, ou melhor, o perfil dos conjuntos documentais. Estrutura e substância não são assuntos[...] (BELLOTTO, 1988, p. 68)

O aspecto orgânico dos documentos de arquivos possibilita uma análise na qual os assuntos não são prioritários e sim as atividades e funções dos órgãos que produziram os documentos de arquivo, que lhes dão caráter de prova documental. Os significados são atribuídos de acordo com os aspectos funcionais dos documentos de arquivo, demonstrando as ações, transações e intenções.

[...] os documentos de arquivo se revelam significativos em relação à atividade e só secundariamente quanto ao assunto. Os documentos são as provas primordiais para as suposições ou conclusões relativas a essas atividades e às situações que elas contribuíram para criar, eliminar, manter ou modificar. (SCHELLENBERG, 1980,p. 76)

Para Menne-Haritz (1998) o documento “ é o resíduo material da ação que lhe dá origem ou a “própria ação documentada”. Uma ação é qualquer exercício de vontade que objetiva criar, mudar, manter ou extinguir situações” e constitui o núcleo do documento, segundo Heather Mac Neil (2000, p. 93) Conforme nos explica Rodrigues (2010, p.178) “esta capacidade de provar o fato que lhe dá origem é resultado da especial relação que o documento tem com órgão que o produz, o vínculo que se revela no conteúdo pela atividade registrada, que constitui o núcleo de sua identidade.”

Rodrigues procura trazer à luz da Diplomática as perspectivas de autores que trataram a noção de vínculo do documento arquivístico:

O conceito de vínculo arquivístico, discutido por Luciana Duranti (1997), refere-se a “rede de relações que cada documento tem com os documentos pertencentes a um mesmo conjunto”, é a relação que liga cada documento ao anterior ou posterior e a todos aqueles que participam da mesma atividade”, explica Mac Neil(2000), p. 94). Surge no momento em que um documento se liga a outro no desenvolvimento de uma ação e aumenta, “ até que o conjunto do qual o documento pertence não seja mais objeto de expansão, ou seja, até que a atividade que produza tal conjunto esteja completa. Expressa o próprio desenvolvimento da atividade da qual o documento participa, “ e não o ato que o documento personifica, “porque contém nele mesmo a direção da relação causa-efeito” (RODRIGUES, 2010, p. 178)

Diplomática é o estudo do documento individualmente e a Tipologia estuda qualquer documento relacionado com uma ação, dentro de um conjunto orgânico de documentos. Para Rodrigues (2010, p.189) houve uma tendência aos estudos de normalização nos anos 1980 e 1990 , tendo como objetivo aplicar princípios metodológicos e teóricos na identificação de documentos para o controle da administração ou de gestão de documentos que influenciaram os países ibero-americanos, inclusive o Brasil.

Conforme Rodrigues (2010, p. 189) passou a haver uma nova abordagem metodológica, a identificação documental, permitindo ao arquivista a valorização do estudo crítico do seu objeto de estudo, conferindo cientificidade ao fazer arquivístico.

Surgiu então um novo campo de estudos, denominado de Tipologia Documental, que para alguns autores se caracteriza como sendo uma extensão da Diplomática, e para outros se constitui uma área de conhecimento independente, como podemos ver a seguir, tendo as espécies e tipos documentais como seus objetos:

A Tipologia documental tem como parâmetro conceitual a identificação do tipo, cuja fixação depende primeiramente do reconhecimento da espécie, conceito proposto por Heloísa Liberalli Bellotto (2000). [...] a espécie documental é o modelo juridicamente válido, redigido a partir de uma mesma construção semântica e formatado de maneira que torne válido e credível seu conteúdo(...) A lógica da organicidade se revela na utilização da mesma espécie diplomática para o cumprimento de uma determinada função, produzindo o tipo documental. [...] Por definição, o tipo “ é a configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que ela representa” (DICIONÁRIO, 1996) e “ sua fixação e identificação serão determinados pela análise dos caracteres externos e internos dos documentos (HEREDIA HERRERA, 1991) identificando no texto do documento o verbo que explicita o início da ação administrativa correspondente. O verbo limita o contexto e expressa a atividade que será nominativa do tipo, definindo a série “ como sequência de unidades de um mesmo tipo documental. (DICIONÁRIO, 1996) [...] A título de exemplo, poderíamos citar o requerimento, entre outros, como uma espécie que, somada à atividade específica de seu contexto de produção, resulta em tipo documental. Se requerimento é um instrumento que serve para solicitar algo a uma autoridade pública, baseado em atos legais ou jurisprudência, como tipo será o requerimento de licença de férias, requerimento para aprovação de projeto de construção, requerimento de aposentadorias, os quais são diferentes entre si. (RODRIGUES, 2005, p. 23 -24)

Os tipos documentais também se caracterizam pelas características internas e externas do documento. Segundo Rodrigues “O tipo se caracteriza como modelo e referência. No campo da arquivística seu uso vem sendo aplicado para designar o modelo de documento de arquivo, criado como exercício de uma atividade, o tipo documental”

Na Espanha, Vicenta Cortés Alonso ao usar o termo tipologia documental para designar o conjunto de documentos de arquivo, iniciou uma tradição em torno do assunto. A partir dos trabalhos de Vicenta Cortés, o conceito passa a ser utilizado por Aurélio Tanodi e Manuel Vasquez, na Argentina; Grupo de Arquivistas Municipais de Madri, Antonia Heredia Herrera e Maria Luiza Conde Villaverde, na Espanha e por Heloísa Bellotto, no Brasil, entre outros. (RODRIGUES, 2010, p. 187).

A Tipologia documental passou a ser uma extensão da Diplomática, e passou também a ser chamada de Diplomática Contemporânea, sendo uma atualização da Diplomática Clássica. Esta Diplomática Contemporânea irá fornecer subsídios teóricos e práticos para a Arquivística, contribuindo para as funções arquivísticas de produção, classificação, avaliação, descrição, difusão de acervos documentais.

A finalidade deste estudo de tipologia documental é fixar os modelos de unidades documentais, dando-lhes nome próprio e a partir deles, poder conhecer as unidades documentais semelhantes, permitindo reconhecer e formar as respectivas séries documentais de qualquer fundo e representá-las, no momento da descrição, com o nome no plural do tipo das unidades documentais correspondentes. (RODRIGUES, 2010, p. 18 – 88)

Surgiu em decorrência de estudos sobre Tipologia documental, a noção da identificação, no qual se atribui a esta atividade uma função arquivística, tal como produção, classificação, descrição, difusão, etc.

Foi realizado um levantamento por Rodrigues (2010), no qual a autora comparou as categorias para identificação do documento (características internas e externas do documento) a partir de alguns teóricos da Diplomática e da Tipologia Documental e que adaptamos para tabelas (quadros) , a fim de garantir maior clareza aos dados apresentados, conforme a seguir:

Quadro - 5 Quadro comparativo de autores que tratam as características de análise diplomática e tipológica:

Quadro 5.1. Características internas do documento

PAOLA CARUCCI	LUCIANA DURANTI	THEODOR ROOSEVELT SCHELLENBERG	CRUZ MUNDET & MIKELARENA PENA	VICENTA CORTÉS ALONSO
Pessoas	Protocolo Inicial	Substância		Substância
Autor	Autor (subscrição: nome do autor no alto do documento)	Unidades de Organização (proveniência – quem)	Entidade Produtora	Entidade produtora (proveniência)
Destinatário	Inscrição (nome do destinatário)	Origens funcionais - Como	Origens Funcionais	Origens funcionais (função, atividade, operações)
	Titulação (nome, endereço e título; autor do documento ou pessoa jurídica para quem o autor trabalha)	Função (atos executados por entidade coletiva ou pessoa no desempenho de um projeto ou objetivo)		
	Título (Nome do documento)	Atividade: (classe de ações praticadas no exercício de uma função determinada).		
	Saudação	Ato - operações específicas		
	Assunto	Assunto (tempo, pessoas, lugares,	Conteúdo substantivo: o	Assunto: tempo, pessoas, lugares,

		coisas, naturais, fenômenos)	assunto ou tema do qual trata o documento, ou seja, os fins e objetivos perseguidos com a sua redação	coisas, acontecimentos
	Apreciação			
Texto	Texto			
Subscrição				
Data	Data (tópica e cronológica)	Lugar e data de produção (quando e onde)	Data e lugar de produçãp	Data (data e lugar de produção)
Preâmbulo	Preâmbulo (declaração de princípios, formalidades, varia no tempo e de acordo com a especificidade das culturas)			
Motivações	Exposição (justificativa)			
Narração	Notificação			
Dispositivo	Dispositivo (é a ação, razão de ser do documento, é precedida de um advérbio)			
Envio	Cláusulas (acompanham o dispositivo)			
Outras	Corroboração (			

anotações	É a descrição dos meios utilizados para validar o documento)			
Classificação	Apreciação (pode aparecer mais de uma vez no documento)			
Registro	Saudação			
Assinatura	Cláusula Complementar			
	Atestação (validação do documento)			

Elaboração própria

Quadro 5.2 - Características externas do documento

PAOLA CARUCCI	LUCIANA DURANTI	THEODOR ROOSEVELT SCHELLENBERG	CRUZ MUNDET & MIKELARENA PENA	VICENTA CORTÉS ALONSO
-----	Suporte (colabora para atestar autenticidade)	Classe e tipo (espécie e tipo)	Classe (textuais, iconográficos, sonoros, audiovisuais, eletrônicos, informáticos)	Classe e tipo
	Texto (paleográfico)	Composição (unidade de arquivamento: pasta,livro, etc)	Tipo (deriva da ação representada)	Formato

	Linguagem (fórmulas estabelecidas)	Quantidade (volume)	Formato (função da forma e do suporte)	Quantidade (metros lineares ou cúbicos)
	Sinais especiais	Forma (tradição documental:original ou cópias)	Quantidade (número de unidades ou espaço que ocupam os documentos)	Forma (originais e cópias)
			Forma (tradição documental - original e cópia)	

Elaboração própria

Conforme (Tognoli;Guimarães, 2013, p.32) criaram num estudo comparativo de vários autores da Diplomática e da Tipologia documental uma consolidação de campos (categorias) para análise diplomática e tipológica, que será utilizado nesta tese mais adiante, tendo características externas e internas do documento de arquivo, conforme a seguir:

Após esta análise chegou-se a uma consolidação das principais categorias utilizadas para análise tipológica, conforme a seguir:

Quadro 6 - Padrão ideal para análise tipológica de documentos de arquivo

Espécie documental	
Tipo documental	
Categoria documental:	Dispositivo
	Probatório
	Informativo
Natureza do ato:	Público
	Privado
Elementos externos:	Material

	Tipo da escrita
	Qualidade da impressão (Visualização, integridade do documento)
	Meio de registro
	Selos e sinais
Elementos internos	Língua
	Estilo de linguagem
	Protocolo Inicial (Título/Assunto/Datas/Invocação/Titulação – nome e predicado do autor e destinatário/Saudação inicial)
	Texto
	(preâmbulo/exposição/notificação/dispositivo/sanção/corroboração/ anúncio dos sinais de validação)
	Protocolo Final (precação/Saudação final/datas/subscrição)
Pessoas envolvidas na ação	Autor da Ação
	Autor do documento
	Destinatário da ação
	Destinatário do documento
	Escritor
	Testem unhas envolvidas
Estado de transmissão	Pré-Original
	Original
	Pós-original
Informações complementares	Fundo produtor ou recebedor
	Grupo
	Série
	Notação

Fonte: Tognoli ; Guimarães (2013, p.32)

Nas próximas seções iremos analisar mais detidamente o contexto de produção de documentos do SNI e do SISNI, órgãos que criaram uma cultura do sigilo e cultura documental específica e especializada, um campo de Estado e burocrático com capital social e simbólico, um regime de informação e de “verdades”. Esta cultura promoveu terminologia própria, pessoal selecionado, treinado e com credencial, formulários e documentos, procedimentos técnicos que conferiam aos documentos autenticidade: com formatação (fórmulas) apropriada, textos com conteúdos previamente planejados, cabeçalho, carimbos, sinais e assinaturas e a “fê pública” administrativa que conferiram legitimidade e autoridade aos documentos produzidos e recebidos no período da Ditadura Civil-Militar, a partir de um determinado recorte neste trabalho do período de 1971 a 1982.

4 O SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES: ESTRUTURA, MISSÃO E ATRIBUIÇÕES

Neste ponto da tese passamos agora a nos debruçar sobre o contexto histórico, no qual o objeto (os documentos e informações) do Sistema de Informação e Contra-informação do SNI, do período da Ditadura Civil-Militar se localiza, sendo apenas um breve relato dos principais fatos ocorridos, que serão melhor aprofundados em uma pesquisa futura.

Nos anos que se seguiram à Guerra Fria, bipolarizando o mundo de então entre EUA e URSS, após a 2ª Grande Guerra, repercutiu de forma a se ter um mundo capitalista ocidental, e outro bloco influenciado pelo socialismo. Assim, de acordo com esta nova conjuntura mundial, houve uma nova ordem nos países Latino-Americanos e denominados periféricos, como o caso brasileiro.

Durante o período republicano, observou-se uma tradição histórica de regimes antidemocráticos e totalitaristas no Brasil, como foi o caso do ex-presidente Getúlio Vargas, de 1930-1945, e de 1950-1954, que durante a sua gestão à frente do governo criou um serviço de inteligência, que tinha em suas representações estaduais os Departamentos de Ordem Política e Social – DOPS, que vieram a propiciar uma infraestrutura de controle e vigilância, envolvendo polícia civil e militar em torno da repressão social. Foi criado o primeiro serviço secreto em 1946, denominado de Serviço Federal de Informações e contra-informação (SFCI), conforme a seguir:

Oficialmente, foi o primeiro serviço secreto brasileiro, criado em 04 de setembro de 1946, pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1951). Apesar de ser um órgão civil, ficou subordinado ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), novo nome do Conselho de Defesa Nacional. Em abril de 1956, no governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961), iniciou-se de fato a organização do SFCI dentro da 2ª seção da Secretaria Geral do CSN, que passou a funcionar na avenida Presidente Wilson, n.210, no Rio de Janeiro, cujas instalações foram cedidas pela comissão do Vale São Francisco. No início da década de 1960, o SFCI já estava estruturado, ficando vinculado diretamente ao secretário-geral do CSN. (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p. 270)

Anos mais tarde, João Goulart, vice-presidente empossado como presidente após a renúncia do ex-presidente Jânio Quadros em 1961, que a princípio governou nos termos do regime parlamentarista, em 1963, conseguiu fazer voltar o regime presidencialista, após movimento pelo legalismo e através de plebiscito. Em 1964, houve o grande comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro pelas reformas de base com a presença de João Goulart e as lideranças de esquerda no país. Jango procurou estabelecer reformas de base na educação, na reforma agrária, na economia e em diversos aspectos do governo, levando os militares a uma desconfiança quanto à vocação de esquerda do então presidente da república, considerado comunista, criando as condições para um golpe de estado. Ainda no mesmo ano houve a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” em São Paulo. O General Olímpio Mourão iniciou movimento militar contra o Presidente João Goulart. O Comando Supremo do Exército publicou o 1o Ato Institucional que implantou o regime de exceção no país, sendo em 1965 a publicação do Ato Institucional n.02 – AI 02 que extinguiu os partidos políticos. No início de 1967 foi promulgada a Constituição que instituiu eleições indiretas para Presidente da República.

No que diz respeito ao Brasil, o Golpe Civil-Militar de 1964-1985 foi originado em meio a grupos de militares, que nem sempre tiveram um pensamento único sobre a concepção e desenvolvimento do golpe e do governo do país, havia divergências sobre as ações, estratégias e políticas de estado. Além do mais, esse golpe não pode ser atribuído apenas a um segmento de militares, de origem da Escola Superior de Guerra – ESG, mas a diversos segmentos da sociedade civil, como os empresários, parcela da Igreja Católica, parte da sociedade mais conservadora, preocupada com a invasão comunista, jornais de direita ou situacionistas que se sentiram ameaçados pelos segmentos sociais de esquerda no país ou

ainda aqueles que se adequaram ao novo contexto repressivo. Esse golpe ocorreu com o apoio dos E.U.A, que interferiu na economia, na política e na educação do país.

Foi considerado um período de desenvolvimentismo, de modernização burocrática. Já vinha sendo sentida a necessidade de uma burocratização, com critérios específicos determinados por uma classe burguesa, capitalista; que ganhou posteriormente algumas definições de estado, tais como: estado autoritário, estado burocrático-capitalista, gerencial, com um modelo dito descentralizado. O estado denominado de patrimonialista, misturando a coisa pública à privada, deixando de realizar concursos públicos, favoreceu práticas de clientelismo e o fisiologismo, contratando para os altos cargos do escalão superior burocratas provenientes da iniciativa privada, constituído de economistas e engenheiros, formando uma burocracia de elite. A Reforma administrativa foi conduzida pela Subsecretaria de Modernização e Reforma Administrativa – SEMOR, do Ministério do Planejamento, a partir do Decreto-lei 200, de 1967. Nos anos 1970, esse órgão teve como missão realizar as revisões da estrutura organizacional e analisar o projeto dos demais órgãos públicos.

Em 1964 os militares intervêm pela quarta e última vez na história do país e por quase vinte anos teremos um regime autoritário modernizador, burocrático capitalista. Celebra-se então uma grande aliança da moderna burocracia civil e militar com as classes médias burocráticas do setor privado (que então já haviam crescido e se diversificado), e com a burguesia brasileira, que deixava de ser mercantil e mesmo industrial para ser uma classe capitalista diversificada e complexa. De novo no poder, os militares promovem, com a ativa participação de civis, a reforma administrativa de 1967, consubstanciada no Decreto-Lei 200. Esta era uma reforma pioneira, que renunciava as reformas gerenciais que ocorreriam em alguns países do mundo desenvolvido a partir dos anos 80, e no Brasil a partir de 1995. Reconhecendo que as formas burocráticas rígidas constituíam um obstáculo ao desenvolvimento quase tão grande quanto as distorções patrimonialistas e populistas, a reforma procurou substituir a administração pública burocrática por uma “administração para o desenvolvimento”: distinguiu com clareza a administração direta da administração indireta, garantiu-se às autarquias e fundações deste segundo setor, e também às empresas estatais, uma autonomia de gestão muito maior do que possuíam anteriormente, fortaleceu e flexibilizou o sistema do mérito, tornou menos burocrático o sistema de compras do Estado. (PEREIRA, 2017, p.14)

Diante da nova conjuntura política e social, houve a criação de um Serviço de inteligência, que reprimiu movimentos sociais de esquerda, tais como os grupos relacionados aos sindicatos, dos sem terra, de manifestações estudantis, de segmentos considerados contra o regime na igreja católica, e outros grupos contra o regime militar.

Neste sentido, houve o planejamento e a criação do Serviço Nacional de Informação – SNI, que foi idealizado pelo General Golbery do Couto e Silva¹⁹, quando ainda participava do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES; entidade de direita criada com a participação de empresários, com intuito de vigiar e controlar os opositores ao regime, com integrantes militares e plutocratas, com o intuito de coligação para alçar o poder e derrubar o então presidente João Goulart. Além disso, Golbery chegou a ser mão direita do primeiro ex-presidente militar, o General Castelo Branco.

Houve o revezamento de generais do exército no poder, ensejando um período de vários Atos Institucionais, que recrudesceram o período da Ditadura Civil-Militar durante vinte e um anos. Contudo não havia consenso nem mesmo entre os generais do exército, tendo havido até dissidências, ou seja, generais e oficiais que não concordaram com a ditadura. Após Castelo Branco houve a gestão do General Costa e Silva, de 1967 a que se afastou da presidência por motivo de saúde e assumiu uma Junta Militar.

Nesse ínterim, destaca-se que o ano de 1968 foi emblemático no Brasil e no mundo em função dos movimentos estudantis e em prol da liberdade; iniciou o “milagre econômico” brasileiro, a manifestação dos Cem mil, no Rio de Janeiro, greves operárias, desmantelamento do Congresso da UNE e prisão de muitos líderes estudantis. Foi ainda naquele ano a decretação do Ato Institucional n.05, que inaugurou o chamado “golpe dentro do golpe”, com a dissolução do congresso por tempo indeterminado. Em 1969, houve o sequestro por movimentos de esquerda ao embaixador norte-americano Charles Elbrick, a fim de promover a libertação de 15 presos políticos em troca do embaixador.

Na gestão de Emílio Garrastazu Médici, militar e político brasileiro, o terceiro do período da Ditadura Militar, entre 30 de outubro de 1969 e 15 de março de 1974, houve o endurecimento do combate aos segmentos sociais contrários ao golpe militar, ensejando a morte de líderes, tais como Carlos Mariguella²⁰ em 1970, e Carlos Lamarca²¹, na Bahia. Já em

¹⁹ Golbery do Couto e Silva foi um general do exército e político brasileiro e tornou-se reconhecido como um dos principais teóricos da doutrina de segurança nacional, elaborada pelos militares brasileiros, engendrou e criou o SNI.

²⁰ Carlos Mariguella - Foi um político, guerrilheiro e escritor brasileiro, e, a partir de 1964, um dos principais organizadores da luta contra a ditadura militar. Chegou a ser considerado o inimigo "número um" da ditadura. Participou como membro do partido comunista.

²¹ Carlos Lamarca Foi um militar desertor, guerrilheiro e um dos líderes da luta contra a Ditadura Militar instaurada no país em 1964.

1975 houve o início do cerco à Guerrilha do Araguaia²².

O General Ernesto Geisel, que entrou no período de 1974, procurou promover a volta da democracia, inclusive com a frase emblemática de uma abertura política “lenta, gradual e segura” com momentos de recrudescimento da ditadura e repressão aos opositores.

De um lado, os chamados *bolsões sinceros*, mas radicais. A tropa de choque da ditadura. A chamada comunidade das informações. Em outras palavras, a polícia política. Ali se reuniam animais de vários tipos. Havia os oficiais treinados nos sofisticados serviços de inteligência e contra-informação, acostumados a ler e analisar textos políticos e organogramas de organizações clandestinas, e a dar instruções que viabilizassem a tortura como método de coleta de informações. Esses homens trabalhavam em salas climatizadas e não se misturavam ao trabalho sujo e degradante da tortura, embora o sucesso dessa deles dependesse. Eram homens normais, naquele sentido em que Hannah Arendt falou da *banalidade e da normalidade* do Mal. E havia também facínoras de todo o tipo, sem falar nos bate-paus obtusos, e nos que se haviam corrompido nos submundos do crime e da contravenção, protegidos pela impunidade dos chamados *homens do sistema*. Essa gente, desde o início, nunca viu com bons olhos a política de abertura. E se preparou para combatê-la. (AARÃO REIS, 2005, p. 65 – 66)

Os anos 1970 apresentaram um desenvolvimentismo econômico, o chamado “milagre econômico”, com investimentos na Petrobrás, Eletrobrás, a Siderúrgica de Volta Redonda, Usinas, promovendo uma certa satisfação da maioria do povo. Dois partidos políticos existiam à época, ARENA e MDB. No ano de 1974, houve eleições legislativas no país com a vitória em diversos estados e principais cidades do país, do partido político do Movimento Democrático Brasileiro – MDB. Durante o Governo Geisel continuaram a ter vozes dissonantes, e apesar do discurso de abertura política, deu força para a destruição de focos subversivos de partidos políticos como PCB ou PCdoB, dando prosseguimento de forma impiedosa com torturas e massacres. Não podemos deixar de mencionar o caso emblemático de tortura e morte em 1976 do jornalista Vladimir Herzog, que teve em sua certidão de óbito a *causa mortis* de suicídio, mas posteriormente esse caso foi revisto pela justiça; entre outras vítimas da repressão política, como estudantes universitários perseguidos, desaparecidos e mortos; professores demitidos e exonerados, etc

²² Guerrilha do Araguaia – Foi um movimento de guerrilha (luta armada) entre Tocantins e Pará, nos anos 1972 a 1975. Ver também CARVALHEDO FRANCO, Shirley. Documentos da Guerrilha do Araguaia: trajetos e ramificações.. In: THIESEN, Icléa. Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na Ditadura de 1964. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2014. p. 145 – 170

No outro extremo, os remanescentes das esquerdas revolucionárias. Estavam dispersos, nas cadeias, nos exílios sem fim, ou meio perdidos no país, nas margens, mas incomodavam, com campanhas permanentes de denúncias da ditadura, de seu modelo econômico e, sobretudo, da tortura como política de Estado, o que horrorizava a opinião internacional. Essas esquerdas, em sua grande maioria, já haviam abandonado a perspectiva do enfrentamento armado, ou por terem mudado de convicções, ou por reconhecerem a esmagadora superioridade do inimigo. Mantinham alguma influência na mídia, nos meios acadêmicos, na intelectualidade em geral, e, um pouco mais tarde, se organizariam nos comitês de anistia, exigindo contas da ditadura, o desmantelamento dos aparelhos repressivos e uma anistia ampla, geral e irrestrita. (AARÃO REIS, 2005, p. 66)

Entretanto, foi-se configurando em 1979 um movimento de distensão política; deixando de vigorar o Ato Institucional n. 05 de 1968 e sancionada a Lei de Anistia, de 1979, que anistiou presos políticos, exilados, mas também os generais, oficiais e delegados, e todos aqueles envolvidos direta ou indiretamente em práticas de tortura.

O período do governo de João Batista Figueiredo, que iniciou em 1979, finalizando em 1985, assinalou a volta da “democracia”, mas percebeu-se vozes discordantes no meio militar, tendo como exemplo o que ocorreu com a bomba no Rio-Centro, no Rio de Janeiro. No plano político e econômico não era mais o mesmo quadro do início dos anos 1970 do “milagre econômico”, do desenvolvimentismo, mas do início de uma situação financeira difícil para o país, tendo surgido a figura, na administração brasileira, do ministro Hélio Beltrão:

A partir de 1979, Hélio Beltrão, que havia participado ativamente da Reforma Desenvolvimentista de 1967, volta à cena, agora na chefia do Ministério da Desburocratização do governo Figueiredo. Entre 1979 e 1983 Beltrão transformou-se em um arauto das novas idéias; criticando, mais uma vez, a centralização do poder, o formalismo do processo administrativo, e a desconfiança que estava por trás do excesso de regulamentação burocrática, e propondo uma administração pública voltada para o cidadão. Seu Programa Nacional de Desburocratização foi por ele definido como uma proposta política visando, [...] da administração pública, “retirar o usuário da condição colonial de súdito para investi-lo na de cidadão, destinatário de toda a atividade do Estado”. (PEREIRA, 2017, p. 15 – 16)

O ano de 1988 assinalou de forma oficial à volta ao processo “democrático” em função da Constituição Brasileira de 1988²³. Esta constituição passou a ter em seu texto direitos fundamentais e direitos humanos, inclusive do acesso à informação. Diante disto, passamos a ter uma dificuldade em conviver com nossas memórias e silêncios, memórias de torturas, de desaparecidos políticos, de mães que perderam seus filhos.

As sociedades têm sempre dificuldades em exercitar a memória sobre as suas ditaduras, sobretudo a partir do momento em que assumem códigos de valores opostos aos princípios do estado de exceção. Não se trata de algo específico de nosso país. Os franceses têm, até hoje, dificuldades em se relacionar com a França de Vichy. E o mesmo ocorre com os alemães, quando pensam em Hitler, ou com os russos, quando recordam Stalin. [...] Entretanto, há alguns nós que precisam ser desatados, ou, ao menos, compreendidos. E isso não diz respeito apenas ao passado, mas ao presente e sobretudo, ao futuro. (AARÃO REIS, 2005, p. 72)

A superação de períodos de exceção implica num processo lento de redemocratização, mas no Brasil há uma tradição governamental de gestões pautadas em modelos conservadores. Nos últimos anos o país vem procurando resgatar essas memórias individuais e coletivas de memórias da tortura, memórias sensíveis, memórias que estão sendo revisitadas, inclusive criando a Comissão Nacional da Verdade - CNV, Comissões Estaduais e Municipais da Verdade. Pôde-se observar a criação da Comissão da Verdade na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

4.1 REGIMES DE INFORMAÇÃO: DO CAMPO DO ESTADO AO CAMPO INFORMACIONAL

Numa relação de discurso e poder no contexto de Estado, poderemos verificar os diálogos associados com algumas diferentes configurações de ordem intelectual, sociocultural e política. Diferentes autores vêm se preocupando com o termo regime de informação, como

²³ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em :http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em : 12.setembro.2015.

uma ferramenta teórico-metodológica e recurso interpretativo das estruturas de poder, relacionando política, informação e poder, tais como, Frohmann (1997), Braman (2004, 2006, 2009), González de Gómez (2003, 2012) e Pimenta (2014).

Regime de informação seria o modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância. Como um plexo de relações e agências, um regime de informação está exposto a certas possibilidades e condições culturais, políticas e econômicas, que nele se expressam e nele se constituem. A partir dessas premissas, podemos afirmar que cada nova configuração de um regime de informação resulta e condiciona diferentes modos de configuração de uma ordem sociocultural e política. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 31)

Em pesquisa realizada González de Gómez analisou a expressão de Regime de Informação como um conceito analítico que remete às figuras contemporâneas do poder, e com outras categorias analíticas que se encontram num processo de transversalidade da ordem política e informacional.

O conceito de regime de informação pareceria ser uma ferramenta interessante para situar e analisar as relações de uma pluralidade de atores, práticas e recursos à luz da transversalidade que se estabelece na medida em que tais relações e interações perpassam uma ou mais esferas da cultura, da economia, da educação, da comunicação, da pesquisa científica e da vida cotidiana, e especificidade que se constitui na medida em que o envio e a direção dessa transversalidade pertence às configurações contemporâneas da informação e são reconhecidas como tais (e não como sendo da esfera da saúde, do transporte ou da mídia) (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p.31)

A autora relaciona o regime de informação às relações de informação-poder, numa abordagem que vai qualificar processos de transformação de longo alcance, repercutindo em diferentes sintagmas num contexto histórico-discursivo, por vizinhanças semânticas e temporais, numa rede conceitual o séc. XX, da seguinte forma: cadeia de produção da informação, infra-estrutura de informação, modos e padrões de informação.

Há a necessidade se estabelecer relações interdisciplinares e epistemológicas para o entendimento do discurso do poder, das comunidades que representam determinados discursos e de grupos específicos que dominam a informação.

O foco em problemas instrumentais e em questões epistemológicas envolvidas com a demarcação e policiamento das fronteiras entre as disciplinas, desvia a atenção das questões de como o poder é exercido em e através das relações sociais mediadas pela informação, como o domínio sobre a informação é alcançado e mantido por grupos específicos, e como formas específicas de dominação – especialmente de raça, classe, sexo e gênero – estão implicadas no exercício do poder sobre a informação (FROHMAN, 1995, p. 5)

Para Brahman (2006,2009) o conceito de cadeia de informação ou regime de informação está associado aos poderes instrumentais, estruturais, simbólicos e informacionais. González de Gómez explica o pensamento de Brahman, conforme a seguir:

Por poder instrumental entende-se aquele que modela o comportamento humano pela manipulação do mundo material com força física. É a mais antiga e familiar forma de poder, exercido através do uso de armas pelos militares e por outros grupos. A autora cita Karl Marx, na clássica descrição de Estado, como uma entidade política que exerce o controle físico sobre um específico espaço geográfico. A política de informação está intimamente ligada ao poder instrumental quando programas governamentais são fundidos tendo como objetivo o desenvolvimento de tipos particulares de informação, por exemplo, na ocasião em que os sistemas de vigilância são colocados para suportar operações militares. A autora ilustra o texto com a situação da interconexão das redes de telecomunicações durante a Primeira Guerra Mundial, em que haviam diferentes operadoras atuando sem interagirem, e o governo teve que nacionalizá-las durante aquele período para que houvesse conexão e rapidez em benefício da sociedade (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p 53).

Existem relações conceituais entre Sandra Braman (2006,2009) com o regime e o poder simbólico e Pierre Bourdieu (1996) que além de analisar o poder simbólico, observa também o capital simbólico e a violência simbólica presentes no estado.

Bourdieu (1996) em seu texto tenta desnaturalizar a estrutura do Estado e o pensamento sobre o mesmo, desvendando os critérios de valor e ideologias que são transpassadas pelas intuições através de procedimentos, normas, direitos e deveres relacionados ao mesmo. Segundo BOURDIEU (1996, p. 91) “pensar o Estado é expor-se a assumir um pensamento de Estado”.

O autor analisa as categorias de pensamento produzidas e legitimadas pelo Estado. O conhecimento do mundo, as categorias sociais são transmitidas inicialmente por meio da escola, controlando a todos que passam por ela. Bourdieu (1996) observou que mesmo para pensar esta estrutura, é preciso analisar as pré-construções que estão na realidade observada como no pensamento de seus analistas. É dentro destas suposições que conseguimos pensar a pré-construção existente dentro do ambiente acadêmico, como *locus* de produção e comunicação de conhecimento, nas quais os professores e alunos são influenciados e influenciáveis.

A realidade da ortografia e da grafia culta, garantida e legitimada pelo Estado é um artefato social com bases lógicas e linguísticas conforme visto no capítulo anterior. De acordo com Bourdieu (1996) essas adequações da linguagem são realizadas às estruturas objetivas com as estruturas mentais, a forma mental socialmente imposta às mentes dos indivíduos pela grafia correta e pelas palavras que graficamente são corretas. Por extensão, as coisas da cultura, com suas divisões e hierarquias sociais a elas associadas, são constituídas como “naturais”, dão ares de natural às coisas de um arbitrário cultural. Mesmo pesquisas realizadas por juristas dos sécs. XVI e XVII têm comprometimento com a linguagem das instituições, pois impõem uma determinada visão de Estado, mas tentaram dar uma visão atemporal à sua filosofia.

O Estado trata-se de um campo de poder e de produção de um domínio simbólico através das instituições, das administrações públicas e de seus representantes, que produzem e reproduzem problemas sociais, com a ratificação das ciências sociais com estudos sociológicos. Existem leituras das pesquisas que são feitas sobre o Estado que variam de país para país, de região para região, conforme cada período histórico.

De acordo com Bourdieu (1996, p.95) existe um atravessamento do que é representação oficial: “a sedução exercida pelas representações do Estado que, como em Hegel, fazem da burocracia um “grupo universal”, dotado da instituição e da vontade de interesse universal. Lembrando-nos que o Serviço Nacional de Informação, como órgão burocrático, dotado de vontade, influenciou, e interferiu no regime informacional e portanto criou verdades sobre os espaços, territórios e atores que estão subordinados, submetidos ao estado, preparando o terreno para compreender qual o peso das ASIs para isso tudo. As Ciências Sociais e a Sociologia são atravessadas por seus valores, e Bourdieu (1996, p.95) ainda reitera que questões como “neutralidade” e “imparcialidade” colocados pela burocracia podem ser

percebidas com dificuldade quanto à autonomia das ciências com relação ao Estado.

Um dos autores utilizados por Bourdieu (1996, p.97) para a sua fundamentação teórica é Max Weber, dizendo que “ o Estado a ser determinado que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência física e simbólica em um território determinado e sobre o conjunto da população correspondente.” Portanto, o Estado exerce a violência simbólica encarnada tanto em aspectos objetivos, quanto nas estruturas subjetivas, nas mentes, na percepção e nas formas de pensamento. Se processa a violência simbólica de forma instituída nas estruturas sociais, estruturas estruturantes, estruturas mentais adequadas às estruturas sociais, refletidas nos atos de instituição, apresentando-se como formas “ naturais” de pensamento.

Bourdieu comentou que existem zonas da história que foram negligenciadas, como a história das instituições, dos personagens de governo, do conhecimento das práticas governamentais, e que o estudo do governo, como a história do pensamento político, e da história social que estão interligadas. Neste sentido, observa a História Militar pelo historiador militar, que também é uma figura de governo e as técnicas de guerra. O Estado concentra vários tipos de capital, como capital da força física e dos instrumentos de controle, opressão e coerção, e prossegue citando quais são os tipos de capital existentes ligados ao Estado, conforme:

[...]instrumentos de coerção (exército, polícia), capital econômico, capital cultural, ou melhor de informação, capital simbólico, concentração que, enquanto tal, constitui o Estado como detentor de uma espécie de metacapital, com poder sobre os outros tipos de capital e sobre seus detentores. (BOURDIEU, 1996, p. 99):

Pensar o Estado enquanto uma construção da realidade é pensar a construção do campo do poder, suas lutas e disputas, num jogo em que os que lutam são detentores de diferentes tipos de capital, o capital estatal leva à garantia de poder sobre os mais variados tipos de capital, como por exemplo, o da reprodutibilidade das classes sociais através das escolas.

Os impostos também são exemplos característicos da concentração do capital da força física do Estado, que anteriormente se prendia à arrecadação do fisco por questões de defesa de território e da terra. Assim surge o imposto de Estado no séc. XII, relacionado com o

crescimento dos custos de manutenção das guerra. Em contrapartida, nos Estados Modernos, a lógica econômica transforma o capital econômico em capital simbólico, a “obrigatoriedade” dos indivíduos em contribuir para a arrecadação dos impostos, levando ao reconhecimento e à legitimidade do imposto fiscal. Segundo (Bourdieu , 1996, p. 102) “ a um uso burocrático como “despesas públicas”, transformação que é uma das dimensões fundamentais da transformação do Estado dinástico em Estado “impessoal”.

O capital simbólico refere-se à concentração de uma autoridade oriunda do Estado, que segundo o autor podem ser tipos de capital físico, econômico, social cultural, que são permeados na sociedade e conhecidos pelos agentes sociais, que podem reconhecê-los. Assim como, existem categorias de percepção no código da língua como os conceitos opostos, por exemplo, de rico/pobre, culto/inculto, e etc.

A Cultura para Bourdieu (1996, p.105) é unificadora e o estado contribui para a unificação do mercado cultural ao promover os códigos jurídicos, lingüístico e métrico, moldando as estrutura mentais, forjando a identidade nacional, o caráter nacional, principalmente por meio da escola. A família também forma e faz a construção dos indivíduos, facilitando a sua submissão aos códigos sociais e do poder do Estado. A verdade é construída dentro dos indivíduos de forma institucionalizada.

Portanto, podemos identificar nesta leitura, as diversas formas como o Estado está presente, construindo, representando as mentes dos indivíduos e da coletividade, imprimindo-lhes o “Habitus”, conforme o corpo conceitual de Bourdieu (1996), trata-se de um uma estrutura estruturante, um cimento na sociedade, que produz e reproduz os valores do campo do poder. Há, portanto, uma estrutura arquitetada pelo Estado. E, nesse sentido, vale afirmar que existe um campo para a Arquivologia, no qual as estruturas hierárquicas e administrativas, os arquivos, os documentos e as informações produzidas pelos órgãos de estado fazem parte dessa estrutura de construção e reprodução do poder. Já no campo informacional, podemos citar como os corpos teóricos da Ciência da Informação e da Arquivologia podem se aproximar, entretanto mantendo seus princípios, características e até terminologia que lhes são próprias, conforme seus campos de conhecimento.

Contudo, iremos na próxima seção tratarmos da estrutura e do contexto existente no Sistema Nacional de Informação, descrevendo com maiores detalhes as hierarquias dos órgãos de repressão, sua terminologia especializada, a genealogia, a administração de documentos e o recolhimento dos documentos dos órgãos de repressão ao Arquivo Nacional.

4.2 DA ESTRUTURA E CONTEXTO DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO

Iniciamos esta seção do trabalho apresentando o logo (a marca oficial) do Serviço Nacional de Informação – SNI, órgão centralizador de informações do Sistema Nacional de Informações – SISNI, que faz parte de uma característica externa dos documentos de arquivos sigilosos do período da pesquisa, que facilita a identificação da comunidade de informação e contra-informação.

Figura 1 – Marca Oficial (logo) do Serviço Nacional de Informação - SNI



Fonte: (SNI, 1976)

A informação é produzida nos documentos e em seus arquivos, refletindo o órgão produtor, sua gênese, sua missão, suas atividades. A informação é organizada e organizadora nos sistemas de informação, revelando os sentidos que são produzidos através dos seus signos (significante + significado). Segundo Bellotto (2010, p. 161) “A indissolubilidade entre a informação, o meio documental onde ela está vinculada, o suporte, a proveniência e sobretudo o vínculo entre os documentos do mesmo contexto genético, é um dos pilares da doutrina Arquivística. “

A informação não pode ser pensada fora de um contexto social. Ou fora de uma organização. Ela é essencialmente relacional e portanto, organizativa e organizadora. Sua mensagem ou sentido dependem da relação entre emissor e receptor. É essa relação, a intenção do emissor e a compreensão do observador que podem atribuir significado, qualidade, valor ou alcance à informação. Ela se define socialmente, no desejo de saber de uns; no interesse de outros em reforçar imagens, sentidos, mensagens, conhecimentos; no desvendamento daquilo que se ocultou; na resposta às questões que se elaboram quando da tomada de decisões. (ALMINO, 1986, p.35-36).

Procuramos identificar e analisar a estrutura do Sistema Nacional de Informações, suas condições de produção documental, os órgãos setoriais de informação, a hierarquia dos órgãos e a gênese dos documentos que foram criados, sendo normalizados por manuais:

O Sistema Nacional de Informações – SISNI engloba todos os órgãos da estrutura governamental do país empenhados nas atividades de informações (Informação e Contra-informação) O SISNI foi implantado com o objetivo de assegurar: - a execução das atividades de informações, nos campos interno e externo, de interesse da Política Nacional, em particular as que dizem respeito à Segurança Nacional, e a sua integração nos níveis nacional, regional e setorial; - a orientação normativa, a supervisão técnica e a fiscalização específica dos órgãos encarregados das atividades de informações na Administração Federal, tendo em vista aumentar a sua eficiência e atender às necessidades de assessoramento das decisões governamentais de alto nível; - o fluxo permanente de informações entre os órgãos componentes do sistema, a fim de facilitar os processos de decisão e a coordenação das atividades governamentais. (SNI, 1976, p. 3)

É importante para esta pesquisa de contextualização do fundo documental entender a estrutura e as atribuições do SISNI:

O SISNI é integrado pelos seguintes componentes:

O Serviço Nacional de Informações (SNI)

Os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis;

Os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares;

O subsistema de Informações Estratégicas Militares (SUSIEM);

Outros órgãos setoriais.

Os Órgãos de informações dos Territórios Federais integram-se no Sistema através do Sistema Setorial do Ministério do Interior.

Os estados da federação e o Distrito Federal prestam colaboração ao SISNI através dos seus órgãos de informações. (SNI, 1976, p. 04)

Golbery²⁴ foi quem engendrou o Serviço Nacional de Informações, que tinha a alcunha de **o Serviço**. Ele havia pensado num órgão centralizador ainda na Escola Superior de Guerra, dotado de recursos financeiros e meios, agentes e órgãos interligados. Inicialmente com poucos integrantes e depois em 1982 com mais de seis mil pessoas, que passaram a fazer parte da comunidade de informações.

Nela se reuniram, além do SNI, os serviços secretos do Exército, Marinha e Aeronáutica, uma parte da polícia federal, as divisões de informações montadas em todos os ministérios, as delegacias estaduais de Ordem Política e Social e, finalmente, os serviços de informações das polícias militares. A expressão “

²⁴ Golbery do Couto e Silva Foi um General do Exército que planejou e criou o SNI

Comunidade de informações aparece pela primeira vez na linguagem política brasileira em 1967, no livro “ A produção de informações estratégicas” , do general americano Washington Platt. Era um trabalho clássico para os serviços de informações norte-americano. (GASPARI, 2002, p.158)

O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado pela lei nº 4.341 em 13 de junho de 1964 com o objetivo de supervisionar e coordenar as atividades de informações e contrainformações no Brasil e exterior. Gaspari (2002, p. 154) “ uma CIA voltada para dentro [...]”. “ Funcionará como o FBI, ou o *Intelligence Service* no interesse da segurança nacional” Quando Golbery tomou posse do novo órgão criado lhe deu o codinome de Ministério do Silêncio e inicialmente segundo Gaspari (2002, p.154) o comparou a “ uma porta aberta, de par em par, aos influxos mais sutis da opinião pública nacional. Depois riscou “ porta” (lugar por onde qualquer um passa) e escreveu “janela” (lugar de onde se vê o que acontece do lado de fora.”

Operacionalmente o SNI herdou a estrutura do Serviço Federal de Informações e contra-informações, o SFCI, uma repartição inexpressiva vinculada ao Conselho de Segurança Nacional, e o arquivo do IPÊS, Do chefe ao faxineiro, juntava cerca de cem pessoas. Tinha um arquivo pequeno e primitivo. Suas fichas destinavam-se sobretudo a relacionar funcionários públicos, dirigentes sindicais, redatores da imprensa esquerdista e signatários de manifestos políticos. Numa base mimeografada, as fichas do IPÊS listavam dados para a identificação da vítima, tais como filiação, telefone e endereço, deixando apenas nove linhas para informações adicionais. Esse arquivo não chegou aos 5 mil nomes. Transferido em caixas de papelão, inclusive de sapatos, tornou-se o núcleo da memória do SNI. (GASPARI, 2002, p.155 – 156)

O Chefe do SNI ganhou status de superministro e o órgão era intocável com autonomia jurídico-administrativa, um órgão que somente prestava contas ao presidente da República. Isto vinha de encontro com órgãos do mesmo tipo ou serviços de informação em países como União Soviética, França, Inglaterra e EUA. Por uma exposição das características do órgão por Golbery, o mesmo expressou o seguinte:

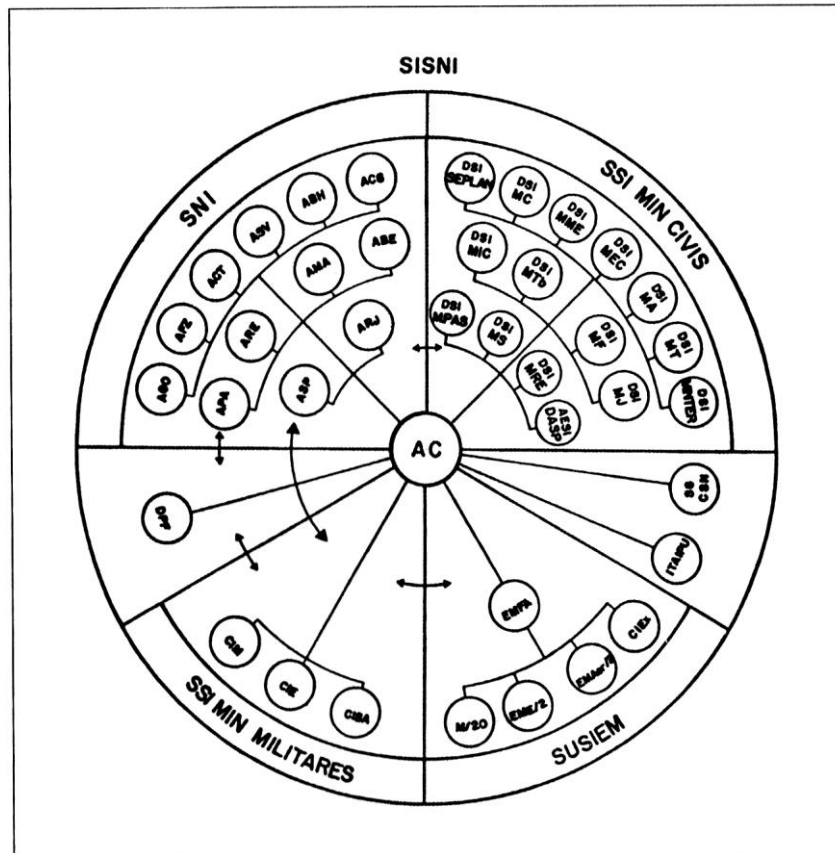
O SNI é um órgão nitidamente introvertido, por definição sempre voltado para dentro, e ao qual não está afeta qualquer atividade de divulgação pública, de propaganda ou contrapropaganda, limitando-se a promover a difusão de informações e, quando for o caso, avaliações e estimativas, apenas no âmbito governamental e com a adequada salvaguarda do sigilo. Com isso, restringe-se o risco de que o Serviço, órgão sobretudo de auscultação, se deixe impressionar pelo eco de suas próprias elaborações, acrescentando as dificuldades, já de si tão grandes, de toda observação participante. Ou o que é

pior ainda, passe a enxergar apenas o que confirme os pontos de vista externados ao público, num desejo, até mesmo inconsciente, de se não deixar desmentir pelos fatos, salvando sempre a face. Daí porque um serviço como esse nunca deve, por outro lado, assumir responsabilidades operacionais, sob pena de tornar-se um observador diretamente “engajado” no êxito da operação que tomou a si. Fora assim, como mandam a tradição e o bom senso, e o serviço norte-americano, a celebrada CIA, não teria arcado com o lamentável fracasso da Baía de los Cochinos. (SILVA apud GASPARI. 2002, p. 156)

O Serviço Nacional de Informações - SNI foi criado como órgão centralizador, tendo as Divisões de Segurança e Informação – DSIS em todos os ministérios como os órgãos que os representava nas instituições públicas federais, e particularmente houve no Ministério da Educação e Cultura, pois a área de educação sempre se mostrou “problemática” em função dos movimentos estudantis, com células de suas representações nas universidades públicas federais como Assessorias de Segurança e Informação – ASIS ou AESIS.

A partir das décadas de 1960 e 1970 até 1985, verificou-se uma estrutura do Serviço Nacional de Informação – SNI e do Sistema Nacional de Informações – SISNI, do qual faziam parte as Divisões de Segurança e Informação – DSIs; e Assessorias de Segurança e Informação – ASIS, com representantes do controle social do regime em todos os órgãos da administração pública federal, fosse direta ou indireta.

Figura 2 – Organograma do Sistema Nacional de Informações - SISNI



Fonte: SNI, (1970)

Na estrutura governamental o Sistema Nacional de Informações - SISNI era composto pelas representações nos Ministérios Cíveis e Ministérios Militares. Quanto às Forças Armadas existiram o Centro de Informações do Exército - CIE, Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica - CISA, Centro de Informações da Marinha – CENIMAR. E pode-se incluir o Centro de Informações do Exterior – CIEEX, que servia para monitorar os cidadãos brasileiros no exterior, descontentes com o regime no Brasil.

Quanto aos Ministérios Cíveis, abrangia a administração direta e indireta, tendo, portanto órgãos setoriais de informação. Assim, surgiram as estruturas setoriais de informação existentes à época, que basicamente tiveram inicialmente as Seções de Segurança Nacional – SSN, órgãos criados no período do ex-presidente Eurico Gaspar Dutra, subordinadas à Secretaria- Geral do Conselho de Segurança Nacional, posteriormente foram transformadas em Divisões de Segurança e Informação (DSIs), criadas pelo Decreto 60.940,

de 04 de julho de 1967. Dentro dessa estrutura de estado, conforme Melgaço; Pimenta (2014, p. 126 – 127; SISNI, 1976) constavam as Divisões de Segurança e Informação – DSI, as Assessorias Especiais de Informação – AESIs, e as Assessorias de Segurança e Informação – ASIS.

Assim, ficou estabelecido que aos Ministérios equivalassem às Divisões de Segurança e Informações (DSIs), conforme o que se refere o Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967 e o Decreto 66.622, de 22 de maio de 1970. Desta forma, ressaltamos a presença dessa (DSIs) no Ministério da Justiça, no Ministério da Agricultura, no Ministério da Previdência Social, no Ministério da Educação e Cultura – MEC, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e demais ministérios que existiram à época. Além disto, houve a presença de Assessorias de Segurança e Informação – (ASIS) em todos os órgãos da Administração Pública, em órgãos estratégicos do governo, tais como, a Companhia Siderúrgica de Volta Redonda, no Conselho Nacional de Pesquisa – CNPQ, Financiadora de estudos e Projetos – FINEP, NUCLEBRÁS, Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, Banco do Brasil, Fundação Oswaldo Cruz e Companhia Vale do Rio Doce, Fundação Getúlio Vargas, Biblioteca Nacional, entre outras tinham suas atividades, e a de seus funcionários, acompanhadas pelas ASIs.

ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES (ASI) Tipo de órgão setorial de informação existente em universidades, fundações e empresas públicas, como Telebrás, Petrobrás, Correios. As assessorias foram organizadas pelo Decreto 60.940, de 1967, que também criou nos ministérios e órgãos vinculados as Divisões de Segurança e Informação, (DSI). As ASIs e DSIs foram extintas pela Medida Provisória n. 150, de 15 de março de 1990, que também extinguiu o Serviço Nacional de Informação (SNI) e os órgãos equivalentes das entidades da administração federal e fundacional.

A Coordenação Regional Regional do Arquivo Nacional em Brasília realizou pesquisa na base de dados do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI) com o objetivo de identificar documentos produzidos pelas (DSIs), ASIs e Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI) existentes à época na administração pública federal. Os resultados da pesquisa levaram à identificação de 249 órgãos setoriais de informações, relacionados a seguir, em que se projetou a atual vinculação dos acervos das extintas ASIs e DSIs na estrutura ministerial vigente em 2011. (ISHAQ;FRANCO;SOUSA, 2012, p. 276)

Foi criado o Sistema de Arquivamento e Recuperação de Documentos para informação (SARDI), associado à coleta de informações pelo Serviço Nacional de Informações (SNI):

Toda e qualquer informação coletada pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre indivíduos tidos como subversivos ou suspeitos, assim como pessoas de projeção no cenário político, encontrava-se arquivada num grande banco de dados. O Sardi foi composto por dois bancos: o D (-), com documentos datados até 04 de dezembro de 1978, os quais englobavam quatro outros bancos de dados; e o D (+), com documentos implantados após 04 de dezembro de 1978 e contendo outros 15 bancos. O D(+) comportava os Arquivos cronológicos de Entrada (ACE) da Agência Central (AC) do SNI e cópias das agências regionais, os registros de Levantamentos de Dados Biográficos e os prontuários da Agência Central, os registros do Cadastro Nacional (Cada) de pessoas físicas e de entidades e os registros de ACE de cada Agência Regional. O D (-) comportava os registros de ACE e de Levantamento de Dados Biográficos da AC, mais os prontuários da AC e da Agência Rio de Janeiro. Fonte do verbete: SNI, BRANBSB V8, caixa, 08, pasta 13. (ISHAQ;FRANCO;SOUSA, 2012, p. 276)

Em função da extinção do SNI, foi criada em 1999 a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, tomando o lugar que fora do SNI.

4.3 O CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DA CONTRA-INFORMAÇÃO

A Contra-informação é essencialmente defensiva, ou seja, de proteção contra as interferências externas e adversas de informações produzidas pela comunidade de informação. O conceito de contra-informação (CI) confunde-se com a sua missão:

É uma atividade de informações de natureza defensiva, que se caracteriza pela execução de um conjunto de medidas planejadas e destinadas a preservar da interferência adversa os assuntos de interesse de Segurança Nacional, as atividades e os segredos manipulados ou mantidos pelo nosso Sistema de Informações, bem como a identificar ações de caráter psicológico sobre a população nacional. (SNI, 1976, p. 37)

Quanto às atividades de contra-informação abrangiam determinadas medidas, tais como:

Proteger o Sistema Nacional de Informação e Contra-Informação (SISNI), dentro e fora de suas instalações, contra a atuação adversa de qualquer tipo.

Salvaguardar o sigilo das atividades de informações do SISNI.

Conhecer as estruturas de informações adversas, seus planos, articulações, organizações, atividades e objetivos, no que possam colidir com os interesses de Segurança Nacional.

Identificar os agentes adversos em suas atividades de espionagem.

Identificar as ações adversas, de natureza psicológica, que visem a influenciar a opinião pública, realizando a coleta, a busca e a análise da propaganda adversa.

Simular ações para iludir e confundir, apresentando à percepção dos órgãos de informações adversos uma falsa impressão sobre a nossa situação, atividades, possibilidades e necessidades.

Obstruir, impedir e neutralizar, através do controle e da fiscalização, as ações de organizações ou de agentes adversos contra o SISNI. (SNI, 1976, p. 35 – 36)

Houve o controle de estrangeiros, de zonas de segurança, de comunicação e de propaganda. Existiram atividades de contra-informação de segurança orgânica; de controles de Contra-informação e contra-espionagem. No que diz respeito à segurança orgânica tinha a ver com a segurança dos próprios órgãos, tais como, de pessoal, da documentação, das instalações, das comunicações, da segurança das operações de informações. Destacamos a proteção das informações em dois itens significativos e que estão mais afetos à Ciência da Informação e à Arquivologia:

[...] A Segurança da Documentação é garantida através do exato cumprimento dos regulamentos, instruções ou normas que regem a produção, a classificação sigilosa, a expedição, o recebimento, o registro, o manuseio, o arquivamento ou guarda e a destruição de documentos sigilosos. [...] A Segurança das Comunicações é garantida pela observância de normas especiais de exploração e regras operacionais, com a finalidade de impedir que assuntos sigilosos cheguem ao conhecimento de pessoas ou órgãos não autorizados. É obtida pela segurança Criptográfica, pela Segurança da Exploração e pela Segurança do Material de Comunicações. (SNI, 2016, p.39-40)

Quanto aos controles de contra-informação são os seguintes: controle de estrangeiros; controle de Zonas de Segurança; Controle das Comunicações. Neste último fator, o controle da propaganda adversa está incluso e está afeto ao nosso objeto específico de pesquisa quando iramos observar mais adiante os jornais, cartazes e todo e quaisquer material de propaganda e

divulgação de matérias factuais ou opinativas referentes ao Diretório Central de Estudantes – DCE da UFF, que se encontra no GAR ASI.

Controle das Comunicações

Compreende o levantamento, fiscalização e acompanhamento sistemático das atividades de telecomunicações e serviços postais no país e visa impedir o seu uso para atividades adversas de informações e Propaganda.

Controle da Propaganda Adversa

Devemos entender por Propaganda Adversa a propaganda de qualquer procedência, cujo efeito agrida os valores espirituais, morais e sociais da nação, ou conteste os fundamentos da organização do Estado.

Ao SISNI, através de seus diversos órgãos, cabe detectar, promover a coleta e a busca e analisar este tipo de propaganda. A detecção é feita pelo controle e fiscalização sistemática e sigilosa dos meios de comunicação social, meios de divulgação e de todos os tipos de atividades apropriadas à difusão de idéias contrárias ao interesse nacional. A análise da propaganda adversa visa, especialmente, a identificar as idéias divulgadas, sua possível origem, objetivos e efeitos prováveis ou já alcançados. Neste controle da Propaganda Adversa, o SISNI trabalha em estreita ligação com o Sistema de Comunicação Social do governo. (SNI, 1976, p. 41-42)

Houve um sistema de contra-espionagem de forma sistemática com atividades e medidas que procuravam impedir o acesso de ações das organizações de informações adversas à estrutura dos órgãos de informação e de seus documentos produzidos, no sentido de tentar bloquear ou impedir as atividades de estudantes e professores. As atividades de contra-informação são associadas à segurança orgânica; controle de Contra-informação e contra-espionagem.

Conforme o SNI (1976, p. 42) para a consecução do objetivo a que se propõe, a Contra Espionagem apoia-se, fundamentalmente, na Segurança orgânica e nos controles de CI e adota medidas visando a identificar, dificultar e neutralizar as atividades de Espionagem no País. A contra-espionagem tem que conhecer os sistemas e estruturas de organizações adversas, tais como, o Diretório Central de Estudantes, visando salvaguardar o que chamavam de segurança nacional, porém os documentos produzidos e coletados foram considerados confidenciais. Essas operações de contra-espionagem foram classificadas de modo geral como tendo alto grau de sigilo e foram centralizadas nos órgãos de informação.

Essas atividades de contra-informação e contra-espionagem acabaram por criar a manipulação de dados reais com a finalidade de confundir as organizações adversas. Assim criaram a noção de desinformação: SNI (1976, p.43) “ É normalmente uma medida ativa de CI, que busca um efeito geral de simulação. Quando envolve atividades operacionais muito complexas, exige um planejamento detalhado e um alto grau de centralização e controle.”

4.4 A ESTRUTURA DAS ASSESSORIAS DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

Os movimentos de estudantes, professores e técnicos administrativos das universidades demonstraram ser uma grande ameaça ao regime ditatorial a partir de 1964. Os alunos não se conformavam na sujeição ao totalitarismo, organizando protestos e manifestações nas ruas e nos ambientes universitários, que eram combatidos de forma violenta pelas ações policiais, com coerções físicas e morais. Entre os grupos de oposição ao novo regime, os alunos universitários se engajaram a movimentos e organizações estudantis.

Durante os chamados “ Anos de Chumbo” era comum a presença de agentes secretos do regime militar infiltrados em escolas, faculdades, universidades, empresas estatais, autarquias, etc., que buscavam vigiar as ações e perfis ideológicos de professores, servidores técnico-administrativos e alunos universitários.

Segundo Pimenta; Melgaço (2014, p. 122 - 123) a respeito de exemplos da perseguição aos professores daquela época, houve uma “operação limpeza”, na qual identificavam e expeliam os oponentes ao regime nas instituições educacionais e outros elementos do ensino universitário. Foram realizadas perseguições a professores na Universidade Federal da Bahia, em Salvador, levados por agentes do departamento de Ordem Política e Social (DOPS) obrigados a responder a inquéritos policiais. Além disto, aconteceram perseguições a professores e alunos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na Universidade de São Paulo – USP, Universidade Federal de Minas Gerais, e demais universidades públicas e particulares que foram controladas, vigiadas e seus membros perseguidos, sofrendo punições de expulsão para estudantes, e de exoneração para professores.

Sobre o histórico das ASIS nas universidades e o regime militar ver Motta,(2008, 2014), que narrou em detalhes as perseguições aos alunos, professores e técnicos administrativos em suas obras.

Parcela expressiva dos militantes das organizações revolucionárias clandestinas era recrutada nas universidades, bem como atuava nos meios acadêmicos a maioria dos intelectuais responsáveis por municiar de argumentos os críticos do regime militar (MOTTA, 2008, p. 45)

A vigilância na área de educação, pelo controle e coleta de documentos e informações envolvendo estudantes universitários, passou a ser uma política de estado:

A portaria no 10, BSB, de 13 de janeiro de 1971, marcou a criação das primeiras AESI ASI. Como foi dito, a partir do surgimento desse mecanismo específico, o aparato repressivo adquiriu um importante instrumento para a coleta de informações dentro das universidades. As prioridades desses órgãos eram: coleta de informações sobre atividades das lideranças estudantis e professores, controle da nomeação para os cargos, viagens de docentes e discentes para eventos científicos, censura de livros, proibição de manifestações, confisco de material considerado “ subversivo”, entre outras. ASI AESI atuaram como mais um mecanismo de controle e vigilância da chamada “ Comunidade de Informação”. (FAGUNDES , 2013, p. 305)

Existiram também órgãos regionais de informação – ARSIS, que se localizavam nos seguintes estados ou regiões: do Nordeste, no antigo Estado da Guanabara, em Brasília, no Distrito Federal, em São Paulo, Minas Gerais, e outros que posteriormente favoreceram a criação de Delegacias do Ministério da Educação e Cultura – DEMECS.

Quanto à administração indireta, na qual as universidades se inserem , haviam outros órgãos setoriais de informação, as Assessorias de Segurança e Informação - ASIs, órgãos subordinados hierarquicamente aos órgãos de informação dos Ministérios, que por sua vez equivaliam às Divisões de Segurança e Informação - DSIs, e que quando as ASIS foram sendo desativadas e não extintas, em alguns casos foram sendo alocadas nas ARSIS regionais.

O Decreto-lei 477/69 baseado no parágrafo 1º do artigo 2º do AI – 05, de 1968, regulou as infrações disciplinares aos professores, alunos, funcionários e ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particular no que dizia respeito à deflagração de

movimentos subversivos, passeatas ou desfiles não autorizados, paralisação de aulas; atentados contra pessoas e os bens patrimoniais, seqüestros, e se tratasse do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza pelo prazo de cinco anos. No caso de aluno, com a pena de desligamento e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino por prazo de três anos.

Art. 2º do Ato Institucional no 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

- I – Alicie ou incite a deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;
- II – Atente contra pessoas ou bens, tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele;
- III – Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe;
- IV – Conduza ou realiza, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;
- V – Seqüestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;
- VI – Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

§ 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas:

- Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza pelo prazo de cinco anos;
- II – Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino por prazo de três (3) anos.

§ 2º Se o infrator for beneficiário de bolsa de estudo ou perceber qualquer ajuda do Poder Público, perdê-la-á, e não gozar de nenhum desses benefícios pelo prazo de cinco (5) anos.

§ 3º Se se tratar de bolsista estrangeiro será solicitada a sua imediata retirada do território nacional.

Art. 2º A apuração das infrações a que se refere este Decreto-Lei far-se-á mediante processo sumário a ser concluído no prazo improrrogável de vinte dias.

Parágrafo único. Havendo suspeita de prática de crime, o dirigente do estabelecimento de ensino providenciará, desde logo a instalação de inquérito policial. (BRASIL, Decreto-lei 477/69)

As Assessorias de Segurança e Informação encontravam-se nas universidades como forma de controle da comunidade universitária, impedindo a livre circulação de ideias, a

produção intelectual de produção e distribuição de livros, tentando como nos lembra inculcar valores tradicionais por meio de: técnicas de propaganda, da criação de disciplinas dedicadas ao ensino de moral e civismo como chamadas nas universidades de Estudos de Problemas Brasileiros – (EPB). Destaca-se inclusive a análise de nomes de paraninfos e homenageados, para que não representassem figuras tidas como contra a ordem estabelecida.

O controle na universidade pelas ASIS era exercido na contratação de professores, havia a análise do perfil biográfico e ideológico, da circulação dos professores em viagens ao exterior, fazendo com que fossem identificados aqueles professores que tinham a intenção de ir para Cuba ou para a antiga URSS, inclusive estavam proibidos acordos e convênios de estudos e pesquisas com instituições de ensino pertencentes a esses países.

No caso de alunos eram identificados os que participavam de Diretórios Centrais de Estudantes, Diretórios Acadêmicos, da União Nacional dos Estudantes, e grupos organizados contra o governo, movimentos estudantis ou movimentos ditos revolucionários.

Havia a interferência ostensiva do órgão de repressão na reitoria das universidades, pela sua subordinação à época, pois os reitores tinham que prestar contas dos seus atos, e às vezes os funcionários até tinham que negociar com essas representações nas universidades, mas nem sempre os reitores e as universidades eram colaboracionistas.

Na Universidade Federal de Minas Gerais os documentos encontrados da antiga ASI ou AESI revelaram a participação de estudantes no Comando de Libertação Nacional – COLINA, dissidência do grupo armado Política Operária – POLOP. Foi através deste grupo que aconteceram denúncias de repressão naquela universidade, e no qual foram partícipes em maior escala os estudantes de medicina. Conforme o que está descrito na Base de Dados do Sistema de Bibliotecas da UFMG:

AESI/UNI, órgão instituído pelas Portarias Ministeriais nºs 360-BSB e 361-BSB, datadas de 27.06.73 e posteriormente denominada ASI/UNI por Portaria Ministerial de 12.05.76. O processo de extinção das AESI/ASI nas universidades brasileiras prolongou-se de 1979 a 1986 conforme ofícios 009/3000/79-SNM/DSI/MEC de 08.05.1979 e 0236/81/20/DSI/MEC de 21/10/81 e o Decreto 93.314 de 30/09/86. (SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFMG, 2012)

No acervo documental da ASI/UNB, foi observado que passou-se a pesquisar nos documentos os antigos professores exonerados e reintegrados, e o acervo foi para a representação do Arquivo Nacional em Brasília. A UNB foi alvo de grande preocupação por se localizar no Distrito Federal, e por ser recente a sua criação em 1962. Na bibliografia pesquisada identificou-se ainda as ASIS da Universidade Federal da Bahia, do Amazonas, do Espírito Santo, de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, a Universidade Estadual de Londrina entre outras.

Verificou-se que o SNI, as ARSIS que ficaram localizadas nas DEMECS e as ASIS universitárias realmente se extinguiram em 1990. Nesta pesquisa, mais particularmente estamos enfocando aspectos semânticos relacionados com as Assessorias de Segurança e Informação – ASIS nas Universidades Públicas Federais, que se constituíam nos braços do regime militar no ambiente acadêmico. O objeto desta reflexão é a linguagem e os códigos utilizados na documentação e nas informações da Assessoria de Segurança e Informação – ASI, da Universidade Federal Fluminense – UFF, em especial os documentos administrativos, às manchetes e os termos utilizados nos Boletins do Diretório Central de Estudantes – DCE.

4.5 O RECOLHIMENTO DOS FUNDOS DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO AO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES

O PLANO NACIONAL DE INFORMAÇÕES foi aprovado através do Decreto no 66.732 de 16 de junho de 1970, previu o Sistema Nacional de Informações - SISNI, órgão central do sistema de dados e informações, contendo dados gerais de organização e coordenação. Existiram células da comunidade de informações em todos os órgãos do país que eram considerados de interesse fundamental.

Foi criada a Escola Nacional de Informação – ESNI em 1971, que mantinha uma base de dados biográficas num computador da IBM, relativa aos suspeitos contra o regime, com alunos recrutados das mais diversas origens da sociedade, considerando que o melhores alunos eram encaminhados para a CIA e para o Panamá, a fim de se aprimorarem em suas tarefas de vigilância ideológica.

A “teia” de informações e documentos encontrados nos fundos documentais

produzidos pela comunidade de informações, dos órgãos de segurança e informação são importantes testemunhos das memórias coletivas e individuais à época da ditadura, em particular no ambiente universitário, demonstrando a repressão aos professores, alunos e técnicos administrativos como foco de observação. A vigilância e o controle foram sendo estabelecidos na vida universitária, fiscalizando professores e alunos, principalmente após o Ato Institucional no. 05 – AI- 5, de 1968.

O ano de 1988 no Brasil marcou um processo de redemocratização no país e dentro deste novo contexto, ocorreram fatos que demonstraram um marco de transição , com destaque para a consolidação dos direitos e garantias fundamentais. Dentre os novos direitos do cidadão a garantia de receber do Estado, os documentos e as informações produzidas e recebidas pelo Estado.

A partir do Decreto 5.584, de 18.11.2005, aconteceram alguns recolhimentos de acervos importantes ditos “sigilosos” ao Arquivo Nacional através da Coordenação Regional do Arquivo Nacional em Brasília – COREG. Neste sentido, devemos mencionar os recolhimentos da documentação proveniente do Serviço Nacional de Informação – (SNI), Conselho de Segurança Nacional (CSN) e da Comissão Geral de Investigação – (CGI).

O acervo do SNI tem em seu acervo documentos produzidos e recebidos do extinto Sistema Nacional de Informações e Contra-Informações- SISNI, que contém documentos provenientes dos Ministérios Cíveis e das Forças Armadas, com seus respectivos órgãos de segurança, conforme a seguir: Centro de Informações do Exército – CIE, Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica – CISA, e Centro de Informações da Marinha – CENIMAR.

Em 2007 houve um aviso circular expedido pela então Casa Civil da Presidência da República, para o recolhimento ao Arquivo Nacional de todos os acervos produzidos pelos órgãos de segurança e informação nos Ministérios Cíveis no período do regime militar; considerando então que todos os acervos produzidos por ministérios e universidades, fossem denominados Divisões de Segurança e Informação e Assessorias de Segurança e Informação – ASIS, deveriam ser recolhidos àquela instituição, a fim de participar do Centro de Referência Memórias Reveladas. Segundo Ishaq; Franco (2008, P. 36) “houve a negativa de existência desse acervo em 109 órgãos (57%), continuaram o contato 54 (28%) e de acervo recolhido 28 órgãos (15%) dos órgãos consultados. “ Houve o recolhimento neste período dos acervos das ASIS da Universidade de Brasília – UNB e da Universidade Federal de Minas Gerais –

UFMG ao Arquivo Nacional. A Universidade Federal de Goiás enviou ao Arquivo Nacional o acervo em meio digital.

Segundo Motta (2008, 2014), a importância dos arquivos e os embates e disputas que eclodiram durante este processo, dando destaque quando houve o desmonte do aparato repressivo, quanto ao destino desses acervos entraram na pauta das instituições de custódia.

Desde o surgimento das primeiras organizações estatais, em tempos remotos, a formação dos arquivos e, portanto, a guarda de documentos e informações foi objeto da atenção dos detentores do poder. Controlar a memória coletiva sempre foi um mecanismo de poder, de garantir a legitimidade aos governantes e aos sistemas de organização política em vigor nas diferentes sociedades. No caso em foco, a importância do elemento político se faz ainda marcante, em vista da natureza dos arquivos das Assessorias de Segurança e Informação (ASI), que contém informações de vigilância e repressão nas universidades durante o regime militar. (MOTTA, 2008, p 43 – 44)

O ano de 2009 foi o do recolhimento do acervo da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos – CEMDP, recebendo todo o acervo documental ao Arquivo Nacional referente aos mortos e desaparecidos políticos através da Lei. 9.140, de 1995.

A Coordenação Regional tem hoje, sob sua guarda, 39 fundos documentais do período em tela, constituindo-se em um importante núcleo de acervos governamentais com uma temática comum, cuja ênfase é a repressão política no Brasil durante os anos de 1964 a 1985, perfazendo cerca de 16 milhões de páginas de textos – incluindo o acervo da Divisão de Censura de Diversões Públicas, com cerca de 5 milhões de páginas, recolhido a esta coordenação em 1990. (ISHAQ; FRANCO, 2008, p. 37-38)

Quanto ao funcionamento interno do SNI, do SISNI, das DSIS, e das ASIS seguiram o Regulamento par a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos, que entre outros fatores, preocupou-se com os seguintes aspectos: as categorias de classificação de documentos sigilosos: Ultra-secreto, secreto, confidencial e reservado; categorias essas de sigilo que surgiram no período da Ditadura Civil-Militar, dando margem para uma legislação arquivística que vem desde os anos 1990, culminando com a Lei de Acesso à Informação – Lei 12.527, de 2011. Nesse regimento ainda se pode perceber os seguintes elementos: abrangendo critérios de marcação, expedição, recebimento, registro, manuseio e arquivo, ou seja, com a possibilidade de compreensão da lógica de (gênese) documental ou produção, classificação, transmissão, avaliação, uso e destinação de documentos.

4.6 AS PALAVRAS E TERMOS UTILIZADOS NOS ÓRGÃOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NOS FUNDOS DO SNI E CSN.

O recolhimento de documentos é uma atividade arquivística que faz parte do arranjo documental dos fundos. No caso do Serviço Nacional de Informação – SNI e pelo Conselho de Segurança Nacional – CSN, foram recolhidos todos os documentos produzidos, recebidos e coletados pelos serviços cotidianos de inteligência e espionagem, que registraram àquele período ditatorial encontrado, inclusive fotografias de professores e alunos perseguidos, jornais elaborados, listagens de livros, cartazes e etc. Para complementar um glossário pelo Arquivo Nacional, os profissionais daquela instituição buscaram também imagens e textos provenientes dos jornais “Correio da Manhã” e da “Agência Nacional”. Além disto, foi realizado um levantamento de jornais de pequeno e médio porte que foram identificados contra a ditadura.

Em levantamento de palavras e termos nos fundos recolhidos SNI e CSN à filial do Arquivo Nacional, em Brasília, elaborou-se um glossário com a finalidade de divulgação institucional. Conforme foi relatado a seguir:

Os documentos do SNI revelaram-se fontes inestimáveis de pesquisa não apenas do vocabulário das forças da repressão, mas das práticas cotidianas dos agentes dos serviços secretos e da estrutura do trabalho de espionagem, como é possível verificar consultando um dos anexos do glossário que esquematiza as ramificações dos serviços de informação.(ISHAQ; FRANCO; SOUZA p. 2012, p.9)

Vamos então neste item elencar, por amostragem como exemplos, alguns termos, palavras e conceitos utilizados pelos fundos documentais provenientes do Serviço Nacional de Informação – SNI e pelo Conselho de Segurança Nacional – CSN, conforme a seguir:

[...] **ACESSO** Termo utilizado pelos órgãos de informação dos governos militares para indicar a “ Possibilidade e ou oportunidade de obter conhecimento de assunto sigiloso Fonte: SNI, BRANSB V8, caixa 07, pasta 08 ver também Necessidade de conhecer.

[...] **CONTRAINFORMAÇÃO** – Segundo a Escola Nacional de Informações (ESNI), era o conjunto de medidas destinadas a dificultar, neutralizar, impedir ou confundir os sistemas de informações do adversário presente no futuro. Era uma atividade de informação de natureza defensiva, que se caracterizava pela

execução de um conjunto de medidas destinadas à preservar os segredos de interesse da Segurança Nacional de interferência adversa. Também procurava identificar agressões de caráter psicológico contra a população. Fonte do verbete: Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília, Série Legislação, normas e procedimentos, BRANBSB AA1.LGS.004 Ver também CONTRAESPIONAGEM.

[...]DESINFORMAÇÃO – Manipulação planejada de dados reais ou forjados com a finalidade de induzir o adversário a erro de apreciação. São meios de desinformação as falas mensagens criptografadas, ao agentes duplos, os agentes ou informantes infiltrados e a documentação falsa. Fonte do verbete: SNI, BRABSB V8, caixa 14, pasta 09.

[...] INFORMAÇÃO – Conforme entendimento da Escola Nacional de Informações (ESNI) expresso em uma apostila para formação de agentes de informação, datada 1972, definiu-se informação como conhecimento objetivo sobre qualquer ato ou fato, elaborado com um determinado fim. Resulta do processo dos informes obtidos (observação, fato ou relato que representa matéria-prima para a produção da informação) ou de outras informações coletadas. Visa fornecer os dados básicos necessários à decisão e ao planejamento de ação utilizador em proveito do qual é produzida. É o produto acabado que representa a expressão pura e simples da verdade, resultante de um processo de elaboração mental. Fonte do verbete: Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília, Série Legislação, normas e procedimentos, BRANBSB aa1. Lgs.005

[...] GRAU DE SIGILO: Nos órgãos de informação do governo, grau de sigilo correspondia à gradação atribuída a um assunto sigiloso, de acordo com a natureza de seu conteúdo e tendo em vista a conveniência de limitar sua divulgação às pessoas que tenham necessidade de conhecê-lo.” O grau de sigilo poderia ter as classificações de “sigiloso”, confidencial, secreto e ultrasecreto. Fonte do verbete: SNI, BRANBSB V*, caixa 08, pasta 22 Ver também Sigiloso

[...] NECESSIDADE DE CONHECER – Termo presente em diversos documentos produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e definido por esse órgão como “ a condição inerente ao efetivo exercício de cargo, função ou atividade, indispensável para que uma pessoa, possuidora da credencial de segurança adequada, tenha acesso a assunto sigiloso.

[...] SEGURANÇA NACIONAL - A expressão “ Segurança Nacional “ aparece no Direito Brasileiro com a Constituição Brasileira de 1934 que, no seu título VI, criou o Conselho Superior de Segurança Nacional (art. 159), com atribuições que se relacionavam com a defesa e a segurança do país. A partir daí, todas as constituições se referem ao Conselho de Segurança Nacional (CSN). Com a Constituição de 1967, introduziu-se o princípio da regra segundo a qual “ toda a pessoa natural ou jurídica é responsável pela Segurança Nacional, nos limites definidos em lei” (art. 89). Fonte de verbete: Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília, Série Legislação, normas e procedimentos. BRANBSB AA1. LGS.005

[...] SUBVERSÃO – O Manual de Segurança e Informações, produzido pelos órgãos de informação do governo militar em 1971 definiu subversão como “ a forma de guerra irregular que visa minar a estrutura militar, econômica, social, moral e política de um regime.” Dessa forma, as ações subversivas “ possuíam caráter predominantemente psicológico , buscando conquistar as populações

para um movimento político-revolucionário pela destruição das bases fundamentais da comunidade que integram”. Em outro documento elaborado pelo regime, o termo é definido como “o emprego planejado da propaganda e de outras ações, principalmente de cunho psicológico, com o objetivo de obter apoio da população para um movimento revolucionário.” Dessa forma, foram enquadrados como “subversivos” pessoas, textos, canções, filmes e imagens que pudesse comprometer, segundo a ótica do governo, a credibilidade das novas autoridades ou do *status quo* social. Segundo documentos elaborados pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), o processo subversivo consistia no

[...] apoio da população; inicialmente sem violência por meio da destruição da comunidade de seus valores morais; ações violentas que objetivam repercutam sobre a população; emprego de atos de terrorismo, sequestros e sabotagem sem característica de luta armada [...]

Para o SNI, a subversão tinha um duplo papel: “a tomada de poder por meio do processo pacífico e o preparo do clima revolucionário que possibilitasse a eclosão da luta armada, culminando com a conquista do poder.” Em outro momento, o Ministério do Exército relatou em um documento de 1972 como agir diante do inimigo: “Se o subversivo esboçar reação atirem e atirem para matar. Lembrem-se de que nesta guerra suja não existem maneiras corretas ou erradas de vencer. Existem, somente, vitórias ou mortes.” Fonte do verbete: Assessorias de Segurança e Informações, da Universidade de Brasília, Série Legislação, normas e procedimentos, BRANBSB AA1.LGS.004; BRANBSBAA1. LGS.006; Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal, BRANBSB ZD, caixa 22-A, p.1–15. (ilustração p.280) (ISHAQ; FRANCO; SOUZA, p. 2012, p.40, 128,157, 260, 279-281)

Alguns termos coincidem com os fundos documentais mencionados e outros termos e palavras não constam nos acervos pesquisados, nem o levantamento da estrutura e do funcionamento interno desses outros fundos, tais como aqueles relacionados com as Instituições Federais de Ensino Superior, onde funcionaram as Assessorias de Segurança e Informação; servem para elucidar melhor o cotidiano, o fluxo, as atividades, funções, atos e produção de documentos que tramitavam no intuito de promover o controle físico e psicológico quanto às informações produzidas e recebidas naquela rede de informações do período ditatorial. Neste sentido, podemos perceber que alguns termos somente faziam sentido à época, e outros termos correspondem a rupturas e continuidades de sentido e significado que têm reflexos até os dias atuais como a palavra acesso, subversivos, golpe, revolução e etc.

4.7 A GENEALOGIA E ADMINISTRAÇÃO DOS DOCUMENTOS SIGILOSOS

Os documentos ditos sigilosos tiveram toda uma normalização de procedimentos, que influenciaram a modernização da administração pública brasileira, repercutindo em atributos inerentes à gênese do documento (autenticidade, credibilidade, fidedignidade, autoridade, legitimidade), classificação, destinação, divulgação (seus critérios de acesso nasceram com uma legislação específica, em particular com o Regulamento para Salvaguarda de Documentos Sigilosos - RSAS), que passou a influenciar toda uma legislação de acesso à informação posterior, mas que nasceu em plena Ditadura Civil-Militar. Nas Disposições preliminares do RSAS, vimos uma terminologia que permanece de forma geral até os dias atuais:

ACESSO – Probabilidade e ou oportunidade de obter conhecimento de assunto sigiloso.

ÁREA SIGILOSOSA – Área em que se situam instalações, edificações ou imóveis de qualquer tipo, ou somente parte deles, que requeira a adoção de medidas especiais em proveito da segurança de assuntos sigilosos que nela sejam tratados, manuseados ou guardados.

ASSUNTO SIGILOSOSO – É aquele que, por sua natureza, deva ser do conhecimento restrito e, portanto, requeira medidas especiais para sua segurança.

CLASSIFICAR – Atribuir um grau de sigilo a um material, documento ou área que contenha ou utilize assunto sigiloso.

COMPROMETIMENTO – Perda de segurança resultante da obtenção, por pessoa não autorizada, do conhecimento de assunto sigiloso.

CREDENCIAL DE SEGURANÇA – Certificado, concedido por autoridade competente, que habilita uma pessoa a ter acesso a assunto sigiloso.

CUSTÓDIA – Responsabilidade pela segurança de assunto sigiloso, decorrente da posse de material ou documento sigiloso.

DOCUMENTO SIGILOSOSO – Documento impresso, datilografado, gravado, desenhado, manuscrito, fotografado ou reproduzido que contenha assunto sigiloso.

GRAU DE SIGILO – Gradação atribuída a um assunto sigiloso, de acordo com a natureza de seu conteúdo e tendo em vista a conveniência de limitar sua divulgação às pessoas que tenham necessidade de conhecê-lo.

INVESTIGAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO – Investigação feita com o propósito de verificar se determinada pessoa possui os requisitos indispensáveis para receber Credencial de Segurança.

MATERIAL SIGILOSOSO – Toda matéria, substância ou artefato que por sua

natureza, deva ser do conhecimento restrito, por conter ou utilizar assunto sigiloso.

NECESSIDADE DE CONHECER – É a condição, inerente ao efetivo exercício do cargo, função ou atividade, indispensável para que uma pessoa, possuidora da Credencial de Segurança adequada, tenha acesso a assunto sigiloso.

VISITA – Pessoa cuja entrada foi admitida, em caráter excepcional, em área sigilosa de organização prévia ou do Governo. (RSAS ASI, 1977, p. 1 - 2)

Passou a existir um sistema de informação literalmente, com critérios claros para a Classificação dos Assuntos Sigilosos, Cap. II do Regulamento, conforme tabela logo a seguir, que trata dos níveis de Sigilo dos documentos à época do período pesquisado, tais como, Ultra-Secreto, Secreto, Reservado e Confidencial. Além de apresentar quais são as autoridades que podiam classificar e desclassificar documentos, como podemos ver logo adiante. Contraditoriamente, a origem do registro e dos conceitos sobre a terminologia especializada do sigilo, graus e classificação de sigilo remonta a Ditadura-Civil Militar. Quanto a este assunto de pesquisa, podemos ver literatura sobre Direito à Informação²⁵ que foi iniciada por Fonseca; (1996); Jardim, (1999) trataram o assunto de assuntos sigilosos, a cultura do sigilo, da opacidade, da transparência²⁶, e do acesso à informação que vem sendo desenvolvida ao longo dos anos com a legislação de acesso à informação²⁷. Não se constitui nosso foco de pesquisa, mas não podemos deixar de mencionar essas relações com o acesso a acervos da ditadura, que vem trazendo uma (re) significação ao processo da historiografia contemporânea e ao alto processo de produção científica acerca deste assunto no Brasil.

Iremos apresentar nos próximos quadros a classificação e graus de sigilo dos documentos, as autoridades e atores ligados à classificação e desclassificação de sigilo.

²⁵ FONSECA, Maria Odila. **Direito à informação**: acesso aos arquivos públicos municipais. 1996. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

²⁶ JARDIM, José Maria. **Transparência e opacidade do estado no Brasil**: usos e desusos da informação governamental. Niterói: Eduff, 1999.

²⁷ Ver também fenômeno da *governança (governance)*, como prestação de contas do estado à sociedade civil; segundo (Cook, 2012) como parte dos estudos da pós-modernidade na Arquivologia. No exercício da cidadania no Brasil, o direito de acesso à informação pública foi previsto na Constituição Federal de 1988, do Título II - Dos direitos e deveres fundamentais, Capítulo I, dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, no art. 5º, inciso XXXIII. Ver legislação de acesso à informação, que veio a culminar com a Lei 12.527, de 2011, Lei de Acesso à Informação, regulamentada pelo decreto 7.724, de 2012. Neste caso específico, estamos relacionando a governança como forma de cobrança de reparação dos crimes da ditadura e dos processos indenizatórios que o governo teve que pagar àqueles que foram prejudicados no período ditatorial.

Quadro 7 – Classificação dos assuntos sigilosos – graus de sigilo nos anos 1970

Classificação de sigilo	Documentos
ULTRA-SECRETO	• Negociações para Alianças Políticas e Militares • Hipóteses e Planos de Guerra • Descobertas e Experiências Científicas de Valor Excepcional • Informações sobre Política estrangeira de alto nível
SECRETO	• Plano ou detalhes de operações militares; • Planos ou Detalhes de Operações econômicas ou financeiras; • Aperfeiçoamento em Técnicas ou materiais existentes; • Informes ou informações sobre dados de elevado interesse relativos a aspectos físicos, políticos, econômicos, psicossociais e militares nacionais ou de países estrangeiros; • Materiais de importância nos setores de criptografia, comunicações e processamento de informações
CONFIDENCIAL	• Informes e Informações sobre atividades de pessoas e entidades; • Ordens de execução cuja difusão prévia não seja recomendada; • Radiofrequências de importância especial ou aquelas que devem ser frequentemente trocadas; • Indicativos de chamada de especial importância que devam ser frequentemente distribuídos; • Cartas, fotografias aéreas e negativos, nacionais e estrangeiros, que indiquem instalações consideradas importantes para a Segurança Nacional.
RESERVADO	• Outros Informes e Informações; • assuntos técnicos; • partes de planos, programas e projetos e respectivas ordens de execução; • cartas, fotografias aéreas e negativos; • nacionais e estrangeiros, que indiquem instalações importantes

Elaboração própria

Quadro 8 - Atores e autoridades classificadoras e desclassificadoras de documentos sigilosos nos anos 1970

Graus de Sigilo	ATORES OU RESPONSÁVEIS
ULTRA-SECRETO	Presidente da República; Vice-presidente da República; Ministros de Estado; Chefe do Estado-Maior da Armada, do Exército e da Aeronáutica.
SECRETO	As Autoridades que exerçam funções de direção, comando ou chefia.
CONFIDENCIAL OU RESERVADO	Os oficiais das Forças Armadas e Servidores Cíveis, estes de acordo com a regulamentação específica de cada Ministério ou órgão da Presidência da República.

Elaboração própria

Os quadros acima foram feitos com base no Regulamento para Assuntos Sigilosos.

Quanto ao capítulo III, de Medidas Gerais de Segurança, no Capítulo III, os critérios e procedimentos de Segurança e Responsabilidade, de Acesso, Credencial de Segurança:

Art. 22 – Para a concessão de Credencial de Segurança os seguintes requisitos pessoais, entre outros, deverão ser avaliados através de investigação para credenciamento:

- lealdade e confiança;
- caráter e integridade moral;
- hábitos e atitudes no trato com assunto sigiloso;
- ligações e amizades.

Art.23 – O Credenciamento é condição indispensável para qualquer pessoa ter acesso a assunto sigiloso, no grau de sigilo equivalente ou inferior ao de sua Credencial de Segurança. (RSAS, 1977, p.08)

Outras características que foram normalizadas nesse regulamento foram marcação, no qual havia a identificação dos documentos folha a folha, marcando no lado direito o código ao qual pertence o documento. Existiu todo um processamento técnico de controle da documentação, criando-se uma cultura documental, com procedimentos padronizados para a documentação do SISNI.

Seção 3 Marcação

Art. 40º - Todas as páginas de documentos sigilosos devem ser devidamente marcadas com a classificação que lhes foi atribuída. A marcação será colocada no alto e no pé de cada página e, sempre que possível, em cor contrastante com a do resto do documento.

Parágrafo único – As páginas serão numeradas seguidamente, devendo cada uma conter, também a indicação sobre o total de páginas que compõem o documento.

Art. 41 – Todo o documento controlado será marcado na face anterior com o carimbo “DOCUMENTO SIGILOSO CONTROLADO”.

Parágrafo único – Nesses documentos, na capa, se houver, e na primeira página constarão o número de registro, os indicativos e o título do documento, a repartição de origem e a repartição de controle, bem como, se for o caso, as instruções que regulam o seu controle.

[...] Art 50º Parágrafo 2º A anotação autenticada da alteração ou cancelamento obedecerá à seguinte forma:

Classificação alterada (ou cancelada) para por ordem de..... (autoridade que autorizou a mudança. Assinatura e posto (cargo ou função) de quem fez a mudança e respectiva data”.

Art. 51º Quando for reclassificar documentos sigilosos do mesmo tipo, reunidos em maço ou pasta, basta colocar na primeira página a anotação autenticada. (...) (RSAS, 1977, p. 10)

Expedição, Recebimento, Registro, Manuseio e Arquivo, existem critérios de Destruição de documentos que não são os mesmos critérios utilizados de eliminação de documentos da Arquivística dos dias atuais. Inclusive, desconhecia o fato de que documentos considerados passíveis de incineração tivessem uma regulação sistemática.

Disposto nos artigos 70,71 e 72. O “Termo de Destruição” referente a esses documentos será acompanhada de um “Inventário” atualizado.

Art. 38º - Os detentores de documentos controlados manterão um “inventário”

Completo desses documentos e farão, a 30 de junho de cada ano, a remessa de uma cópia desse “Inventário” à repartição de controle competente.

Art 39º Para a elaboração dos Termos de Transferência e de Destruição, bem como do Inventário, poderão ser adotados, respectivamente, os modelos constantes dos Anexos I, II e III deste regulamento. (RSAS, 1977, p. 10)

Além de Criptografia, Segurança, Controle, Áreas Sigilosas, ou seja, quem circulava

nos ambientes dos órgãos de inteligência, Contratos e transportes. Ver modelos de Termos de transferência de documentos, de Termo de destruição de documentos, inventários, referindo-se sempre ao Regulamento para Salvaguarda de Documentos Sigilosos e tendo espaço para assinaturas e testemunhas (ANEXO B).

Art. 55º - Os documentos ULTRA-SECRETOS E SECRETOS serão expedidos e transitarão obedecendo, entre outras, às seguintes prescrições:

I – os documentos a expedir serão acondicionados em envelopes duplos;

II – o envelope externo conterá apenas o nome ou função do destinatário e seu endereço;

III – no envelope interno serão inscritos o nome e a função do destinatário, seu endereço e claramente marcado, o grau de sigilo do documento, de modo a ser visto logo que removido o envelope externo;

IV – O envelope interno será lacrado após receber o documento, acompanhado de um recibo;

V - O recibo, destinado ao controle de remessa e custódia dos documentos ULTRA- SECRETOS conterá, necessariamente, indicações sobre o remetente, o destinatário e o número ou outro indicativo que identifique o documento;

VI – Em nenhum caso, o documento ULTRA-SECRETO será expedido pelo correio, mesmo como registrado;

VII – A comunicação de assunto ULTRA-SECRETO será sempre efetuada por contato pessoal de agente credenciado;

VIII – A remessa de documento SECRETO poderá ser feita por mensageiro oficialmente designado, pelo correio registrado ou sistema de encomendas e, se for o caso por mala diplomática.

[...] Art 57º - É vedada a comunicação de assunto ULTRA-SECRETO por meios elétricos ou eletrônicos. A utilização desses meios para a comunicação de assuntos, dos demais graus de sigilo, não poderá ser feita em texto claro. (RSAS, 1977, p.12)

Havia uma racionalização técnica nos arquivos que envolveu até mesmo uma espécie de Plano de Classificação de Documentos Sigilosos, inspirado de forma precursora na Classificação de Melvin Dewey²⁸ que foi adaptado para a realidade dos arquivos, em particular arquivos sigilosos, já naquela época, que acreditamos tenha tido a participação de profissionais bibliotecários e até de arquivistas da época ditatorial, pois tratava-se de conhecimentos específicos das áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e até de Ciência da

²⁸ Melvil Dewey foi um bibliotecário norte-americano que viveu entre o séc. XIX e o séc. XX, e criou a Classificação Decimal.

Informação, com a aplicação de métodos de trabalho voltados para documentos e informações até de certa forma precursora no Brasil. Chamada de Classificação Sigilosa, envolveria dez classes de maneira a ter uma lógica decimal, porém somente foram encontradas 07 classes principais classes, que abrangia um controle e vigilância informacional que ia de aspectos geográficos, psicosociais, passando por questões geográficas, legislativas, econômicas, políticas, saúde pública, ensino público, segurança pública, militares, psicológicos e sociais e até aspectos científicos, conforme a seguir: Ver (ANEXO C)

- 000 – Fator Fisiográfico
- 100 – Fator Psicosocial
- 200 – Fator Político
- 300 – Fator Econômico
- 400 – Fator Militar
- 500 – Fator Biográfico
- 600 – Fator Técnico Científico (SNI, 1976, p. 112 – 127)

Existiram sub-classes desse sistema classificatório e processo de documentalidade, ou seja, uma construção de categorias, que consideramos importantes para a compreensão do controle e vigilância, dos documentos e informações como fatos sociais, como nos lembra Durkeim no início deste trabalho de pesquisa, mas ampliamos isto para os processos técnicos, em particular aqueles de classificação, vejamos por exemplo as sub-classes 100, de Fator Psicosocial, em particular damos destaque a sub-divisão 170, de Moral Social e Opinião Pública, e a 500 que envolviam os intelectuais, cientistas e chamados homens de informações no Fator Biográfico, que têm interferência no mundo científico com seus respectivos atores sociais, conforme a seguir:

- 100 – FATOR PSICOSSOCIAL:
- 101 9 – LEGISLAÇÃO BÁSICA PERTINENTE
- 110 – ANTECEDENTES HISTÓRICOS E SOCIAIS
- 120 – POPULAÇÃO
- 130 – SAÚDE PÚBLICA
- 140 – EDUCAÇÃO
- 150 – CULTURA E RELIGIÃO

160 – TRABALHO, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

170 – MORAL SOCIAL E OPINIÃO PÚBLICA

171. Hábitos e costumes

172. Respeito aos preceitos morais

173. Liberdade de pensamento e opinião

174. Opinião Pública; influência sobre o Governo

175. Organizações Sociais que influem na Opinião Pública e na moral do povo.

176. Propaganda

176.1 Organização e Técnicas

176.2 Imprensa, Rádio, Televisão e Publicações diversas

177. Contrapropaganda

177.1 – Organização e técnicas, funcionamento e eficiência

177.2 – Censura.

180 – OUTROS ASPECTOS

190 – CONCLUSÕES (SNI, 1976, 113 – 116)

500 – Fator Biográfico (Dados biográficos sobre as personalidades mais destacadas nos diferentes campos e setores de atividades da área ou país considerado)

501 – 9 LEGISLAÇÃO BÁSICA PERTINENTE

510 – POLÍTICOS

520 – MILITARES

530 – INTELECTUAIS

540 – ECONOMISTAS E ADMINISTRADORES

550 – CIENTISTAS E TÉCNICOS

560 – BUROCRATAS

570 – HOMENS DE INFORMAÇÕES

580 – OUTRAS PERSONALIDADES

590 _- CONCLUSÃO (Apreciar as personalidades mais destacadas por campo ou setor e apresentar uma conclusão global sobre o Fator Biográfico) (SNI, 1976, p. 113–125)

5 O FUNDO DOCUMENTAL DA ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO – ASI, DA UFF: CAMINHOS À IDENTIFICAÇÃO DOCUMENTAL ARQUIVÍSTICA.

Os arquivos vêm sendo objeto de pesquisadores e filósofos conceituados como Foucault (1997) sob a ótica da memória e do documento e vêm sendo reconfigurados na contemporaneidade, dando margem para se pensar no que foi impedido de acesso e no que vem sendo liberado às pesquisas. Foucault (1997) no seu livro “Arqueologia do saber”, traz à tona o conceito de arquivo como ato de rememoração, a análise das séries documentais, suas relações, seus discursos, explorando a memória como estratégia de saber e poder. O poder pode incluir e excluir, construir e destruir, produzindo estigmas ou prestígio, Isso tudo portanto , fabrica, cria, produz documentos e informações, desnaturalizando-os. Neste sentido propõe uma desmistificação das forças negativas do conceito de poder, buscando uma forma mais equilibrada de interpretá-lo.

[...] a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais, para a história: essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. É preciso desligar a história da imagem com que ela se deleitou durante muito tempo e pela qual encontrava sua justificativa antropológica: a de uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças; ela é o trabalho e a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes etc) que apresenta sempre e em toda parte, em qualquer sociedade, formas de permanência, quer espontâneas, quer organizadas. (FOUCAULT, 1997, p.7-8)

Foucault (2009) remarcou na obra “Vigiar e Punir”²⁹ o papel dos vários documentos, examinar os regimes de controle e vigilância individuais, tais como os exames médicos, os exames dos alunos nas escolas, os registros policiais, e etc. são fortemente sugestivos para o entendimento da aproximação da documentação sugerida no texto escrito pelo autor. Entre

²⁹ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2009.

outros aspectos revelados por Foucault, um deles assinala que a política, a economia, e a cultura institucional que configuram práticas com documentos.

Mas, o ponto de novidade, no séc. XVIII, é que, compondo-se e regularizando-se, eles atingem o nível a partir do qual, formação de saber e majoração de poder se reforçam regularmente segundo um processo circular. As disciplinas atravessam o limiar “tecnológico”. O hospital primeiro, depois a escola, mais tarde ainda a oficina, não foram simplesmente “postos em ordem” pelas disciplinas, tornaram-se, graças a elas, aparelhos tais que qualquer mecanismo de objetivação pode valer neles como instrumento de sujeição, e qualquer crescimento de poder dá neles lugar a conhecimentos possíveis; foi a partir desse laço, próprios dos sistemas tecnológicos, que se puderam formar no elemento disciplinar a medicina clínica, a psiquiatria, a psicologia da criança, a psicopedagogia, a racionalização do trabalho. Duplo processo, portanto: arrancada epistemológica a partir de um afinamento das relações de poder; multiplicação dos efeitos de poder graças à formação e à acumulação de novos conhecimentos. (FOUCAULT, 2009, p. 211)

Michel Foucault também analisou os enunciados e as formas de dominação exercidas na sociedade através das instituições, da materialidade e da análise do discurso:

Suponho que a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada, e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também é a interdição. Sabe-se que bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim não pode falar de qualquer coisa. (FOUCAULT, 1996, p.8-9)

Esse órgão de vigilância e repressão na UFF estava localizado dentro da Reitoria, como tantas outras ASIS universitárias, e por esta razão passamos a designar o fundo documental como GAR-ASI, interferindo na administração e controlando todo o movimento estudantil e atividades dos professores, traçando o seu perfil ideológico. A documentação foi organizada no antigo Arquivo Central da UFF, que hoje é a Coordenação de Arquivos, da Superintendência de Documentação – SDC/UFF, por assuntos e tipologias documentais entre 1997 e 2000. De acordo com a Portaria Nº 35.041 de 11 de maio de 2006, foram desclassificados os documentos da Assessoria de Segurança e Informação (GAR/ASI), do período de 1960 a 1988, pelo então reitor Cícero Mauro Fialho, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, e considerando a necessidade de ampliar a democratização e

a visibilidade das informações produzidas no âmbito da UFF, bem como o que foi sugerido, em Relatório, pela Comissão Permanente de Documentos de Natureza Sigilosa, instituída pelas Portarias nºs 27.247, de 03.08.99; 28.681, de 22.12.2000; e 33.916, de 07.06.2005, e ainda conforme estabelecia a legislação de acesso vigente à época do assunto.

Houve um primeiro momento, na organização dos documentos, que a visão sobre essa documentação foi sob um olhar arquivístico, visando à recuperação da informação para os demais pesquisadores do período enfocado, mas num segundo momento o olhar foi voltado para a linguagem utilizada à época, e o discurso encontrado, procurando encontrar os nexos entre termos, que revelam as disputas de narrativas entre os movimentos estudantis e os órgãos de repressão.

Identificou-se além da organização dos documentos textuais, os negativos fotográficos de alunos, fotos 3X4, e inclusive carimbos com a palavra confidencial, num conjunto documental de cerca de 27 caixas arquivo poliondas. E ainda percebeu-se na elaboração de um inventário sumário termos representativos do fundo documental da ASI/UFF, configurando uma realidade de assuntos típicos do período enfocado, e outros que vão além, tendo repercussões nos dias atuais.

Alguns professores da universidade manifestaram-se quanto aos aspectos de vigilância e punição nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, em particular os professores de Antropologia e Filosofia, pois foram afastados dos seus cargos e depois reintegrados. Em entrevista ao Jornal da UFF³⁰, os mesmos afirmaram que Niterói não estava inicialmente no foco principal das atenções dos órgãos de repressão como a universidades federais no Rio de Janeiro.

Destaca-se que em 2008 foram preenchidos formulários com campos referentes à Norma Nacional de Descrição Arquivística - NOBRADE, encaminhados ao Arquivo Nacional, no qual constam as informações referentes ao acervo da ASI/UFF no Centro de Referências Memórias Reveladas. Posteriormente, o acervo foi digitalizado e a direção da CAR/UFF enviou o acervo em meio digital também para a direção do Arquivo Nacional

³⁰ JORNAL DA UFF, Ano 1, n. 4, Out/Dez. de 2008. Disponível em: www.noticias.uff.br/jornaldauff Acesso em 15.set..2012

5.1 PROPOSTA DE ESTRUTURA DO FUNDO DOCUMENTAL, TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS E ASSUNTOS DA ASI UFF

Entende-se como fundo documental, o agrupamento de documentos de uma mesma origem, acumulados no decurso das atividades ditas naturais de uma entidade pública e privada. Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística do Estado de São Paulo (2010, p. 51): “ Fundo: unidade constituída pelo conjunto de documentos acumulados por uma entidade que, no arquivo permanente passa a conviver com arquivos de outras entidades.”

O respeito aos fundos - para adotar aqui sua definição mais simples, deixando de lado todos os problemas de interpretação que abordaremos no decorrer deste trabalho - consiste em manter grupados, sem misturá-los a outros, os arquivos (documentos de quaisquer naturezas) provenientes de uma administração, de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica: é o que se chama de fundo de arquivos dessa administração, instituição ou pessoa. (DUCHEIN, 1986, p.14)

Os Regimentos, Estatutos, Fluxogramas de órgãos públicos e entidades privadas são instrumentos importantes no entendimento e na reconstituição de um fundo documental arquivístico, quando não encontrados a própria documentação que chegou até os dias atuais e sua organização podem fornecer pistas ao arquivista sobre o que era e como funcionava o órgão público. No caso específico do fundo documental GAR ASI foi encontrado o seu Regimento e a partir dele levantamos alguns aspectos considerados relevantes para o nosso estudo empírico (de campo).

o arquivista deve realizar estudos sobre legislação, estrutura e funcionamento dos órgãos produtores do material para estabelecer seu quadro de seções e séries; no segundo caso, embora não prescindir do conhecimento dos órgãos possibilitado pela legislação, pelo organograma e por regulamentos (atuais e passados), seu trabalho é facilitado, pois o fato de os papéis virem organizados supõe que os colegas dos estágios anteriores já lhe podem transmitir aqueles dados básicos. (BELLOTTO, 2005, p. 155)

Não foi encontrado no fundo GAR ASI UFF o seu próprio regimento, mas nos baseamos no regimento da AESI da Universidade da Paraíba - UFPB, que consta no acervo da UFF, e que continha uma estrutura semelhante, conforme a seguir:

CAPÍTULO III

Da estrutura

Art. 3º - A Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) terá a seguinte estrutura básica:

- Direção (D AESI) que compreende:

a) Chefia (CH AESI)

b) Auxiliar (A AESI)

- Seção de Segurança e Informações (SSI AESI)

- Seção Administrativa (AS AESI) (AESI UFPB, 1971, p. 22)

Entende-se por Arranjo documental segundo Schellenberg (1980, p.89) é o “ processo de agrupamento dos documentos singulares em unidades significativas e o agrupamento, em relação significativa, de tais unidades entre si”

A “relação significativa” a que o autor alude nada mais é que o princípio da organicidade que prevalece na produção e, conseqüentemente, na organização do arquivo. Na terminologia arquivística brasileira, consagrou-se o uso da palavra “ arranjo”, evidentemente traduzido do inglês *arrangement*, e que corresponde à classificação nos arquivos correntes. (BELLOTTO, 2005, p. 135)

Se formos entender este regimento, temos que partir do princípio da proveniência³¹ se quisermos optar um arranjo estrutural³² ou funcional³³, partindo do aspecto da estrutura ou das funções.

³¹ Proveniência – “As origens do princípio básico do Respect des Fonds encontram-se, pois, na Circular de 24 de abril de 1841 e na exposição de Natalis de Wailly de 08 de junho do mesmo ano. (...) Este princípio é o de agrupar os documentos oficiais de acordo com a natureza das instituições públicas que os acumulam” (SCHELENBERG, p.244-245)

³² Segundo o ARQUIVO NACIONAL. Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro, 2005, p.37 - Arranjo estrutural - que tem por eixo a estrutura administrativa da entidade produtora do arquivo.

³³ Segundo o ARQUIVO NACIONAL. Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro, 2005, p.38 - Arranjo funcional - que tem por eixo as funções desempenhadas pela entidade produtora do arquivo.

Com relação às principais competências e atribuições de um órgão produtor GAR ASI ou AESI, principalmente àquelas relativas às atividades fim da Direção e Seção de Segurança e Informações – SSI - AESI:

I - No que se refere à Segurança Nacional:

- a) Coletar dados necessários aos estudos e planejamentos relativos à Segurança Nacional, particularmente aos que se referem à mobilização nacional, de conformidade com a orientação recebida da Divisão de Segurança e Informações, a orientação recebida da cDivisão de Segurança.
- b) Realizar outras missões e tarefas atribuídas pelo Reitor, coerentes com a finalidade do órgão.

II – No que se refere às informações e contra-informações:

- a) Coordenar e supervisionar a execução do Plano Setorial de Informações, consoante com as instruções emanadas da DSIEC e do Reitor da UFPB
- b) Produzir informações:
 - necessárias às decisões do Reitor da UFPB
 - para atender às determinações contidas no Plano Setorial de Informações (PSI – desmembramento).
- c) Encaminhar à DSIEC as informações necessárias, segundo a periodicidade estabelecida no PSI, e em documento especial aquelas que, pelo princípio de oportunidade, devem ser do conhecimento dos clientes principais da DSIEC;
- d) Obter informações que caracterizam os antagonismos atuais ou potenciais, existentes na área de influências da universidade, bem como os grupos de pressão que os explorem e que possam afetar à execução da Política Ministerial;
- e) estudar e dar parecer sobre assuntos inerentes às atribuições do órgão, quando lhe forem atribuídas pelo Reitor;
- f) executar outras missões referentes à Segurança Nacional e às informações que lhe forem atribuídas pelo Reitor;
- g) acompanhar o desenvolvimento da Política Nacional no seu amplo sentido;
- h) criar uma correta mentalidade de informações, tendo viva a ideia do desenvolvimento com informações, para melhor decisão;
- i) desenvolver o serviço de contra-informações, nos diversos campos ao seu alcance, tais como: teatro – radio, cinema – revista, etc.
- j) informar sobre assuntos que transcendam a esfera da Universidade. (AESI UFPB, 1971, p.20 - 21)

Entende-se por série documental dois conceitos diferentes: série como parte hierárquica imediatamente a seguir ao fundo documental, e série como uma sequência de documentos com a mesma espécie documental. E ainda tem o sentido atribuído pela profa. He Bellotto, no sentido de que com poucas atribuições um órgão poderá ter uma sequência de tipologias documentais.

As séries cujo princípio norteador é o tipológico correspondem aos documentos que, em geral, têm um papel muitas vezes acessório com relação ao cumprimento de atribuições do órgão. Com isso, contudo, não se quer afirmar que não possam se enquadrar como documentos essenciais. Um exemplo bem típico dessa categoria de série é a “correspondência”. Também se usa o critério da tipologia documental no caso de órgão que tenha uma ou poucas atribuições muito bem definidas, nas quais os documentos gerados recolhidos são nitidamente caracterizados. Um bom exemplo disso são os documentos parlamentares: requerimentos, propostas, emendas, projetos. Todos são produzidos visando a grande atribuição de assembleias legislativas e ou de um congresso nacional: a legislativa. São documentos que representam passos ou variantes para que se chegue ao ato legislativo. (BELLOTTO, 2002, p. 154 – 155)

Para Bellotto (2002, p.19) o objeto da tipologia é estudá-lo enquanto componente de conjuntos orgânicos, isto é, como integrante da mesma série documental, advinda da junção de documentos correspondentes à mesma atividade. Nesse sentido, o conjunto homogêneo de atos está expresso em um conjunto homogêneo de documentos, com uniformidade de vigência. Alguns assuntos e as tipologias documentais fazem parte da construção discursiva dos fundos documentais.

A diversidade de tipos de documentos pode ser examinada de acordo com ações comunicativas ou de acordo com as finalidades a que os documentos foram produzidos. Mas, entretanto, estudos quantitativos e qualitativos mais aprofundados das tipologias documentais em comunidades diferentes podem fornecer serviços de informação mais ricos e diferenciados. A análise de gênero dos documentos é inspiradora para o desenvolvimento de novas metodologias e enfatiza as dimensões sociais e históricas da comunicação. (NEGREIROS, 2008, p. 88)

Optou-se por um arranjo funcional, relacionando as séries documentais às funções ligadas ao controle e vigilância, tendo como atividades (ações): de produzir, coletar, obter e estudar informações, executar, acompanhar, desenvolver serviços de informações e aqueles relacionados com as funções de produzir contrainformações; corroborando com as funções e atribuições da direção e seção de segurança e informação da ASI ou AESI universitárias. Estamos apenas com uma primeira versão de um Quadro de Arranjo, e num momento posterior iremos ampliá-lo.

Quadro 9 - Fundo documental : Assessoria de Segurança e Informação – ASI –
Quadro de arranjo

Funções: Controle e Vigilância

ATIVIDADES	TIPOLOGIA DOCUMENTAL		ASSUNTOS
	Espécie	Tipo documental	
Produzir – Informação: Uma informação pode ser produzida por iniciativa de um órgão de informações ou por solicitação do órgão ou escalão imediatamente superior ao que a produz. A produção por iniciativa própria ocorre toda vez que o órgão a julgar conveniente, em face da natureza dos conhecimentos que possuir ou adquirir sobre determinado assunto. A vivência nas atividades de informações e o engajamento normal do órgão nos variados assuntos de interesse do sistema orientarão este julgamento. A solicitação para a produção de informação é feita toda vez que o órgão ou escalão interessado tiver necessidade de adquirir,	Ofício Aviso Informação	Ofício- Circular Aviso Circular Informação Recebida e Expedida	Docentes Discentes Técnicos- administrativos Movimentos Estudantis

atualizar ou aprofundar conhecimentos sobre determinado assunto. É feita, oportunamente, para assunto específico, por meio de Pedidos de Busca.			
Acompanhar - Para assuntos mais abrangentes e que necessitam constante atualização, o órgão ou escalão interessado emite Planos de Busca – documentos de caráter mais duradouro – através dos quais indica aos subordinados os conhecimentos que deseja ter atualizados periodicamente.	Processos Planos de Busca	Prestação de Contas Inquérito Administrativo	Comissão de Inquérito, jogos universitários, matrículas de estrangeiros, prazos para conclusões de trabalhos de curso
Buscar : é a atividade da procura de conhecimentos de obtenção mais difícil, por exigir uma investigação	Pedidos de Busca	Recebidos	Docentes Discentes Técnicos-administrativos
Busca Ostensiva ou Sigilosa Busca Sigilosa – pode exigir a execução de Operações de Informações, executadas pelo Elemento de Operações (sub-chefia, Seção, Subseção ou setor) do próprio órgão ou de outros órgãos de Informações. A Busca, Ostensiva ou Sigilosa, pode ainda enquadrar-se em dois diferentes tipos: Busca Sistemática e Busca Exploratória			
Coletar : é uma atividade através da qual o analista obtém e reúne conhecimentos sem a	Boletins	Boletins do Diretório Central dos Estudantes	Curso de Física, Comunicação, Diretório Central dos Estudantes, Curso de Direito, Curso

necessidade de uma investigação, seja pelo elemento de Busca do seu próprio órgão ou por outros órgãos de informação.			de Medicina, Economia e Administração, Engenharia
Estudar	Manifestos Boletins Convocações	Manifesto do Movimento Estudantil jornais ou boletins estudantis	Movimentos estudantis
Planejar – É a fase na qual o analista estabelece o que informar e, através de uma sequência lógica de ações como chegar ao fim desejado, que é a informação. O planeamento pode ser esquematizado da seguinte forma: - determinação clara, precisa e objetiva do que informar; - determinação dos prazos a cumprir para que a informação seja produzida com oportunidade; - determinação dos aspectos essenciais da informação a produzir 9 conhecimentos fundamentais que deverão compor o arcabouço da informação a produzir; - levantamento dos dados conhecidos; Levantamento dos conhecimentos a reunir.	Planos de Busca		Docentes Discentes Técnicos-administrativos

Elaboração própria

Alguns assuntos do fundo documental ASI: alunos punidos, comparecimentos de professores para depoimentos, manifestos estudantis, recontratação de professores, prisão de estudantes, propaganda de doutrina comunista, portaria que regula punições sobre atos subversivos de professores; manifestações estudantis no exterior; eventos estudantis,

dissidências políticas em universidades, Comando de Libertação Nacional – COLINA, anistia, anistia internacional, Manifesto dos Bispos do Nordeste, Diretório Central de Estudantes – DCE, Escola Superior de Guerra, livros proibidos, cantores proibidos, shows proibidos; Lei de Liberdade de Imprensa, Guerra Revolucionária, Guerra Psicológica, grupo extremado ligado à convergência socialista e aos tóxicos, Abreviaturas (códigos). Nos nomes das chapas para representações estudantis – “Trabalho e Luta”, ECOS, Liberdade, Ponto de Partida, Inconfidência.

5.2 QUANTO ÀS SÉRIES DOCUMENTAIS REFERENTES AOS DOCUMENTOS E BOLETINS ESTUDANTIS DA ASI UFF

Não podemos deixar de mencionar um breve histórico do Movimento Estudantil no Brasil, que foi um movimento localizado na área de educação. Estima-se que o primeiro DCE no Brasil tenha sido criado na década de 1930 como sendo o da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e que a política nacional de estudantes procurou influir na política nacional de educação no país.

O estudante se diferencia de simples aluno, pois participa de forma intensa com grupos de ensino, pesquisa e extensão, envolvendo-se em graus diferenciados da vida universitária, promovendo uma interação institucional através do movimento estudantil. Este movimento por sua vez poderá ser em âmbito nacional e local através de instâncias distintas porém complementares com os Diretório Central dos Estudantes – DCEs, que existem dentro de cada universidade, assim como os Diretórios Acadêmicos – DAS, ligados aos cursos nas universidades.

Foram levantados jornais ou boletins universitários pertencentes ao fundo documental da Assessoria de Segurança e Informação – ASI UFF, que são provenientes dos Diretórios Acadêmicos dos cursos de graduação. Podemos elencar alguns jornais, tais como: o Jornal “Terceiro Mundo”, do Diretório Evaristo da Veiga, do Curso de Direito, o Jornal “Foca”, veículo do curso de Comunicação Social, e outros jornais, mas daremos enfoque ao Jornal do Diretório Central dos Estudantes – DCE da UFF. Esses jornais apresentam títulos, charges e matérias que foram controladas, vigiadas e que davam subsídios para as ações de contra-informação governamentais, ou seja, um discurso que alimentava o controle e a vigilância das

informações que eram geradas por aqueles atores (alunos) dentro do regime de informação ou cadeia de informação, promovendo uma contra-informação, confundindo alunos e a sociedade. A partir dessas ações de controle e vigilância aos boletins e jornais universitários, os órgãos de repressão muitas das vezes se antecipavam às ações e manifestos dos estudantes.

6 PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO DO SNI E DO SISNI

A gênese do documento é imprescindível para compreender a estrutura, os enunciados, os códigos, os sinais, sua cronologia, enfim a cultura documentária ou processo de documentalidade da comunidade de informação e contra-informação e seus desdobramentos. Isto pode ser compreendido através da identificação e da análise tipológica dos documentos produzidos pelo SNI SISNI e consequentemente nas DSIs e ASIS.

No Manual de Informações do Serviço Nacional de Informação - SNI observou-se alguns critérios de normalização e racionalização na produção de documentos que são indispensáveis para a compreensão de uma realidade específica de produção de documentos numa ASI. Foi criada uma terminologia especializada (um domínio de conhecimento). Chegamos a pensar que a elaboração de Manuais de Comunicação Administrativa, ligados à modernização administrativa que estão associados àquele período da história contemporânea no Brasil. No SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES circulam diversos tipos de documentos, cuja utilização e competência de produção variam de acordo com os níveis dos escalões ou órgãos de informações, com as necessidades dos usuários e com os objetivos que se tem em vista. (SNI, 1976). Quanto ao produção de documentos e informações de inteligência temos a mencionar a forte influência da cultura norte-americana:

A produção de informações estratégicas, do general americano Washington Platt, publicado originalmente em 1957 e traduzido pela Biblioteca do Exército brasileiro uma década depois. No texto original, em inglês (*Strategic Intelligence Production: Basic Principles*), contudo, o autor utiliza a palavra inteligência, e não informação. Dessa forma, em ambos os casos, seja inteligência, seja informação (no sentido atribuído durante a ditadura) temos a seguinte situação: dados informacionais brutos, obtidos de fontes ostensivas ou secretas, são coletados por órgãos especializados, processados e oferecidos e determinados destinatários privilegiados. (RODRIGUES, 2017, p. 61)

Na produção ou elaboração de documentos do SISNI, não basta apenas a compreensão da construção desses registros, mas de construção de um discurso, uma determinada narrativa, código de linguagem pré-determinado, construção da própria informação. É interessante notar que informação adquiriu um novo significado para a comunidade de informação do SISNI, não se tratando de um conceito defendido pela Ciência da Informação, mas se trata de uma lista de espécies e tipos documentais, conforme a seguir:

Cabe observar que, em alguns casos, ocorre uma coincidência entre a denominação de certos documentos e alguns conceitos doutrinários da INFORMAÇÃO, já expressos no Capítulo III deste MANUAL. Constitui um exemplo o termo INFORMAÇÃO, que deve ser entendido, conceitualmente, como o conhecimento de um fato ou situação, mas é, também designativo de um tipo de documento, o qual é a expressão escrita daquele mesmo conhecimento. Do mesmo modo, os termos Informe e Estimativa designam um conceito e uma forma de expressão escrita, isto é, um documento. (SNI, 1976, p. 45)

Alguns tipos de Documentos de informação adotados pelo no SISNI podem ser listados: Informe ; Informação; - Apreciação; - Estudo de informação; - Estimativa; - Relatório de Informação; - Periódico Especial; - Sumário de informação; - Pedido de Busca; - Ordem de Busca; - Plano de Informações; - Plano de Busca; - Levantamento de Dados Biográficos; - Levantamento Estratégico de Área. (SNI, 1976, ps. 45 - 46)

Neste manual citado logo acima, houve uma preocupação em tratar dos modelos (Ver ANEXO A) , técnicas de redação e composição dos documentos. Existem normas gerais para a redação ou princípios de produção da informação, particularmente os de “objetividade, clareza, simplicidade, amplitude e imparcialidade.” Alguns termos e conceitos são largamente utilizados pela Arquivística, tais como imparcialidade, autenticidade, naturalidade, veracidade, e etc, mas é preciso verificar se são empregados com o mesmo sentido dado pela comunidade de informação e contra-informação do SNI e do SISNI. Além disto, as frases têm que apresentar uma redação objetiva, sem termos supérfluos e que sejam de fácil compreensão, com simplicidade e clareza. Alguns parâmetros (normas) de produção de documentos são importantes para entendermos um pouco mais sobre o discurso e a racionalidade administrativa e documental daquela comunidade de informação, com características de rigidez redacional, e que ainda têm repercussões na redação e estrutura de documentos até hoje, tais como:

A observância das normas abaixo podem ser de muita utilidade na redação dos Documentos de Informação:

1) Escrever com naturalidade, boa gramática e sem afetação; 2) Evitar palavras desnecessárias; 3) Formar frases curtas sempre que possível; 4) Evitar palavras difíceis. Quando tiver que usá-las, não empregar duas no mesmo parágrafo. Se isso for inevitável (expressões técnicas, jurídicas, etc.), dar, entre parêntesis, o significado; 5) Evitar os superlativos, os termos absolutos, os exageros e o excesso de polissílabos; 6) Ordenar as idéias em uma sequência lógica; 7) Evitar expressões como: consta que, parece que; 8) Ao transcrever citações, fazê-lo entre aspas e identificar a fonte, sempre que não houver prejuízo para a segurança; 9) Usar frases precisas, sem ambigüidade e sem significado vago; 10) Ao fazer uso de uma sigla pela primeira vez, esta deverá estar entre parêntesis, precedida do seu significado por extenso; 11) usar com moderação os qualificativos; 12) Nomes próprios devem ser redigidos com todas as letras maiúsculas; 13) evitar repetir várias vezes uma mesma estrutura de frase; 14) Evitar palavras vulgares e de gíria; 15) Tratar de um aspecto em cada tópico; 16) Evitar frases sensacionalistas ou emotivas; 17) Rever sempre o que foi escrito antes de dar por terminada a redação. (SNI, 1976, p. 47)

Existem modelos e padrões de elaboração de documentos no SISNI, que nos fazem lembrar aos critérios e categorias de documentos elencados na Análise Diplomática e na Análise Tipológica, como já foi visto anteriormente, levando em consideração características internas e externas do documento. Neste caso específico, iremos observar alguns elementos de composição, tais como, de conteúdo: o texto do documento e o seu nível na classificação sigilosa; enquanto nas características externas temos os seguintes elementos: cabeçalho da organização (do órgão) , de forma centralizada, cabeçalho do documento, e o carimbo do órgão com a rubrica do responsável.

Algumas características remetem para o Regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos (RSAS), que classifica em níveis ou graus de sigilo de documentos e toda uma legislação específica, que chegou até hoje com os critérios da Lei de Acesso 12.527, de 2011³⁴.

Quanto à estrutura dos documentos de informação, temos os seguintes itens, conforme a seguir:

Designação do tipo e número do documento: o n. do documento é o que lhe for dado no órgão produtor; consta do número arábico de ordem, seguido da dezena do ano em curso e da sigla do órgão. A designação do tipo de documento é sempre escrita no centro da parte superior da 1ª página, em letras maiúsculas e sublinhadas, logo abaixo do cabeçalho da organização. Exemplo:

INFORME N. 84 76 – ARJ SNI

Data: a do dia em que se termina a redação do documento.

Assunto: o assunto de que trata o texto do documento.

Referência: todas as indicações necessárias para facilitar a ligação do documento em questão com outros documentos, assuntos ou fatos de conhecimento do usuário.

Origem: indicação, se for o caso, do órgão onde se originou o assunto tratado (sigla)

Área: a área ou áreas que interessam diretamente ao assunto tratado.

Exemplo: ORIENTE MÉDIO , ou NORDESTE, ou CONE SUL, etc.

País: país ou países envolvidos ou aos quais disser respeito o assunto tratado.

Difusão anterior: indicação dos órgãos aos quais o documento, ou assunto nele contido, foi divulgado anteriormente (siglas).

Difusão: indicação do destinatário ou destinatários do documento, expressa pela sigla ou siglas dos órgãos de destino. (SNI, 1976, p.49)

³⁴ Graus e prazos de Sigilo, conforme a atual Lei de Acesso à Informação, Lei 12.527, de 2011: **CAPÍTULO IV DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO; Seção II Da Classificação da Informação quanto ao Grau e Prazos de Sigilo;** Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.

§ 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no **caput**, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:

I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos;

II - secreta: 15 (quinze) anos; e

III - reservada: 5 (cinco) anos.

O texto (conteúdo) + forma (fórmula) contém normalmente o assunto. A estruturação do documento varia conforme a tipologia, espécie, tipos e conteúdos. Iremos apresentar alguns modelos e conceitos de documentos, baseados no Manual do Serviço Nacional de Informação – SNI, comparando as espécies documentais existentes com o Glossário de Espécies Documentais da Profa. Heloísa Liberalli Bellotto.

Quadro 10 - Tabela de equivalência de espécies documentais

ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO – ASI (SNI, 1976, p. 45 - 111)		HELOÍSA LIBERALLI BELLOTTO (Glossário de Espécies Documentais de Bellotto, s.d.)	
ESPÉCIE	DEFINIÇÃO	ESPÉCIE	DEFINIÇÃO
Apreciação	É o documento de informação através do qual o analista – quando lhe for determinado – expressa sua opinião sobre um fato ou situação, passado ou em evolução, formada com base na análise objetiva de todos os dados disponíveis sobre o assunto de uma ou mais informações [...];	_____	_____
Aviso	_____	Aviso	Aviso (quando ministerial) documento diplomático ou informativo, descendente ou horizontal, conforme Receptor) Ofícios, quando trocados entre ministros entre si ou dirigidos a altas autoridades da mesma hierarquia ministro de Estado dá conhecimento de suas decisões como autores ou Secretários da Presidência da República, o Consultor Geral da República, Chefe de Estado Maior das Forças Armadas e o Chefe do Gabinete Militar da

			Presidência
Informação	É a expressão escrita do conhecimento de um fato ou situação, resultante do processamento inteligente de todos os informes disponíveis, relacionados com o referido fato ou situação [...];	Informação	Documento diplomático testemunhal de assentamento. Ato Judicial que, no processo, contém os depoimentos das testemunhas
Informe	É a expressão escrita de qualquer dado (observação, fato, relato, documento, etc.) que possa contribuir para o conhecimento de determinado assunto [...];	Informe	Documento não diplomático, informativo. Descrição do fato ou fenômeno tal como foi visto, constatando-se que, frequentemente, alimenta a elaboração da informação e de relatórios
Estimativa	É o documento que consubstancia a projeção, em futuro previsível, de um fato ou situação, feita com base na análise objetiva de todos os dados envolvidos e no estudo das possibilidades e probabibilidades de sua evolução [...];	_____	_____
Estudo de Informação	É um documento que consubstancia um estudo analítico e conclusivo, elaborado com a finalidade de assessorar a chefia de um órgão de informação na solução de um problema afeto à sua responsabilidade e relacionado com a atividade de informação [...];	_____	_____
Levantamento de Dado Biográfico	Tipo de documento utilizado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) contendo pesquisa sobre	Levantamento	Documento Não Diplomático Informativo Horizontal Não tem definição para este tipo de

	a pessoa investigada, destacando filiação, atribuições profissionais, antecedentes e levantamento de informações dentro dos órgãos oficiais da área		levantamento.
Levantamento Estratégico de Área	É um documento que integra a maior soma possível de conhecimentos sobre uma área territorial ou país, com a finalidade de permitir, ao usuário, uma avaliação global do poder e potencial da área ou país estudado. O levantamento estratégico é o documento básico o planejamento estratégico. Descreve, analisa e interpreta diferentes fatores e aspectos referentes à área ou país em foco, os quais possam interessar ao planejamento estratégico. Por este motivo, deve ser periodicamente atualizado. (SNI, 1976, p. 45 - 111)	Levantamento	Documento Não Diplomático Informativo Horizontal Não tem definição para este tipo de levantamento.
Ofício	_____	Ofício	(Documento não diplomático, informativo) Meio de comunicação do serviço público. Forma padronizada entre subalternos e autoridades e Entre os órgãos públicos de caráter oficial.
Pedido de Busca	É o documento de informação utilizado entre os órgãos do SISNI para solicitar conhecimentos que complementem os já reunidos, necessários à produção de uma informação.[...];	_____	_____
Plano de Busca	É um documento através	Plano	Documento Não

	do qual um órgão de informações organiza, orienta e sistematiza a Busca de Informações a ser realizada por todos os órgãos subordinados. [...]		Diplomático Informativo Projeto com finalidade determinada e prevendo ação a ser realizada
Plano de Informações	É o documento através do qual um órgão ou escalão de informações organiza e metodiza as atividades de informações em sua esfera de responsabilidade. Visa, especialmente, a organizar racionalmente a busca e o fluxo de informações, com a finalidade de manter-se permanentemente informado e atualizado sobre assuntos de sua alçada, de cobrir a evolução de uma situação específica ou possibilitar o planejamento, execução e acompanhamento de uma determinada ação (ou política) a ser executada. Pode ser um documento de caráter permanente, que é constantemente atualizado em face das necessidades de informações, ou um documento específico, elaborado para uma determinada situação. [...];	Plano	Documento Não Diplomático Informativo Projeto com finalidade determinada e prevendo ação a ser realizada
Ordem de Busca	É o documento de informação utilizado internamente num órgão de informações para acionar o seu elemento de operações (seção, subseção ou setor) para a Busca. Assemelha-se ao Pedido de Busca. Por ser um documento interno do órgão, não necessita, obrigatoriamente, seguir um modelo. É importante que defina, precisamente, o QUE OBTER, ATÉ	Ordem	Documento Não Diplomático Informativo Horizontal

	QUANDO e , se possível, ONDE e COMO. [...];		
Relatório de Informação	Relatório de Informação: Há dois tipos de Relatório de Informação: - Relatório Periódico de Informação e Relatório Especial de Informação. [...]; É um documento que reúne fatos contidos em informações já produzidas pelo órgão de informação e outros de seu conhecimento, num determinado período de tempo e relacionados com ocorrências em sua área de responsabilidade, analisados todos em seu conjunto e sendo apresentada uma conclusão sobre eles. Visa a dar, ao usuário, uma visão analítica, conclusiva e global dos fatos ocorridos no período ou em desenvolvimento, complementando e consolidando as informações anteriormente difundidas [...]; Relatório Especial de Informação: É um documento que reúne fatos significativos contidos em informações produzidas anteriormente e outros de conhecimento do órgão, sobre o assunto específico e considerado relevante [...];	Relatório	Documento não diplomático ascendente Exposição de ocorrências, fatos, despesas, transações Autoridade com finalidade de prestar conta de seus atos Inicial: Título: RELATÓRIO. Nome, títulos e cargos do Desenvolvimento e conclusão do assunto objeto do relatório Recomendação de providências. Protocolo final: data nome e cargo do autor do relatório
Sumário de Informação	É um documento periódico, no qual são reunidas e sintetizadas informações sobre fatos ocorridos no período a que se diz respeito. O período coberto por um sumário é pequeno, normalmente de 12 a 24 h. O sumário visa, geralmente, ao acompanhamento de uma situação específica, sobre	_____	_____

	a qual o usuário necessita manter-se permanente atualizado [...];		
--	---	--	--

Elaboração própria

Observou-se que são tipos documentais por suas especificidades nos atos ou tarefas: Estudo de Informação, Levantamento de Dados Biográficos, Levantamento Estratégico de Área, Pedido de Busca, Plano de Busca, Plano de Informações, Ordem de Busca, Relatório de Informação, Sumário de Informação.

Quadro 11 - Tabela de espécies e tipos documentais da ASI por amostragem

ESPÉCIE	TIPO DOCUMENTAL
Boletim	Boletim do Diretório Central dos Estudantes
Informação	Informação Circular (de Ministro de Estado)
Ofício	Ofício Circular (de Ministro de Estado)
Aviso	Aviso Circular (de Ministro de Estado)
Informação	Informação Recebida (expedida por Ministro de Estado)
Carta	Carta Aberta (Manifestação estudantil)

Elaboração própria

Assim, conforme citamos logo acima, selecionamos espécies e tipos documentais referentes ao SNI e ao SISNI, que eram utilizados em todas as unidades daquele sistema de informação, constituindo-se também numa terminologia especializada.

Assinalamos o caráter diferenciado da espécie documental INFORME, pois haviam critérios específicos de validação, idoneidade e veracidade, inclusive com um código específico, que tratava da confiabilidade e credibilidade das fontes. Conforme o (SNI, 1976, p. 51) o cabeçalho do INFORME segue a estrutura geral do órgão expedidor; a Avaliação traduz o julgamento do órgão expedidor sobre a idoneidade e o grau de veracidade do Informe; e o código de avaliação abaixo, adotado no SISNI e conhecido para o sistema letra-número, fornecendo um quadro da gradação da fonte e do grau de veracidade do INFORME.

Quadro 12 – Idoneidade da fonte e veracidade do informe

IDONEIDADE DA FONTE	VERACIDADE DO INFORME
A – Absolutamente Idônea	1 – Confirmado
B – Idônea	2 – Provavelmente verdadeiro
C – Razoavelmente Idônea	3 – Possivelmente verdadeiro
D – Nem sempre Idônea	4 – Duvidoso
E – Inidônea	5 – Provavelmente falso
F – Não pôde ser julgada	6 – Não pôde ser julgado

Fonte: SNI (1976, p. 51)

É interessante notar que o SNI tem seus próprios critérios de julgamento da idoneidade, autenticidade, competência e veracidade do Informação:

AValiação: C – 2

4.2.4.O julgamento da idoneidade da fonte pode ser auxiliado:

- pelo conhecimento anterior da fonte no órgão que procede à avaliação, ou seja, o grau de *confiança* que o analista deposita naquela fonte;
- pela avaliação da Autenticidade da fonte, a qual pode ser feita pela verificação dos seguintes aspectos:
 - a identidade da fonte, através do exame das características e sinais indicativos de sua autenticidade;
 - o canal usado para transmissão, a fim de verificar a normalidade da transmissão e a possibilidade de ter sido o Informe alterado no seu conteúdo;
 - pela avaliação da *Competência*, ou seja, da capacidade real da fonte para obter o Informe (localização e capacidade).
- 4.2.5 No julgamento da *Veracidade do Informe* devem ser analisados os seguintes aspectos:
 - A *confirmação* do fato ou situação relatada, isto é, se o conteúdo do Informe já constou de outro ou outros Informes anteriores sobre o mesmo assunto, originário de fonte diferente.

- A Coerência e a consistência dos fatos relatados no Informe.
- A Compatibilidade dos fatos relatados com o Conhecimento que se tem sobre o assunto tratado. (SNI,1976, p. 51-53)

Para finalizar esses critérios o documento diz que se possível, que o relato dos informantes devem sempre constar o relato do fato ou situação em foco que deverá responder às indagações: O que, quem, Onde, Como, Quando.

Neste ponto da pesquisa sairemos da parte teórica, para a metodologia da práxis, na qual iremos aplicar os passos da identificação de documentos e da Análise Tipológica dos documentos do acervo. Inicialmente, contextualizando brevemente o que foi e o que representou e representa o DCE para as IFES e para os estudantes universitários.

6.1 A APLICAÇÃO DE ANÁLISE TIPOLOGICA NOS DOCUMENTOS DA ASI.

A identificação documental como uma das funções arquivísticas é indispensável para compreendermos os documentos e seu contexto, suas espécies e tipos documentais, além de podermos observar um pouco da produção documental (documentos produzidos e recebidos) pela representação estudantil, por amostragem. Em virtude dessa compreensão, iremos contextualizar brevemente outro ator, relacionado a este trabalho, que é o Diretório Central dos Estudantes – DCE.

O Diretório Central dos Estudantes (DCE) é uma entidade estudantil que representa todos os estudantes (corpo discente) de uma instituição de ensino superior e tem como papel principal defender os interesses e anseios dos estudantes. O DCE tem o papel de organizar as pautas da reuniões nas Assembléias Gerais de Estudantes. O DCE mantém relações com outras entidades representativas dos estudantes, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), União Estadual dos Estudantes (UEEs) ou a Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes (CONLUTE), além de outras entidades estudantis existentes no Brasil.

DCE - É a entidade que representa o conjunto dos universitários de uma determinada universidade. Deve existir nas instituições de ensino que tenham mais de quatro cursos superiores. O DCE possibilita aos estudantes o debate e mobilizações relacionadas àquela instituição,

seus problemas, desafios gerais ou específicos. Promove também atividades culturais, calouradas, e representa o conjunto daqueles estudantes nas UEEs e na UNE. Os DCEs realizam eleições anuais ou bienais, além de assembleias, conselhos de DAs e CAs, entre outras formas de organização para ouvir os alunos e agir. (UNE, 2017)

De acordo com o Regimento do DCE, podemos especificar algumas características próprias do DCE da UFF, que foi denominado como Fernando Santa Cruz, como homenagem a um aluno morto durante a Ditadura Civil-Militar, subordinada à União Estadual dos Estudantes – UEE e União Nacional dos Estudantes – UNE. Teve como prerrogativas e deveres do DCE, conforme Cap. I, art. 3º e 4º dos fins do DCE:

São prerrogativas do DCE:

- a) Representar perante as autoridades administrativas da universidade e fora dela, os interesses dos estudantes da UFF;
- b) Designar os representantes estudantis nos órgãos superiores da universidade;
- c) Promover junto à comunidade estudantil da UFF sua sustentação financeira;

São deveres do DCE:

- a) Representar os interesses dos estudantes dentro e fora da universidade;
- b) Promover o amplo debate sobre as condições de ensino e da pesquisa visando a sua melhoria
- c) Contribuir para o aprimoramento das instituições sociais e na construção de uma sociedade mais justa;
- d) Patrocinar junto aos estudantes atividades que visem enriquecer o espaço acadêmico e o relacionamento social entre os estudantes de diversos cursos. (DCE, 1981, p.1-7)

A composição da diretoria (ou coordenação) pode ser na forma majoritária ou na forma proporcional. Assim como os mecanismos eleitorais, a atuação da entidade é definida pelo conjunto do movimento estudantil da instituição, sendo que suas áreas de atuação mais comuns dizem respeito aos interesses dos estudantes perante à administração da instituição superior, às questões de política educacional e de política nacional. A eleição de seus membros é definida de forma direta pelos estudantes em consulta à comunidade estudantil após a formalização das chapas estudantis. A estrutura do DCE era constituída de Diretoria, Conselho Consultivo dos Diretórios Acadêmicos, e tendo como órgão máximo a Assembléia Geral. O Conselho Consultivo dos Diretórios Acadêmicos A composição do DCE era

constituída de Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Geral; Tesoureiro; Diretor de Ensino e Pesquisa; Diretor de Patrimônio; Diretor Cultural; Diretor de Imprensa; Diretor Social Esportivo; Secretário da área de saúde; Secretário da área Tecnológica; Secretário da área de Ciências Humanas. Vamos assinalar apenas a principal área que foi considerada como tendo mais nexos dentro da pesquisa, que foi a da produção de jornais universitários: “ Seção X - Artigo 16 - Ao Diretor de Imprensa compete a elaboração de periódicos do DCE sendo as suas notícias e artigos de responsabilidade de toda a diretoria, sendo por ela autorizados.

Dessa forma, havia o Conselho Consultivo, constituído por representantes dos Diretórios Acadêmicos, as Assembléias Gerais, como órgão máximo de deliberação do DCE, sendo a prestação de contas realizada anualmente na última assembleia do DCE; com medidas disciplinares no caso de dolo ou que viessem a dilapidar o patrimônio e as finanças do DCE pelo diretor ou algum membro da diretoria.

Como exemplo iremos apresentar o caso de um dos jornais criado pelo DCE, da UFF, que se chamou “ Plataforma Liberdade”, mas foi encontrado no acervo virtual do jornal “ O Fluminense” de Niterói. Isto demonstra como os mesmos documentos do acervo ASI, podiam ser analisados por mais de um órgão de repressão, sendo o jornal do DCE, da UFF, averiguado pelo Ministério da Aeronáutica, e identificado como veículo subversivo.

Jornal subversivo do DCE-UFF nos arquivos da ditadura militar

Publicado em [setembro 6, 2012](#) por [jéssica pietrani](#)

Jornal de 1978, do Diretório Central do Estudantes da UFF, nos arquivos dos órgãos de repressão da ditadura militar, “por conter matéria de caráter considerada de cunho subversivo”. Catalogado como confidencial, a exigência dos estudantes por “aula de reposição nas férias” era considerada pelos milicos como uma perigosa ameaça para Segurança Nacional. (PIETRANI, 2012)

Este documento logo abaixo é um anexo de um documento oficial, denominado de Encaminhamento 005, PAMEAER, de 24.05.1978, com origem do Ministério da Aeronáutica, proveniente do COMAR III, com classificação sigilosa confidencial, carimbo, uma notação de controle no canto superior direito de quem lê, e no qual a substância ou dispositivo daquele jornal foi “ encaminhar Boletim informativo da UFF por conter matéria de caráter considerado de cunho subversivo”

Neste caso, podemos lembrar da noção de ramificações em Carvalhedo (2014) no qual a autora aponta para os desmembramentos de documentos que dão continuidade ao sentido em outros documentos e outras fontes documentais, constituindo-se numa rede de informações. Quando não são encontrados mais documentos em determinado órgão produtor, podemos encontrar os seus ecos documentais e informacionais em outros órgãos ou pessoas físicas que ainda possam existir.

Figura 3 – Boletim Informativo do DCE UFF – Plataforma Liberdade

• V42,66,247, P2/S.

PLATAFORMA LIBERDADE

«A REPRESENTAÇÃO solicita que, ouvido o Conselho Universitário seja o projeto apresentado pela representação estudantil ao Conselho de Ensino e Pesquisa e por ele rejeitado e arquivado, encaminhado ao Conselho Federal de Educação para que defina a possibilidade de a UFF oferecer aos seus alunos o curso de férias, que consideramos essencial para os alunos desta universidade».

(Conselho de Ensino e Pesquisa, 30-11-77).

O movimento que iniciamos o ano passado pela implantação do curso de férias valendo crédito trouxe-nos várias lições. Cerca de 80% dos alunos, entre 5.200 entrevistados, reivindicaram o curso de férias.

A primeira indagação que fazemos é a seguinte: POR QUE É NECESSÁRIO O CURSO DE FÉRIAS VALENDO CRÉDITO PARA TANTA GENTE DENTRO DA UFF?

Carta Plataforma
Chapa Liberdade

Expediente

DCE — Gestão-77
Boletim Informativo
Diretório Central dos
Estudantes
Bancada Estudantil nos
Conselhos Superiores
(Universidade Federal
Fluminense)
Visconde de Rio Branco,
n.º 625, Niterói.

**DIA
17
ELEIÇÕES
NA
UFF**

Fontes: PIETRANI (2012) Site do DCE Livre Fernando Santa Cruz ;“Niterói pela Verdade”

Figura 4 – Ministério da Aeronáutica – COMAR III – Encaminhamento 005

[illegible]

Fontes: PIETRANI (2012) Site do DCE Livre Fernando Santa Cruz ; “Niterói pela Verdade”

Iremos proceder de agora em diante à metodologia da práxis desta pesquisa, fazendo a Análise Tipológica em documentos produzidos e recebidos pela Assessoria de Segurança e Informação, inclusive aqueles coletados pelo órgão com relação aos documentos produzidos e recebidos pelo DCE. No passo a seguir, fizemos o levantamento de termos (descritores ou indexados) junto ao acervo, no que diz respeito aos termos considerados relevantes por um lado do ponto de vista dos órgãos repressores; e por outro do ponto de vista do estudantes ou do movimento estudantil, com suas narrativas, discursos, e sentidos conforme suas atividades respectivamente.

Análise tipológica de documentos:
Exemplos de documentos produzidos e recebidos pela ASI
Figura 5 – Documento 1 – Informação Circular

CONFIDENCIAL

MINISTERIO DA EDUCACAO E CULTURA
DIVISAO DE SEGURANCA E INFORMACOES

INFORMACAO CIRCULAR Nº 07 /ARSI/RJ/DSI/MEC/976
(Em 06/12/1976)

ASSUNTO: DOCUMENTOS DE INFORMACAO

ORIGEM: ARSI/RJ

AVALIACAO: -

DIFUSAO ANTERIOR: -

DIFUSAO ATUAL: ASI/UPRJ - ASI/UFF - ASI/DAC - ASI/UPRRJ -

REFERENCIA: ASI/UPES - ASI/FEFIERJ - ASI/FCBTVE - ASI/SRE/MEC
ASI/ETFCSP - ASI/MOBRAL - ASI/FENAME

ANEXOS:

OF. 062/15532/76/SICI/1/DSI/MEC/76-CIRCULAR de 25/11/76

*Arquivar
Chave*

1. Esta Assessoria recebeu da DSI/MEC/BSB o ofício circular anexo que difunde a essa Assessoria, de acordo com instruções recebidas daquela Divisão.
2. Solicita-se que, em caso de dúvidas a respeito do mesmo, queiram os Srs. Chefes de ASI dirigir-se a esta Assessoria.



O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento.

CONFIDENCIAL

Quadro 13 - Documento 1 – Informação-circular

Espécie documental : Informação
Tipo: Informação-Circular
Categoria: .Dispositivo, normativo, de correspondência, descendente
‘Categoria de Sigilo: Confidencial
Natureza do ato: Público
Elementos Internos do Documento
Língua: Português
Estilo de linguagem: Formal
Protocolo inicial
Título: Informação Circular n.07 ARSI RJ DSI MEC 976
Assunto: Documentos de Informação
Titulação: -----
Destinatário(s): coletivo de ASIS - ASI UFRJ- ASI UFF- ASI DAC – ASI UFRRJ – ASI UFES – ASI FEFIERJ – ASIFTBTVE – ASI SRE MEC – ASI ETF CSP – ASI MOBRAL – ASI FENAME
Saudação: ----
Texto: “Esta Assessoria recebeu da DSI MEC BSB o Ofício Circular anexo,(...) “ que em caso de dúvidas, a respeito do mesmo, queiram os Srs. Chefes de ASIS, dirigir-se a esta Assessoria.”
Preâmbulo (justificativa): “Esta Assessoria recebeu da DSI MEC BSB o Ofício Circular anexo”
Exposição: “Esta Assessoria recebeu da DSI MEC BSB o Ofício Circular anexo, que difunde a essa assessoria, de acordo com instruções recebidas daquela Divisão.”
Notificação: Esta Assessoria recebeu da DSI MEC BSB o Ofício Circular anexo
Dispositivo (substância) razão de ser do documento: Difundir instruções de anexo Of. 062.1553276SICI1DSIMEC76- CIRCULAR, de 25.11.76
Sanção: ----
Corroboração: Solicita-se que em caso de dúvidas, a respeito do mesmo, queiram os Srs. Chefes de ASIS, dirigir-se a esta Assessoria.”
Anúncio dos sinais de validação: Carimbos do MEC, de Confidencial e de Destinatário é responsável pela manutenção do sigilo do documento.
Protocolo Final ou Escatocolo
Precação (sinais de validação e assinatura): Armas da República; Carimbos do MEC, de Confidencial e de Destinatário é responsável pela manutenção do sigilo do documento.
Saudação final: “queiram os Srs. Chefes de ASIS, dirigir-se a esta Assessoria.”
Data: 06.12.1976
Data Tópica (local): MEC BSB
Subscrição: não tem

Atores envolvidos na criação do documento	
Autor do documento:	DSI MEC
Origem:	ARSI – RJ
Destinatário do documento:	coletivo de dirigentes das ASIS IFES
Escritor:	-----
Testemunhas envolvidas:	Sem testemunhas
Elementos externos do documento	
Material:	Suporte papel
Tipo de Escrita:	Datilografada
Qualidade de Impressão:	boa
Meio de Registro:	Analógico e Digital
Selos e Sinais:	Cabeçalho, Sinal de Arquivar e ciente; Armas da República Federativa do Brasil; Carimbo de documento Confidencial; Carimbo Destinatário é responsável pela manutenção do sigilo do documento
Elementos de Transmissão dos documentos	
Pré-original	
Original	
Pós-original:	documento original digitalizado
Informações complementares ou arquivísticas	
Fundo produtor ou recebedor:	ASI UFF
Série:	Produzir documentos
Notação:	Cx.18 – dossiê 4 ; p. 03
Quantidade de páginas:	01

Figura 6 – Ofício Circular

=1 DEZ 1976



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

Ofício nº 062/15532/76/SICI/1/DSI/MEC/76 CIRCULAR - 25 NOV 76

DO Diretor da Divisão de Segurança e Informações

AO Sr. Chefe da ASI/DR - 3

EM

ASSUNTO DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

02 dez 76
- Prof. Edson
- Preparar Circular
com "xerox" de
Presente
[assinatura]

1. A AC/SNI tem verificado a utilização com relativa frequência, no âmbito do SISNI, de documento denominado "RESPOSTA A PEDIDO DE BUSCA".

2. Considerando que o tipo de documento citado não fornece ao utilizador a confiabilidade desejada, em face da dificuldade de classificação (INFORME ou INFORMAÇÃO), a AC/SNI recomenda apenas a utilização dos seguintes documentos de informação:

- a) INFORME
- b) INFORMAÇÃO
- c) PEDIDO DE BUSCA
- d) ENCAMINHAMENTO

3. Convém esclarecer, entretanto, que fogem às determinações acima os assuntos cujas características determinem a utilização de um dos tipos de documentos previstos pela "Redação Oficial".

4. Esta DSI recomenda a difusão das normas acima a todas as ASI da área de jurisdição dessa Assessoria.

O presente ofício é reservado para uso exclusivo da Diretoria de Segurança e Informações (DSI) e não deve ser divulgado para outras áreas da instituição.

[assinatura]
Armando Rosenzweig Menezes
Diretor da DSI/MEC

Quadro – 14 - Documento 2 – Ofício-Circular

Espécie documental : Ofício
Tipo: Ofício Circular Recebido
Categoria: .Dispositivo, normativo, de correspondência, descendente
‘Categoria de Sigilo: Confidencial
Natureza do ato: Público
Elementos Internos do Documento
Língua: Português
Estilo de linguagem: Formal
Protocolo inicial
Título: Documentos de Informação
Assunto: Documentos de Informação
Titulação: Armando Rozenweig Menezes, Diretor da DSI MEC
Destinatário(s): coletivo de dirigentes das ASIS IFES
Saudação: -----
Texto:
Preâmbulo (justificativa): “ Considerando que este tipo de documento não confere ao utilizador a confiabilidade desejada (...)”
Exposição:
Notificação: “A AC tem verificado com relativa frequência no âmbito do SISNI de documento denominado Resposta a PEDIDO DE BUSCA (...)”
Dispositivo (substância) razão de ser do documento: “ Recomendar os determinados tipos de documentos de informação: Informação, Informe, Pedido de Busca, Encaminhamento”
Sanção: ----
Corroboração: “Esta DSI recomenda a difusão das normas acima a todas as ASIS da jurisdição dessa Assessoria”
Anúncio dos sinais de validação: carimbo conforme RSAs
Protocolo Final ou Escatocolo
Precação (sinais de validação e assinatura): Armas da República; carimbo conforme RSAs, assinatura do Ministro da Educação e Cultura; carimbos de recebimento 01 e 02 de dezembro de 1976
Saudação final:
Data: 25 de novembro de 1976
Data Tópica (local): Ministério da Educação e Cultura – Brasília
Subscrição: Armando Rozenweig Menezes, Diretor da DSI MEC
Atores envolvidos na criação do documento
Autor do documento: Diretor da DSI MEC
Destinatário do documento: ASI
Escritor: -----

Testemunhas envolvidas: Sem testemunhas
Elementos externos do documento
Material: Suporte papel
Tipo de Escrita: Datilografada
Qualidade de Impressão: boa
Meio de Registro: Analógico e Digital
Selos e Sinais: Armas da República Federativa do Brasil; Carimbos do RSAs, Registro de recebimento com os dizeres “ 02 de dez. 1976 Prof. E(...) Preparar circular com xerox da presente”
Elementos de Transmissão dos documentos
Pré-original
Original
Pós-original: documento original digitalizado
Informações complementares ou arquivísticas
Fundo produtor ou recebedor: ASI UFF
Série: Produzir documentos
Notação: CX. 18; Dossiê 4, p. 04
Quantidade de páginas: 01

Figura 7 – Aviso Circular

**CONFIDENCIAL**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

SEAS/CA - D. T.

Aviso Circular nº 500

Em 22 de julho de 1975

Magnífico Reitor,

A importância do momento nacional que vivemos solicita, do Ministro de Estado da Educação e Cultura, uma palavra de saudação, compreensão e reconhecimento aos seus mais diretos colaboradores. Entre estes incluo os dirigentes das instituições de ensino superior. Melhor motivo e oportunidade não pode haver, para tanto, do que esta, em que me é grato remeter-lhe exemplar do documento Política Nacional Integrada da Educação. Para ele, concebido como formulação preliminar a ser aperfeiçoada, solicito a sua detida atenção.

O reconhecimento que o momento inspira impõe-se pelo eficiente equilíbrio demonstrado ante situações inusitadas, que constituem verdadeiro desafio à capacidade de discernimento e decisão dos administradores. Uma das áreas mais sensíveis aos anseios e preocupações sociais é, sem dúvida, o "campus" universitário. Muito me apraz reconhecer que, em quase todos os casos, os dirigentes das Universidades têm sabido conduzir os problemas surgidos à solução desejada com equilíbrio.

Ao
Professor GERALDO SEBASTIÃO TAVARES CARDOSO
Magnífico Reitor da Universidade Federal Fluminense

O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo de acordo com o disposto no art. 6º, Dec. nº 63.417, 67 - e sua e para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).

2. O paciente e constante exercício desta atitude impõe

2.

uma incansável presença, vigilante atenção, antecipação oportuna, capacidade de ouvir, compreensão no sentir, tolerância no discordar, imparcialidade em julgar, firmeza em decidir, exemplo no proceder. Folgo proclamar que estas exigentes qualidades constituem a regra entre os dirigentes universitários.

Mas, além do reconhecimento, Magnífico Reitor, esta deve ser também uma palavra de compreensão, entre o Ministro e Vossa Magnificência. Mútua compreensão, de maneira que se estabeleça um elo de tal afinidade entre a ação do Ministério e a das Universidades que seja assegurada unidade de entendimento e ação frente aos problemas acadêmicos, administrativos, didáticos e disciplinares do ensino de 3º grau.

Esta coordenação é feita, normalmente, pela ação dos diferentes órgãos normativos e executivos que compõem a estrutura do MEC. E acredito termos alcançado um consenso básico que justifica o agradecimento feito. Quero, por isso, fixar-me agora em um aspecto que, conquanto regulado por lei e outras disposições, depende fundamentalmente da sensibilidade às nuances do momento. Refiro-me ao relacionamento com o aluno.

Este Ministério tem repetido, inúmeras vezes, que ao estudante devem ser asseguradas as condições necessárias ao seu bom desempenho como estudante. Procuramos cumprir a nossa parte, ampliando os recursos indispensáveis para conclusão dos "campi", a melhoria de instalações e equipamentos, o aumento dos benefícios e vantagens ao corpo docente, o aperfeiçoamento deste, o atendimento às necessidades do aluno carente economicamente. Numerosas medidas adotadas, anunciadas e em estudos traduzem esta preocupação.

O bom desempenho do aluno deve ser medido em função dos objetivos a que se propõe o ensino superior. No documento em que ofereço as bases da Política Nacional Integrada da Educação indico, sumariamente, três facetas que "as necessidades sociais" assumem: (i) a da formação da mão-de-obra qualificada, (ii) a da formação da personalidade e caráter dos seres humanos e (iii) a de satisfação das aspirações e preferências de cada indivíduo.

INSTITUTO DE SOCIOLOGIA E CULTURA

4.

Na prática desta função surgirão, inevitavelmente, situações delicadas. As qualidades que proclamei presentes no conjunto dos dirigentes universitários brasileiros permitirão enfrentar com serenidade e eficiência tais situações. Elas devem ser entendidas como integrando a vida universitária, e como tal tratadas.

Da mesma forma, o conjunto das qualidades pessoais e funcionais apontadas há de possibilitar enfrentar outras situações de igual delicadeza. Refiro-me principalmente a dificuldades, que nem sempre podem ser evitadas, quanto à suficiência de recursos materiais e humanos. Reconhecer possíveis falhas e procurar dar-lhes pronta solução é, ainda, o melhor caminho para impedir o fermento da agitação. Neste sentido tenho emprestado, através do DAU, todo apoio, acompanhamento e atendimento a situações concretas surgidas. Essa ponte entre Ministério, instituições, Diretórios e representações estudantis, repito, legalmente constituídos, precisa ser conservada, sólida, capaz de resistir a qualquer provocação.

Os desvios ideológicos e as armas da agitação alimentam-se, como Vossa Magnificência perfeitamente o sabe, de equívocos, mal-entendidos, omissões, ausências, impaciências e outras falhas de comunicação entre os homens. Os agentes da subversão, como é igualmente do seu conhecimento, são uma ínfima minoria que precisa de pretextos para dar credibilidade e convicção à sua ação doutrinadora. Todos devemos continuar unidos no sentido de não nos prestarmos a esse jogo, mas desmascará-lo sempre que necessário e, sobretudo, retirar-lhe a aparência-de razão de que se valem os agitadores.

Ao registrar o meu reconhecimento pela cooperação recebida e explicitar os fundamentos da compreensão comum com que devemos enfrentar tais questões, uma saudação pessoal do Ministro que o cumprimenta e lhe deseja êxito na enobrecedora função que exerce.

Com a mais distinguida consideração,



Ney Braga

Quadro – 15 - Documento 3 – Aviso-circular

Espécie documental : Aviso
Tipo: Aviso-Circular
Categoria: .Dispositivo, normativo, de correspondência, descendente
Categoria de Sigilo: Confidencial
Natureza do ato: Público
Elementos Internos do Documento
Língua: Português
Estilo de linguagem: Formal
Protocolo inicial
Título: Sem título
Assunto: Remete exemplar do documento: “Política Nacional Integrada da Educação”
Titulação: Ministro da Educação e Cultura, da Divisão de Segurança e Informação – Ney Braga
Destinatário(s): Geraldo Sebastião Tavares Cardoso, Reitor da UFF, e coletivo de dirigentes das IFES
Saudação: “ A importância do momento nacional que vivemos, solicita do Ministro da Educação e Cultura, uma palavra de saudação, compreensão e reconhecimento aos seus mais diretos colaboradores. Entre eles incluo os dirigentes das instituições de ensino superior (...)”
Texto
Preâmbulo (justificativa): “ O reconhecimento que o momento inspira impõe-se pelo eficiente equilíbrio demonstrado ante situações inusitadas que constituem em verdadeiros desafio à capacidade de discernimento e decisão dos administradores. Uma das áreas mais sensíveis aos anseios e preocupação é, sem dúvida, o campus universitário. (...)”
Exposição: Explicita aspectos da educação e envolvimento de alunos com aspectos ideológicos.
Notificação: “ Para ele concebido como formulação preliminar a ser aperfeiçoada, solicito a sua detida atenção.(...)”
Dispositivo Dispositivo (substância) razão de ser do documento: Enviar documento: “ Política Nacional Integrada da Educação”
Sanção: ----
Corroboração: “ Ao registrar o meu reconhecimento pela cooperação recebida e explicitar os fundamentos da compreensão com que devemos enfrentar tais questões (...)”
Anúncio dos sinais de validação:
Protocolo Final ou Escatocolo
Precação (sinais de validação e assinatura): Carimbo da DSI MEC que confere com o original; carimbo conforme RSAs, assinatura do Ministro da Educação e Cultura Ney Braga
Saudação final: “ (...) uma saudação pessoal do ministro que o cumprimenta e lhe deseja êxito na enobrecedora função que exerce. Com a mais distinguida consideração”
Data: 22 de julho de 1975
Data Tópica (local): Ministério da Educação, Brasília (BSB)

Subscrição: Ney Braga
Atores envolvidos na criação do documento
Autor do documento: Ney Braga (Ministro da Educação e Cultura; Divisão de Segurança e Informação)
Destinatário do documento: Geraldo Sebastião Tavares Cardoso (Reitor da UFF)
Escritor: Ney Braga
Testemunhas envolvidas: Sem testemunhas
Elementos externos do documento
Material: Suporte papel
Tipo de Escrita: Datilografada
Qualidade de Impressão: boa
Meio de Registro: Analógico e Digital
Selos e Sinais: Armas da República Federativa do Brasil; Carimbos do RSAs, Carimbo de documento Confidencial.
Elementos de Transmissão dos documentos
Pré-original
Original
Pós-original: documento original digitalizado
Informações complementares ou arquivísticas
Fundo produtor ou recebedor: ASI UFF
Série: Produzir documentos
Notação: CX. 18 – dossiê 04; da página 16 – 19
Quantidade de páginas: 04 páginas

Figura 11 – documento 4 - Informação

CONFIDENCIAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO Nº 052/SICI/1/DSI/MEC/76

31/05/76

ASSUNTO: MOVIMENTO ESTUDANTIL NO PAÍS

ORIGEM:

AVALIAÇÃO:

DIFUSÃO ANTERIOR:

DIFUSÃO ATUAL: ASI/UFF (Para conhecimento do Sr. Reitor)

REFERÊNCIA: INFÃO Nº 40/SICI/1/DSI/MEC/76

ANEXOS:

Objetivando explicitar alguns tópicos da Informação da referência e atender à imperiosidade do assunto, complementamos com o que segue:

1. Já em 1974, a revista "Mundo Estudantil", da "Union Internacional de Estudantes", com sede em PRAGA, publicou um artigo que ainda hoje permanece atual; "Los nuevos Combates de los Estudiantes Brasileños al Fascismo".

Transcrevemos abaixo alguns textos significativos, os quais também confirmam nossa Informação acima referida, quando afirmamos que, em 1972, o HE "se rearticulava sob as diretrizes do Movimento Comunista Internacional" e que "a parcela estudantil que se encontra envolvida na subversão tem consciência de seu papel histórico no contexto do Movimento Comunista Brasileiro (MCB)".

"Em 19 de abril de 1964, os contingentes paramilitares dos golpistas incendiaram a sede da UNE. Começava a caça humana aos estudantes e aos patriotas brasileiros.

"Traumatizados por um terror que somente conheciam através dos livros de história, impedidos de fundar e desenvolver suas próprias entidades, envolvidos numa propaganda alienadora, os estudantes tratam de superar sem lamentação a trage

O destinatário é responsável pela autenticação do sigilo deste documento.
(Art. 62, ec. n.º 60.47/b7 - Regulamento para salvaguarda de Assuntos Sgilosos).

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Continuação da Informação nº 052/SICI/1/DSI/MEC/76

2.

dia que se abateu sobre sua pátria, a fim de agrupar suas forças, integrando-se aos movimentos de resistência à ditadura, que surgem em distintos pontos do território nacional e sob as mais variadas formas. Tratam de criar as condições necessárias para surgir, novamente, como força política, ombro a ombro com seu povo e trabalhadores no combate frontal contra a ditadura e seu sustentáculo mais importante, o imperialismo yanque, pela conquista das liberdades democráticas, pela soberania da pátria, em defesa de seus sagrados direitos.

"Vieram os congressos nacionais - mais de vinte (depois de 1972) - por setores específicos: arquitetura, medicina, engenharia, comunicação, direito, etc... Junto a este processo, vão-se formando as executivas de nível municipal, estadual e nacional. Várias executivas já foram formadas e cada vez aumenta mais seu papel dirigente. Já se torna difícil a ditadura impedir essa nova forma de organização que os estudantes vêm impondo.

"A verdade é que, ao longo dos últimos 4 anos, os estudantes vêm combatendo o 477, passam por cima de seus parágrafos e vêm fazendo dele uma folha morta, um papel inútil. Esperam, num futuro próximo, derrubá-lo definitivamente.

"Os universitários brasileiros sabem que sua luta será longa e difícil.

"Com paciência e tenacidade, vencerão todas estas barreiras e desempenharão dentro da vida política brasileira o papel que sempre desempenharam.

"Por-isto, seus principais esforços orientam-se para a reestruturação de suas organizações e para o movimento estudantil de massas, a partir das escolas mais importantes, das universidades-chaves e dos Estados que concentram a maior parte dos estudantes.

"O que fazer, pois? Começar por ações parciais, locais regionais, pelo trabalho de escola em escola, o pequeno e pouco visível trabalho de formiga. E, com realismo, criar as condições para realizar grandes congressos nacionais e representativos.

O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento.
(Art. 62 CEC, n.º 50.47/57 - Regulamento para salvaguarda de Assuntos Sigilosos).

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

SERVICO PÚBLICO FEDERAL

Continuação da Informação nº 052/SICI/1/DSI/MEC/76

3.

Conf

"Eis algumas medidas:

- organizar a denúncia e a luta contra a política educacional da ditadura; ...
- criar entidades por áreas de estudo, de nível municipal, regional, estadual e nacional; ...
- lutar pelas liberdades democráticas; ...
- lutar pela inclusão dos DA e DCE na organização das escolas; ...
- aprofundar a aliança entre alunos e professores; ...
- reforçar e ampliar a rede de periódicos estudantis; ...
- defesa da cultura nacional e luta por seu florescimento.

"Este processo de rearticulação deverá coroar-se com o surgimento de uma organização nacional de estudantes..."

(os grifos são nossos).

2. A publicação "Debate - BRASIL 75", editada em francês e à venda em livrarias da FRANÇA, PORTUGAL, SUÉCIA e ITÁLIA, comenta a atual situação do "Movimento Comunista Brasileiro - MCB". Sob o título "PLATAFORMA PARA A UNIÃO DOS COMUNISTAS", a publicação em tela destaca que:

"Hoje, a questão essencial da tática revolucionária consiste, então, em determinar as formas de luta e de organização, assim como as principais palavras de ordem que, ao mesmo tempo que reúnem o conjunto das forças democráticas e antimonopolistas da nação, criam as melhores condições para o fortalecimento da aliança histórica dos trabalhadores da cidade e do campo, assim como com os outros setores combativos do movimento popular: estudantes, intelectuais, padres e artistas progressistas, das camadas médias assalariadas, etc...

"O papel destes setores já é considerável na luta pelas liberdades democráticas, contra o domínio dos monopólios

CONFIDENCIAL

O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo desta informação.
(Art. 12, Lei nº 5.041/66 - Regulamento para o Sigilo de Documentos)

CONFIDENCIAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Continuação da Informação nº 052/SICI/1/DSI/MEC/76

4.

e do imperialismo sobre a economia e a sociedade brasileira, contra o terrorismo militar e pelo progresso econômico e social da nação.

"A reorganização do movimento estudantil, que combateu corajosamente a ditadura, na universidade e na rua de 64 a 69, que em seguida foi duramente atingido pela repressão, não somente ao nível de suas organizações de massa - UNE e UEE - mas igualmente na pessoa dos seus militantes mais conhecidos, na sua maioria empenhados na luta revolucionária, inclusive na resistência armada, esboça-se desde 1972. Desde 1973 os estudantes retomaram as manifestações públicas, com a homenagem a um estudante assassinado pela polícia política. Desde então a reanimação das lutas de massa é sensível nos meios universitários e intelectuais. A tarefa central dos comunistas é ligá-los à luta de todos os democratas, com vista a derubar a ditadura. Para isso é necessário primeiro repor de pé as organizações de massa dos estudantes, dos trabalhadores intelectuais e das camadas democráticas médias, notadamente a UNE". (Os grifos são nossos).

3. Por sofrer a influência de diversos Partidos Comunistas, o ME leva em seu bojo orientações diversas, embora seus militantes nem sempre explicitem essas distinções e suas atividades converjam para certos denominadores comuns. Definindo-se pela orientação do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), a publicação PERSPECTIVAS POLÍTICAS E ORGÂNICAS PARA O ME, projeto para discussão interna na UNICAMP e proposição para a pauta da reunião nacional de estudantes realizada na USP em 03/04/76, foi remetida a diversos diretórios do País. Devido à importância da análise doutrinária do ME, faz-se conveniente transcrever alguns trechos da mesma:

"Após a fase mais dura de repressão, vivida no início da década, os estudantes a partir de 1972 começaram a reativar as antigas Executivas por profissão que em outros tempos serviam como assessoria e implementação setorial da UNE.

"Com o nome de Comissões Organizadoras, essas coordenadoras conseguem atualmente manter reuniões sistemáticas,

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Continuação da Informação nº 052/SICI/1/DSI/MEC/76

5.

trocar experiências, transmitir informações regionais não fornecidas pela imprensa burguesa e discutir uma política setorial que atenda aos interesses e às preocupações dessas áreas determinadas.

"As comissões organizadoras, portanto, têm jogado um papel importante no processo de rearticulação do ME. Atualmente, inclusive, tem ocorrido reuniões que envolvem várias comissões organizadoras, o que possibilita uma discussão mais rica, mais profunda e principalmente a possibilidade de encaminhamento bem mais amplo de algumas propostas nacionais. O Encontro das Comissões Organizadoras, em Campinas, no dia 17/07/66 foi um exemplo disso.

"Entendemos que não há contradição entre as lutas internas na Universidade e as questões gerais na sociedade. O fundamental é o sentido político que uma e outra adotem.

"Nesse sentido, os estudantes, como movimento de massas, podem assumir um papel importante, não só na desestabilização do regime, mas como elemento detonador e de exemplo para os setores sociais ainda desorganizados e sem condições.

"O movimento estudantil possui uma dinâmica própria enquanto movimento de massas que o habilita a defender os interesses dos setores explorados - sem substituí-los em suas lutas - enquanto estes não estão ainda preparados e organizados para a defesa de seus interesses.

"Dessa forma, na medida em que as lutas democráticas interessam aos setores explorados, cabe ao ME respondê-las concretamente e assim contribuir para uma perspectiva transformadora da sociedade.

"Entendemos, no entanto, que os estudantes não podem se desvincular de sua realidade cotidiana. ... Nesse aspecto, defendemos que sem deixar de intervir nas respostas circunstanciais que solicitam nossa presença organizada, necessitamos mediar as lutas democráticas com questões que atinjam diretamente os estudantes no dia a dia. Com isso evitaremos os refluxos, mantendo uma mobilização mais constante no ME.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

SERVICO PÚBLICO FEDERAL

Continuação da Informação nº 052/SICI/1/DSI/MEC/76



6.

"Para tanto, essa temática nos remete ao problema do conteúdo dessas lutas. Para que elas assumam um caráter transformador, necessitam ser direcionadas e inseridas dentro de uma luta ideológica, orientada na perspectiva dos interesses históricos dos trabalhadores.

"Ao ME cabe, enquanto movimento de massas, travar as lutas políticas gerais na sociedade, sendo que o centro dessas propostas devem ser as lutas democráticas levadas ofensivamente e numa perspectiva histórica dos trabalhadores, privilegiando no segundo semestre o processo político eleitoral.

"A reorganização de uma entidade nacional é uma questão política que precisa ser aprofundada e discutida pelas bases nacionalmente, pois exige um amadurecimento mínimo das entidades de base, para sua sustentação" (os grifos são nossos).

4. Sem registrar ocorrências estudantis de universidades, individualmente, podemos destacar algumas conquistas do ME, neste ano, cuja origem comunista e finalidade subversiva se torna caracterizada em face dos excertos acima transcritos:

- 4.1. Alguns diretórios estudantis estão conseguindo que os respectivos dirigentes universitários aprovelem seus estatutos, contendo artigos que conflitam frontalmente com a lei maior vigente no País, especialmente, com relação ao caráter representativo, à abertura para atividades político-ideológicas e ao estabelecimento de um poder paralelo na universidade.

- 4.2. Como exemplo de encontro estadual marcante, citamos o VI Encontro Estadual de DAS e DCEs, realizado em IJUI/RS, nos dias 24 e 25 de Abril/76, sob o patrocínio do Conselho Estadual de Diretórios Estudantis (CEDE).

De inspiração subversiva, os assuntos tratados giraram em torno do ME, estadual e nacional, e sobre suas lutas em favor do proletariado.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Continuação da Informação nº 052/SICI/1/DSI/NEC/76



7.

4.3. Em diversos Estados, estão sucedendo-se "Semanas de Liberdades Democráticas", caracteristicamente dentro da orientação do MCI. É lamentável que os assuntos nelas abordados sejam de molde a envolver o estudante incauto.

4.4. Com o objetivo de fortalecer a união nacional dos estudantes por setores específicos e visando à preparação de um grande Encontro Nacional de Estudantes com vistas à rearticulação da UNE, já ocorreram, neste ano, várias reuniões nacionais de estudantes, de notável significado:

4.4.1. Em 17/01/76, em CAMPINAS/SP, patrocinada pela Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos, da UNICAMP, realizou-se a 1a. reunião importante, com a presença de escolas de 5 Estados (SP, MG, RJ, DF e RS).

O tema básico girou em torno de "Direitos Humanos", com o objetivo de encaminhar as lutas pelas liberdades democráticas no País.

Foi uma reunião de Comissões Organizadoras de Encontros Estudantis de várias áreas de estudos.

4.4.2. Nos dias 13 e 14 de Março, no Rio de Janeiro, houve outra reunião nacional de Comissões Organizadoras de diversas áreas de estudo.

Compareceram representantes estudantis de: RS, PR, SP, DF, MG, BA, PE e Grande Rio.

4.4.3. Em 3 de Abril, na USP, o MIE conseguiu realizar a 3a. reunião nacional importante, contando com a presença de lideranças estudantis de: RS, PR, SP, RJ, ES, MG, BA e DF.

Nesta ocasião foi decidida a realização de novas reuniões nacionais de estudantes.

4.4.4. Por sua pertinência e virulência, destacam-se as

U. destinatário é o responsável pela manutenção do sigilo deste documento.
(Art. 62 da Lei nº 652 de 7/7/76 - Regulamento para salvaguarda de documentos sigilosos)

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

SERVICO PÚBLICO FEDERAL

Continuação da Informação nº 052/SICI/1/DSI/MEC/76

8.

Comissões Organizadoras de Encontros Nacionais de Economia, Engenharia e Física.

4.4.5. Os Encontros Científicos de Estudantes de Medicina e outros congêneres, apesar de sua aparente imunidade, enquadram-se no contexto do constante deste sub-ítem 4.4.

4.5. O "quartel general" do ME no País está estabelecido em SÃO PAULO. Como áreas de influência destacadas citamos: Grande Rio, RS, MG, BA, PE, DF e PR. Ressaltamos que a influência exercida por SÃO PAULO não implica em dependência intrínseca das outras áreas. Pois a causa eficiente do ME é extrínseca ao mesmo.

5. O primeiro passo para combater o ME, enquanto obra do MCI, consiste em tomar consciência de sua realidade e conhecer sua natureza e seus objetivos. Somente assim saber-se-á, depois, tomar as medidas adequadas para evitar, com firmeza e destemor, que ele continue estendendo-se e fortificando-se, qual avalanche destruidora.

O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento.
(Art. 62 Dec. n.º 67.477/57 - Regulamento para salvaguarda de Assuntos Sigilosos).

**CONFIDENCIAL**

Quadro 16 - Documento 4 – Informação Recebida

Espécie documental : Informação
Tipo: Informação Recebida
Categoria: Dispositivo, normativo, de correspondência, descendente.
Categoria de Sigilo: Confidencial
Natureza do ato: Público
Elementos Internos do Documento
Língua: Português e Castelhana
Estilo de linguagem: Formal
Protocolo inicial
Título: Movimento Estudantil no país
Assunto: Movimento Estudantil no país
Titulação: Ministro da Educação (Chefe da Divisão de Segurança e Informação - MEC)
Destinatário(s): Reitor e Assessoria de Segurança e Informação – ASI UFF
Saudação: ---
Texto: Transcrição de textos significativos sobre Movimento Estudantil sob rearticulações do movimento comunista internacional
Preâmbulo: Já em 1974 a Revista “Movimiento Estudiantil”, da “Union Internacional de Estudiantes”, com sede em Praga, publicou um artigo que ainda hoje permanece atual “ Los Nuevos Combates de los Estudiantes brasileños al Fascismo”
Exposição: “ Em 1º de abril de 1964, os contingentes paramilitares dos golpistas incendiaram a sede da UNE, começava a caça humana aos estudantes e aos patriotas brasileiros (...) “ Traumatizados por um terror que somente conheciam através dos livros de História, impedidos de fundar e desenvolver suas próprias entidades, envoltos numa propaganda alienadora, os estudantes tratam de superar sem lamentação a tragédia que se abateu sobre sua pátria (...) “ “ A verdade é que ao longo dos últimos quatro anos, os estudantes vem combatendo o 477, passam por cima dos seus parágrafos e vêm fazendo dele uma folha morta, um papel inútil. Esperam num futuro próximo derrubá-lo definitivamente” “ Os universitários brasileiros sabem que sua luta será longa e difícil” (...)
Notificação: “Atender à imperiosidade do assunto”
Dispositivo (substância) razão de ser do documento: Combater o comunismo internacional no meio estudantil
Sanção: ----
Corroboração: “ O primeiro passo para combater o ME, enquanto obra do MCI, consiste em tomar consciência de sua realidade e de conhecer sua natureza e seus objetivos. Somente assim saber-se-á, tomar as medidas adequadas, para evitar com firmeza e destemor, que ele continue estendendo-se e fortificando-se, qual avalanche destruidora”

Anúncio dos sinais de validação: Carimbos da Divisão de Segurança – DSI, do Ministério da Educação e Cultura e do RSAs
Protocolo Final ou Escatocolo
Precação (sinais de validação e assinatura): Carimbos da Divisão de Segurança – DSI, do Ministério da Educação e Cultura e do RSAs, contudo sem assinatura do Chefe da DSI ou do Ministro da Educação e Cultura.
Saudação final: “Tomar as medidas adequadas com firmeza e destemor evitando que ele continue se estendo e fortificando, como uma avalanche destruidora”
Data: 31.05.1976
Data Tópica (local): Brasília (BSB)
Subscrição: Não tem
Atores envolvidos na criação do documento
Autor do documento: DSI, do Ministério da Educação e Cultura
Destinatário do documento: Reitor da UFF
Escritor: Não consta
Testemunhas envolvidas: Não tem testemunhas
Elementos externos do documento
Material: Suporte papel
Tipo de Escrita: Datilografada
Qualidade de Impressão: boa
Meio de Registro: Analógico e Digital
Selos e Sinais: Armas da República Federativa do Brasil; Carimbos da Divisão de Segurança – DSI, do Ministério da Educação e Cultura e do RSAs, Carimbo de documento Confidencial.
Elementos de Transmissão dos documentos
Pré-original
Original
Pós-original: documento original digitalizado
Informações complementares ou arquivísticas
Fundo produtor ou recebedor: ASI UFF
Série: Produzir documentos
Notação: CX. 18 – dossiê 04; Informação 052 SICI 1 DSI MEC 76
Quantidade de páginas: 08 páginas, da pag. 05 a 13 do dossiê

Figura 19 – Carta Aberta – (Manifesto)

CARTA ABERTA SEMANA DOS DIREITOS HUMANOS

No SHOW de abertura da Semana de Direitos Humanos, que contava com 20 dos mais expressivos nomes da MPB, tivemos o testemunho vivo e real de agressão às Liberdades de organização, expressão e manifestação o que só ressalte a justiça da própria SEMANA.

O Show foi proibido e o DCE cercado pela Polícia Militar só deixando entrar a diretoria.

Impossibilitados de ingressar na entidade, os estudantes e artistas, começaram a partir das 18:30hs a se dirigir para o ICHF-UFF onde seriam discutidas alternativas a serem tomadas. No ICHF, todos esperavam os demais colegas quando souberam que as aulas da noite na universidade tinham sido suspensas e que seriam fechadas as portas. Todos se mantiveram no pátio e os que saíam das aulas iam se agregando, quando às 19:30hs a escola viu-se invadida por um batalhão de choque armados de revólveres, escudos e cassetetes em posição de agressão aos presentes. Fato este que só não ocorreu devido à pronta intervenção dos colegas do DA ICHF que colocaram a nossa posição de não aceitar a provocação e que saíssemos ordenadamente ao que todos assumiram numa prova de coesão e maturidade. Enquanto isto as pessoas ainda chegavam para o Show e mantinham-se unidas em frente ao DCE apesar do cerco policial, onde a mesma colocação foi feita pelos representantes estudantis e que todos se encaminharam sem parar para pegar a barca das 21:30hs. Ao chegar no Rio, cerca de 500 pessoas foram recepcionadas por outro choque da PM que deteve momentaneamente 3 colegas mas ante a nossa união não houve maiores problemas.

Toda esta situação, que objetivava criar o tumulto e o temor foi rechaçada pela união e encaminhamento único com que foram assumidas as decisões colocando todo o aparato policial numa posição infantil e ridícula.

Estes fatos só ratificam as posições tiradas na reunião geral de sexta (31/10) que contava com 600 pessoas onde seriam analisadas as pressões que a SEMANA vinha sofrendo em contrapartida ao apoio que vem recebendo de várias entidades, jornalistas, advogados e representações estudantis de todo o país (Os 35 000 alunos e professores em greve na USP apoiam e divulgam a Semana, apoio referendado pelo DCE e DAs da Universidade Federal da Bahia e de outros estados).

Nesta reunião ficou decidido :- apoio incondicional à Semana e manutenção de suas atividades - Apoio irrestrito ao DCE UFF que já naquela época sofria pressões inclusive com perspectivas de fechamento. - Solidariedade aos colegas da USP.

Os estudantes do Grande Rio compreendem este fato irresponsável das autoridades policiais não como algo isolado, tendo em vista os acontecimentos que levaram à morte de Vladimir Herzog em SP e a consequente greve da USP, assim como o cerco às faculdades da UFGA, censura à imprensa, proibições de reuniões etc...

Conclamamos a todos a denunciar nas escolas mais estas arbitrariedades e que a realização da SEMANA DE DIREITOS HUMANOS prossegue através dessas próprias denúncias, debates e reuniões nas escolas.

Estes fatos servem para mostrar a justiça da proposição de realização da SEMANA na luta de todos os brasileiros pela LIBERDADE DE EXPRESSÃO E ORGANIZAÇÃO E PELA ANISTIA GERAL.

SEMANA DE DIREITOS HUMANOS -3 a 7 de Novembro

Quadro 17 - Documento 5 – Carta aberta (Manifesto)

Espécie documental : Carta
Tipo: Carta Aberta (Manifesto)
Categoria: Dispositivo, de correspondência, ascendente.
Categoria de Sigilo: Confidencial
Natureza do ato: Público (por ter sido coletado) mas foi produzido de forma privada
Elementos Internos do Documento
Língua: Português
Estilo de linguagem: Coloquial
Protocolo inicial
Título: Semana de direitos humanos
Assunto: Semana de Direitos Humanos, Liberdade de expressão, organização, anistia geral; show proibido
Titulação: -----
Destinatário(s): Estudantes universitários; sociedade
Saudação:
Texto:
Preâmbulo: [...] O DCE foi cercado [...] [...] A escola viu-se invadida por um batalhão de choque, armados de revólveres, escudos e cassetetes em posição de agressão aos presentes [...]
Exposição:
Notificação:
Dispositivo: “Denunciar nas escolas mais estas arbitrariedades”
Sanção: ----
Corroboração: “ Estes fatos servem para mostrar a justeza da proposição de realização da semana na luta de todos os brasileiros pela liberdade de expressão e de organização e pela Anistia Geral”
Anúncio dos sinais de validação: Não tem
Protocolo Final ou Escatocolo
Precação:
Saudação final:
Data: 05 a 07 de novembro 1977
Data Tópica (local): DCE
Subscrição: Não tem
Atores envolvidos na criação do documento
Autor do documento: Diretório Central dos Estudantes – DCE
Destinatário do documento: Estudantes universitários
Escritor: Dirigentes e membros do DCE

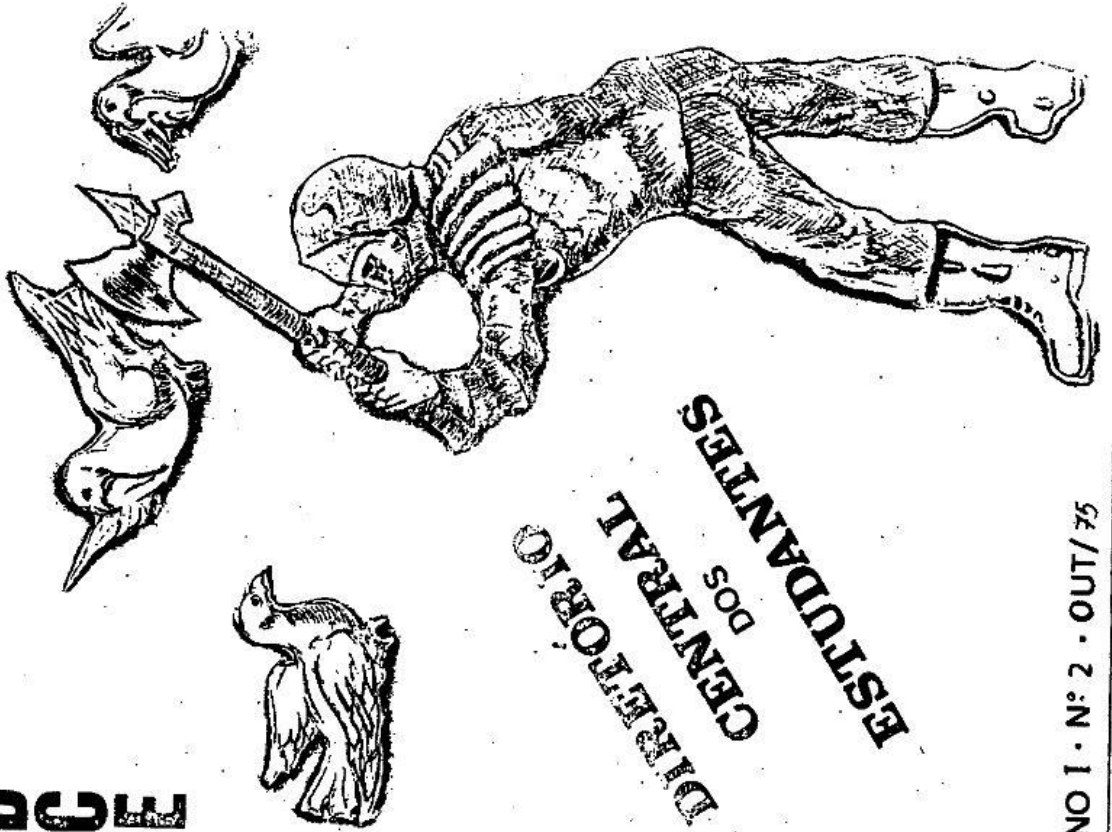
Testemunhas envolvidas: Não tem
Elementos externos do documento
Material: Impresso
Tipo de Escrita: Mecânica
Qualidade de Impressão: Legível
Meio de Registro: Analógico e digital
Selos e Sinais: Charges
Elementos de Transmissão dos documentos
Pré-original
Original
Pós-original: documento original digitalizado
Informações complementares ou arquivísticas
Fundo produtor ou recebedor: ASI UFF
Série: Coletar e acompanhar informações
Notação: CX.01; dossiê 10
Quantidade de páginas: 01; p.08

Os Boletins Informativos apresentam identificação apenas com determinados campos, pois não apresentam todos os elementos para Análise Tipológica, pois esta usualmente analisa documentos administrativos. Entretanto, em função do contexto de produção, dos documentos produzidos e recebidos pelo órgão produtor, de acordo o fundo documental e com o vínculo arquivístico, consideramos os jornais estudantis como fazendo parte do acervo da ASI, da UFF:

Figura 20 – documento 6 – Boletim Informativo do DCE - Movimento

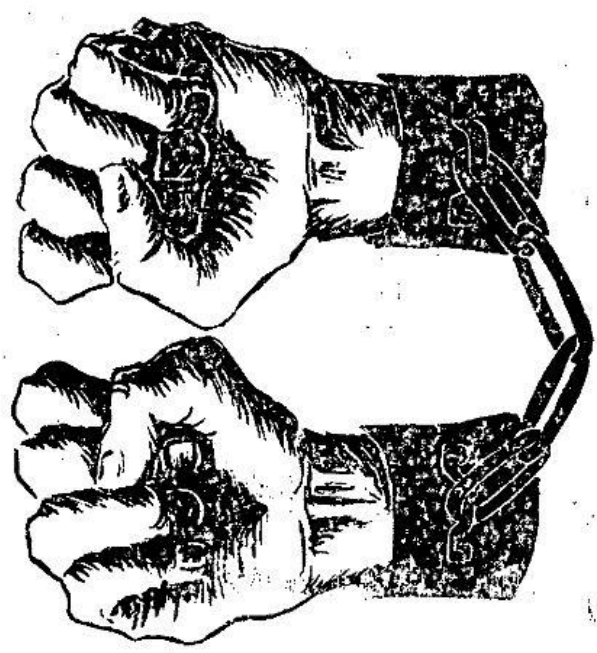
MOVIMENTO

DO



**ESTUDANTES
DOS
CENTRAL
DIRETORIO**

ANO 1 - N° 2 - OUT/75



A N I S T I A

**Preços do Petróleo árabe
dólar/barril**

1950	1,71
1960	1,80
1965	1,89
1971	2,29
1972	2,48
1973	7,00
1974	11,65
1975	12,65
1976	11,50

OPEP



Em dezembro de 1970 a OPEP aumentou o imposto de renda no petróleo (55%) - feriu as 7 irmãs.

Muitas das peças de petróleo são exploradas pelas 7 irmãs.

SE PREOCUPAR

Brasil, em milhares de metros cúbicos

	consumo	produção	importação
1969	27.750	10.170	
1970	29.432	9.685	
1971	32.793	10.114	
1972	35.224	9.950	
1973	44.451	10.102	34.349
1974	48.000	10.220	37.780

COM ESTES
PROBLEMAS
OU ELES
NÃO O
AFETAM ?

Desinvestimentos da Petrobrás em exploração e pesquisa em % relativa ao total de investimentos da empresa.

De 1965 a 1974 - 34,47%; 29,63%; 33,49%; 37,51%; 37,7%; 29,68%; 18,08% (1971); 21,80%; 29,50%; 27,00%

QUEDA DE INVESTIMENTOS.

O Brasil gasta cerca de 8 a 9 milhões de dólares por dia em importação de petróleo

E, por todo este tempo, esteve incentivando as redevias em detrimento das ferrovias e vias marítimas.

Artigo 169 da Constituição :

A pesquisa e lavra do petróleo no território nacional constituem monopólio da União.

SERÁ QUE OS CONTRATOS DE RISCO VÃO DAR EM "Impeachment" ??????????

Afonso Arinos, jurista brasileiro, já se manifestou :

" Os contratos de risco SÃO ILEGAIS E INCONSTITUCIONAIS".

ARTIGO XIX. *Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão. Esse direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.*

Para contrabalançar uma tecnocracia crescente, torna-se necessário criar formas de democracia modernas, que não somente proporcione a cada homem a possibilidade de se informar e de se exprimir, mas também que o leve a comprometer-se numa responsabilidade comum. (Paulo VI. Carta Apostólica *Octogésima Adveniens*. 1971).

Toda pessoa deve ter o direito de expressar suas convicções religiosas, éticas e políticas. Isto é especialmente importante para os que pertencem a grupos minoritários. (Declaração da II Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas. Evanston, 1954).

ARTIGO XX. *Todo homem tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.*

Da sociabilidade natural da pessoa humana provém o direito de reunião e de associação, bem como o de conferir às associações a forma que aos seus membros parecer mais idônea à finalidade visada e de agir dentro delas por risco e conta própria, conduzindo-as aos almejados fins. (João XXIII: Encíclica *Pacem in Terris*. 1963).

Formas de associação dentro da sociedade, com seus próprios fundamentos e princípios, demandam proteção e não controle estatal em sua vida interna. Igrejas, famílias e universidades são exemplos diversos deste tipo não-político de associação. (Declaração da II Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas. Evanston, 1954).

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA

No momento em que os jornais divulgam os desrespeitos cometidos pelos órgãos de segurança ferindo o Art. V da Declaração dos Direitos Humanos "Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante", nada mais justo que se apoie o Movimento Feminino pela Anistia em sua luta pelo estabelecimento das liberdades democráticas no país.

É justo que tomemos essa luta como nossa, pela anistia irrestrita de todos os presos políticos, incluindo os exilados que estão privados do uso dos direitos políticos em nosso convívio, quando a liberdade oprimida luta por florescer.

A lista em prol da Anistia de todos os presos políticos, encabeçada por Terezinha Zerbine, com apoio do Movimento Feminino já conta com milhares de assinaturas. Tem do já uma contagem com 12 mil assinaturas, sido encaminhada à presidência do país.

ARTIGO V. *Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.*

Se um ladrão ou um saltador é apanhado e nega aquilo de que o acusam, afirmas entre vós que o juiz deve quebrar-lhe a cabeça a pancadas e atravessar-lhe as ilhargas com pontas de ferro, até que ele confesse a verdade. Isso não o admite nem a lei divina nem a humana. A confissão não deve ser forçada, mas espontânea. Não deve ser extorquida, mas voluntária. Se acontece, enfim, que depois de ter infligido tais penas, não descobris nada daquilo de que culpais o acusado, não tereis vergonha ao menos nesse momento e não reconhecereis quão ímpio foi o vosso juízo? Do mesmo modo, se o culpado, não podendo suportar tais torturas, confessa crimes que não cometeu, quem, pergunto eu, fica com a responsabilidade de tal impiedade senão quem o constrangeu a essa confissão mentirosa? Mais. Todo mundo sabe que se alguém diz com a boca o que não tem no espírito, não confessa, finge. Abandonai tal procedimento. Amaldiçoai do fundo do coração o que tivestes a loucura de praticar até agora. (Nicolau I, Papa. *Responsa ad consulta Bulgarorum*. Ano 866)

ARTIGO XXII. *Todo homem, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade.*

Faz-se mister que os poderes públicos se empenhem a fundo para que ao desenvolvimento econômico corresponda o progresso social e que, em proporção da eficiência do sistema econômico, se desenvolvam os serviços essenciais... Também é necessário que se esforcem por proporcionar aos cidadãos todo um sistema de segurança e previdência sociais, a fim de que não lhes venha a faltar o necessário a uma vida digna... Requer-se que todos possam participar dos bens da cultura de maneira proporcional a suas condições. (João XXIII: Encíclica *Mater et Magistra*. 1961).

**DECLARAÇÃO
UNIVERSAL
DOS
DIREITOS
HUMANOS**

7 IRMÃS

Os EUA se dispõem a gastar 100 milhões de dólares para resolver seu problema energético.

Os EUA dependem de cerca de 1/3 de seu consumo de energia



5 das sete irmãs têm sede nos EUA

Áreas com grandes possibilidades de ter petróleo — Carajás, no Rio Trombetas; a Plataforma Continental; a Foz de Rio Amazonas; (a primeira já entregue às multinacionais).

As 7 irmãs — Mobil, Gulf, Texaco, Shell, British Petroleum, Exxon — são responsáveis, em 1972, por mais de 70% da produção mundial de petróleo. O poder destas empresas caiu de 87,1%, em 1953, para 70,9%, em 1972.

DEVE O UNIVERSITÁRIO

INCONFIDÊNCIA

INCONFIDÊNCIA



O Brasil importa cobre, ouro, prata, fertilizantes, alumínio, e petróleo.

A DÍVIDA EXTERNA DO BRASIL É DE MAIS DE 20 bilhões de dólares.

Após o contrato de risco, o crédito no exterior aumentou



O PETRÓLEO É NOSSO

Lei 2004 - institui o monopólio estatal do petróleo. (3/10/1953)

LIBERDADE DE EXPRESSÃO
AMPLA PARTICIPAÇÃO POPULAR

CONTRATO DE RISCO

Permite a participação estrangeira nos lucros da produção - quebra o monopólio.

Vivendo sob a mesma política educacional, os problemas estudantis, embora que apresentando-se com características diferentes de faculdade para faculdade, são, no fundo, os mesmos.

É o 477 e as normas que tentam impedir a livre expressão estudantil, na defesa de suas reivindicações



dos, sua resolução é também coletiva. Com este fim vários cursos têm se reunido em encontros nacionais e regionais, buscando também levar teses elaboradas e discutidas pelos alunos. Desta prática, não só dinamiza-se a Faculdade,

O baixo nível do ensino, reflexo da dita política educacional (com a implantação da reforma universitária). A elitização, manifesta pela jubileação, taxas e anuidades. E, após a faculdade, a concorrência em um mercado de trabalho, normalmente saturado, além dos estágios e congêneres.. Sendo os problemas comuns a to-

pena-se e discute-se teses, como troca-se experiências.

E, neste ano tivemos exemplos de encontros nas áreas de Medicina, Economia, Engenharia, Física, Administração, Arquitetura e Farmácia. Por outro lado, a Faculdade de Comunicação da UFRJ lançou um jornal dos alunos "GERAL" nota divulgando que entre 20 e 25 de outubro realizará uma Semana de Comunicação, reunindo, em mesa redonda, estudantes e professores de diversas faculdades, para debater os problemas de ensino e estudo de Comunicação.



**TODO APOIO AOS ENCONTROS
ESTUDANTIS**

ESTA AULA DE PROBLEMAS BRASILEIROS:

PARA QUÊ?

Durante o primeiro semestre de 75, recebemos várias queixas com relação às aulas de Problemas Brasileiros.

Algumas delas com relação à falta de objetividade e maneira como são dadas.

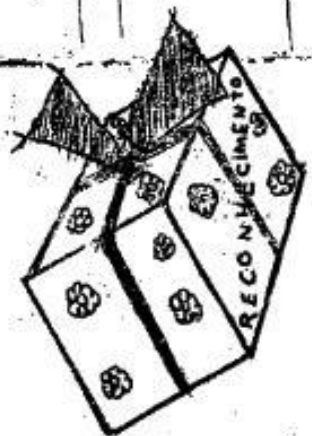
A fragilidade curricular tem uma estreita ligação com a falta de liberdade de expressão vigente e relação com as pessoas convidadas, sem um mínimo conhecimento de didática e que muitas vezes devido a isto ou a brincadeiras e perguntas maldosas ou debochadas, chegam a agredir a turma, onde surgem as reclamações e protestos plenamente justificados. Damos exemplo disso quando um convidado perguntou à turma se conheciam um "CRONOGRAMA e o Fundo de Garantia e ainda insinuou que a obrigação do S. Social seria obrigar que os moradores de conjuntos do BNH pagassem suas prestações em dia, caracterizando também o total desconhecimento do S.S. por uma pessoa que vem de certo modo "dar aulas" para o curso de S. Social.

D.A. DE SERVIÇO SOCIAL - UFF

TRANSCRITO DO JORNAL "A VOZ DO DAMK"



EI, GAROTO, O QUE ELES ESTÃO ENSINANDO A V



Na última reunião sobre reconhecimento de curso realizada na Faculdade de Economia da UFF, compareceram a maioria dos DAs destas cursos e mais de 100 alunos.

ALUNO DE
ARQUITETURA
DA UFF ESPE
RANDO O RECO-
NHECIMENTO
CAIR DO CÉU



Recebemos uma comunicação dos estudantes da UFBA relatando os últimos acontecimentos na sua Universidade onde, em protesto contra o baixo nível de ensino e contra o jubileamento, entraram em greve as seguintes faculdades: Instituto de Geociências (Geologia e Geografia), Faculdade de Arquitetura, Faculdade de Ciências Econômicas (Econômica e Contábeis), Escola Politécnica (Engenharia Civil, Mecânica, Elétrica e Química) e Faculdade de Administração.

Em virtude disso, e por nos solidarizarmos com a luta dos colegas, decidimos enviar-lhes a seguinte moção de apoio:

Tendo tomado conhecimento dos últimos acontecimentos na

UFBA, através da imprensa e da correspondência enviada pelos colegas, os estudantes do Grande Rio resolveram se solidarizar com os estudantes baianos reunidos em assembleia permanente a mais de dez dias nas unidades, onde ocorre a paralização das aulas.

Consideramos, que o problema hoje vivido pelos colegas, jubileamento e baixo nível de ensino, não é um fato isolado. Na UFRJ, inúmeras lutas tem sido travadas visando a saída dos professores mediocres, os currículos não correspondem à realidade e devido à inexistência de entidades representativas muitas vezes iniciativas dos alunos como conferências, palestras ou mesmo o simples di-

reito de reunião é negado (na UFRJ). Fato semelhante vem ocorrendo na UFF, onde alunos tem se reunido pela melhoria do ensino, na UERJ, onde os estudantes tem sido sistematicamente cerceados nos seus direitos de reunião e associação (desde 83, seus DAs estão fechados) e na PUC onde o problema do jubileamento começa a se colocar na ordem do dia.

Assim sendo, a luta que hoje travam os estudantes baianos, é a luta de todos os estudantes brasileiros pela resolução de seus problemas.

— TODO APOIO AOS ESTUDANTES BAIANOS EM ASSEMBLEIA PERMANENTE —

A NOTA ACIMA FOI ASSINADA POR 25 ENTIDADES E REPRESENTAÇÕES

ESTUDANTIS DA UFF, PUC, UFRJ.

MOBILIZAÇÃO

O PROCESSO CONTINUA

Na ICH, o currículo elaborado pelo coordenador do curso de História pretendia acabar com o turno da manhã e noite, instituindo o horário integral (4 anos) (24 horas), dificultando os alunos que trabalham e elitizando mais o ensino.

Após plebiscito em que 93,4% dos alunos apoiaram a proposta dos representantes estudantis — 20 h em 4 anos, com a participação na reformulação do currículo — o DA encaminhava esta proposta à direção da Faculdade, que se negou à discussão.

Hoje, com a reformulação da proposta inicial de coordenação, os alunos estão submetidos a um currículo de 20 horas em 3 anos, agravando-se pelo critério de pré-requisito que estenderá o curso, sem melhorar o nível de ensino.



VESTIBULANDOS
BOLETIM DA FIELECA
FEA - UFRJ



Processos semelhantes vem ocorrendo na Comunicação. No 1º semestre a diretoria havia prometido discutir o currículo com os alunos. Isto não se deu. A reformulação feita nas férias impediu a participação estudantil.

Após reuniões e discussões em turma, o DA tem buscado a paralização do processo de aprovação do mesmo, objetivando participar de sua elaboração e obter um currículo condizente com seus interesses.

Outro exemplo vem da Faculdade de Serviço Social onde os estudantes conseguiram influenciar nas conclusões da administração, obtendo algu-

ENSINO

E... NAS ELEIÇÕES

OS DIREITOS DO HOMEM E O MDB

O homem é fim e não meio do Estado. O Estado existe para o homem, para promover seu bem-estar e sua segurança. O homem não é mera peça do Estado: é o seu fim, sua razão de ser.

Primeiro surgiu o homem, depois o Estado. O homem é anterior ao Estado.

O homem criou o Estado, não foi o Estado que criou o homem. Por isso, o Estado não pode voltar-se contra o homem, seu criador, para esmagá-lo, perseguí-lo, torturá-lo, explorá-lo, extorquir-lhe dinheiro sob a forma de impostos exagerados ou insuportáveis, atribuir-lhe salário de fome. O Estado-robô, o Estado-Frankstein, o Estado-Leviatã, que agride ou destrói o homem, seu criador, é um monstro que trai suas próprias origens. É o Estado totalitário. É a tirania. Não é o Estado democrático. Seu fim é catastrófico e sangrento, como sucedeu com os Estados nazista, fascista ou talitarrista japonês em 1940.

O Estado não pode, a não ser por arbitrio ou prepotência, tirar a vida ao homem; privá-lo ilegalmente da liberdade; impedir seu direito de ir, ficar e vir; condená-lo, a não ser por Tribunal competente, em audiência pública, com pleno direito de defesa e respeito à sua integridade física; não pode torturá-lo, humilhá-lo ou constrangê-lo, mesmo quando preso, pois nas Nações civilizadas o "reú é coisa sagrada"; proibi-lo de pensar ou punir por dizer o que pensa, responsabilizando-o se fizer mau uso dessa prerrogativa; deserdá-lo do pronto e eficaz remédio legal contra detenções arbitrárias, que é o "habeas-corpus"; subtrair o direito que todo homem tem à informação, a saber o que ocorre e se diz em sua cidade, em seu País, ou no mundo, o que é impossível com a censura à imprensa, ao Rádio, à Televisão, ao Cinema, à música, a qual é mais uma agressão aos cidadãos do que às empresas que exploram tais meios de comunicação; impedir que o cidadão, com seu voto direto e secreto, participe da investidura nos cargos do Executivo e do Legislativo, para que os governos

TESE N.º 13: LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO
RELATOR : PAULO BROSSARD DE SOUZA PINTO

1. A liberdade de associação constitui direito fundamental no sistema democrático, sem sujeição a medidas que o desfigurem ou lhe frustrem os objetivos legítimos;
2. Dentro dos princípios consagrados na Constituição, ninguém pode ser privado de seus direitos, como membro de qualquer associação regularmente instituída, por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política;
3. A intervenção estatal em sindicatos e associações profissionais, compromete a liberdade sindical e profissional, constituindo abuso a preceitos claros da Constituição.

2



3



sejam livremente consentidos e não impostos; cumprir seu dever de pais a todos os filhos, oportunidade de emprego com salário compatível com o custo de vida e seus méritos; privá-lo do seguro-desemprego, quando despedida, até que consiga nova colocação, para que sua família não sofra na miséria; deserdá-lo pela concentração das rendas nacionais, aumentando a opulência dos ricos e as privações dos despossuídos; hipotecar o País com empréstimos desproporcionais; transferir para o exterior centros de decisão da economia para desnationalização das empresas.

Na Carta da Organização das Nações Unidas, que o Brasil assinou com todos os povos da Terra, está dito no Preambulo e repetido em 6 artigos, que sem o efetivo respeito aos Direitos do Homem não haverá Paz, Justiça, Verdade e Desenvolvimento no mundo. Estes direitos estão relacionados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, também assinada pelo Brasil. Pelo seu teor cristão e fraterno, considera-se que depois da Santa Ceia, a conferência internacional na cidade de São Francisco, onde nasceu a Carta da ONU, foi a mais importante reunião para a Humanidade.

Mas de que valem estas Declarações e assinaturas se não forem honradas se houver prisões arbitrárias, torturas, miséria por salários e vencimentos de fome?

Tem havido crises sérias no relacionamento entre o MDB e o Governo, entre a Igreja e o Governo, entre a Imprensa e o Governo, entre a Ordem dos Advogados do Brasil e o Governo, entre a Juventude, artistas, intelectuais e o Governo. Porquê? Porque apesar da Declaração Universal dos Direitos do Homem e da existência de uma Comissão de Defesa dos Direitos do Homem no Ministério da Justiça, atentados de toda sorte foram impunemente perpetrados não obstante as denúncias da Oposição, da Igreja, da Ordem dos Advogados e de organismos internacionais; pedidos de audiência a autoridades não atendidos; acusações requisitadas pelo Congresso tenebrosas, a Imprensa impedida pela censura de tornar públicas as arbitrariedades. O MDB retirou-se no Brasil da Comissão de Defesa dos Direitos do Homem, por recusa a participar da farsa de denúncias não apuradas, que sequer podiam ser divulgadas pelo sigilo imposto às reuniões.

A penitência do Orden dos Advogados de Brasília, na que toca aos Direitos Humanos, ficou clara no discurso de presidente daquela Ordem, José Ribeiro de Castro Filho, que introduz no Anais da V Conferência Nacional da OAB (21 a 26/8/74).

CONCLUSÕES DE TESES

O tema central do encontro — **Direitos Humanos** — diz respeito a todos os cidadãos e não apenas à nossa classe.

No ano, que se seguiu à data, em que se comemorou a passagem do 25.º aniversário da assinatura, em Paris, da Declaração Universal dos Direitos do Homem e quando, em nossos dias, a violência e todo seu cortejo se amplia, assumindo proporções alarmantes, o tema se impunha no propósito de, através da pregação e da divulgação, conscientizar a Nação de que não basta declarar o direito, inserindo-o em documentos internacionais e constituições.

Impõe-se, dizíamos nós, a coexistência, ao lado dessas proclamações, das chamadas garantias constitucionais que deveriam e devem ser intocáveis, a modo de serem acionadas a qualquer instante, frente à ameaça ou a consumação do ato lesivo.

Divulguemos os direitos fundamentais do homem até que eles, integrando a sua consciência, se transformem em norma definitiva de conduta dos governantes e governados, das maiorias e das minorias.

Os direitos fundamentais do homem devem independender das circunstâncias e das posições. Quando assim for, haverá paz sobre a terra.

V CONFERÊNCIA NACIONAL DA OAB

2. A liberdade de livremente manifestar o pensamento é uma indispensabilidade, um direito que a todos deve ser assegurado, facultando-se-lhes todos os meios para manifestar o pensamento e que vão desde a palavra até os mais sofisticados processos que atualmente permitem sua transmissão, a de escritos ou a de imagens.

3. Em nenhuma hipótese o "direito à manifestação do pensamento" pode ser cerceado e ilegítimas são todas as medidas nesse sentido tomadas que, invariavelmente, destinam-se a impor determinadas idéias, proibindo o livre debate para assegurar permanência de espúrios regimes de força.

6. Que o direito de livre manifestação do pensamento é a melhor forma para apurar a verdade ou inverdade do pensamento, político, dele extraindo as partes úteis que rejeitam-se a qualquer processo tentem escravizar os concidadãos, privando-os dos benefícios materiais ou espirituais a que tenham direito.

7. A Segurança Nacional tem sido invocada para estabelecer restrições ilegítimas e arbitrarias ao direito de manifestação do pensamento;

8. A liberdade de imprensa é de suma importância na luta pelos direitos humanos e em sua defesa e proteção, sendo necessário que cesse imediatamente o atual regime de censura à imprensa inteiramente à margem da lei.

1. O "direito à manifestação do pensamento" é corolário lógico e indispensável de liberdade de pensar, e essencial à defesa dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

4. Que somente regimes políticos militares ou os seus apologistas é que sustentam, pregam e praticam as mais variadas e arbitrarias restrições ao direito de livre manifestação do pensamento.

5. Que o direito de livre manifestação do pensamento é liberdade fundamental em todos os Estados democraticamente organizados e só ele dignifica o homem e permite que promova através do livre debate de todas as idéias e sem temores de quaisquer espécie ou natureza.

RELATOR
TESE N.º 8:
DIREITOS A MANIFESTAÇÃO DO
PENSAMENTO
HARRYBERTO DE MIRANDA JORDÃO

EDITORIAL

SEMANA DE DIREITOS HUMANOS

O Diretório Central dos Estudantes que representa o conjunto dos estudantes da universidade, perdeu sua representatividade e autonomia com a imposição de eleições indiretas (Reforma Universitária) e da submissão a burocracia da universidade (Lei Suplicy) que através de suas normas manda e desmanda no órgão que busca expressar e unir o conjunto dos nossos integrantes. O mesmo sucede com os Diretórios Acadêmicos, sendo que estes permanecem com eleições diretas mas com o absurdo de só poderem ser eleitos aqueles que não estão cumprindo reprovação.

Quando os estudantes reivindicam aulas, reconhecimento dos cursos, ensino público e gratuito, novos currículos com participação direta dos estudantes, aumento de verbas para educação, se encontram cerceados para fazê-lo, porque os cartazes, avisos, murais que convocam as reuniões para discutir e tomar medidas são arrancados, são proibidas as entradas em salas, as assembleias.

É quando nos expressamos pelo mais elementar direito do homem que é sua liberdade de pensamento, discussão e reunião e que constatamos as restrições e represálias a que nos submetem, seja com ameaças de 477, com proibições de discussões ou com a prisão de colegas.

Isso constatarem os colegas das diversas faculdades que querem se fazer ouvir, serem participantes das discussões que lhes cabe respeito. Aconteceu aos colegas do ICHF (Ciências Sociais e Filosofia) quando da paralização das aulas a noite com Assembleia (dia 14/10) para discussão do currículo; aconteceu aos colegas da Comunicação quando do Abaixo-assinado para conseguirem a sala de seu Diretório e quando da discussão do currículo; aos de Serviço Social por lançarem um jornal (fato que não é inédito) pois quase todos os DAs tem jornal e conseguem manter pelo apoio de todos) aos colegas da Medicina quando da Passeata pelo estágio remunerado e melhor atendimento médico a população; aos de Arquitetura e Economia quando da Assembleia por estarem sem professores e por estes não serem contratados pela reitoria levando-os a darem aulas de graça e aos colegas de Engenharia na sua luta por conseguirem mais vagas questionando a matrícula condicional.

Se olharmos para a sociedade como um todo veremos que as situações se repetem de forma idêntica pois a causa provem da mesma fonte. São advogados que são pressionados por defenderem presos políticos, o partido da oposição consentida (MDB) tem seus membros presos, a prisão de operários que lutam pela autonomia sindical, buscando com isso as defesas dos reais interesses de sua classe, a igreja, devido a sua posição assumida em favor das liberdades democráticas, de modificações no campo da economia (como por exemplo a proposta de reforma agrária contida no documento dos Bispos do Centro-Oeste), tem sofrido cerceamento que vão desde a censura a órgãos oficiais desta entidade (censura prévia ao jornal "O São Paulo") até a prisão de alguns de seus membros.

Por todos esses fatos e ratificando nossa Carta Plataforma APOIAMOS E NOS UNIMOS AOS ESTUDANTES E REPRESENTAÇÕES ESTUDANTIS DA UFRJ, UERJ, FEFIEG E PUC NA SEMANA DE DIREITOS HUMANOS

Quadro 18 - Documento 6 – Boletim Estudantil DCE Movimento

Espécie documental : Boletim
Tipo: Boletim Estudantil do DCE
Categoria: .Informativo
Categoria de Sigilo: Confidencial
Manchetes e matérias: Anistia; Movimento; OPEP – se preocupar com estes problemas ou eles não te afetam; Os direitos do homem e o MDB; Conferência Nacional da OAB; Esta aula de problemas brasileiros para quê; Conclusões de Teses
Natureza do ato: Público * considerando que foi documento de natureza privada incorporado a órgão público.
Elementos Internos do Documento
Língua: Portuguesa
Estilo de linguagem: Coloquial
Protocolo inicial
Título: Movimento
Assunto (s): Conferência: Direitos Humanos no Brasil de Hoje; Show – Música Popular Brasileira; Conferência – Liberdade de Expressão e Organização na Universidade; Teatro.
Titulação: Membros dirigentes do DCE
Destinatário(s): Comunidades de estudantes universitários
Saudação:
Texto
Preâmbulo: Reforma Universitária; política de Ensino; Manifestação, Eleições
Exposição:
Notificação: Deve o universitário se preocupar com eles ou estes problemas não os atingem
Dispositivo: Informar aos estudantes sobre situação das universidades, direito à manifestação; Semana de Direitos Humanos.
Sanção: ----
Corroboração: Editorial sobre Direitos Humanos
Anúncio dos sinais de validação:
Protocolo Final ou Escatocolo
Precação:
Saudação final:
Data: 1975
Data Tópica (local): DCE
Subscrição: Não tem
Atores envolvidos na criação do documento
Autor do documento: Diretório Central de Estudantes – DCE
Destinatário do documento: Estudantes universitários
Escritor:

Testemunhas envolvidas: Não tem
Elementos externos do documento
Material: Impresso
Tipo de Escrita: Mecânica
Qualidade de Impressão: Legível em algumas páginas do boletim, havendo uma delas com nitidez razoável.
Meio de Registro: Analógico e digital
Selos e Sinais: Charges e ilustrações: uma ilustração com punhos fechados e acorrentados; personagem que afirma: “ Eu pensei que tivesse liberdade de Expressão” O outro personagem responde: “ Desde que você não os contrarie”; figura de dois macacos, sendo que um tampa os ouvidos e outro a boca; “ Reforma é como gripe, ninguém vê mas todo mundo sofre” e etc.
Elementos de Transmissão dos documentos
Pré-original
Original
Pós-original: documento original digitalizado
Informações complementares ou arquivísticas
Fundo produtor ou recebedor: ASI UFF
Série: Coletar e acompanhar informações
Notação: CX. 01 ; dossiê 01
Quantidade de páginas: 10 págs.; de 01 a 13

Figura 30 Documento 7 – Boletim Informativo DCE

Boletim DCE
maior
para o ensino
suplementação já!

A DFF NÃO SERÁ UMA FUNDAÇÃO.

DCE FERNANDO S^o CRUZ

VENHA AS ELEICOES!

Como acontece todos os anos, nesta época, escolhemos a nova diretoria do DCE e de quase todos os DA's. É, tradicionalmente, um momento importante do movimento da nossa universidade. Todos nós, formando chapas ou optando entre elas, participando desse processo. Baseados na experiência que tivemos, naquilo que acreditamos, fazemos a escolha da chapa que melhor nos representa. As eleições serão nos dias 10/11 de junho. Esta marcada uma convenção para formação de chapas que concorrerão as eleições do DCE no dia 10/11. Lá aprofundaremos as visões, os programas e poderemos ter mais clara uma opção para as eleições. PARTICIPE DO PROCESSO DE ELEICOES!

TODOS A

CONVENÇÃO DO DCE

26/05, 19h no ICHF

ELEICÃO: 10/11 jun.

Não tem vez ressur e a união do ensino pago!

A proposta vem do MEC que, a exemplo do projeto Fortela (fortelão) de 1979, pretende criar um fuso consuntivo da Universidade, cortando cada vez mais nossas verbas e avariando então com a proposta salvadora - transferir a Universidade federal em fundação - e aí, como num passe de mágica, apareceriam os recursos. Mas, de onde viriam estes "recursos"? Bem, uma parte através de convênios com empresas multinacionais e a outra do bolso dos estudantes. Simples, não?

Pode ser similares para eles. Não para nós, que há vários anos vemos diminuir a parte do orçamento federal destinada à educação (antes de 64 era de mais de 10% e hoje chega ao índice recorde de menos de 4%), levando o Brasil a ser o segundo país na América Latina a aplicar poucos recursos para a educação.

Que em consequência disto vemos crescer assustadoramente o número de "quitandas" de ensino que vendem tudo, até diplomas. Ao lado disso, o ensino público em nosso país que antes de 64 correspondia a 80% das universidades hoje está por volta de 20% e, segundo o MEC deve chegar a 0%.

O que o MEC vem fazendo durante esse tempo é aplicar a tática de "vir matando aos pouquinhos" e, de repente, dar o golpe final. Justamente por isso nossas verbas vem diminuindo ano após ano. Por exemplo, de 80 para 81 o orçamento da UFF não acompanhou a inflação, ficando assim reduzido em cerca de 40%.

Mas não vai ser fácil para o MEC! Toda comunidade Universitária esta unida para barrar o projeto. Vários reitores de Univ. Federais (inclusive o da UFF) já se manifestaram contra o projeto, a ANDES (Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior) também. E nós, estudantes, nacionalmente, através da UNE e, aqui na UFF, pelo DCE não vamos ficar parados. TODOS JUNTOS VAMOS BARRAR O ENSINO PAGO E CONQUISTAREMOS DO MEC SUPLENÇÃO DE VERBAS PARA NOSSA UNIVERSIDADE!

pauta de reivindicações

suplementação imediata p/uff

VERBAS

A.- Por melhores condições de ensino

1. Curso de férias valendo crédito;

2. Bibliotecas

* melhores instalações

* aumento do número de livros - toda biblioteca deve conter a bibliografia mínima de cada curso

* pela atualização dos fichários e publicação do catálogo de títulos;

3. Laboratórios

* melhores instalações

* equipamento mínimo para funcionamento;

4. CAMPUS

* liberação de verbas para sua construção, se por do as necessidades prioritárias da comunidade acadêmica.

* construção imediata de alojamentos.

B. Por melhores condições de alimentação

1. Brindejão

* aceleração das obras do bandedão do Brindejão

* reabertura dos bandedões fechados

* melhoria das instalações e na qualidade da comida

* aumento do número de pratos

* horários compatíveis com as nossas necessidades

* manutenção dos preços;

2. Cantinas

* rebaixamento dos preços

* acesso do DOE e dos DA's à sua fiscalização.

continua

C.- Democratização da Universidade

1. Desburocratização das instituições estudantis, referente à reitoria;

2. Participação estudantil nos departamentos com direito a voz e voto;

3. Representação estudantil de 1/3 nos órgãos colegiados;

4. Eleições diretas para reitor, diretores e demais cargos de poder da universidade;

5. Reconhecimento da UNE e da UNE/RJ.

D.- Verbas para a reconstrução do Prédio do DOE

VAMOS ENTREGAR Nossa PAUTA NA REITORIA

dia **26/05** às 15h.

CALENDÁRIO de ATIVIDADES

- * 26/05, 15h → concentração na reitoria
- * 27/05 → ida do dee ao MEC entregar, junto com a UNE, a posição dos estudantes.
- * 1º/06 → assembleia geral da uff
11h no VALONGOINHO
19h no ICHF
- * 4/06 → ato público no MEC, "Em defesa da universidade"

**TONOS JUNTOS
SOMOS FORTES!**

Proposta do dee:

Entendendo que a proposta do MEC é de implantar o seu projeto aprofundando a crise financeira da universidade, e nessa tarefa impedir que isso aconteça. E como? Assim como no ano passado o orçamento da uff não dura até o final do ano. O reitor já declarou que as verbas da uff acabam em agosto; e, caso não venha a suplementação a universidade fecha ou é implantada a fundação. Portanto devemos pressionar o MEC para que a uff receba uma suplementação de verbas que permita, no mínimo, o funcionamento já precário da nossa universidade.

Mas devemos ter claro que a SUPLEMENTAÇÃO não basta para que a uff funcione de acordo com as nossas necessidades. No ICHF, falta papel; na Medicina, já é velha a revidicação de mais cadáveres. Na química, falta gás para os laboratórios e vai por aí. É preciso que cada escola saiba quais são seus principais reivindicações e que organizemos também as mais imediatas necessidades da universidade. O DEE, baseado nas experiências das diversas escolas construiu uma pauta mínima de reivindicações mínima a ser discutida e aperfeiçoada por cada um de nós. Com a nossa pauta pronta vamos entregá-la ao Reitor, numa grande manifestação na reitoria, reunindo o projeto de fundações, exlindo a suplementação e o atendimento das nossas reivindicações. No dia 1º de junho, numa Assembleia Geral da Universidade, já com a respostas do MEC e do Reitor, deliberaremos os novos rumos do nosso movimento. E, no dia 4/6, conforme posição tirada pela UNE faremos um ato público no MEC em defesa da universidade brasileira.

É HORA DE SOMAR ESFORÇOS NA LUTA CONTRA O MESMO PAGO!

- NÃO AO PROJETO DE FUNDACÕES!
- PELA IMEDIATA SUPLEMENTAÇÃO DE VERBAS!
- PELO ATENDIMENTO DE NOSSAS REIVINDICAÇÕES!

Quadro 19 - Documento 07 – Boletim do DCE Fernando Santa Cruz

Espécie documental: Boletim
Tipo: Boletim do DCE
Categoria: .Informativo
Categoria de Sigilo: Confidencial
Manchetes e matérias: UFF Não será uma Fundação; Não ao ensino pago!; Todos juntos somos fortes; Suplementação de Verbas
Natureza do ato: Público* Em função da documentação ter sido incorporada a órgão público, mas produzida de forma privada.
Elementos Internos do Documento
Língua: Português
Estilo de linguagem: Coloquial
Protocolo inicial
Título: UFF Não será uma Fundação
Assunto:
Titulação: Dirigentes do DCE
Destinatário(s): Estudantes universitários
Saudação:
Texto:
Preâmbulo: Não ao Ensino Pago! Manifestos
Exposição:
Notificação: Não ao Ensino Pago
Dispositivo: Entregar pauta de reivindicações
Sanção: ----
Corroboração: Pelo atendimento de nossas reivindicações; Todos juntos somos fortes!
Anúncio dos sinais de validação: Calendário de atividade e entrega de pauta de reivindicações
Protocolo Final ou Escatocolo
Precação: Não tem
Saudação final:
Data: 1981
Data Tópica (local): DCE, Niterói
Subscrição: Não tem
Atores envolvidos na criação do documento
Autor do documento: Diretório Central dos Estudantes – DCE
Destinatário do documento: Estudantes universitários
Escritor: Dirigentes e membros do DCE
Testemunhas envolvidas: Não tem
Elementos externos do documento

Material: Impresso
Tipo de Escrita: Mecânica
Qualidade de Impressão: Legível
Meio de Registro: Analógico e digital
Selos e Sinais: Ilustração com a imagem representando alunos da UNE em manifestação
Elementos de Transmissão dos documentos
Pré-original
Original
Pós-original: documento original digitalizado
Informações complementares ou arquivísticas
Fundo produtor ou recebedor: ASI UFF
Série: Coletar e acompanhar informações
Notação: CX.12, dossiê 02
Quantidade de páginas: 04; p.06 – 09

6.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO E RELEVÂNCIA DE TERMOS DA ASI

Quando foi realizado um levantamento dos principais assuntos a partir de uma listagem das pastas, identificou-se a princípio alguns termos que eram notórios para o contexto da época, tais como, anistia, direitos humanos, documentos sigilosos. Dessa forma, aquele primeiro momento de levantamento dos assuntos, suscitou uma curiosidade sobre os temas ou assuntos relevantes para assinalar, referentes ao fundo documental da ASI UFF.

Houve uma preocupação com a metodologia prática da análise dos termos de forma qualitativa, com os conceitos de cada termo por assunto utilizado (relevância) na tese. Seleção do período, seção de amostragem de espécies documentais e termos para análise. Iremos nos utilizar de nuvens de forma comparativa de termos a partir de um aplicativo ou programa específico. É preciso entender que a substância do documento pode apontar para o conteúdo, fazendo um trabalho de indexação de termos neste momento, que revelem alguns dos assuntos mais relevantes. Podemos exemplificar com os dispositivos e os assuntos identificados nos documentos com o preenchimento desses formulários, que podem ser termos indexadores ou de palavras-chave, tais como:

Quadro 20 - Tabela de dispositivos e assuntos existentes nos documentos

Documento	Dispositivo	Assuntos
1. Informação Circular	Difundir instruções	Documentos de informação
2. Ofício Circular Recebido	Recomendar os determinados tipos de documentos de informação: Informação, Informe, Pedidos de Busca, Encaminhamento.	Documentos de informação
3. Aviso Circular Recebido	Enviar documento Política Nacional Integrada da Educação	Política Nacional Integrada da Educação
4. Informação Recebida	Combater o comunismo internacional no meio estudantil	Movimento estudantil no país
5. Carta Aberta (Manifesto)	Denunciar nas escolas mais estas arbitrariedades	Semana de Direitos Humanos, Liberdade de Expressão, organização, anistia geral, show proibido.
6. Boletim Estudantil do DCE	Informar aos estudantes sobre situação das universidades.	Conferência: Direitos Humanos no Brasil; Show Música Popular Brasileira, Liberdade de Expressão, direito à manifestação, Semana de Direitos Humanos.
7 Boletim Estudantil do DCE	Entregar pauta de reivindicações	Suplementação de verbas, Não ao ensino pago, UFF Não será uma fundação.

O trabalho por amostragem de assuntos (relevantes) será demonstrado por estas nuvens de termos assinalando algumas evidências e aspectos de relevância de termos existentes nos documentos, que nos levam a alguns discursos e informações. Assim, podem ser percebidos essas abordagens diferentes de forma comparativa, conforme essas nuvens de termos logo abaixo, podendo se verificar uma nuvem de termos indexados para o discurso dos alunos e outra para os termos indexados dos órgãos de repressão oficiais, como é o caso da ASI UFF MEC, e do SISNI.

Figura 35

Nuvem de termos indexados (relevância):
do ponto de vista dos estudantes universitários



Podemos perceber que existem termos (signos) com o mesmo significante, conforme a homonímia, na qual a grafia da palavra é igual, mas a significação (o sentido) é diferente de acordo com os microrrelatos, pontos de vista de cada segmento social analisados neste trabalho de pesquisa. Por exemplo, para os estudantes, o termo **subversivo, que é a relação do significante (elemento concreto) mais o significado** (sentido) tem a ver com a busca de uma melhor qualidade de ensino e da universidade. É curioso observar que na forma de entender do DCE, segundo Pietrani (2012) esta palavra no ponto de vista dos órgãos de repressão, considerava subversivo um Boletim que no conteúdo apontava para “aula de reposição nas férias” era considerada pelos milicos como uma perigosa ameaça para Segurança Nacional.” Constatou-se que nem tudo que era reivindicado pelos alunos configurava-se realmente como movimento subversivo. Para os órgãos de repressão o termo **subversivo** tem outro significado, um sentido relacionado aos estudantes com desvio de caráter, viciados em tóxicos, vagabundos, comunistas. Ver termos utilizados nas nuvens de termos foram extraídos dos documentos da amostragem de documentos, em especial do documento de número 4. Informação Recebida, de Combater o comunismo internacional no meio estudantil.

Outros assuntos e termos indexados também tiveram destaque para os estudantes, tais como: liberdade de expressão, libertação, resistência, manifestações estudantis, torturas, prisões, assassinatos, conclusões de teses, recursos financeiros, pautas de reivindicações, eleições, direitos humanos, etc. Para os órgãos de repressão os termos remetem para movimentos revolucionários, poder paralelo, inspiração comunista, doutrinação ideológica, partido político, e etc. Assim, verificamos como os termos podem ser reveladores de discursos e narrativas opostas e complementares, podendo ser exemplos de como podem haver questões interdisciplinares entre a Diplomática Contemporânea (Tipologia), a Arquivologia e a Ciência da Informação. Após todas estas reflexões nesta pesquisa, chegamos a algumas considerações finais conforme a seguir.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar deste não ser o foco principal desta tese, propomos um viés epistemológico de pesquisa, para discutirmos um pouco a noção de aspectos da materialidade do documento, do artefato documento que leva à autenticidade documental. Por extensão, analisamos o grau de evidência, o grau de sigilo dos documentos, a sinalização do documento como o próprio fato ou à sua representação, levando-o à produção de sentido por meio da linguagem, de sua apresentação formal por meio de fórmulas e normas de redação, que pode se constituir como um instrumento do poder dentro do campo do Estado e do campo burocrático.

As reflexões sobre o que são documento e informação de acordo com alguns pontos de vista de teóricos da Ciência da Informação, nos levam a pensar nas diversas acepções desses objetos de pesquisa, levando-nos a pensar no grande problema de identidade como uma área em construção. Desde abordagens administrativas, sociais, cognitivistas, tangíveis e intangíveis, preocupadas ou não com o suporte material da informação ou com a informação como signo, como representação social até àquelas consideradas físicas (materialistas) como a dos neodocumentalistas. É importante notar que há certa convergência de pensamento no que diz respeito ao aspecto de materialidade do documento e da informação, de uma dimensão como objeto tangível, os vestígios ou rastros dos documentos em Pomiam (2000), em Buckland (1991) “a informação como coisa”, em Briet (1951), na concepção de documento ligada ao fenômeno observado (ao referente), mas que o sujeito elabora outro objeto (o documento). Numa outra abordagem, Frohmann (1997) e Hjørland (2002, 2007, 2010) viram a informação dentro da perspectiva social, associando-a aos mecanismos de poder. No aspecto da Hermenêutica ver Capurro; Hjørland (2007) o conceito de informação associado às sociedades pré-existentes aos sujeitos, à linguagem cotidiana, como conhecimento comunicado e de grande importância na sociedade contemporânea.

Na Arquivologia, pode-se observar o aspecto da materialidade do documento em Menne Haritz (1994), no documento como o próprio fato social, em Bellotto o documento como objeto da Arquivologia, que tem valor de prova associado à autenticidade documental, que o distingue dos demais documentos e informações (2002, 2005, 2008, 2014). Na abordagem arquivística o(s) objeto (s) chamados de materiais, segundo BELLOTTO (2005, p. 5) como o documento, o conjunto documental, o Arquivo e o objeto intelectual, denominado de informação compõem este quadro para a nossa reflexão. Para a corrente canadense, no final

dos anos 1990, representada por Couture; Rousseau (1998) passou a chamar o objeto da Arquivologia como “informação orgânica registrada” ou “informação institucional”. Desta forma, vimos então uma maior proximidade dessa corrente de pensamento com a Ciência da Informação, que se interessa pela informação como objeto, por sistemas de informação e a associação com os desafios das Tecnologias da Informação e da Comunicação, difundindo um novo pensamento a respeito do seu objeto. Contudo, o que prevalece na literatura arquivística ainda é o valor de prova do documento, influenciado pela Diplomática, mesmo quando se trata do documento digital. Conforme DURANTI (1994, 2015) o que distingue os objetos documentos e informações na Arquivologia de outras áreas são os seus princípios de proveniência, ordem original, territorialidade, e os seus atributos de organicidade, autenticidade, cumulatividade, unicidade e imparcialidade.

De acordo com a Diplomática e Diplomática Contemporânea (a Tipologia), confirma-se esta materialidade e autenticidade documental, com seus critérios (categorias) de análise, do Protocolo, Texto e Escatocolo ou protocolo final, com os elementos internos e externos aos documentos, as características internas do documento: espécie, o dispositivo, o preâmbulo, os assuntos, os atores envolvidos – emissor e destinatário, titulação, título, local, data, data tópica; as categorias ou características externas do documento: tipo de suporte documental, linguagem, selos, carimbos, sinais especiais, subscrição. A autenticidade documental é comprovada por meio da utilização de análise pela Diplomática e pela Tipologia documental ao longo do tempo até os dias atuais. Destaca-se no desenvolvimento desta pesquisa, como os órgãos de repressão se preocuparam com a autenticação dos documentos pelos atores investidos de autoridade certificadora, de “fé pública administrativa” com relação aos documentos na alteração, classificação ou desclassificação de graus de sigilo dos documentos e ainda quanto à elaboração de inventários, seguidos da “destruição” sistemática de documentos sigilosos. A destruição de informações aparenta uma preocupação com o apagamento da memória da repressão e dos atos perpetrados contra a sociedade.

A noção de imparcialidade, que ainda é polêmica dentro do mundo acadêmico, dentro do aspecto técnico, conforme Jenkinson (1937), Duranti (1994) não há uma intencionalidade de produção documental na administração visando a memória do futuro. Além da visão desses autores, em Schellenberg (1980,2002), Bellotto (2005, 2008, 2014), Rodrigues (2010) e Camargo (2017) há uma concepção de sentido relacionada ao fundo documental, sua significação enquanto conjunto que mantém uma organicidade, na qual os documentos guardam relações de significado entre si, o seu contexto de produção, produzindo o tipo de

sentido arquivístico.

O documento é uma construção que deve ser desnaturalizada. Como também não existe conhecimento absoluto, “verdade”, existem “verdades”, interpretações dos diversos pontos de vista, inclusive de quem trata a informação, que também pode elencar os elementos mais importantes que considera no fundo documental.

A memória hoje pode ser considerada também um objeto da Arquivologia, na medida que, a concebemos de diferentes maneiras, tais como, a memória individual, coletiva, sensível, compartilhada, e etc, assim como nos relatam as novas correntes de pensamento da Arquivologia, tais como, Hedstrom, (2016), Eastwood; MacNeil (2016). O conceito de memória é sempre analisado do ponto de vista da historiografia, da Sociologia, das Ciências Sociais, mas podemos atribuir também à memória parte do corpo teórico da Arquivologia e não somente da história ou da historiografia; podendo ser vista juntamente com os Arquivos, o conjunto documental, o documento e a informação como objetos da Arquivologia. Arriscamos em falar sobre uma memória arquivística, da produção, tramitação, tratamento técnico e uso de documentos que ensejaram a memória de períodos de exceção no país. Além disto, Cook (2012) assinalou a sua preocupação com contextos semioticamente produzidos.

Os arquivos são locais de comando, controle e normas, de comando e poder, conforme o que nos contou Derrida (2000) sobre os arcontes na antiguidade clássica que interpretavam as leis, que possibilitam inquietações diversas. Em particular inquietação num momento em que tivemos que fazer a identificação de documentos em um fundo documental do período ditatorial brasileiro produzido na contemporaneidade. Além da origem do órgão produtor, nos deparamos com questões do contexto que está por trás do texto, de que forma de sentido podemos atestar as informações que lá existem. Constatamos as contribuições de correntes de pensamento, como a Pós-modernidade, com a desnaturalização do documento como uma construção social, como investimentos em estudos sobre memória nas suas diversas acepções. Contudo, reconhecemos as contribuições da Arquivologia Clássica, Shellenberg (1964) também tratou os arquivos como locais de comando, de poder, semelhantes ao domínio nas embarcações de forma metafórica. Por meio das técnicas arquivísticas (chamadas de atividades positivistas) os arquivistas podem promover também o desvendamento, a clareza e identificação das atividades e funções dos órgãos, investidas de sentidos no seu contexto de produção, nos atributos de organicidade ou inter-relacionamento dos documentos e no vínculo arquivístico; na classificação, avaliação, destinação final,

descrição até quando chega ao usuário ou pesquisador. O próprio Cook (2012) num de seus comentários afirma que o arquivista sempre procurou desvendar o contexto atrás do texto.

Lembremos que Otlet (1934) tratou da importância de uma rede de documentos administrativos, ou seja, documentos arquivísticos numa rede mundial de informações para a democratização da informação. Os sentidos atribuídos aos documentos e informações nos arquivos sigilosos estão relacionados com uma rede social e de forma específica com um conjunto documental (fundo) que produz e reproduz o sentido, em particular com relação aos acervos ditos sigilosos que foram classificados e desclassificados conforme seus graus de sigilo e as autoridades classificadoras. Existiu uma rede de informações, uma comunidade de informação e contrainformação no SNI, nos órgãos governamentais da administração direta e indireta, com DSIs e ASIS que detiveram determinado domínio de conhecimento, segurança da informação, voltado para o controle e vigilância como política e funções de estado, com terminologia própria, constituindo-se num domínio especializado de conhecimento de documentos de natureza sigilosa e necessidades informacionais próprias dos usuários do sistema. Houve uma política de estado voltada somente para a educação (poder), preocupando-se com o controle das ações estudantis e sua postura ideológica, cuja percepção dos órgãos de repressão estava associada aos movimentos comunistas internacionais, constituindo-se num determinado discurso institucional (memória governamental). Assim, como houve uma rede de informações do Diretório Central de Estudantes, num discurso de resistência (contrapoder) ao estado de opressão governamental também se constituiu num microrrelato, em memórias compartilhadas conforme seus segmentos sociais, numa linguagem com domínio próprio respectivamente.

Houve uma cultura do sigilo, mas simultaneamente criou-se uma cultura documental e informacional de produção de documentos, informações e de sentidos, de técnicas e processamento de documentos e informações, envolvendo funções e atividades arquivísticas dentro do Sistema de Arquivamento e Recuperação de Documentos e informações - SARDI, tais como: produção (modelos de documentos) conforme Anexo A e B, classificação conforme Anexo C, transferência de documentos, destruição de documentos de forma sistemática, entre outras atividades que nos levam a pensar numa cultura específica e especializada das comunidades de informação no SISNI, no SNI, nas DSIS e nas ASIS.

No Plano de Classificação de Documentos Sigilosos houve um controle da informação em todos os setores da sociedade, de aspectos geográficos, políticos, econômicos, morais,

militares, psicológicos, de imigração até aos educacionais. Destacou-se a classe 100, em detalhe a subdivisão 170, pois tratava de disciplinar e normalizar documentos relativos às práticas da moral e da opinião pública, importantes segmentos regulatórios; além dos cientistas e intelectuais, as cabeças pensantes, que foram vigiadas por meio da classe 500, que serviram ao controle e vigilância da moral, da comunicação e da (re) produção de sentidos. Cabe lembrar Schellenberg (1980, 2002) quando tratou da questão da substância para a identificação dos assuntos nos documentos e de como as técnicas da Biblioteconomia serviram para a Classificação na Arquivística. O estudo sobre este plano de classificação sigiloso é um dos aspectos desta pesquisa a ser desenvolvido posteriormente em novos estudos e artigos a serem produzidos na área de Arquivologia e Ciência da Informação.

Assinala-se a importância da análise documentária, na Biblioteconomia e a análise documental para a Arquivologia. A identificação, a análise Diplomática e Tipológica de documentos, se constituem como atividades basilares para o exercício do papel do arquivista como profissional e pesquisador para as diversas funções arquivísticas: Classificação, Seleção, Avaliação, Destinação, Descrição e Difusão de acervos.

Essa cultura do sigilo mencionada anteriormente, promoveu o discurso através do registro e a uniformidade de pensamento da comunidade de informações e contra-informações. Esse sistema de informação estabeleceu critérios e procedimentos normalizados de documentos que colocavam em xeque ou consolidavam questões relacionadas com características arquivísticas, tais como: a idoneidade da fonte e veracidade, categorias de sigilo, graus de sigilo, autoridades classificadoras e desclassificadoras de documentos sigilosos, tais como Presidente da República, Vice-presidente, Ministros de Estado e oficiais credenciados. Atualmente, existem alguns critérios contraditoriamente que permanecem nas normas governamentais, como os graus de sigilo e autoridades classificadoras e desclassificadoras de documentos, influenciando a Lei 12.527, de 2011, regulamentada pelo Decreto 7.724, de 2012, de Acesso a Informação, que hoje apresenta os graus e prazos de sigilo para documentos: Ultra-Secreto: 25 anos, Secreto: 10 anos e Reservado: 05 anos. Esta lei também se relaciona ao Direito à Informação e à Lei 12.528, de 2011, da criação das Comissões da Verdade em várias instâncias de poder, que propicia entre outras coisas, ações reparadoras para as vítimas dos excessos da ditadura, como alunos e professores das universidades, em tempos de justiça de transição no Brasil.

O Estado trata-se de um campo de poder que inclui diversos campos, inclusive o campo burocrático, de produção de domínio e violência simbólicos através das instituições, do capital simbólico, capital social, capital institucional, das administrações públicas e de seus representantes, que produzem e reproduzem problemas e sentidos sociais. Observou-se que publicações técnicas na área de documentação foram publicadas através da Fundação Getúlio Vargas e a USAID por autores como Samuel Jameson, do Sul da Califórnia dos EUA nos anos 1960. Esta publicação reuniu textos como o de Paul Otlet (1964), que se referiu aos documentos administrativos como de controle e comando. Constatou-se nesta pesquisa fatores da expansão imperialista norte-americana na formação de estudantes universitários brasileiros, para serem tecno-burocratas na modernização administrativa por meio desse convênio que interferiu na política educacional e universitária brasileira.

A contribuição deste trabalho também assinala que as correntes de pensamento da pós-modernidade não excluem totalmente outras formas ou correntes de pensamento, e que essas podem ser complementares, visando a contribuir para o esclarecimento e reflexão dos documentos de arquivo, como podemos pensar com relação às construções de memórias individuais e coletivas, memórias sensíveis, memórias compartilhadas. Por exemplo, a possibilidade da corrente de pensamento da Organização do Conhecimento pode ser compatibilizada com a corrente crítica da Ciência da Informação. Acreditamos que alguns critérios e funções, como por exemplo, da Classificação de Documentos Sigilosos, tenha tido a participação de profissionais bibliotecários e até de arquivistas na época ditatorial, de forma colaboracionista, pois tratavam de conhecimentos específicos das áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e até de Ciência da Informação, com a aplicação de métodos de trabalho voltados para documentos e informações até de forma precursora no Brasil. Criou-se um domínio de conhecimento a partir do SISNI, SNI, DSIs e ASIS por meio da análise das comunidades discursivas e de domínios de conhecimento citados por Frohman (1997) e Hjørland,(2002, 2007, 2010) questões voltadas para aspectos sociais de hermenêutica em Capurro, (2007, 2014) e com critérios próprios de relevância (por assunto), conforme citado anteriormente por Saracevic (1970) e Hjørland.

Podemos inferir que critérios de classificação de prazos, e acesso de sigilo e de relevância dependem das comunidades de informação e dos domínios de informação (cadeias de informação, regimes de informação, da circulação e comunicação da informação, com os atores institucionais e pessoais envolvidos e os regimes de “verdades”). Assim, segundo Braman (2006, 2009) uma política de informação está ligada ao poder instrumental, quando

programas governamentais são fundidos, tendo como objetivo o desenvolvimento de tipos particulares de informação. Desta forma, produzindo sentidos diferenciados para os produtores de documentos e informações, profissionais da informação, e usuários quanto à categorização, representação, e relevância da informação. O Serviço Nacional de Informação, como órgão burocrático, dotado de motivação para a produção de documentos, normas de redação, influenciou e interferiu no regime informacional e portanto criou verdades sobre os espaços, territórios e atores a que estavam subordinados, submetidos ao estado, estendendo o capital simbólico, capital social, capital intelectual, violência simbólica para as ASIs, lembrando-nos a noção de ramificação de Carvalhedeiro (2014). Assim como também, nesse regime de informação, houve a influência de grandes empresários, interesses capitalistas que interferiram naquela cadeia de informação.

Destacamos o período do ex-presidente Ernesto Geisel – 1974 a 1979, como o de processos e regulamentos disciplinares e normatizadores de documentos sigilosos. Os critérios de normalização de documentos e processos sigilosos são motivo para especularmos numa pesquisa futura a possibilidade a participação desses profissionais da informação, que podem ter auxiliado nas gestões governamentais durante a ditadura. Podemos levantar a hipótese da participação do conhecimento técnico especializado de arquivistas ou bibliotecários na implantação e implementação do SARDI naquele período.

Percebeu-se que a racionalidade e “modernidade” administrativa no país deu-se de forma contraditória durante o período da Ditadura Civil-militar, desenvolvendo e produzindo atividades e funções arquivísticas, tais como a classificação de documentos, modelos de documentos e formulários (padronização) de elaboração de documentos. Contraditoriamente, a modernização administrativa, alguns procedimentos arquivísticos reconhecidos até hoje e os critérios que desembocaram no acesso à informação no país surgiram naquele período.

Outro fator importante é o levantamento de espécies e tipos para a Diplomática Contemporânea (Tipologia), em especial para os documentos relacionados com a Ditadura Civil-Militar ou com regimes de exceção; e a possibilidade futura do estudo de Tipologia documental ser de alguma forma ser intertecido com a Organização do Conhecimento na Ciência da Informação. Desta forma, poderemos acrescentar à Tipologia como área de conhecimento espécies e tipos documentais típicos daquele período, tais como Informes, Informações, Informações-circulares (como documentos), Encaminhamentos, Pedidos de Busca, Planejamentos Estratégicos, Levantamento Biográfico (ideológico) entre outros,

levando-nos a compreender as entranhas dos órgãos de repressão por meio do processo documental ligado às suas ações e atividades. No que chamamos de dispositivo (razão de ser da produção dos documentos na forma de verbos no infinitivo), no caso do SNI e da ASI, podemos destacar que levaram às ações de identificar, coletar, coordenar, supervisionar, produzir, informar, estudar, acompanhar, resguardar, encaminhar, com desdobramentos na forma de documentos e informações específicos, que correspondem às funções de controle e vigilância. Outra abordagem interessante é de como o dispositivo (substância do documento, o âmago do documento) na análise tipológica poderá contribuir para os estudos de semântica, de relevância de termos na Arquivologia quanto à sinonímia, homonímia, ou quase sinonímia; assim como outras categorias no padrão de análise tipológica para a identificação de documentos e a relação orgânica (de significação) no conjunto documental. Portanto, ações são diferentes de assuntos, revelados pela identificação da tipologia, mas podem ser campos complementares de análise e significação de um fundo documental, podendo contribuir para os estudos de relevância e da Organização do Conhecimento.

A análise Diplomática e a Tipologia documental podem trazer à tona significados ainda não examinados nos contextos históricos, pois favorecem a compreensão de contextos organizacionais, sociais, a partir da produção e identificação de tipos e espécies documentais. Neste sentido, constatou-se a importância dos princípios da Proveniência, da ordem original, da territorialidade; e dos atributos da unicidade, organicidade ou inter-relacionamento, autenticidade, imparcialidade, levando à melhor compreensão do vínculo arquivístico, do fundo documental, como exemplo da ASI UFF, promovendo um olhar, à semelhança de um caleidoscópio para a produção documental do SISNI.

Os Boletins do DCE fizeram parte da coleta e acompanhamento (controle) de propaganda adversa controlada e vigiada pelo Serviço de Contra-informação que figurou como controle de comunicações e propaganda adversas, funções daquele serviço. Consideramos que os acervos produzidos e recebidos por Diretórios Acadêmicos fazem parte indispensável e integrante dos acervos das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, tendo suas memórias individuais e coletivas imbricadas com a memória oficial, inclusive constituindo-se em memórias compartilhadas, sensíveis, silenciadas dos movimentos estudantis. Constatou-se a evidência de espécies documentais como manifestações e convocações estudantis, temas recorrentes aos oponentes do regime de exceção ou ditatorial até os dias atuais, resgatando os discursos e a produção de sentido dos direitos humanos, cidadania, liberdade de expressão. O uso da análise crítica do documento através da análise

tipológica pode assinalar o uso dessa metodologia para ampliação de debates sociais sobre os documentos e informações, e o papel do arquivista dentro da corrente da teoria crítica da ciência da informação.

Como nos lembra HEYMANN (2010, p. 116) “O poder sobre os arquivos e o poder dos arquivos – de dominação, mas também de subversão, de produzir esquecimento, mas também de construir identidades”. Esta é uma grande questão – a construção de identidades coletivas a partir de microrrelatos de segmentos sociais a partir dos arquivos, como por exemplo, o desenvolvimento da construção da identidade do DCE e da UNE no Brasil, que também se constituiu numa rede de informações do ponto de vista dos movimentos estudantis. Há uma representação estudantil do DCE até os dias atuais em cada universidade pública federal, que não se sabe até que ponto representou movimento subversivo, mas constatamos a partir dos documentos oficiais que houve também uma rede de informações de resistência por meio da UNE e dos DCEs, isto pode ficar para a continuidade de nossas pesquisas. Mas podemos através de estudos de relevância apontar para termos e assuntos revelados em nuvens de assuntos, na perspectiva de dominantes e dominados, de pesquisadores.

Temos uma tradição ditatorial, uma “elite conservadora”, um processo que vem se expressando na sociedade com o alto índice de pobreza, de pessoas que não têm acesso à educação básica, à saúde pública, ao saneamento e nem mesmo o acesso à água potável, quanto mais acesso à informação. Há presídios ainda hoje que guardam resquícios de tortura que vêm de períodos chamados de exceção. Não lidamos bem com as nossas memórias e nossos esquecimentos, mas ainda existem muitos silêncios que cercam a cultura dos oprimidos e dos opressores, que foram anistiados pela Lei de Anistia de 1979. Desta forma, por um lado estudantes perseguidos, mortos e desaparecidos, professores exonerados e afastados dos seus postos por terem sido considerados comunistas e subversivos; por outro lado a memória dos que participaram como agentes da ditadura, ainda vivos, mas se encontram (re)significando o aconteceu nas memórias do ponto de vista do presente.

Assim, observamos por amostragem com a comparação das nuvens de termos indexados de forma temática (por relevância), como existe um contexto por trás do texto e como os termos, que são extraídos dos documentos, nos levam a perceber pontos de vista (interpretações) diferentes dos mesmos referentes pelas comunidades de informação, contra-informação e dos estudantes universitários. Por extensão, houve o desenvolvimento de uma

intertextualidade discursiva, na qual um segmento social passou a influenciar o outro, num processo de dominação social (poder) do sentido, enquanto capital e violência simbólicos. Por exemplo, enquanto os órgãos de repressão consideravam os alunos universitários subversivos, vagabundos e comunistas; os universitários consideravam que estavam lutando por uma universidade melhor, com mais recursos e verbas, por liberdade de expressão, segundo suas pautas de reivindicações. Concluimos que a semântica deve ser uma preocupação dos arquivistas, enquanto profissionais da informação têm que procurar uma contextualização do material a ser identificado para o tratamento da informação, de forma interdisciplinar no que tange à Diplomática Contemporânea ou Tipologia, a Comunicação Social, a Ciência da Informação e a Organização do Conhecimento (na identificação, representação temática da informação, na classificação, na avaliação de documentos, na descrição, na difusão, etc.) coadunando-a com uma possível visão crítica e social da informação. Nesta perspectiva, podemos assinalar uma linguagem hegemônica das elites, que prevaleceu dentro de um processo de construção de um modelo de estado autoritário, ensejando diversos golpes, com repercussões nos dias atuais.

É preciso ver as pesquisas relacionadas com atividades ensino, como é o caso de Análise Tipológica de documentos, investida de um caráter de metodologia importante, um aspecto “ hard” para a identificação de documentos, as funções arquivísticas e o papel profissional e teórico do arquivista. Utilizamos esta ferramenta em nossas práticas cotidianas como educador (a) junto aos alunos em sala de aula na graduação em Arquivologia, aliando o pensar e o fazer de forma interdisciplinar com a Diplomática Contemporânea, a Comunicação Social, a Arquivística e a Ciência da Informação.

Não pretendemos esgotar o assunto, mas instigar os leitores e pesquisadores a consultar os documentos e informações de acervos arquivísticos sigilosos, que são motivo de disputas entre instituições de custódia e narrativas de historiadores, sob a perspectiva de produzirem novas pesquisas, olhando para dentro da cultura documental do sigilo criada em períodos ditatoriais do ponto de vista arquivístico e não somente historiográfico.

REFERÊNCIAS

- AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.) **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964 – 2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1999.
- ALMINO, João. **O segredo e a informação: ética e política no espaço público**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986. 117 p.
- APARECIDA, Geralda Dias. Os olhos e os ouvidos da repressão na Universidade de Brasília. **Quadrilátero**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 13–26, mar./ago. 1998.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila de. Correntes teóricas da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p.192-204, set./dez. 2009.
- ARENDT, Hannah. **La crise de la culture**. Paris: Gallimard, 1972.
- BAUTIER, R. **Leçon d'ouverture du cours de diplomatique à L'Ecole des Chartes**. In: BIBLIOTHÉQUE DE L'ÉCOLE DES CHARTES, Paris, 1961. v. 119, p. 194 – 225. Disponível em: <http://scrineum.unipv.it/biblioteca/bautier.pdf>. Acesso em 21 de maio de 2007.
- BELKIN, N.J. Information concepts for information science. **Journal of Documentation**, London, v.4, n.1, p. 55 – 85, Mar. 1978.
- BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- _____. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- _____. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.
- _____. Da Gênese à função: o documento de arquivo como informação. In: In: FREITAS; Lúcia Silva de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia. **Documento:**

gênese e contextos de uso. Rio de Janeiro: Eduff, 2010. p. 161 – 174 (Estudos da Informação, v. 1).

_____. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

_____. **Glossário de espécies documentais**. São Paulo, s. Ed. [s.d.]

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de Filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **L'économie des échanges linguistiques**. Paris: Langue Française, 34, 1977.

_____. Espíritos de estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: _____. **Razões práticas: sobre a Teoria da Ação**. Campinas, SP: Papirus, 1996. p. 91 - 133

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

_____. **Sobre o estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRAMAN, Sandra. **Change of state: Information, policy, and power**. Cambridge, MA: MIT , 2006. 536 p.

_____. The emergent global information policy regime, In: BRAMAN, S. (Ed.). **The emergent global information policy regime**. Hampshire: Palgrave, 2004.

_____. **Information policy and the information regime: critical review of analytical frameworks and concepts**. Rio de Janeiro: IBICT, 2009.

BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: AN, 2005.

BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. **As divisões de segurança e informação**. Rio de Janeiro, Disponível em: <<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/media/DSI.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2012.

_____. **Centro de referências memórias reveladas**. Rio de Janeiro, [2013]. Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em: 29 abr. 2013.

BRASIL. ATO INSTITUCIONAL N. 05 – AI 5. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 13 dez. 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso

em: 12 set. 2015.

_____. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 12 set. 2015.

_____. Decreto-lei 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 27 mar. 1967. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm>. Acesso em: 12 set. 2012.

_____. Decreto n. 5.584, de 18.11.2005. Dispõe sobre o recolhimento ao Arquivo Nacional dos documentos arquivísticos públicos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional - CSN, Comissão Geral de Investigações - CGI e Serviço Nacional de Informações - SNI, que estejam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 18 nov. 2005. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5584.htm>. Acesso em: 12 set. 2012.

_____. Decreto n. 60.940, de 04 de julho de 1967. Transforma em Divisão de Segurança e Informações as atuais Seções de Segurança Nacional dos Ministérios Cíveis e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 5 jul. 1967. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1967-07-04;60940>>. Acesso em 12 set. 2015.

_____. Decreto nº 66.622, de 22 de Maio de 1970. Dispõe sobre a competência dos Ministros de Estado dos Ministérios Cíveis e a participação das Divisões de Segurança e Informações em assuntos relacionados com a Segurança Nacional e as Informações Nacionais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 22 maio 1970. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66622-22-maio-1970-408085-norma-pe.html>>. Acesso em: 12 set. 2015.

_____. Decreto no 66.732, de 16 de junho de 1970, dispõe sobre O Plano Nacional de Informações e prevê o Sistema Nacional de Informações – SISNI, as Divisões de Segurança e Informação e a Comunidade Setorial de Informações, aplicando-se ao PNI o disposto no

parágrafo 2, do artigo 4º, da Lei 4.341, de 13 de junho 1964. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 17 jun. 1970. Disponível <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66732-16-junho-1970-408168-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 12 set. 2015.

_____. Decreto Nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamentou as Leis nº 12.527, e 12.528 de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição, e que criou a Comissão da Verdade. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 16 maio 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm>. Acesso em 12.09.2012.

_____. Decreto n. 79.099, Aprova o Regulamento para salvaguarda de Assuntos Sigilosos. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 7 jan. 1977. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D79099.htm>. Acesso em: 12 set. 2012.

_____. Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 27 abr. 2013.

_____. Lei 12.528 de 18 de novembro de 2011. Regula a criação da Comissão Nacional da Verdade; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 27 abr. 2013.

_____. Lei 4.341, em 13 de junho de 1964, que criou o Serviço Nacional de Informação. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 15 jun. 1964. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4341.htm>. Acesso em 12 set. 2015.

_____. Lei. 9.140, de 04 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas,

no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 5 dez. 1995. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9140.htm>. Acesso em 12 set. 2015.

_____. Presidência da República. Decreto-Lei n. 477, de 26 de fevereiro de 1969. **Pedagogia em Foco**, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm>>. Acesso em: 12 set. 2012.

BRASIL. SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **Manual de Informações**. Brasília, DF, 1976.

BRIET, Suzanne. **Que'est-ce que la documentation. What's documentation**. Trad.e Ed. Por Ronald E. Day, Laurent Martinet e Hermina G.B. Anghelescu. Lanham: Sacarecrow, 1951. Disponível em: <http://info.slis.indiana.edu/~roday/what%20is%20documentation.pdf>. Acesso em: 09.maio.2017.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v.45, n.5, p. 351-360,1991.

BURKE, Peter. **A escola dos annales: 1929 – 1989: a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CAMARGO, Ana Maria de A. **Os arquivos da polícia política como fonte**. Disponível in: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1987404/mod_resource/content/1/ACamargo_Os_arquivos.pdf. Acesso em: 30.janeiro.2017.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos e o acesso à verdade. In: SANTOS, Cecília Macdowell et al. (Org.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2009. v.2, p. 424-443.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida et al. **Dicionário de terminologia arquivística**: São Paulo: Centro de Memória de Educação, FEUSP FAPESP, 2010.

CAPURRO, Rafael. Pasado, presente y futuro de la noción de información. **LOGEION Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 110-136, ago./fev. 2014.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O Conceito de Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148 – 207, jan./abr. 2007.

CARUCCI, P. **Il documento contemporâneo**: diplomatica e criteri di edizione. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1987.

CARVALHEDO FRANCO, Shirley. Documentos da Guerrilha do Araguaia: trajetos e ramificações. In: THIESEN, Icléa. **Documentos sensíveis**: informação, arquivo e verdade na ditadura de 1964. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2014. p. 145–170.

COOK, Terry. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez. 2012.

COOK, Terry. A Ciência Arquivística e o Pós-modernismo: novas formulações para conceitos antigos. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 3-27, jul./dez. 2012.

CUNHA, Murilo Bastos; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, BSB: Biquet de Lemos, Livros, 2008.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DERRIDA, Jacques. **O mal de arquivo**: uma impressão Freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DIJK, Teun. A. Van. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2012.

DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES – DCE. **Regimento Interno**. Niterói, 1981.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arq&Adm.**, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14-33, abr.1982/ago. 1986.

DURANTI, Luciana. **Registros documentais contemporâneos**: como prova de ação. Rio de Janeiro: FGV, 1994. Estudos Históricos.

_____. Diplomática: novos usos para uma antiga ciência. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 196-215, jan./jun. 2015.

EASTWOOD, Terry; MACNNEIL, Heather (Org.). **Correntes Atuais do Pensamento Arquivístico**. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1985.

ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA , DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH. HISTÓRIA E BIOGRAFIAS, 10., 2002, Rio de Janeiro. Os acordos MEC-USAID e a Reestruturação do Sistema Educacional Brasileiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

ESCARPIT, R. **L'information et la communication: theorie générale**. Paris: Hachette Superior, 1991.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade do Espírito Santo (AESI UFES). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 295 – 316, jul./dez. 2013.

FIGUEIREDO, Laura Maia de. O conceito de relevância e suas implicações. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 75-78, 1977.

FONSECA, Maria Odila. **Direito à Informação: acesso aos arquivos públicos municipais**. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2009.

FRAZÃO, Thereza Jardim. Resenha Dijk, Teun A. van. Discurso e poder. HOFFNAGEL, J. ; FALCONE, K. (Org.) São Paulo: Contexto, 281. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**. v 10, n.1, 2009.

FROHMANN, Bernd. Discourse and documentation: some implications for pedagogy and research. **Journal of Education for Library and Information Science**, v. 42, n. 1, p. 13-26, 1997.

GASPARI, Élio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIRALDES, Maria Júlia Carneiro; MONTEIRO, Silvana Drumond. Aspectos lógico-filosóficos da organização do conhecimento na esfera da ciência da informação. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v. 18, n. 3, p. 13-27, set./dez. 2008

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Néida. Regime de Informação: construção de um conceito. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012.

GUPTIL, Marilla B. **Evaluation e tris documents d'archives dans les organizations internationales**: une etude de RAMP accompanhe de princeps directeurs. Programme général d'information et UNISIST. Paris: Unesco, 1986.

HALBWACHS, Maurice. **La memoire collective**. 2. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

HANKS, William F. **Língua como prática social**: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2008.

HARRIS, Verne. Claiming less, delivering more: a critique of positivist formulations on archives in south africa. **Archivaria**, n. 44, p. 132–141, outono 1997.

HEDSTROM, Margaret. Arquivos e memória coletiva: mais que uma metáfora, menos que uma analogia. In: EASTWOOD, Terry; MACNNEIL, Heather (Org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: UFMG, 2016. p.237-259.

HEYMANN, Luciana Quillet. Um olhar antropológico sobre o documento: representações e usos sociais. In: FREITAS, Lídia Silva; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia. **Documento**: Gênese, e contextos de uso. Niterói: Eduff, 2010. p. 111-122(Série Estudos da Informação, v. 1)

HJORLAND, Birger. Domain analysis in information science: eleven approaches – traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 4, p. 422- 462, 2002.

_____. Semantics and knowledge organization. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 41, 2007.

_____. The foundation of the concept of relevance. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 61, n. 2, p. 217–237, 2010.

HOBBSAWM, E.; RANGER, T. **The invention of tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E. Os acervos dos órgãos federais de segurança e informações do regime militar no Arquivo Nacional. **Acervo: Arquivos do Regime Militar**, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 21, n. 2, p. 29–42, jul./dez. 2008.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Tereza E. **A escrita da repressão e da subversão: 1964 – 1985**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

JAMESON, Samuel H. **Administração de arquivos e documentação**. Rio de Janeiro: FGV USAID. 1964.

JARDIM, José Maria. **Transparência e opacidade do estado no Brasil: Usos e desusos da informação governamental**. Niterói: Eduff, 1999.

JENKINSON, Hilary. **A manual of archive administration**. London: Percy Lund Humpries & Comp. Ltda. 1937.

JORNAL DA UFF, Ano 1, n. 4 | Out. a dez. Dezembro de 2008. Disponível em: www.noticias.uff.br/jornaldauff . Acesso em 15.set..2012

LARA, Marilda Lopes Ginez. Documento e significação na trajetória epistemológica da Ciência da Informação. In: FREITAS, Lúcia Silva de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia. **Documento: gênese e contextos de uso**. Niterói: Eduff, 2010. p. 35 – 56 (Série Estudos da Informação – v.1)

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. **História e memória**. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. p. 419-476.

LEITE, Isabel Cristina. Apurando a subversão: um estudo de caso sobre a repressão na Universidade pelos arquivos da AESI/UFMG. **Temporalidades** - Revista Discente do

Programa de Pós-graduação em História da UFMG, v. 2, n. 1, jan./jul. 2010.

MACNEIL, H. From memory of the act to the act itself: the evolution of written records as proof of jural acts in England, 11 th to 17 th Century. **Archival Science**, n. 6, p. 313–328, 2006.

MACNEIL, H. From memory of the act to the act itself: the evolution of written records as proof of jural acts in England, 11 th to 17 th Century. **American Archivist**, n. 54, p. 334 – 354, 1991.

MARTELETO, Regina Maria; NASCIMENTO, Denise Morado. Informação construída nos meandros dos conceitos da teoria social de Pierre Bourdieu. **DataGramaZero** - Revista de Ciência da Informação, v. 5, n. 5, out. 2004.

MENNE-HARITZ, Angelika. Appraisal or selection. Can a content oriented appraisal be harmonized with the principle of provenance. In: **The principle of provenance**: report from the First Stockholm Conference on Archival Theory and the Principle of Provenance: 2 – 3 september 1993. Stockholm:Riksarivet, 1994.p. 130-131.

MEYRIAT, J. **Document, documentation, documentologie**. Schéma et Schematisation, 2º trim. n.14, p. 51 – 63, 1981.

MORIN, Edgar. **Educação e complexidade**: os sete saberes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 2007.

MORTENSEN, Preben. The place of teory in archival practice. **Archivaria**, n. 47, p. 1–26, primavera 1999.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Incômoda memória: Os arquivos das ASI universitárias. **ACERVO**: arquivos do regime militar, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 43–66, jul./dez. 2008.

_____. **As universidades e o regime Militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NEGREIROS, Leandro Ribeiro. Uma compreensão dos fundos arquivísticos sob o enfoque da análise de domínio. **Inf.Inf.**, Londrina, v. 13,n. 2, p. 79 – 95, jul./dez. 2008.

NESMETIH, Tom. Still fuzzy, but more accurate: some thoughts on the “Ghosts” of archival theory. **Archivaria**, n. 47, p. 136 – 150, primavera 1999.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História** - Revista do Programa de Estudos pós-graduados em História e do departamento de História, São Paulo, v. 10, 1993.

OTLET, Paul. **Traité de documentation**. Le livre sur le livre. Bruxelles: Mudaneum - Palais Mondial, 1934.

_____. **A documentação administrativa**. In: JAMENSON, Samuel H. Administração de arquivos e documentação. Rio de Janeiro: FGV USAID, 1964.

PEREIRA, Bresser. **Do estado patrimonial ao gerencial**. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2000/00-73estadopatrimonial-gerencial.pdf>. Acesso em: 07. maio. 2017.

PIETRANI, Jéssica. **Jornal subversivo do DCE-UFF nos arquivos da ditadura militar**. Disponível em: <https://dcelivreuff.wordpress.com/2012/09/06/jornal-subversivo-do-dce-uff-nos-arquivos-da-ditadura-militar/> Acesso em 19.set.2015.

PINA, Fabiana. Acordo MEC-USAID: ações e reações. (1966-1968). In: 9º Anais do Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão, São Paulo: ANPUH SP-USP, de 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.

PINHEIRO, L. N. V. R. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da ciência da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 15, n. 1, p. 13-48, 2005. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/7733>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

PINHEIRO, L. N. V. R.; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, 1995.

PIMENTA, Ricardo Medeiros ; MELGAÇO, Lucas. Brazilian universities under surveillance: information control during the military dictatorship, 1964 to 1985. In: BOERSMA, Kees et al. (Org.). **Histories of State Surveillance in Europe and Beyond**. New York: Routledge, 2014. p.119 – 131.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3 -15, 1989.

POMIAN, Krzystof. **Memória**. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000. v. 42, p. 507 -516.

RIEGER, Morris. Procédés modernes de disposition et d’devaluation des dossiers. **Risba**,v.1,.n.3, p. 209-219, july.sept. 1979.

RODRIGUES, Ana Célia. **Natureza do documento de arquivo: vínculo e estrutura**. In: In: FREITAS; Lídia Silva de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia. **Documento: Gênese e contextos de uso**. Niterói: Eduff, 2010. p. 175–192.

RODRIGUES, Ana Célia. Tipologia documental como parâmetro de classificação e avaliação em arquivos municipais. **Cadernos de Estudos Municipais**, Portugal: Universidade do Minho : v.17/18, jun a dez, 2005, p.11-46.

RODRIGUES, Vicente Arruda Câmara. **Documentos invisíveis: arquivos da ditadura militar e acesso à informação em tempos de justiça de transição no Brasil**. Aracajú: EDISE, 2017.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SALDANHA. Gustavo da Silva. O fabuloso “ Antílope” de Suzanne Briet: a análise e a crítica da análise neodocumentalista. In: Anais do 13o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, ENANCIB, 2012.

SARACEVIC, T. The concept of “Relevance” in information science: a historical review In:_____. **Introduction to information science**. New York: Bowker, 1970. p. 111–151.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. **Documentos públicos e privados: arranjo e descrição**. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

SCHMIDT, Clarissa. **A construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da Arquivologia**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2015.

SOUZA, Rosale de Mattos. O acervo documental da Assessoria de Segurança e Informação – ASI: uma experiência de acesso com documentos de caráter sigiloso no âmbito universitário.

In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 1, 2004, Brasília. **Anais**: Brasília, DF: ABARQ, 2004.

_____. A Assessoria de Segurança e Informação – ASI/UFF no espaço de significação universitário: uma célula do poder do Serviço Nacional de Informação de 1964 a 1985. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL O COLÁPSO DAS DITADURAS, 1, 2012, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

SWALES, John. **Genre analysis**: english in academic and research settings. Boston: Cambridge UP, 1990.

THIESEN, Icléia et. al. (Org.). **Documentos sensíveis**: informação, arquivo e verdade na Ditadura de 1964. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Contribuições da metateoria para o método diplomático em Arquivologia. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 41, n. 1, p. 24-34, jan./abr. 2013.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES – UNE – Dicionário. Disponível em: <https://www.une.org.br/dicionario-do-me/dce-diretorio-central-dos-estudantes/>. Acesso em 19.abril.2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Desclassificação de documentos sigilosos de Assessoria de Segurança e Informação – ASI, Boletim de Serviço, n.70, 2006. Portaria no. 35.041 de 11 de maio de 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Sistema de Bibliotecas. Assessoria Especial de Segurança e Informação – AESI ou ASI. 1964-1982. Disponível em: https://catalogobiblioteca.ufmg.br/pergamum/biblioteca/index.php?resolution2=1024_1&tipo_pesquisa=&filtro_bibliotecas=&filtro_obras=&termo=&tipo_obra_selecionados=#posicao_dados_acervo. Acesso em: 15.set.2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Assessoria Especial de Segurança e Informações. **Regimento Interno da AESI**. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1971.

WILDEN, Antony. **Comunicação**. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, 2001.

ANEXO A

MODELOS DE DOCUMENTOS DO SNI

CONFIDENCIAL

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

-55-

4.2.7. Modelo de Informe (ANEXO A)

MODELO DE INFORME

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA	
CABEÇALHO NORMAL DA ORGANIZAÇÃO	
INFORME Nº _____	
Data	:
Assunto	:
Referência	:
Origem	:
Avaliação	:
Área	:
País	:
Difusão Anterior:	
Difusão	:
Anexos	:
CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA	

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

-56-

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONTINUAÇÃO DO INFORME Nº _____ (nº fls) _____

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

-59-

ANEXO B

MODELO DE INFORMAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA	
CABEÇALHO NORMAL DA ORGANIZAÇÃO	
INFORMAÇÃO Nº _____	
Data	:
Assunto	:
Referência	:
Origem	:
Área	:
País	:
Di fusão Anterior:	
Di fusão	:
Anexos	:
CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA	

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

-60-

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO Nº _____

(nº fls)

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

-63-

ANEXO C

MODELO DE APRECIÇÃO

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CABEÇALHO NORMAL DA ORGANIZAÇÃO

APRECIÇÃO Nº _____

Data :

Assunto :

Referência:

Origem :

Área :

País :

Difusão :

Anexos :

Obs: No caso da apreciação
ser periódica, fazer
constar o período a
baixo da Data.

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

-64-

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONTINUAÇÃO DA APERCIAÇÃO Nº _____

(nº fls)

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

-69-

ANEXO D

MODELO DE ESTUDO DE INFORMAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA	
CABEÇALHO NORMAL DA ORGANIZAÇÃO	
ESTUDO DE INFORMAÇÃO Nº _____	
Data :	
Assunto :	
Referência:	
Origem :	
Área :	
País :	
Difusão :	
Anexo :	
 1 - MISSÃO 2 - DADOS CONHECIDOS 3 - FATORES DE INFLUÊNCIA 4 - PREMISSAS 5 - INTERPRETAÇÃO 6 - CONCLUSÃO	
 <u>Obs:</u> O texto é livre. Os tópicos indicados são <u>a</u> penas uma sugestão <u>pa</u> ra o analista.	
CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA	

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

-70-

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONTINUAÇÃO DO ESTUDO DE INFORMAÇÃO Nº _____ (nº fls)

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

-73-

ANEXO E

MODELO DE ESTIMATIVA

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CABEÇALHO NORMAL DA ORGANIZAÇÃO

ESTIMATIVA Nº _____

Data :
Assunto :
Referência:
Origem :
Área :
País :
Difusão :
Anexos :

- 1 - DADOS CONHECIDOS
 - ANTECEDENTES IMEDIATOS
 - SITUAÇÃO ATUAL
- 2 - FATORES DE INFLUÊNCIA
- 3 - PREMISSAS
- 4 - POSSIBILIDADES DE EVOLUÇÃO
(HIPÓTESES)
- 5 - CONCLUSÃO

Obs: O texto é livre. Os tópicos de 1 a 4 são apresentados como sugestão para o analista e visam a oferecer um melhor entendimento ao usuário do assunto estudado.

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

-74-

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONTINUAÇÃO DA ESTIMATIVA Nº

(nº fls)

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

-77-

ANEXO F

MODELO DE RELATÓRIO PERIÓDICO DE INFORMAÇÃO (RPI)

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CABEÇALHO NORMAL DA ORGANIZAÇÃO

RELATÓRIO PERIÓDICO DE INFORMAÇÃO Nº

Data :

Período:

Origem :

Área :

País :

Difusão:

Anexos :

- 1 - Campo Político
- 2 - Campo Econômico
- 3 - Campo Psicossocial
- 4 - Campo Militar
- 5 - Diversos
- 6 - Conclusão

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

-78-

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONTINUAÇÃO DO RPI Nº

(nº fls)

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

-81-

ANEXO G

MODELO DE RELATÓRIO ESPECIAL DE INFORMAÇÃO (REI)

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CABEÇALHO NORMAL DA ORGANIZAÇÃO

RELATÓRIO ESPECIAL DE INFORMAÇÃO Nº _____

Data :

Assunto:

Origem :

Área :

País :

Difusão:

Anexos :

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

-82-

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONTINUAÇÃO DO REI Nº

(nº fls)

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

-85-

ANEXO H

MODELO DE SUMÁRIO DE INFORMAÇÕES

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA	
CABEÇALHO NORMAL DA ORGANIZAÇÃO	
<u>SUMÁRIO DE INFORMAÇÕES Nº</u>	
Data :	
Assunto:	
Período:	
Origem :	
Área :	
País :	
Difusão:	
Anexos :	
CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA	

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

-86-

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONTINUAÇÃO DO SUMÁRIO DE INFORMAÇÕES Nº _____ (nº fls)

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

-89-

ANEXO I

MODELO DE PEDIDO DE BUSCA (PB)

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA	
CABEÇALHO NORMAL DA ORGANIZAÇÃO	
PEDIDO DE BUSCA Nº _____	
Data	:
Assunto	:
Referência	:
Origem	:
Área	:
País	:
Difusão Anterior:	
Difusão	:
Anexos	:
<u>DADOS CONHECIDOS</u>	
a)	
b)	
c)	
d)	
-)	
<u>DADOS SOLICITADOS</u>	
1)	
2)	
3)	
4)	
-) Outros dados julgados úteis	
<u>INSTRUÇÕES ESPECIAIS</u>	
(Só quando necessário)	
CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA	

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

-90-

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONTINUAÇÃO DO PEDIDO DE BUSCA Nº _____ (nº fls)

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

-94-

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONTINUAÇÃO DA ORDEM DE BUSCA Nº _____ (nº fls)

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

-99-

ANEXO L

MODELO DE PLANO DE INFORMAÇÕES

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA
CABEÇALHO NORMAL DA ORGANIZAÇÃO
PLANO DE INFORMAÇÕES Nº
Data .
Difusão:
Anexos :
I - SITUAÇÃO
II - MISSÃO
III - OBJETIVOS DE INFORMAÇÕES (*)
IV - INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS (*)
V - EXECUÇÃO (*)
VI - SEGURANÇA
VII - LIGAÇÕES E COMUNICAÇÕES
VIII - ADMINISTRAÇÃO
(*) - Obs. Para aliviar o corpo do Plano de Informa ções, constam, normalmente, do Plano de Busca, anexo ao Plano de Informações.
CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

-100-

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONTINUAÇÃO DO PLANO DE INFORMAÇÕES Nº _____ (nº fls)

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

-106-

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONTINUAÇÃO DO PLANO DE BUSCA Nº _____

(nº fls)

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

-107-

MODELO DO ANEXO (OU APÊNDICE) EXECUÇÃO AO PLANO DE BUSCA

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA								
CABEÇALHO NORMAL DA ORGANIZAÇÃO								
PLANO DE BUSCA								
OI	IN	DIN	INDÍCIOS	MISSÃO (*)			PERÍODI CIDADE (**)	OBSERVAÇÕES
				ÓRGÃOS DE BUSCA				

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

(*) - Nas casas correspondentes a cada Órgão de Busca, marcar com um "X" os indícios que lhe couber pesquisar. Um indício pode ser atribuído a vários órgãos.

(**)- É indicada pelo seguinte código: S = Semanal; Q = Quinzenal; M = Mensal; BM = Bimensal; SM = Semestral e A = Anual.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

-III-

ANEXO N

MODELO DE LEVANTAMENTO ESTRATÉGICO

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA	
CABEÇALHO NORMAL DA ORGANIZAÇÃO	
LEVANTAMENTO ESTRATÉGICO DE ÁREA Nº _____	
DATA :	_____
ÁREA :	_____ (Código)
PAÍS :	_____ (Código)
DIFUSÃO:	_____
ANEXOS :	_____
EXEMPLAR Nº _____	
CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA	

CONFIDENCIAL

ANEXO B

INSTRUMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO

DE DOCUMENTOS DO SNI

REUNIÃO

1. ARQUIVO

- Informes
- Informações

2. PESQUISA

- Informes

3. OPERAÇÕES

- Informes

4. OUTROS OJ

- Informes
- Informações

COLETA E BUSCA

PROCESSAMENTO

1. EXAME

- Credibilidade
- Pertinência

2. ANÁLISE

- Fatos significativos
- Comparação
 - Confirmar
 - Falsa confirmação
 - Desinformação

3. INTEGRAÇÃO

- Fatos significativos
- Coerentes e correlatos

4. INTERPRETAÇÃO

- Base Integração
- Significado final

1. []
2. []
3. []
4. []



AVALIAÇÃO DE INFORME

IDONEIDADE DA FONTE	VERACIDADE DO INFORME
----------------------------	------------------------------

R S A S - DEC Nº 79.099 - 06 JAN 77

-19-

ANEXO I

MODELO DE TERMO DE TRANSFERÊNCIA

TERMO DE TRANSFERÊNCIA Nº _____ / _____ AOS _____ DIAS DO MÊS DE _____ DO ANO DE MIL NOVECENTOS E SETENTA E _____, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 36 DO REGULAMENTO PARA SALVAGUARDA DE ASSUNTOS SIGILOSOS, REUNIRAM-SE NO _____ (Local) O SR. _____ (Nome e Função) SUBSTITUÍDO, E O SR. _____ (Nome e Função) SUBSTITUTO, PARA INSPECIONAREM OS DOCUMENTOS SIGILOSOS CONTROLADOS PELO _____ ATÉ ENTÃO SOB A CUSTÓDIA DO PRIMEIRO, CONSTANTES DO INVENTÁRIO Nº _____ / _____, ANEXO AO PRESENTE TERMO DE TRANSFERÊNCIA, OS QUAIS, NESTA DATA, PASSAM PARA A CUSTÓDIA DO SEGUNDO. CUMPRIDAS AS FORMALIDADES EXIGIDAS E INSPECIONADAS TODAS AS PEÇAS CONSTANTES DO INVENTÁRIO, FORAM AS MESMAS JULGADAS CONFORME (OU COM AS SEGUINTE ALTERAÇÕES), SENDO, QUE SE ACHA DATILOGRAFADO COM CONTRACÓPIA EM 3 (TRÊS) VIAS, ASSINADAS PELO SUBSTITUÍDO E DATADAS E ASSINADAS PELO SUBSTITUTO, AMBOS ACIMA MENCIONADOS. SUBSTITUÍDO: _____ (Nome e Função) _____ DE _____ DE 197 _____ SUBSTITUTO: _____ (Nome e Função)
--

R S A S - DEC Nº 79.099 - 06 JAN 77

-21-

ANEXO II

MODELO DE TERMO DE DESTRUIÇÃO

TERMO DE DESTRUIÇÃO Nº /	
AOS DIAS DO MÊS DE DO ANO DE MIL NOVECENTOS E SETENTA E EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 72 DO REGULAMENTO PARA SALVAGUARDA DE ASSUNTOS SIGILOSOS, REUNIRAM-SE NO (Local)	
OS SRS. (Nome e Função)	
..... (Nome e Função)	 (Nome e Função)
OS DOIS ÚLTIMOS COMO TESTEMUNHAS, PARA PROCEDER À DESTRUIÇÃO DE DOCUMENTOS SIGILOSOS CONTROLADOS PELO (Nome do órgão)	
SOB A CUSTÓDIA DO PRIMEIRO, DE ACORDO COM A ORDEM (OU AUTORIZAÇÃO) CONTIDA NO BOLETIM RESERVADO (OU OFÍCIO) Nº DE DO (Nome do órgão)	
CUMPRIDAS AS FORMALIDADES EXIGIDAS E INSPECIONADAS TODAS AS PEÇAS A DESTRUIR, FORAM INCINERADOS (OU TRITURADOS) OS DOCUMEN- TOS ABAIXO MENCIONADOS:	
..... / DSC	NÚMERO DO EXEMPLAR
.....	
E, PARA CONSTAR, FOI LAVRADO O PRESENTE TERMO DE DESTRUI- ÇÃO QUE SE ACHA DATILOGRAFADO COM CONTRACÓPIA, ASSINADO PELO DE- TENTOR E DATADO E ASSINADO PELAS TESTEMUNHAS, TODAS ACIMA MENCIO- NADAS.	
DETENTOR: (Nome e Função)	
..... / DE 197	
TESTEMUNHAS: (Nome e Função)	
..... (Nome e Função)	

R S A S - DEC Nº 79.099 - 06 JAN 77

-23-

ANEXO III

MODELO DE INVENTÁRIO

INVENTÁRIO Nº _____ / _____

INVENTÁRIO DOS DOCUMENTOS SIGILOSOS CONTROLADOS PELO
 _____ PERTENCENTES À
 CARGA DA _____ ORGANIZADO DE
 ACORDO COM O ARTIGO 38 DO REGULAMENTO PARA SALVAGUARDA DE ASSUN-
 TOS SIGILOSOS.

_____ / DSC	NÚMERO DO EXEMPLAR

DETENTOR: _____
 (Nome e Função)

_____, _____ DE _____ DE 197 _____

TESTEMUNHAS: _____
 (Nome e Função)

 (Nome e Função)

29.

ANEXO II
MODELO DE TERMO DE DESTRUIÇÃO

CLASSIFICAÇÃO
SIGILOSA

TERMO DE DESTRUIÇÃO Nº ____/____

Aos ____ dias do mês de ____ do ano de mil novecentos e setenta e ____, em cumprimento ao disposto no artigo 72 do Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos, reuniram-se no _____

os Srs. _____
(local)

(nome e função) (nome e função)

e _____, os dois últimos
(nome e função)

como testemunhas, para proceder à destruição de documentos sigilosos controlados pelo _____

(nome do órgão) sob a custódia do primeiro, de

acordo com a ordem (ou autorização) contida no Boletim Reservado (ou Ofício) nº ____ de ____ de

(nome do órgão)

Cumpridas as formalidades exigidas e inspeccionadas todas as peças a destruir, foram incinerados (ou triturados) os documentos abaixo mencionados:

..... /DSC	NÚMERO DO EXEMPLAR

E, para constar, foi lavrado o presente Termo de Destruição que se acha datilografado com contracópia, assinado pelo detentor e datado e assinado pelas testemunhas, todas acima mencionadas.

Detentor: _____
(nome e função)

_____, ____ de 197__

Testemunhas: _____
(nome e função)

(nome e função)

CLASSIFICAÇÃO
SIGILOSA

30.

ANEXO III
MODELO DE INVENTÁRIO

CLASSIFICAÇÃO
SIGILOSA

INVENTÁRIO nº ____/____

Inventário dos documentos sigilosos controlados pelo _____, pertencentes à carga da _____, organizado de acordo com o artigo 38 do Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos.

...../DSC	NÚMERO DO EXEMPLAR

Datador:

(nome e função)

_____, ____ DE ____ DE ____ DE 197__

Testemunhas:

(nome e função)

(nome e função)

CLASSIFICAÇÃO
SIGILOSA

ANEXO C

CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DO SNI

CONFIDENCIAL

-112-

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

Continuação do Modelo de Levantamento Estratégico

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

000. FATOR FISIOGRAFICO

001/9 - LEGISLAÇÃO BÁSICA PERTINENTE

010 - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

011. Superfície e Forma

012. Posição Relativa

013. Limites

014. Regiões Naturais.

020 - GEOLOGIA

021. Descrição Geológica

022. Rochas e Tipos de Solo.

030 - OROGRAFIA

031. Configuração do Solo

032. Relevo.

040 - HIDROGRAFIA

041. Bacias e Rede Fluvial

042. Lagos, Açudes e Canais

043. Quedas-d'água

044. Regime de Águas

045. Navegabilidade.

050 - CLIMATOLOGIA

051. Caracterização do Clima e da sua influência, como um todo, sobre a área

052. Zonas Climáticas

053. Regime de Chuvas

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

-113-

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

054. Regime de Ventos

055. Umidade.

060 - VEGETAÇÃO

061. Zonas de Vegetação

062. Revestimento Florístico.

070 - FAIXA FRONTEIRIÇA

071. Fronteira Terrestre

072. Litoral

072.1. Faixa Litorânea

072.2. Águas Adjacentes e seus movimentos

072.3. Plataforma Submarina

072.4. Mar Territorial.

080 - OUTROS ASPECTOS

090 - CONCLUSÃO

(Fazer uma apreciação sobre cada um dos aspectos focalizados, terminando por uma conclusão, de ordem geral, sobre o Fator Fisiográfico).

100. FATOR PSICOSSOCIAL

101/9 - LEGISLAÇÃO BÁSICA PERTINENTE

110 - ANTECEDENTES HISTÓRICOS E SOCIAIS

111. Evolução Histórica e Social

112. Idioma Oficial, Línguas e Dialetos usados por Grupos Diversos

113. Raças (Regiões étnicas, miscigenação, etc).

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

-114-

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

114. Classes Sociais.

120 - POPULAÇÃO

121. Aspectos Demográficos

(Efetivos humanos, distribuição pelo território, densidade demográfica; composição da população por sexo, idade, raça, etc; índices de natalidade e mortalidade)

122. Movimentação da População

(Imigração, emigração e migrações internas)

123. Núcleos Estrangeiros

(Distribuição, densidade, nacionalidades, tendências políticas e atividades)

124. Mão-de-obra

(Distribuição por atividade econômica).

130 - SAÚDE PÚBLICA

131. Serviços Públicos Sanitários

132. Estado Sanitário Geral

133. Padrões Sanitários

134. Regiões Endêmicas.

140 - EDUCAÇÃO

141. Ensino em Geral

142. Ensino Profissional

143. Ensino Técnico-Científico

144. Profissões Liberais

145. Institutos de Altos Estudos.

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

-115-

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

150 - CULTURA E RELIGIÃO

151. Cultura

(Desenvolvimento Cultural, centros culturais, propaganda e difusão)

152. Cultos Religiosos

(Religiões e seitas; grupos religiosos; influência religiosa e sua força sobre a população; relação religião-Estado).

160 - TRABALHO, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

161. Trabalho

(Organização, legislação, Política Trabalhista, salários, etc.)

162. Previdência Social

(Organização, legislação, eficiência do sistema, etc.)

163. Assistência Social

(Organização, legislação, eficiência do sistema, etc.).

170 - MORAL SOCIAL E OPINIÃO PÚBLICA

171. Hábitos e Costumes

172. Respeito aos Preceitos Morais

173. Liberdade de Pensamento e de Opinião

174. Opinião Pública; influência sobre o Governo

175. Organizações Sociais que influem na Opinião Pública e na Moral do Povo.

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

-116-

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

176. Propaganda

176.1. Organização e Técnicas

176.2. Imprensa, Rádio, Televisão e Publicações Diversas.

177. Contrapropaganda

177.1. Organização e técnicas, funcionamento e eficiência.

177.2. Censura.

180 - OUTROS ASPECTOS

190 - CONCLUSÃO

(Apreciar, conclusivamente, todos os aspectos focalizados, terminando por uma conclusão global sobre o Fator Psicossocial).

200. FATOR POLÍTICO

201/9 - LEGISLAÇÃO BÁSICA PERTINENTE

210 - ESTRUTURAS DO ESTADO

211. Regime e Forma de Governo

212. Poderes

212.1. Executivo

212.2. Legislativo

212.3. Judiciário.

220 - SISTEMA JURÍDICO

221. Doutrina e Pensamento

222. Direitos e Deveres dos Cidadãos.

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

-117-

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

- 230 - POLÍTICA INTERNA
 - 231. Evolução do Sistema
 - 231.1. Processo Eleitoral
 - 231.2. Leis em Tramitação
 - 231.3. Partidos Políticos, seu valor e tendências
 - 231.4. Organizações que influem na Política Interna.
 - 232. Movimentos Revolucionários e Subversivos.
- 240 - SEGURANÇA PÚBLICA
 - 241. Organizações
 - 242. Funcionamento.
- 250 - POLÍTICA EXTERNA
 - 251. Princípios que regulam as Relações Internacionais. Tradição Política
 - 252. Participação e Atuação nos Organismos e Sistemas Internacionais
 - 253. Atitudes Políticas Marcantes
 - 254. Ministério de Relações Exteriores
 - 254.1. Organização
 - 254.2. Rede Diplomática e Consular
 - 254.3. Missões Especiais
 - 254.4. Tradição Diplomática.
 - 255. Relações Externas
 - 255.1. Com Países Limítrofes
 - 255.2. Com Países Continentais

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

-118-

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

- 255.3. Com Países Extra-Continentais
- 255.4. Pactos e Ajustes Internacionais
- 255.5. Problemas na Área Internacional.

260 - SEGURANÇA NACIONAL

- 261. Política Tradicional
- 262. Política em Execução
- 263. Capacidade Atual e Potencial para a Guerra.

270 - INFORMAÇÃO E CONTRA-INFORMAÇÃO

- 271. Organização e Funcionamento
- 272. Atividades no País
- 273. Atividades no Exterior.

280 - OUTROS ASPECTOS

290 - CONCLUSÃO

(Apreciar, conclusivamente, cada aspecto focalizado, terminando por uma conclusão global sobre o Fator Político).

300. FATOR ECONÔMICO

301/9 - LEGISLAÇÃO BÁSICA PERTINENTE

310 - ESTRUTURA ECONÔMICA

- 311. Organização
- 312. Controle Governamental sobre a Economia
- 313. Dados sobre a Renda Nacional Per-capita, Produto Nacional Bruto, etc.

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

-119-

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

320 - PRODUÇÃO EXTRATIVA

321. Produção Extrativa Mineral

321.1. Combustíveis

321.2. Minérios e Minerais (ferrosos, não ferrosos, preciosos, fósseis e estratégicos)

322. Produção Extrativa Vegetal

(Madeira, gomas, fibras, oleoginosos, etc.).

330 - AGROPECUÁRIA, CAÇA E PESCA

331. Agricultura

332. Pecuária

333. Caça

334. Pesca.

340 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL

341. Indústrias de Base

341.1. Químicas

341.2. Metalúrgicas

341.3. Outras.

342. Energia

(Tipos, produção, instalações, potência instalada, potencial, distribuição, consumo, etc.)

343. Indústrias de Transformação

(Têxtil, alimentar, química, mecânica, etc.).

350 - COMUNICAÇÕES

351. Rede Postal

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

-120-

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

- 352. Rede Telefônica e Radiotelefônica
- 353. Rede Telegráfica e Radiotelegráfica
- 354. Rede Radiodifusora
- 355. Rede de Televisão
- 356. Radioamadorismo
(Organização, funcionamento, características, técnicas, eficiências, grau de controle governamental, etc.).

360 - TRANSPORTES

- 361. Terrestres
 - 361.1. Ferroviário
(Rede, bitolas, capacidade, pontos críticos, conexões, terminais, material rolante, obras em execução, etc)
 - 361.2. Rodoviário
(Rede, eixos principais e secundários, capacidade, pontos críticos, conexões, obras em execução, etc.)
 - 361.3. Oleodutos.
- 362. Aquáticos
 - 362.1. Fluvial ou Lacustre
 - 362.2. Marítimo
(Organização, trechos navegáveis ou rotas principais e secundárias; portos e ancoradouros, suas instalações e capacidade; material flutuante,

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

-121-

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

tonelagem, características gerais, etc.).

363. Aéreos

363.1. Organização

363.2. Aeroportos e Campos de Pouso; instalações, características e capacidade

363.3. Aeronaves

(Tipos, características, quantidades, capacidade, manutenção, etc.).

370 - COMÉRCIO

371. Exterior

371.1. Importação

371.2. Exportação

(Espécie, procedências ou destinos, portos de entrada e saída, volume, valor, destino ou procedência, etc.).

372. Interior

(Volume, diversificação, qualidade, circulação, valor, etc.).

380 - FINANÇAS

380.1. Orçamento (receita e despesa)

380.2. Investimentos

380.3. Dívida Pública (interna e externa)

380.4. Situação Financeira Externa - Balança de pagamentos

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

-122-

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

380.5. Moeda e Câmbio

380.6. Circulação Fiduciária

380.7. Mecanismo de Crédito

380.8. Regime Fiscal.

390 - CONCLUSÃO

(Apreciar, conclusivamente, cada um dos aspectos focalizados e formular uma conclusão global sobre o Fator Econômico).

400. FATOR MILITAR

401/9 - LEGISLAÇÃO BÁSICA PERTINENTE

410 - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DAS FORÇAS ARMADAS

411. Estrutura Geral

411.1. Órgãos Diversos

411.2. Ministérios Militares

411.3. Subordinação e Ligações

412. Controle Administrativo

412.1. Organização

412.2. Funcionamento.

420 - ORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS

421. Composição de cada Força

422. Comandos

423. Efetivos e Equipamentos

424. Distribuição e Ordem de Batalha

425. Serviço Militar

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

-123-

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

- 426. Mobilização Militar
- 427. Forças Auxiliares
- 428. Guerrilheiros
- 429. Defesa Civil.
- 430 - INSTRUÇÃO E ADESTRAMENTO
 - 431. Forças Terrestres
 - 432. Forças Navais
 - 433. Forças Aéreas
 - 434. Forças Combinadas.
- 440 - FORTIFICAÇÕES E INSTALAÇÕES PERMANENTES DE DEFESA
 - 441. Zonas Defendidas
 - 442. Bases e Obras Permanentes no Interior
 - 443. Bases e Obras Permanentes no Litoral
 - 444. Instalações Subterrâneas
 - 445. Defesa Antiaérea
 - 446. Instalações Especiais.
- 450 - LOGÍSTICA
 - 451. Logística Militar
 - 451.1. Doutrina
 - 451.2. Organização
 - 451.3. Sistema de Apoio
 - 452. Organização Logística de cada Força
 - 452.1. Suprimentos
 - 452.2. Manutenção
 - 452.3. Evacuação e Hospitalização

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

-124-

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

- 452.4. Transportes
- 452.5. Comunicações
- 452.6. Sistemas Industriais Militares.

460 - MORAL E DISCIPLINA

- 461. Normas Gerais
- 462. Medidas em Prática
- 463. Decorrências dos Fatores Políticos
- 464. Decorrência dos Fatores Sociológicos
- 465. Decorrência dos Fatores Econômicos
- 466. Decorrência de Fatores Diversos
- 467. Comportamento em Guerras Anteriores.

470 - POTENCIAL HUMANO

- 471. Contingente Demográfico em Idade Militar
- 472. Período de Serviço Ativo
- 473. Índices Físicos
- 474. Incapacidades e Isenções
- 475. Reservas
- 476. Diversos.

480 - POTENCIAL EM ANIMAIS

- 481. População de eqüinos, asininos e muares
- 482. Criação de animais de guerra.

490 - CONCLUSÃO

(Apreciar, conclusivamente, todos os aspectos focalizados. Terminar por uma conclusão global sobre o Fator Militar).

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

M-07-CAP V - DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO

-125-

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

500. FATOR BIOGRÁFICO (Dados biográficos sobre as personalidades mais destacadas nos diferentes campos e setores de atividades da área ou país considerado)

501/9 - LEGISLAÇÃO BÁSICA PERTINENTE

510 - POLÍTICOS

520 - MILITARES

530 - INTELECTUAIS

540 - ECONOMISTAS E ADMINISTRADORES

550 - CIENTISTAS E TÉCNICOS

560 - BUROCRATAS

570 - HOMENS DE INFORMAÇÕES

580 - OUTRAS PERSONALIDADES

590 - CONCLUSÃO

(Apreciar as personalidades mais destacadas por campo ou setor e apresentar uma conclusão global sobre o Fator Biográfico).

600. FATOR TÉCNICO-CIENTÍFICO

601/9 - LEGISLAÇÃO BÁSICA PERTINENTE

610 - BIOLOGIA

620 - FÍSICA

630 - QUÍMICA

640 - ELETRÔNICA

650 - ATIVIDADES AEROESPACIAIS

660 - MATERIAL BÉLICO

670 - ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

680 - DIVERSOS

690 - CONCLUSÃO

(Apreciar cada um dos aspectos focalizados, terminando por uma conclusão global sobre o Fator Técnico-Científico).

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA

CONFIDENCIAL